Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro Biomédico
Instituto de Medicina Social Hesio Cordeiro

Bárbara Bulhões Lopes de Andrade

Mulheres em ação pela (pluri)integralidade do cuidado no contexto de pandemia: um estudo sobre as articulações reivindicatórias de buscas por cuidados

Rio de Janeiro
2022

Bárbara Bulhões Lopes de Andrade

Mulheres em ação pela (pluri)integralidade do cuidado no contexto de pandemia: um estudo sobre as articulações reivindicatórias de buscas por cuidados

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Política, Planejamento e Administração em Saúde.

Orientadora: Profª. Dra. Roseni Pinheiro

Rio de Janeiro

2022

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/CB/C

B933 Bulhões, Bárbara

Mulheres em ação pela (pluri)integralidade do cuidado no contexto de pandemia: um estudo sobre as articulações reivindicatórias de buscas por cuidados / Bárbara Bulhões Lopes de Andrade. – 2022.
330 f.

Orientadora: Profa. Dra. Roseni Pinheiro

Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Medicina Social Hesio Cordeiro.

1.Integralidade em saúde – Teses. 2. Ativismo político – Teses. 3. Redes Comunitárias – Teses. 4.COVID-19 – Teses. 5. Mulheres – Teses. 6. Direito à saúde.7. Vulnerabilidade social – Teses. I. Pinheiro, Roseni. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Medicina Social Hesio Cordeiro. III. Título.

CDU 614.39

Bibliotecária: Marianna Lopes Bezerra – CRB 7 6386

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

_____ _____

Assinatura Data

Bárbara Bulhões Lopes de Andrade

Mulheres em ação pela (pluri)integralidade do cuidado no contexto de pandemia: um estudo sobre as articulações reivindicatórias de buscas por cuidados em espaços públicos

Tese apresentada, como requisito para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Política, Planejamento e Administração em Saúde.

Aprovada em: 15 de dezembro de 2022.

Banca examinadora:

_____
Prof.ª Dra. Roseni Pinheiro (Orientadora)
Instituto de Medicina Social Hesio Cordeiro - UERJ

_____
Prof. Dr. Ronaldo Teodoro
Instituto de Medicina Social Hesio Cordeiro - UERJ

_____
Prof.ª Dra. Ana Flávia Pires Lucas d'Oliveira
Universidade de São Paulo

_____
Prof.ª Dra. Renata da Silva Souza
Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro

_____
Prof.ª Dra. Tatiana Coelho Lopes
Hospital Sofia Feldman

Rio de Janeiro
2022

DEDICATÓRIA

À minha avó Erlinda, em respeito a todos que se foram em meio à pandemia de COVID-19;

À Marielle, por todas as mulheres e ativistas vítimas de violência política;

Às minhas sobrinhas e sobrinho, em nome de todos que sobreviveram, principalmente mulheres e crianças, ao início da Pandemia de COVID-19 no Brasil.

AGRADECIMENTOS

À CAPES e ao PPGSC/IMS/UERJ, pela Bolsa concedida, fundamental para o empenho e dedicação no desenvolvimento deste trabalho.

À orientadora deste trabalho, Professora Roseni Pinheiro, por todo acolhimento, apoio e dedicação à elaboração e desenvolvimento da pesquisa. Em nome desta, agradeço a todos os professores do Instituto de Medicina Social e da UERJ.

Aos membros da banca de qualificação do projeto desta pesquisa, Professora Regina Simões, Professor Felipe Asensi e Professora Maria Cristina, pela avaliação e qualificação do projeto de pesquisa que tornaram oportuno o caminho até a defesa de tese.

À Professora Ana Flavia Oliveira e ao Professor Ronaldo Teodoro, por todo auxilio ao compartilharem a avaliação deste trabalho desde sua qualificação até a avaliação de defesa de tese.

À Professora Tatiana Coelho, André Mendonça e Marcelo Fornazin, por aceitarem fazer parte da avaliação do trabalho final para defesa de tese.

À Deputada Renata Souza, por garantir que não seremos interrompidas nos espaços políticos e por generosamente aceitar fazer parte da defesa de tese.

Aos funcionários do PPGSC/IMS/UERJ, por todo aprendizado e apoio.

A todos os colegas da turma do mestrado e doutorado, por compartilharem os desafios da pós-graduação em saúde coletiva. Especialmente os presentes no IMS: Aline, André, Thais, Valéria, Raquel, João Roberto, João Pedro, Thamires, Lucas, Marcelo, César e Maria. Caminhar em conjunto qualifica nossas tarefas acadêmicas e fortalece nossas redes. E à Bruna, por todo apoio à transcrição.

Ao LAPPIS, por ser acervo de importante formulação teórica e prática da saúde coletiva. Espaço de muito apoio e aprendizado no percurso de desenvolvimento deste estudo.

Ao ResiliSUS e a Fiocruz, por apoiarem o desenvolvimento de minha formação e fortalecerem o campo da saúde coletiva. Especialmente ao Jatobá, Hugo, Paulo, Paula, Valéria e Rodrigo.

Ao Instituto PACS, pelo papel fundamental de construção de políticas alternativas para o Cone Sul global e pelo fortalecimento da vida das mulheres latinoamericanas e caribenhas.

Às mulheres ativistas, pela persistência e coragem de caminhar transformando vidas.

Aos trabalhadores, principalmente os da saúde, por enfrentarem o pandemônio vivido no Brasil durante o início da pandemia de COVID-19.

Aos meus pais, por me ensinarem sobre ter coragem para enfrentar os desafios vividos, sem ter medo de ser feliz.

À minha família, que respeitou a escolha de gestar um trabalho acadêmico antes de outros partos possíveis. A família ampliada paterna, que tanto me apoia e reforça a formulação acadêmica e política por uma saúde de qualidade para todos. Ao meu irmão Bruno, por toda parceria e incentivo às minhas escolhas.

Aos cuidadores e cuidadoras que sustentaram minha dedicação e tempo a este trabalho prestando excelentes cuidados ao meu pai. Especialmente à Élida, Ana, Wagner, à equipe do Hospital Pedro Ernesto e às cuidadoras de Maricá.

Às profissionais de saúde que cuidaram de mim antes, durante e depois da pandemia. Especialmente Carol, Ana Flavia, Eva, Thais e Gisele.

Às minhas amigas, por iluminarem e apoiarem esta construção e meus caminhos.

Ao Gui, por todo amor compartilhado e preciosa revisão de nossos roteiros.

À Baby e ao Tom, por alimentarem de vidas plurais o meu cotidiano.

À poesia que a gente nem vive, por transformar o tédio em melodia.

Ao tempo, compositor de destinos.

Aos que lutam por um mundo melhor.

À mãe Terra que abriga nossas vidas.

A todas e todos que fizeram parte desta construção em permanente movimento.

(...) Todos nós somos vidas precárias.

Judith Butler

Por mais importantes que sejam as palavras para esse posicionamento, elas não exaurem a importância política da ação plural e corpórea.

Judith Butler

Nunca se esqueça que basta uma crise política, econômica ou religiosa para que os direitos das mulheres sejam questionados. Esses direitos não são permanentes. Você terá que manter-se vigilante durante toda a sua vida.

Simone de Beauvoir

RESUMO

BULHÕES, Bárbara. **Mulheres em ação pela (pluri)integralidade do cuidado no contexto de pandemia:** um estudo sobre as articulações reivindicatórias de buscas por cuidados. 2022. 330 f. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) - Instituto de Medicina Social Hesio Cordeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

As demandas por integralidade do cuidado reivindicadas pelas mulheres não são temas recentes das políticas de saúde no Brasil. A integralidade foi utilizada pela primeira vez em 1984, pelo Ministério da Saúde, na confecção do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher e sua construção sempre contou com a participação ativa de mulheres do movimento social feminista, da saúde e das universidades. O estudo colabora com a construção de argumentos no sentido de assumir a integralidade em saúde como prática articuladora de direitos. Porque a integralidade ganha materialidade quando se impõe como estratégia de defesa da vida, como direito orientador das metas administrativas do serviço. Sendo o cuidado como valor ético-político, uma atividade desenvolvida pelo ser humano que exige responsabilidade coletiva para afirmação da vida. Ao manter diálogo com as mulheres em territórios de vulnerabilidade como sujeitos ativos de mudança social, o estudo procura agregar suas reflexões, saberes e práticas na busca por cuidado em seus territórios de luta. Para tanto, usa multi-métodos que colaboram para identificar os percursos destas em relação à vulnerabilidade social, ao pertencimento, à responsabilidade coletiva e ao cuidado como ação política no espaço público. Nesse sentido, o questionamento que norteia tal debate complexo, perpassa as dimensões macro, micro e molecular da política na dinâmica social, refletindo sobre os elementos que a reivindicação do direito de cuidar, ser cuidado e de autocuidado ofertam para superar a atual crise da organização social de cuidados. Tendo em vista as relações de reciprocidade comunitária em saúde, o estudo analisa relatos de experiência de mulheres organizadas por reivindicação de direitos humanos no contexto da pandemia da COVID-19 no Brasil. Busca-se, com isto, compreender o itinerário cotidiano destas na campanha Mulheres Territórios de Luta do Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul em seu exercício de reivindicação do direito ao cuidado em seu território. As abordagens vistas no ciclo de debates da campanha ressaltam a atuação destas em territórios plurais em que 37 experiências puderam ser identificadas. A amostra de análise apresenta recorte a territórios urbanos e pela intercessão com o campo de saúde coletiva. Apesar da diversidade e pluralidade de vivências, a articulação do discurso das ativistas é complementar e abrange uma unicidade construída e estabelecida em debate aberto. As mulheres em ação no contexto da pandemia criaram suas práticas de cuidado de si e do mundo apontando para a necessidade de cuidar de suas vidas no “agora”. Formularam respostas, não só à pandemia, mas aos desafios que a sobreposição de crises assentou em suas vidas. Portanto, este trabalho aborda os cenários de disputa de hegemonia que propõe mudar o centro da articulação entre políticas públicas e territórios ao assimilar as condições concretas para o desafio que o cuidado como valor ético-político encontra entre as ativistas.

Palavras-chave: Integralidade em Saúde. Redes de Cuidados Comunitários. Ativismo Político. Mulheres. Autonomia. COVID-19. Direito à Saúde.

ABSTRACT

BULHÕES, Bárbara. **Women in action for the (pluri)lintegrality of care in the pandemic context:a study on the articulations claiming to search for care**. 2022. 330 f. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) - Instituto de Medicina Social Hesio Cordeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

The demands for integrality in health demanded by women are not recent themes in health policies in Brazil. Integrality was used for the first time in 1984, by the Ministry of Health, in the preparation of the Program of Integral Assistance to Women's Health, its construction has always counted on the active participation of women from the feminist social, health and university movements. The study contributes to the construction of arguments in the sense of assuming integrality in health as a practice articulator of rights. This is because integrality gains materiality when it imposes itself as a strategy to defend life, as a right that guides the administrative goals of the service. Being the care as a political-ethical value, an activity developed by the human being that requires collective responsibility for the affirmation of life. By maintaining dialogue with women in vulnerable territories as active subjects of social change, the study seeks to aggregate their reflections, know-how and practices in the search for care in their territories of struggle. To this end, it uses multi-methods that collaborate to identify the paths these women take in relation to social vulnerability, belonging, collective responsibility and care as a political action in the public space. In this sense, the questioning that guides this complex debate goes through the macro, micro and molecular dimensions of politics in social dynamics. We reflect on the elements that the claim to the right to care, to be cared for and to self-care offer in order to overcome the current crisis in the social organization of care. In view of the relations of community reciprocity in health, the study analyzes the experience reports of women organized by the claim for human rights in the context of the pandemic of COVID-19 in Brazil. It seeks to understand the daily itinerary of these women in the Women's Struggle Territories campaign of the Institute for Political Alternatives for the Southern Cone in their exercise of claiming the right to care in their territory. The approaches discussed during the campaign's cycle of debates highlight their activities in plural territories where 37 experiences were identified.The analysis sample is focused on urban territories and on the intercession with the field of collective health.Despite the diversity and plurality of experiences, the articulation of the discourse of activists is complementary and covers a unity built and established in open debate. Women in action in the context of the pandemic create their practices of caring for themselves and for the world, pointing to the need to take care of their lives in the "now". They formulate responses, not only to the pandemic, but to the challenges that the overlapping crisis poses to their lives.Therefore, this work addresses the scenarios of hegemony dispute that proposes to change the centre of the articulation between public policies and territories by assimilating the concrete conditions for the challenge that care as an ethical-political value encounters among activists.

Keywords: Integrality in Health. Community Networks. Political Activism. Women. Personal Autonomy. COVID-19. Right to Health.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Taxa de desocupação das mulheres no Brasil entre o 3º trimestre de 2019 e o 3º trimestre de 2020 segundo o DIEESE.....43
Figura 2 - Mulheres em ação na modernidade pela reivindicação do direito ao cuidado: uma proposta de localização conceitual entre a esfera privada e o espaço público..... 70
Figura 3 - Diamante do cuidado.....72
Figura 4 - Quadro informativo Cesta Cuidar-se. Conceito geral.....184
Figura 5 - Quadro informativo Cesta Cuidar-se. Carta das organizadoras.....184
Figura 6 - Quadro informativo Cesta Cuidar-se. Dados para contribuição financeira.....185
Figura 7 - Ações para promoção dos sistemas integrais de cuidado na América Latina e no Caribe em tempos de COVID-19, visando fortalecer a resposta e a recuperação de sistemas integrais..... 211
Figura 8 - Das crises à oportunidade: recomendações para a promoção de políticas de cuidados na América Latina e Caribe.....214
Figura 9 - Matriz metodológica para uma oficina de cuidado e autocuidado para proteção de DDHs.....222
Figura 10 - Aspectos das estratégias propostas pelas Mulheres Territórios de Luta na transmissão de valores políticos sobre cuidado.....232

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Estratégias de busca em bases de produção científica de acordo com conceitos norteadores do estudo 86
Quadro 2 - Parâmetros para formação de estratégias de busca em bases de produção científica de acordo com conceitos norteadores do estudo..... 89
Quadro 3 - Matriz analítica das experiências de reivindicação de direito ao cuidado pelas mulheres organizadas no início da pandemia da COVID-19 no Brasil, do direito à vida ao direito ao cuidado..... 103
Quadro 4 – Elementos descritivos da estrutura dos debates do ciclo de debates da campanha *Mulheres Territórios de Luta.* Para análise de discurso*.*..... 121
Quadro 5 – Pontos focais de análise mediante interseções metodológicas entre as dimensões da política e a linha de análise do discurso para a reivindicação do direito ao cuidado das mulheres em meio à pandemia da COVID- 19..... 127
Quadro 6 – Vocabulários de expressões comunitárias de reivindicação de direitos pela perspectiva das mulheres participantes da campanha *Mulheres territórios de luta*. 132
Quadro 7 – Experiências de reivindicação de direito ao cuidado relatadas pelas ativistas participantes da campanha *Mulheres territórios de luta*, identificadas por esta pesquisa. 143
Quadro 8 - Síntese da experiência *Teia de Solidariedade da Zona Oeste do Rio de Janeiro na Pandemia.* Relacionada à dimensão molecular em seus dois pontos de análise.*.....* 161
Quadro 9 - Síntese da experiência *Trabalho doméstico na pandemia:* impressões sobre a realidade urbana no Rio de Janeiro e Recife. Relacionada à dimensão molecular em seus dois pontos de análise*.*..... 174
Quadro 10 - Síntese da experiência *Espaço de reintegração da favela: o autocuidado depende de tudo que está em nosso redor*. “Nós estamos moldadas para servir, para cuidar”. E quem cuida de quem cuida?. Relacionada à dimensão molecular em seus dois pontos de análise*.*..... 191
Quadro 11 - Síntese da experiência “Champurrea” para soberania alimentar e sanitária. A saúde dos povos, desde uma visão ampla que reconhece as formas

próprias de cuidado dos povos, relacionada à dimensão molecular em seus dois pontos de análise..... 200
Quadro 12: Síntese das experiências selecionas - Tópicos de interesse da dimensão molecular das experiências urbanas das mulheres participantes da campanha *Mulheres Territórios de Luta*, do PACS..... 203
Quadro 13 - Dimensões da política da linha de análise do discurso sobre Redes de cuidado no combate à pandemia e sustentação do direito humano à vida..... 217

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACS	Agente Comunitário de Saúde
ALERJ	Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro
BIREME	Biblioteca Regional de Medicina
BVS	Biblioteca Virtual da Saúde Brasil
CAMTRA	Casa da Mulher Trabalhadora
CICT	Centro de Informação Científica e Tecnológica
CEM	Centro de Integração na Serra da Misericórdia
CFEMEA	Centro Feminista de Estudos e Assessoria
CPMZO	Coletiva Popular de Mulheres da Zona Oeste
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CMIG	Conjunto Mínimo de Indicadores de Gênero
CLACSO	Conselho Latino-americano de Ciências Sociais
DDHS	Defensores de Direitos Humanos
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
ESPII	Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional
FENATRAD	Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IESC/ UFRJ	Instituto de Estudos em Saúde Coletiva da Universidade Federal do Rio de Janeiro
PACS	Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul
Its	Itinerários Terapêuticos
LAPPIS -UERJ	Laboratório de Pesquisas sobre Práticas de Integralidade em Saúde da Universidade do Estado do Rio de Janeiro
MTST	Movimento de Trabalhadores Sem Teto
MIQCB	Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu
MNCP	Movimento Nacional de Cidadãs Posithivas
NUDE- UFRJ	Núcleo de Estudos Sobre a Democracia Brasileira
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONU	Organização das Nações Unidas

OMS	Organização Mundial de Saúde
ONG	Organização Não Governamental
OPAS	Organização Pan-Americana da Saúde
OSC	Organização Social do Cuidado
ONG/AIDS	Organizações Não Governamentais do campo da AIDS
Pnad Contínua	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
PAISM	Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher
SCIELO	Scientific Electronic Library Online
SOF	Sempre Viva Organização Feminista
SRAG	Síndrome Respiratória Aguda Grave
SUS	Sistema Único de Saúde

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....16
I**NTRODUÇÃO** 18
2 **EXPERIÊNCIA, AÇÃO E A INTEGRALIDADE (RESPONSABILIDADE) NO CUIDADO: DELINEAMENTO CONCEITUAL-TEÓRICO E INCURSÕES METODOLÓGICAS**.....**....**50
2.1 **Visibilidade sobre a experiência: como olhar para a integralidade como estratégia de defesa da vida?**.....50
2.2 **Saúde Coletiva e a (pluri)Integralidade, o Cuidado como Initium: a natalidade do iniciador da responsabilidade para (re)pensar a ação das mulheres no contexto de pandemia da COVID-19 na busca por cuidado**..... 57
2.3 **Referencial do campo: Organização social do cuidado. Aproximações epistemológicas**.....71
2.4 **Proposição metodológica**.....82
2.4.1 Etapa 1 - Produção de conhecimento científico sobre a temática.....85
2.4.2 Etapa 2 – Multimétodos com centralidade nas mulheres: itinerários terapêuticos, pesquisa qualitativa em ambiente digital e análise de discurso..... 91
3 **DIÁLOGOS COMO NEXOS COMPREENSIVOS SOBRE A LUTA E A REIVINDICAÇÃO DE DIREITOS DAS MULHERES NOS TERRITÓRIOS: ANALISANDO EXPERIÊNCIAS**..... 106
3.1 **Abordagens e percursos de diálogos das mulheres em ação na luta por direitos: a cabeça pensa a partir de onde os pés pisam**.....107
3.1.1 Espaços de formação do olhar para o campo deste estudo..... 107
3.1.2 Imersão no campo – curso Mulheres e Economia..... 110
3.1.3 Encontrando novas demandas epistemológicas no campo..... 118
3.2 **Compreendendo as ações/performances de reivindicação do direito ao cuidado no Ciclo de debates da campanha Mulheres Territórios de Lut**a..... 120
3.2.1 Organizar dados em informação para analisar..... 120
3.2.2 Vídeos do ciclo de debates da campanha Mulheres territórios de luta..... 120
3.3 **Compreender de onde se olha para analisar**.....124
3.3.1 Tópicos de desenvolvimento analítico-epistemológico da dimensão molecular da experiência.....128
3.3.2 Aprender o vocabulário com os movimentos sociais..... 131

3.3.3 Questionamentos das ativistas sobre ações de defesa na pandemia..... 139
3.4 Análise das experiências selecionadas.....142
3.4.1 Experiência selecionada 1 - Teia da solidariedade da zona oeste do Rio de Janeiro na Pandemia: experiências 3 e 23..... 147
3.4.2 Experiência selecionada 2 - Trabalho doméstico na pandemia impressões sobre a realidade urbana no Rio de janeiro e Recife..... 163
3.4.3 Experiência selecionada 3 - Espaço de reintegração da favela: O autocuidado depende de tudo que está ao nosso redor. “Nós estamos moldadas para servir, para cuidar”. E quem cuida de quem cuida?.....176
3.4.4 Experiência selecionada 4 - América Latina – “CHAMPURREA” para soberania alimentar e sanitária. A saúde dos povos, desde uma visão ampla que reconhece as formas próprias de cuidado que nós, povos, temos..... 193
3.4.5 Síntese das experiências selecionadas 202
À GUISA DE CONCLUSÃO...... 209
4.1 **Da hipótese aos resultados que abrem caminhos para observação de sistemas complexos de cuidados**..... 209
4.2 **Do sistema integrado de cuidado ao cuidado em redes comunitárias, resultados da articulação das mulheres em luta pelo direito de ser**..... 216
4.3 **Da reivindicação por direito à vida ao fortalecimento de redes que geram alternativas de desenvolvimento socioeconômico**..... 223
R**EFERÊNCIAS** 233
Anexo 1 242
Anexo 2..... 255

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Antes do início, vale relembrar os passos que me trouxeram até aqui. Ingresso no Bacharelado em Saúde Coletiva, buscando ampliar o olhar democrático voltado à saúde da população brasileira, e na aposta de uma saúde coletiva signatária dos direitos humanos e da justiça social. Concomitante a isso, na vivência política pela garantia de direitos sociais e defesa da vida das mulheres, identifiquei meu interesse nas áreas de políticas públicas, gestão e planejamento em saúde.

Para a elaboração do trabalho de conclusão de curso, participo da cooperação técnica interinstitucional e interdisciplinar entre o Ministério Público (RJ) e o Instituto de Estudos em Saúde Coletiva da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IESC/UFRJ), em que colaboro no processo de análise sobre o contrato de gestão entre uma Organização Social de Saúde (OSS) e o Município do Rio de Janeiro (MRJ) para gerenciamento de uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA). Essa importante parceria viria a ser tema do meu trabalho de conclusão de curso, com a pesquisa intitulada “Contratualização entre OSS e UPA: é possível um olhar transparente?”. Esse trabalho examinou os indicadores do contrato que apoiavam o repasse financeiro do MRJ para as OSS, e os comparou com os indicadores do *The College of Emergency Medicine*, os quais apresentavam maior relação com o cuidado integral à saúde.

Tais resultados me levaram a continuar a pesquisa no Mestrado, estudando a produção do cuidado em unidades de urgência e emergência. Realizar o campo de pesquisa na UPA aprofundou o entendimento que valoriza a perspectiva dos profissionais de saúde e do usuário, tal como as singularidades que estes apresentam na busca por produção do cuidado à saúde e na construção de cidadania. A dissertação “Unidade de Pronto Atendimento: Olhares do Usuário à Produção do Cuidado” buscou contribuir para o fortalecimento do cuidado integral e cidadão, assim como na garantia de direitos nas redes de atenção à saúde. O resultado desse estudo destaca o papel das mulheres na coordenação do cuidado no sistema de saúde e nas redes de apoio comunitárias, mas não avança sobre tal temática. Questão urgente, que acompanha a retomada de debates na sociedade brasileira sobre a emancipação da mulher e a visibilidade de suas ações.

Atrelada a essa urgência, está a singularidade do papel que a mulher ocupa na produção do cuidado na sociedade brasileira. Diante do exposto, a pesquisa de Doutorado que apresento ao Instituto de Medicina Social visa compreender as ações da mulher na reivindicação do direito ao cuidado em seus territórios em meio à pandemia da COVID-19.

Como ativista de direitos humanos e mulher, este período pandêmico também representou, para mim, grande desafio pessoal e para dar seguimento aos compromissos firmados antes da pandemia, diante das tormentas enfrentadas. Essa emergência em saúde pública estressou fortemente toda sociedade, e como mulher também vivenciei momentos em que a produção do cuidado estava mais restrita à minha capacidade pessoal de saída de situações desafiadoras. Nesse percurso, estudar o cuidado e encontrar ativistas superando diferentes obstáculos e dialogando sobre a organização social do cuidado, me brindou com fôlego e uma esperança de que passaríamos por esse trauma coletivo com mais certezas sobre a necessidade de fortalecer as reivindicações de direitos pelos quais lutamos cotidianamente.

Afinal, investigar o cuidado como ação de cidadania das mulheres, inerente à integralidade da saúde, leva à complexificação do processo saúde-doença-cuidado. Dessa forma, o estudo que apresento visa colaborar com o fortalecimento da produção de conhecimento científico no campo da saúde coletiva e do Sistema Único de Saúde (SUS) a partir da práxis social das mulheres ativistas em seus territórios de luta.

INTRODUÇÃO

No Brasil, a luta histórica dos movimentos de mulheres e segmentos diversos da sociedade civil repercutiu na consolidação de instrumentos jurídicos e sociais de proteção à saúde da mulher. Diante dessa perspectiva, reforça-se a necessidade de mais estudos sobre a temática, principalmente no que tange às mulheres em territórios de vulnerabilidade como sujeitos ativos de mudança social, sobretudo no que se refere às suas reflexões, saberes e práticas na busca por cuidado.

Segundo Covas, podem-se classificar as lutas das mulheres na modernidade por três momentos. Do final do século XVIII até meio do século XIX, predomina a demanda por igualdade de direitos políticos e civis. Já a década de 1960 apresenta reivindicações por políticas diferenciais para mulheres de acordo com a condição social. No terceiro momento, a partir da década de 1970, destaca-se a luta por equidade de direitos para as mulheres (COVAS, sem data).

Atualmente, os movimentos de mulheres apontam um ascenso na reivindicação de direitos que aprofundam as marcas sociais do corpo da mulher, como as questões raciais e de vulnerabilidade de seu território existencial. Destaca-se, neste momento, a pluralidade de teorias que buscam dar visibilidade à ação das mulheres na História e a centralidade da mulher negra na prioridade de garantia de direitos humanos por reparação histórica. Esta perspectiva ganha diversos contornos, como o da *Interseccionalidade*, teoria que busca dar visibilidade à corporificação na associação de múltiplos sistemas de subordinação (raça, gênero e classe) (CRENSHAW, 2002).

Tais interações teóricas partilham este momento com a trajetória das práticas e estratégias de luta das mulheres no mundo e seus diferentes efeitos na realidade local. Desde a década de 30, quando as mulheres no Brasil garantiram o direito ao voto, vemos o avanço das mulheres na luta por espaços de poder e de formulação de políticas de visibilidade sobre seus problemas e de construção de soluções compartilhadas pela sociedade.

As ativistas vêm reorganizando mecanismos de colaboração social, de trabalho e de empreendimento, entre outros. São questões relativas à mudança de comportamento e, também, à ação de cuidado da mulher. Para tanto, teremos como marco histórico deste trabalho o avanço dos direitos civis e reprodutivos das

mulheres, que ocorre no final da década de 70 e início da década de 80, no Brasil e no Mundo (BRASIL,1984; BRASIL, 2004; CFEMEA, 2009; FEDERICI, 2020, ONU, 2015; ONU, 1948).

No Brasil, alguns marcos históricos ajudam a identificar a construção de estratégias das mulheres para a conquista do direito à saúde integral. O “Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher” (PAISM), de 1984; a criação do “Conselho Nacional dos Direitos da Mulher”, em 1985; e a “Política de Atenção Integral à Saúde da Mulher”, de 2004, contribuem para esta análise. Em nível internacional, temos como marcos a “I Conferência Mundial da Mulher” (1975) e, em 2015, a “Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável”, cujo objetivo 5 destaca a igualdade de gênero. Nesse sentido, esta pesquisa busca compreender, com base nestes marcos e em seus desdobramentos, as ações relacionadas à garantia de cidadania das mulheres, assim como o direito à saúde integral da mulher em território brasileiro, garantido também pelo Sistema Único de Saúde.

Buscar-se-á, também, ter como referência epistemológica as articulações políticas realizadas pelos movimentos de mulheres para garantia dos direitos, em especial o direito ao cuidado *na* e *com* a saúde. Para tanto, marcos referentes aos direitos políticos das mulheres no estado brasileiro são de extrema relevância para compreender o cuidado como ação de cidadania das mulheres e práxis social. A aprovação do projeto de lei que instituiu o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher em 1985 constituiu um desse importantes marcos, na medida em que se procurou eliminar a discriminação e aumentar a participação feminina nas atividades políticas, econômicas e culturais.

Fruto dessa articulação, o Conselho lança a campanha “Mulher e Constituinte” com o lema “Constituinte pra valer tem que ter palavra de mulher”, ação de articulação nacional que mobilizou mulheres de todo país em prol dos direitos das mulheres e que até hoje reverbera na formulação de políticas públicas e de representatividade em espaços de poder (CFEMEA, 2009).

O ato simbólico desse movimento é a *Carta da Mulher Brasileira aos Constituintes*. Entregue ao Congresso Nacional no dia 26 de agosto de 1986, por mais de mil mulheres, a Carta elenca questões fundamentais para a efetivação do princípio de igualdade na futura constituição brasileira, a ver:

> 1 - Estabeleça preceito que revogue automaticamente todas as disposições legais que impliquem em classificações discriminatórias;

> 2 - Determine que a afronta ao princípio de igualdade constituirá crime inafiançável;
> 3 - Acate, sem reservas, as convenções e tratados internacionais de que o país é signatário, no que diz respeito à eliminação de todas as formas de discriminação;
> 4 - O reconhecimento da titularidade do direito de ação aos movimentos sociais organizados, sindicatos, associações e entidades da sociedade civil, na defesa dos interesses coletivos. Leis complementares e demais normas deverão garantir a aplicabilidade desse princípio." (MONTEIRO, 1998).

Essa movimentação das mulheres se soma aos diversos movimentos sociais imbricados com a transição democrática brasileira e às disputas pela elaboração da Constituição do Brasil de 1988, a chamada "Constituição Cidadã", que avança no reconhecimento dos direitos individuais e sociais das mulheres e de todos os brasileiros. As constituições anteriores traziam considerações mais restritas no que se refere à igualdade de gênero: a Constituição de 1822 (artigo 178) afirma que a lei será igual para todos; a de 1891 (artigo 72) que todos serão iguais perante a lei, sem privilégios de nascimento ou nobreza; a de 1934 (artigo 113) agrega às anteriores que não haverá distinções, por motivo de nascimento, sexo, raça, profissões ou do país, classe social, riqueza, crença religiosas ou ideias políticas dos indivíduos e também garante o voto feminino; as Constituições de 1937 (artigo 122) e 1946 (artigo 141) apresentam apenas que todos são iguais perante a lei; e a emenda constitucional n.1, de 1969 (artigo 153) garante a igualdade perante a lei, sem distinções e com punição para preconceito racial (SOUSA, 2018).

Já a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 5º, *caput*, aborda o princípio constitucional da igualdade, qual seja:

> Artigo 5º. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta constituição; (...). (BRASIL, 1988)

Além do marco constitucional, no qual homens e mulheres são constitucionalmente iguais em direitos, as políticas públicas de igualdade de gênero progridem também nas legislações de unidades da federação. Segundo o Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA), por meio de breve análise de legislações estaduais e municipais brasileiras, observou-se, até 2006, o avanço positivo da garantia de direitos das mulheres em âmbito local. Dentre os temas mais legislados estão a saúde da mulher e o combate à violência (CFEMEA, 2006).

É revelador, no estudo, a existência de leis, restritas a alguns estados e municípios, que ainda não foram elaboradas em âmbito federal (tais como a penalização do assédio moral e a discriminação por orientação sexual), apontando que alguns avanços na promoção da cidadania de determinados grupos sociais têm articulações locais bem estabelecidas que conseguem incidir na legislação pública da cidade ou da região (CFEMEA, 2006).

O acesso restrito ou inexistente a tais legislações nas cidades, principalmente nas pequenas, dificulta a análise desse tema nos territórios brasileiros. Dessa forma, a transparência da gestão se estabelece como questão fundamental para a garantia constitucional da igualdade entre homens e mulheres. Torna-se ainda mais relevante quando é o município que põe em prática boa parte das políticas públicas, principalmente as de saúde, nos territórios. Assim, o acesso à informação contribui para o exercício da cidadania e da garantia dos direitos sociais, sendo fundamental para fortalecer políticas, estudos e ações de equidade de gênero (CFEMEA, 2006).

Tendo em vista tal cenário, a participação das mulheres no poder corrobora para a aprovação de leis, como a Lei Maria da Penha (Lei 11.340/06), que aprimora o rigor dos crimes contra a mulher. É considerada pela Organização das Nações Unidas (ONU) uma das leis que mais enriquecem o mundo sobre a temática. Já em 2015, com a primeira mulher presidenta do Brasil eleita, são sancionadas a Lei do Feminicídio e a Lei de Recursos do Fundo Partidário para Participação Política das Mulheres.

Contudo, a partir de 2016, a democracia brasileira sofre processos de instabilidade com o impedimento da primeira mulher eleita, Dilma Russef, a continuar seu mandato presidencial. Em seguida, o assassinato da vereadora carioca Marielle Franco, em 2018, acirra ainda mais o ataque aos direitos políticos das mulheres em todo o país. Tais ameaças não paralisam as articulações e, no período eleitoral, as mulheres protagonizam a maior manifestação de rua, no Brasil e no mundo, contra a entrada de Jair Bolsonaro na Presidência da República, com o movimento “ELE NÃO”, importante articulação política das mulheres e de movimentos sociais, que contribui para o exercício democrático do país e destaca a importância da ação coletiva destas na reivindicação de seus direitos.

Em 2020, os desafios para estas mulheres garantirem direitos sociais, humanos e à saúde aumentam frente à pandemia da COVID-19, somado a um governo declaradamente conservador em sua atuação na pauta das mulheres e de

proteção social. O projeto político do governo Jair Bolsonaro impôs um dos maiores retrocessos às conquistas dos direitos das mulheres, ao liderar, neste ano, a Declaração de Consenso de Genebra, com mais 32 países, que propõe excluir o aborto das políticas de garantia de acesso das mulheres à promoção da saúde e à saúde sexual e reprodutiva.

Tais circunstâncias da luta por direitos, nos colocam a tarefa acadêmica e cidadã de compreender este momento tão adverso e peculiar desenvolvido pela pandemia da COVID-19. Suscitam-se questões de pesquisa, como entender (e aprender) como as mulheres estão articulando ações para reivindicar uma vida digna durante a pandemia no Brasil.

Com isto, vale ressaltar a centralidade da dimensão do cuidado na vida destas mulheres. Ainda que historicamente pautada nas principais reivindicações de igualdade de direitos, hoje se torna central na garantia de cidadania plena das mulheres brasileiras, reconhecer a dimensão axiológica [1] do cuidado como valor [2] de natureza ético-política.

Com isto, a interdisciplinaridade do campo da saúde coletiva é terreno fértil para investigar as experiências de cuidado na pandemia, tal como as práticas das mulheres na produção e busca de cuidado. Da mesma forma, é importante que o campo da saúde coletiva (junto a outros setores da sociedade) questione: “De qual cuidado estamos falando? De qual cuidado precisamos para o enfrentamento da pandemia? Como entender o cuidado como um valor ético-político?”

A mulher, neste debate, ganha protagonismo na defesa da vida. Nos caminhos de sua luta, as redes de ações por valorização da vida que as mulheres organizam e das quais participam em seus territórios pavimentam o solo da pesquisa deste projeto. E é justamente neste percurso que identificamos a potência

---

[1] A dimensão axiológica à qual nos referimos guarda reciprocidade epistemológica afirmativa com a Teoria Tridimensional do Direito elaborada pelo professor Miguel Reale, na qual a unidade do fenômeno jurídico, no plano histórico-cultural, se coaduna sem o emprego de teorias unilaterais ou reducionistas, que separam os elementos do fenômeno jurídico (fato, valor e norma). No que concerne à axiologia do Direito contam-se com os valores éticos, estéticos e espirituais (REALE, 2003).

[2] O cuidado como valor, para Pinheiro (2007) não é uma sentença definitiva, mas um constante debate com diferentes produções teórico-metodológicas desenvolvidas no Projeto Integralidade, e atualmente no LAPPIS. Ao questionar se é possível entender o cuidado como um valor, pretende-se “repensar (e reagir) sobre o imperativo de se conceber o cuidado como valor, a partir da tese de que o cuidado configura o *ethos* humano, do agir em saúde, o cerne das práticas eficazes da integralidade de suas ações” (PINHEIRO, 2007, p.15).

de suas ações na reivindicação dos direitos ao cuidado como parte do movimento de proteção à dignidade humana (LOYOLA, 2020a).

1.1 Cuidado em movimento: mulheres em ação no mundo

"O cuidado está no centro da sustentabilidade da vida.", argumenta Moreno ([s.d.], n.p.) em análise feita sobre o relatório "Sem parar: o trabalho e a vida das mulheres na pandemia da COVID-19", publicado em 2020 pelas organizações *Sempre Viva Organização Feminista* (SOF) e *Gênero e Número*. A centralidade das ações relacionadas ao cuidado durante a pandemia da COVID-19 tem reforçado a importância desta temática, tanto na saúde coletiva, principalmente no que tange à participação e à responsabilidade comunitária; como também na qualidade da democracia, especialmente pela capilaridade que as instituições sociais alcançam no manejo de políticas públicas de saúde em territórios específicos.

A pesquisa de percepção, realizada em 2020 (GÊNERO & SOF, [s.d.]), com mais de 2.600 mulheres brasileiras, buscou revelar os efeitos da pandemia sobre o trabalho, a renda e sustentação da casa pela perspectiva das próprias mulheres. Segundo argumenta Moreno ([s.d.], n.p.), esta expõe a "crise do cuidado". Para a autora, as tarefas de cuidado e trabalho na pandemia estão ainda mais sobrepostas, sustentadas principalmente na exploração do trabalho de mulheres negras e no trabalho feminino não remunerado.

Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) apontam que, no quarto trimestre de 2018, 92,6% da população brasileira feminina com 14 anos ou mais (cerca de 80 milhões de pessoas), executavam serviços domésticos e de cuidados de pessoas, na média de 21 horas semanais. Em relação à distribuição por ocupação, as relacionadas a cuidados de pessoas têm maior participação feminina, chegando a 96,4% entre as babás (PERISSÉ *et* LOSCHI, 2019).

A Comissão de Estatística das Nações Unidas (*United Nations Statistical Commission*), buscando parâmetro para mensuração e monitoramento da desigualdade de gênero por países e regiões, desenvolveu, em 2013, o Conjunto Mínimo de Indicadores de Gênero (CMIG), que abarca 52 indicadores. Estes, atualmente, fazem parte das ações do Consenso de Montevidéu sobre População e

Desenvolvimento e da Agenda dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Estes objetivos, também conhecidos por Agenda 2030, buscam o fim da discriminação contra mulheres e meninas em todos os lugares do mundo até 2030. Desta forma, os CMIG buscam contribuir, principalmente para o monitoramento do ODS 5, que visa atingir a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas, valorizando a cidadania e o direito à vida, assim como garantindo direitos iguais à propriedade, controle sobre a terra, recursos financeiros, herança e recursos naturais (ONU, 2015).

O estudo sobre as “Estatísticas de Gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE”, pela primeira vez, contribui para a análise de grande parte destes indicadores. Tais mudanças colaboram para a visibilidade e o reconhecimento da produção de estatísticas de gênero no país. Vale destacar que esta importante iniciativa ainda apresenta dificuldades na sua metodologia, o que prejudica a compreensão adequada de alguns de seus indicadores, em especial, “pelo nível de desagregação exigido ou pela indisponibilidade dos dados na forma de registros administrativos gerados pelo órgão competente” (IBGE, 2018).

Com isso, o IBGE alerta sobre a necessidade crescente de interlocução com outras instituições na produção de estatísticas nacionais compatíveis com as demandas internacionais para divulgação de dados sobre gênero em diferentes áreas temáticas, debate de grande relevância para o campo da saúde coletiva, que salienta a improrrogável necessidade de mais estudos sobre esta temática na área de política, planejamento e administração em saúde (IBGE, 2018).

O indicador que aponta o trabalho realizado de forma não remunerada pelas mulheres, CMIG 1, indica o número médio de horas semanais dedicadas aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos, por sexo, tendo ainda a possibilidade de ser desagregado segundo a idade e a localização geográfica.

Em 2016, as mulheres brasileiras chegaram a se dedicar 73% a mais de horas do que os homens (18,1 horas semanais contra 10,5 horas semanais) aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos. Essa diferença se amplia entre as idosa, destacando-se que as mulheres pretas ou pardas foram as que mais concretizaram estes serviços por tempo parcial, chegando a 31,3% do total, ao mesmo tempo que as mulheres brancas chegaram a 25,0% do tempo preenchidos com cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos (IBGE, 2018).

Tais informações revelam que as transformações sociais que as mulheres conquistaram no último século, com maior acesso à informação, participação no mercado de trabalho, escolarização, redução da fecundidade, disseminação de métodos contraceptivos e assistência à saúde reprodutiva não alteraram significativamente a estrutura social de dedicação das mulheres ao cuidado, tanto na esfera privada quanto no espaço público. Por outro lado, os avanços em direção à emancipação das mulheres na sociedade vêm contribuindo para maior percepção destas sobre a sua situação em seus territórios (IBGE, 2018).

Na “Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira”, o IBGE (2016) exibe a autoavaliação da saúde como um indicador para as políticas públicas. Neste sentido, retrata as condições para uma vida satisfatória no nível individual e coletivo. O estudo mostra que, em 2013, 33,9% da população brasileira adulta julgava seu estado de saúde como regular, ruim ou muito ruim. Destes, 37,6% eram classificados como do sexo feminino e 29,7 %, do como sexo masculino (IBGE,2016).

Os indicadores propostos pelo IBGE, nas “Estatísticas de Gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil” (IBGE, ano) não apontam monitoramento e análise de ações e serviços das mulheres na participação comunitária de seus territórios ou redes de apoio social. Em relação ao tópico referente à “Vida pública e tomada de decisão”, os indicadores estão relacionados à ocupação de cargos e cadeiras de gerência e também, à composição de mulheres nas polícias civis e militares.

No Tópico sobre “Saúde e serviços relacionados” estão vinculados índices refrentes à saúde reprodutiva da mulher, à mortalidade de crianças menores de 5 anos, tabagismo, obesidade e expectativa de vida. E ainda, o tópico de “Direitos humanos das mulheres e meninas” apresenta apenas indicadores que se referem ao tipo de união civil que as mulheres apresentam e a taxa de fecundação (IBGE, 2018).

Isto amplia a relevância deste estudo, que busca compreender a configuração das ações políticas das mulheres relacionadas ao cuidado nas redes de apoio social dos territórios vulneráveis durante o enfrentamento à pandemia da COVID-19. Portanto, procuram-se identificar ações que extrapolem a dimensão de ocupação de cargos de gerência ou que sejam focadas apenas na saúde materno-infantil e no tipo de união conjugal das mulheres. A proposta aqui visa compreender

os elementos que compõem as mulheres no centro do acontecimento do fazer cuidado na sociedade como ação política em saúde.

Para tanto, é necessário resgatar as referências de movimentos de ação política das mulheres por direitos. Em 1980, a Organização Pan-americana de Saúde indicava que o papel das mulheres para o desenvolvimento humano e dos países perpassaria a conduta ativa das mulheres na saúde, contribuindo com a meta de saúde para todos no ano 2000. O documento indica a necessidade de ações locais de desenvolvimento da mulher, que tenham convergência com o desenvolvimento socioeconômico da sociedade (OPAS, 1980):

> La salud de la mujer depende del desarrollo de ésta. El enfoque de la primera debe, por tanto, ser integral, dinámico y sensible al cambio de las necesidades de la mujer durante su vida, al del papel de la mujer en la familia y fuera de ella, y a la evolución socioeconómica de la sociedad (OPAS, 1980, p.7)

O documento também destaca a mulher como ator fundamental para a articulação de demandas por direito à saúde nas comunidades, ou seja, na luta por direitos nos espaços públicos:

> La mujer puede, en potencia, ser la principal promotora en la lucha por la incorporación de la salud al desarrollo socioeconómico general a nivel de la comunidad, lo cual es imprescindible si se quiere alcanzar la meta de salud para todos en el ano 2000. (...) Es preciso redoblar los esfuerzos por conseguir que la mujer participe em las atividades a nivel de la comunidad, así como también a otros niveles del proceso de adopción de decisiones, de interés para la atención sanitaria (OPAS, 1980, p.7)

A Organização Panamericana de Saúde elenca medidas oportunas para esta articulação comunitária das mulheres:

> a) Utilizar o fomentar grupos femeninos participantes en el análisis de las necesidades humanas básicas;
> b) Facilitar a la mujer oportunidades para que adquiera conocimientos teóricos y prácticos esenciales sobre salud, partiendo para ello de las actuales prácticas de promoción sanitaria, mediante una metodologia apropiada para la participación en el aprendizaje;
> c) Fomentar la alfabetización por técnicos innovadoras de educación sanitaria;
> d) Conseguir que la mujer tenga el mismo acceso que el hombre a oportunidades en el sector de investigación, y estudiar las que ya facilita la Organización Panamericana de la Salud por medio de su Programa de Becas. (OPAS, 1980, p.8)

Para uma participação civil ativa o documento inclui ainda o papel de uma educação produtora de autonomia e liberdade:

> Habida cuenta de que la educación es no solo necesidad básica en sí, sino que constituye la base para la satisfacción de otras necesidades humanas elementales, parece esencial facilitar a la mujer, lo mismo que al hombre, una instrucción mínima de carácter práctico y orientada al desarrollo. Para todos los países deberla constituir una atención prioritaria el establecimiento

> de un programa básico de enseñanza que comprendiera alfabetización funcional orientada a la actividad productiva, atención materno infantil y planificación familiar, salud de la familia, nutrición, saneamiento y los conocimientos necesarios para una participación cívica activa (OPAS, 1980, p.9).

Vale ressaltar que o documento recomenda o estímulo de organizações femininas e a relação destas com instituições sanitárias visando à integralidade em saúde, melhoria pessoal e participação das mulheres na formulação de políticas para saúde:

> Además, cabe estimular a ciertas organizaciones femininas para que obtengan um capital inicial destinado a cooperativas de crédito que funcionen a base de um fondo rotatorio. Una vez libertadas de los prestamistas locales y con acceso a enseñanzas de salud materno infantil, planificación familiar, presupuesto doméstico y educación de consumidor, las mujeres rurales emigradas a barriadas urbanas tendrán la oportunidad de participar en su propio desarrollo y mejoramiento personal (OPAS, 1980, p.9)
>
> Una formación y supervisión adecuadas del personal de administración sanitaria, junto con políticos nacionales de salud específicas y la debida coordinación entre los organismos, aumentará el grado y la eficacia de la participación de la mujer en las actividades del sector de salud (OPAS, 1980, p.10).

Dentre as organizações femininas que dialogam com a temática da saúde da mulher no Brasil, algumas vêm apresentando maior destaque nesta relação do processo saúde - doença, ligada à relação indivíduo - sociedade. Este é o caso do Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA), que, em seu selo comemorativo de 30 anos, afirma que o cuidado pessoal e coletivo é um ato político:

> Embora tenhamos conseguido desenvolver estratégias para questionar o Estado e exigir os nossos direitos, muito pouca atenção na nossa organização é dedicada ao nosso bem-estar, ao que está acontecendo conosco enquanto atuamos como ativistas, ao que está acontecendo em diferentes aspectos da nossa vida e como isso não está desconectado do nosso trabalho público e político.
> É por isso que começamos a falar sobre autocuidado e estamos desenvolvendo estratégias para cuidar de nós mesmas e umas das outras. Esta é a “resposta” política ao que acontece com o nosso corpo, ao que acontece conosco. Cuidar de nós mesmas tornou-se um ato político. O nosso trabalho se baseia na necessidade de nos definirmos.
> Existem várias perspectivas sobre o que significa cuidar de nós mesmas e colocar o autocuidado no centro dos nossos espaços da organização. Já sabemos de uma coisa: não há uma perspectiva ou maneira definitiva e correta de fazer isso (OLIVEIRA *et* DORDJEVIC, 2015, p.47).

Com isto, a CFEMEA atua no campo democrático, acreditando que o aumento da presença de mulheres na arena política brasileira também contribuirá com a justiça socioambiental, a igualdade e o diálogo intercultural que promovam o

bem viver e a garantia de direitos. No Brasil, em sua estrutura de país subdesenvolvido, principalmente no que se refere aos direitos civis, a organização alerta para os perigos e medos vividos pelas mulheres:

> No Brasil, as mulheres ativistas são ameaçadas, criminalizadas, deslegitimadas, detidas arbitrariamente, moralmente desqualificadas, agredidas, abandonadas até a morte e assassinadas, simplesmente por serem o que são: mulheres, negras, indígenas, camponesas, lésbicas, trans, prostitutas, trabalhadoras domésticas, gestantes, por viverem em favelas, em quilombos ou em terras indígenas. Por quererem ser livres e ter autonomia, por lutar pelos seus direitos, de suas comunidades e seus povos. (OLIVEIRA *et* DORDJEVIC, 2015, p.36).

1.2 Cuidado como ativismo: o autocuidado como ação política na luta por direitos

A revisão narrativa do presente estudo traz elementos que transbordam a temática do cuidado em relação ao outro, passando a incluir um entendimento de cuidado para si, como também sendo um meio de chegada ao cuidado para o outro. As práticas de apoio mútuo e cooperação para o cuidado e para a ação articulada das mulheres, principalmente entre as ativistas, gera relatos na literatura que valorizam o entendimento de que a reivindicação do direito ao cuidado passa necessariamente pela compreensão e compartilhamento de valores relacionados à valorização do autocuidado das mulheres.

Este é o sentido amplo apurado pela revisão, sendo o resultado mais relevante desta, no presente, a pluralidade de casos e seus respectivos estudos. As produções científicas apresentam as ações das mulheres em diferentes vivências, colaborando com este sentido geral de atuação mútua de cuidado de si e do mundo a partir da realidade vivida em seus territórios. Tendo em vista a relevância desta atuação para o presente estudo, a apresentação de tais achados amplia o campo metodológico e perpassa toda a estrutura e constituição da tese, colaborando para que as experiências locais e tecnologias sociais apreciadas pelas mulheres e suas comunidades ilustram e caracterizam também as discussões teóricas postas sobre a temática.

A preocupação que a CFEMEA apresenta compõe um campo de organizações de mulheres que têm articulado estratégias políticas de sustentabilidade da reivindicação de direitos das mulheres por meio do autocuidado

e do cuidado entre ativistas. São ações que ocorrem com suporte no compartilhamento de conhecimento por meio de metodologias criadas pelos movimentos e/ou por experiências vividas nos territórios, de tal forma que entendem o cuidado como ação fortalecedora dos vínculos de solidariedade e das lutas por direitos:

> O cuidado entre ativistas e autocuidado constituem-se em caminho para/da transformação social que mobilizamos. É condição do processo de autocrescimento individual, de formação de vínculos entre as ativistas e de fortalecimento de sujeitos políticos coletivos que as mulheres instituem.
> É em si uma estratégia de proteção e de empoderamento das mulheres. É o caminho que escolhemos para lidar com as emergências, sem renunciar e para confirmar nossas estratégias feministas e antirracistas
> Pela ampliação e fortalecimento dos vínculos de solidariedade e reciprocidade que mobilizam o cuidado entre ativistas e fortalecem suas lutas por direitos. (OLIVEIRA *et* DORDJEVIC, 2016, p.9).

Dentre as metodologias utilizadas em seus ciclos de trabalho para desenvolvimento da política de autocuidado e do cuidado entre ativistas e a formação política, estão:

> cursos, debates, encontros, formações e rodas de autocuidado e cuidado entre mulheres ativistas, trazendo elementos dos grupos de autorreflexão que inauguraram a onda feminista dos anos 60; da Terapia Comunitária Integrativa (criada nos anos 1980), da metodologia da Roda de Mulheres (desenvolvida pela Arcana, em 2004), e da práxis educativa feminista, que tem como referência a pedagogia de Paulo Freire. O diálogo entre as mulheres, sujeitas de suas próprias vidas, é um elemento central desta metodologia, geradora de processos reflexivos e de autoconscientização, voltados para uma ação transformadora da realidade (CFEMEA, 2017).

Audre Lorde colabora com esta elaboração quando afirma que “Caring for myself is not self-indulgence, it is self-preservation, and that is an act of political warfare” (LORDE, 2017, p.97). Ao abordar sua identidade de mulher, negra e lésbica vivenciando o tratamento de câncer, reflete que a base mais sólida para qualquer política é a defesa, sendo o autocuidado também uma ação de autopreservação. A autora contribui ainda para um entendimento de que o autocuidado possibilita visibilidade e criação de redes sociais de apoio ao sujeito. E quando o cuidado é direcionado para as vidas “desimportantes” ou mais vulneráveis da sociedade, ele proporciona a construção de um ato de rebeldia e disputa política, pois incrementa a visibilidade de problemas que se fazem estruturais em nosso tempo.

Tais questões ganham materialidade na pluralidade do movimento de mulheres no mundo. Como vemos na *Marcha Mundial de Mulheres*, um dos movimentos que articula internacionalmente a luta das mulheres no Brasil com

outros movimentos de abrangência local, como a *Casa da Mulher Trabalhadora* (CAMTRA), que atua em ações locais no Rio de Janeiro. Ademais, as mulheres em ação participam de múltiplos e plurais movimentos e organizações, e é a relação desta mulher ativista com o cuidado para si e sua comunidade um dos principais focos deste estudo.

BARRY *et* DJORDJEVIC (2007) realizaram uma pesquisa com histórias de mais de 100 ativistas mulheres de 45 países. Dentre muitas questões abordadas sobre o modo de vida das ativistas mulheres, se identificaram muitos casos de saúde relacionados à síndrome de Burnout. no mundo do ativismo dos direitos humanos, sendo esta uma resposta comum ao estresse crônico e desgaste emocional por cuidar de outro ser humano.

Para as ativistas desta pesquisa, o que leva estas mulheres a desenvolver a doença pode estar relacionado a “vivir en un mundo que las niega” e a “no encontrar la seguridad que le permita vivir su vida con libertad” (BARRY *et* DJORDJEVIC 2007, p.76), não permitindo à mulher viver de acordo com o que ela é, como relata uma ativista entrevistada: “Pero no se me permite vivir de acuerdo a lo que soy. Y eso me agota.” (BARRY *et* DJORDJEVIC 2007, p.77).

Ao relatar o que ser mulher ativista estimula em seus corpos, as autoras apontam que:

> El asunto es que las activistas son extraordinariamente resilientes. Es casi como si aquellas personas que se sienten atraídas por el activismo tuvieran reservas de energía especiales, infinitas, inesperadas. A veces, esto puede ser parte del problema. Porque toda esa fuerza, esa concentración y esa energía las canalizas hacia afuera, en tu trabajo. Simplemente no tienes tiempo –´ni espacio – para preocuparte por lo que está sucediendo en tu cuerpo o en tu corazón. Y eso hace que, cuando llega la enfermedad, no tengas con qué combatirla. Porque has perdido tus amortiguadores.
> (…) A muchas de nosotras la enfermedad nos va a llegar ... tarde o temprano. Porque, como lo señala Jelena, con el tiempo las activistas absorben en sus cuerpos la tristeza, el estrés, y la violencia a las que se enfrentan a diario.
> (…) Por el camino vamos acumulando muchas cosas como testigos, como sobrevivientes. Y todo eso se va escribiendo en nuestros cuerpos. (BARRY *et* DJORDJEVIC 2007, p.83 e 84).

Quando estas situações estão relacionadas ao estresse, fica mais evidente o descaso ou o tratamento precário de sintomas de pressão alta e dor nos ombros que são sinais também de doenças de grande risco de vida. Nem em caso de enfermidades graves. como câncer, as ativistas reduzem o ritmo de seu trabalho: “Cuando me fui a Canadá, a una reunión sobre mujer y salud, una mujer pidió que

todas aquellas activistas que hubieran interrumpido su radioterapia para asistir a esa reunión se pusieran de pie...Y muchísimas mujeres lo hicieron..” (BARRY *et* DJORDJEVIC, 2007, p.84).

Estas percepções do estado de adoecimento e bem estar das ativistas contribui para compreender como o cuidado e autocuidado se tornam estratégicos para estas mulheres. Além disto, a preocupação com uma “causa maior”, propicia o questionamento de que responsabilidade ética e política estas mulheres exercem..

Quando estas ativistas se reconhecem com as mesmas vulnerabilidades das mulheres às quais voltam suas ações, percebem que também precisam de cuidado e autocuidado para melhorar a própria condição de vida e de sua rede social:

> Después de varios años de estar atendiendo a defensoras de los derechos humanos que estaban siendo agredidas, y de ser nosotras mismas blanco de ataques, sin atender a nuestras propias necesidades en materia de salud mental, algunas nos quemamos. Pudimos reconocer los síntomas en nosotras mismas. Al ser una unidad muy pequeña, sufrimos las diversas con- secuencias del estrés vicario, así como de los traumas que nos fueron in- flingidos a nosotras. Como muchas teníamos conciencia de que lo que estábamos observando en las otras en ese momento, también estaba presente en nosotras, decidimos hacer algo. (BARRY *et* DJORDJEVIC 2007, p.106).

Dessa forma, as mulheres ativistas propõem, em seus movimentos, ações de cuidado individual e coletivo para apoiar atividades com temáticas ligadas à violência. Isso se torna evidente quando as falas das ativistas questionam o autocuidado e o cuidado coletivo a partir de suas organizações e suas ações de garantia de direitos humanos: “Nosotras mismas estamos violando nuestros derechos humanos?” (BARRY *et* DJORDJEVIC 2007, p.114); ou apontam o problema de falta de reconhecimento: “La falta de reconocimiento constituye uno de los principales obstáculos al bienestar y a la seguridad de las activistas, tanto en sus propios países como en el mundo entero.” (BARRY et DJORDJEVIC 2007, p.116).

Com isto, a pesquisa indica que o fortalecimento das redes de relações sociais das ativistas se mostra estratégico para mulheres em todas as idades, tendo em vista o esgarçamento de suas redes de apoio social. As autoras elencam que educação para mulheres adultas, sistemas seguros de saúde, salários que garantam uma vida digna, benefícios sociais e aposentadoria, entre outros, fomentam melhoria das redes globais de segurança para as ativistas.

São questões que ganharam ainda mais relevância na pandemia da COVID-19 e que contribuíram para acionar ações de proteção. Um exemplo desta proposta

é o “*COVID Crisis Fund For Feminist Activists*” destinado a ativistas feministas que atuam na garantia de direitos das mulheres, meninas e pessoas trans e LQBTQI + na capacidade de resposta comunitária à pandemia.

Outra experiência que ilustra bem esta relação na pandemia é o projeto “Segura a curva das mães”, desenvolvido no Rio de Janeiro por meio do *Coletivo Massa* e do *Instituto Casa Mãe* e que apresenta uma aproximação com conceitos como a integralidade e a construção de redes, ferramentas teóricas que têm papel central na articulação das redes de atenção à saúde e coordenação do cuidado no SUS. O “Segura a curva das mães” aponta que:

> A gente viabiliza uma rede de cuidado integral e emergencial. Primeiro, a gente fornece um apoio, uma verba emergencial mesmo, que é passada na hora em que a mulher é acolhida pelo projeto. No primeiro contato, a gente já pega os dados bancários para fazer o repasse no valor de 150 reais, que arrecadamos, via vaquinha, para aquela mulher cadastrada. Pode parecer muito pouco, mas faz muita diferença na vida de mulheres que não estão tendo acesso ao auxílio emergencial do governo, que estão com suas atividades — mesmo que informais — impedidas por conta da covid. Mas a gente também oferece o apoio psicológico, por meio de psicólogas voluntárias que se disponibilizam a fazer esse trabalho social, e suporte jurídico, através de coletivos da sociedade civil que já se mobilizam para esse fim. A gente se organiza em rede. Há ainda o apoio educacional, escolar ou não escolar, como chamamos. Ajudamos a pensar esse estar de mães e crianças em isolamentos social, em ambientes que não são saudáveis, mas extremamente vulneráveis, como por exemplo a convivência em casas com poucos cômodos. Para ter direito a esse nosso benefício, basta de fato ser mãe e ter situação de vulnerabilidade comprovada no questionário que a gente montou no formulário de cadastro (PERES, 2020).

YOUNES *et al* (2015), em estudo sobre os efeitos de grupos participativos de mulheres na saúde infantil na área rural de Bangladesh destacam que o conhecimento das mães sobre saúde, de forma ampla e específica para questões relacionadas à idade de seus filhos contribuem para a diminuição da morbimortalidade. Retratam, principalmente, o caso de crianças menores de 5 anos, quando o conhecimento sobre imunização, terapia de reidratação oral, disponibilidade de serviços de saúde materno-infantil, além da disponibilidade de água potável, saneamento básico e a segurança do meio ambiente do entorno das crianças, entre outros, asseguram melhores condições e perspectiva de vida para elas.

Os autores ainda alertam que existem poucos estudos que investigam “o conhecimento e as práticas das mães em uma série de questões integradas relacionadas à saúde infantil no nível da comunidade” (YOUNES *et al*, 2015, p.374).

A pesquisa trata de uma intervenção com 162 grupos de mulheres que estavam em projeto anterior construindo afinidade com temas como saúde materna e neonatal no período de 4 anos, consolidando o aprendizado em um ciclo participativo de aprendizagem e ação.

Os resultados deste estudo, experimental e controlado, mostram que a intervenção do grupo de mulheres na saúde infantil de seus territórios apresenta indicadores altos em comparação às áreas de controle do estudo. Fica mais nítido, quando após a intervenção do grupo, o indicador "*Mais de 3 maneiras de prevenir diarreia"*, que, no grupo controle, atinge 40,6% e, no grupo intervenção, 94,5% das mulheres com conhecimentos preventivos. Um comportamento de grande relevância para o controle da pandemia da COVID-19, e que também expõe que, após a intervenção, o grupo controle tem 20,6 % em comparação a 58,1 % do grupo intervenção de conhecimento sobre algo como "lavar as mãos com sabonete antes de alimentar a criança' (YOUNES *et al*, 2015).

Por isso, os autores afirmam que as estratégias de mobilização da comunidade, que ocorreram em nível local por meio de reuniões comunitárias organizadas pelos grupos de mulheres, podem ser adaptadas em outras localidades para a promoção de conhecimentos e práticas de saúde materno infantil. Essa experiência internacional contribuiu para alargar as possibilidades de estudos de longa duração no campo da participação comunitária de mulheres na promoção da saúde (YOUNES *et al*, 2015).

O estudo em Bangladesh sinaliza que a ação das mulheres melhora a adequação do sistema de saúde, em especial em locais onde haja recursos para estruturação e capacitação do agente comunitário de saúde (ACS). No Brasil, o ACS tem importante papel no SUS, colaborando para a capilaridade do sistema nas comunidades, realizando a ponte da unidade de saúde até a casa dos usuários e passando por arenas públicas comunitárias.

Faya Robles (2012), busca aprofundar os desafios que compõem a relação de mulheres de setores populares da cidade atuando como ACS junto a usuárias do SUS no controle sanitário e na rede de apoio social. Perspectiva esta que elenca elementos de relevância para os desafios da participação social na maternidade e outras estratégias de acesso à saúde, como descreve o autor:

> Es preciso preguntarse cómo la presencia de este actor de la salud pública brasileña, cuya posición es híbrida – mujeres de medio popular y actores institucionales – introduce cambios en la experiencia social de la

> maternidad. Inversamente, también podríamos preguntarnos de qué manera el lugar que ocupan las ACS, cada vez más central dentro del sistema público de salud, participa en la reconfiguración de las formas de regulación de éste. (FAYA ROBLES, 2012, p.96)

A experiência brasileira de ACS colabora para a ampliação de ações comunitárias e participativas de saúde coletiva. Ações que se tornaram referência para o mundo. Da mesma forma, organizações e movimentos sociais de pessoas vivendo com HIV tiveram papel fundamental para o Brasil se tornar referência mundial no tratamento da doença.

A atuação da sociedade civil organizada teve grande relevância desde o surgimento da AIDS, em 1980, acompanhada pelo processo de redemocratização do Estado brasileiro. A estratégia foi tentar operar na governança global em saúde, contribuindo a partir disso para a "criação das primeiras Organizações Não Governamentais do campo da AIDS (ONG/AIDS), baseadas em apoio social e jurídico (*advocacy)*, pressão política e pesquisa aplicada." (CAJADO *et* MONTEIRO, 2018, p. 3224). Nas décadas seguintes, o movimento perde força, mas continua influenciando as diretrizes globais de resposta à AIDS.

A relevante atuação e mobilização do movimento tem, na constituição das redes sociais de saúde, sua força de influência nas políticas públicas, "compreende-se que a constituição dessas redes surge de inquietações e incômodos dispersos que se agregam em mobilização coletiva e assumem uma organização social com liderança, valores e metas relativas às reivindicações do grupo" (CAJADO *et* MONTEIRO, 2018, p. 3224). Desta forma, as mulheres soropositivas criam o *Movimento Nacional de Cidadãs Posithivas* (MNCP), no Rio de Janeiro, uma rede nacional de mulheres vivendo com HIV/AIDS, um desdobramento da feminização da epidemia no Brasil. O movimento tem o propósito de mobilizar, fortalecer e integrar mulheres soropositivas em território nacional. Assim, as redes de apoio se tornam um lugar de tratamento e promoção da saúde, tendo em vista que, com a feminilização da doença, torna-se necessário "conciliar o cuidado de terceiros e o autocuidado, bem como a participação no movimento." (CAJADO *et* MONTEIRO, 2018, p. 3227).

De outro ponto de vista, Carvalho *et* Macedo, (2019) apresentam, em seu estudo, trajetórias de mulheres quebradeiras de coco babaçu, piauienses que superaram seus dilemas de uma condição de sobrevivência passiva e subjugada por problemas econômicos, "interseccionados com questões de gênero, raça, etnia,

geração, território e demais marcadores que compõem seus modos de vida.” (CAJADO *et* MONTEIRO, 2018, p. 3227).

O reconhecimento destas mulheres entre os povos e comunidades tradicionais, como categoria sociocultural e política, afirma-se jurídico-legalmente após anos de luta, fato que contribui e se revigora a partir do fortalecimento dos movimentos e redes de instituições constituintes deste território, como as instituições de trabalhadores, instituições religiosas, organizações não governamentais nacionais e internacionais (CARVALHO *et* MACEDO, 2019).

A raiz desta organização política das mulheres, que se movimenta da esfera privada (rompendo, negociando ou se sobrecarregando com múltiplas jornadas de trabalho) para o espaço público, com desejo de reconhecimento, perpassa a construção do *Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu* (MIQCB). Este tem origem em movimentos de mulheres trabalhadoras rurais que dão visibilidade às lutas pela vida das mulheres no campo. Elas lutam para garantir direitos, como a posse da terra que, atualmente, pode pertencer às mulheres, independente do seu estado civil (CARVALHO *et* MACEDO, 2019).

Vale destacar também que, na época, o papel de mobilização realizado pela Igreja nas comunidades contribuiu para que as mulheres desempenhassem outras atividades para além da esfera privada. Assim, elas buscaram se deslocar das rotinas de cuidado cotidianas e dar visibilidade às suas ações nas lutas sociais e nas mobilizações por melhores condições de vida e direitos (CARVALHO *et* MACEDO, 2019).

Nesse deslocamento, as mulheres quebradeiras assumem um lugar de fala no espaço público, expondo publicamente suas condições de vida e convidando a comunidade a organizar ações de resistência e proteção social. Antes da entrada neste espaço de visibilidade como quebradeiras de coco, estas mulheres têm seu trabalho doméstico e de cuidado desqualificado como um ‘trabalho menor”. (CARVALHO *et* MACEDO, 2019)

Apenas quando a atividade de quebrar coco perde mercado de exportação e é desvalorizada, passa a pertencer ao universo feminino. Ou seja, as mulheres avançam para o público, à medida que este perde, economicamente, seu valor de troca capitalista. É apenas após esta desvalorização que elas passam de esposas de trabalhadores (quando seu trabalho é uma simples ajuda ou complemento) para

organizadoras do I Encontro Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu, do qual participaram 250 mulheres (CARVALHO *et* MACEDO, 2019).

A participação política e os tensionamentos das fronteiras público-privadas colaboram para a definição da garantia do direito a uma vida digna para as mulheres. Para elas, os desafios de ingressar à arena pública contribuíram para flexibilizar elementos de responsabilidade no cuidado dos filhos e nas atividades domésticas, como reorganização da casa e acordos com maridos (CARVALHO *et* MACEDO, 2019).

A possibilidade de ampliar o escopo da análise de um caso para diferentes situações e colocar, em diálogo, estas mulheres, em ação pela reivindicação do direito ao cuidado e pela vida, se mostra, para este estudo, como um desafio em meio à pandemia da COVID-19. Contudo, instituições de referência para estes movimentos parecem ter fortalecido suas articulações por meio digital para apoiar ações ainda mais importantes em meio à crise sanitária dos países subdesenvolvidos.

Uma campanha que vem articulando ações das mulheres nos territórios nacionais, que tem grande aproximação com as experiências relatadas na pandemia. é a *Campanha do Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul* (PACS), *Mulheres Territórios de Luta*. A campanha busca dar visibilidade “às lutas e práticas de resistências marcadas e vividas desde os corpos das mulheres atingidas pelos megaprojetos de desenvolvimento” (PRAÇA, 2020).

A campanha considera que os corpos das mulheres são atingidos de forma potencializada pela ação de megaprojetos em territórios onde elas vivem. Isso se soma aos desafios que já se impõem à vida delas. Para essas mulheres, a primeira tarefa é relacionada à responsabilidade de garantir a reprodução da vida (seja tanto dos filhos, idosos, pessoas da família e comunidade, como também do ambiente e do território), ocorrendo poucas possibilidades de não serem “fortes” ou abandonarem seus territórios em busca de melhores condições de vida (PRAÇA, 2020).

Para essas mulheres, as intervenções com proposta de “desenvolvimento”, como os megaprojetos, chegam em suas comunidades criando maior vulnerabilidade para elas, seja pelo pouco trabalho remunerado oferecido ou até pela maior circulação de homens no território, o que aumenta o medo e a

insegurança locais. Marina Praça, umas das responsáveis pela elaboração da campanha, entende a iniciativa como:

> (...) uma dentre tantas expressões de uma história viva e coletiva que está presente em diversas mulheres. São corpos que, submersos em sentimentos, reflexões e dores, se veem como parte de lutas e conflitos. São mulheres que vivem situações que parecem bem maiores que elas mesmas, mas em realidade são a continuação e o eco de seus corpos-territórios. São histórias, reflexões, sentimentos, expropriações e reapropriações, artes, sonhos, encontros, coletividades, natureza, violências, lutos, indignação, encantamentos e muitas formas de viver e (re)existir. (...) as mulheres de coletivos e movimentos vão expressar os valores ético-político de suas lutas e vida, são #mulheresterritóriodeluta (PRAÇA, 2020).

Na pandemia, a vivência dessas mulheres ganha visibilidade para a ação sobre o cuidado, revelando a centralidade de suas ações na esfera privada para dar sustentabilidade à vida também do espaço público:

> A responsabilização pelo cuidado e a solidariedade como prática que apoia a reprodução em um contexto de generalização da precariedade move as mulheres individual e coletivamente, como pode ser observado nas ações organizadas por movimentos sociais, coletivos e organizações locais. Nas ações da *Marcha Mundial das Mulheres*, durante a pandemia, a distribuição de alimentos, máscaras e produtos de higiene produzidos coletivamente cria e reforça processos de auto-organização das mulheres nos territórios, articulando solidariedade com a construção de autonomia, enfrentamento à violência e ações de denúncia ao projeto político do governo federal, que não cuida da vida e amplia desigualdades.
> Colocar a sustentabilidade da vida no centro é uma estratégia feminista para transformar nossa sociedade em uma que reconheça a interdependência, valorize quem cuida, redistribua o cuidado, reorganizando a economia (MORENO, s.d.).

As experiências citadas contribuem para outro desenvolvimento, um que evoque o tornar-se mulher, o tornar-se negra, tornar-se indígena, que perpassa o conhecimento de pertencimento ao território e a história da comunidade à qual se pertence. Saberes de uma prática plural e cotidiana, que ocorrem na esfera social, e que ampliam as estatísticas de gênero a outras nomenclaturas em acontecimento. Assim como as lutas por garantia de direito à água, ao território, à integralidade da saúde, etc. Em suma, pelo direito humano a uma vida digna e sustentável para as mulheres e suas comunidades.

As demandas pela integralidade do cuidado, reivindicadas pelas mulheres, não são temas recentes na “história” das políticas de saúde brasileira, tal como resgatam Kalichman e Ayres (2016). Os autores relembram que a integralidade (com o significado obtido no contexto da reforma sanitária) foi utilizada pela primeira vez em 1984, pelo Ministério da Saúde, na confecção do *Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher* (PAISM). Sua construção sempre contou com a

participação ativa de mulheres do movimento social feminista, da saúde e das universidades.

Os autores ainda explicam as duas dimensões da integralidade, elaboradas no programa: “orientar o conjunto das atividades propostas para a promoção, prevenção e assistência da população de mulheres; e propor atendimento integral à saúde de cada uma delas, em todos os seus ciclos e necessidades de vida, e não apenas nos aspectos maternos ou reprodutivos.” (KALICHMAN *et* AYRES, 2016, p. 4).

O PAISM ainda inspirou a formulação da *Política Nacional de Assistência Integral à Saúde da Mulher* (2004), e continuou contribuindo para a atenção à saúde da mulher, tornando-se prioridade temática do Ministério da Saúde e resultando também na elaboração de uma rede de cuidado específica: a *Rede Cegonha* (BRASIL, 2011).

Contudo, tais ações não foram suficientes para alcançar a totalidade dos objetivos propostos. No que tange à assistência ao parto, persiste o grande número de episiotomias e induções ao parto, entre outras práticas, que apontam a persistência “da força de resistência que pode existir em práticas profissionais e culturas institucionais fortemente arraigadas em poderes e ideologias impermeáveis, ou mesmo contrários a tais proposições.” (KALICHMAN *et* AYRES, 2016).

Dentre os objetivos específicos desta Política (BRASIL, 2004), busca-se promover a atenção às mulheres e adolescentes, preconizando, para sua efetivação, estratégias de organização de redes integradas de atenção às mulheres. Estratégias que têm alicerce na descentralização e fortalecimento da atuação municipal na consolidação e integração das redes de cuidado nos municípios-pólo e microrregiões, ou seja, nos territórios sanitários de clientela, definidos em termos de adstrição e de responsabilidade.

No cotidiano das práticas, essa articulação política e institucional pode percorrer diversos caminhos, em que gestores e trabalhadores frequentemente são capturados por processos burocráticos e não atentam para o fato de já existirem no território redes de produção de saúde anteriores às suas atuações. Com isso, as ações implantadas, que não levam em consideração estas redes nos territórios, causam interferências que podem dificultar as práticas sociais de cuidado (BRASIL, 2016).

A busca de referências bibliográficas realizada neste estudo aponta que pesquisas relacionadas à integralidade da saúde e à performance das mulheres em ações de cuidado encontram-se pouco sistematizadas no campo da saúde coletiva brasileira. Apresentam, em sua maioria, estudos de caso sobre a atuação destas mulheres em seus territórios, entre documentos de instituições internacionais de saúde e de organizações feministas nacionais e internacionais. Tais referências indicam uma forte relação das mulheres com as práticas de ações de cuidado de relevância comunitária e proteção social.

Essas referências científicas provocam a potente liderança das mulheres na resolução de problemas comunitários por meio de ações envolvendo o fortalecimento do autocuidado e do cuidado integral de sua comunidade. São diversas experiências interdisciplinares e interinstitucionais relacionadas à ação das mulheres na produção do cuidado em seus territórios de existência.

Isto posto, o presente estudo busca entender o percurso de reivindicação por cuidado em territórios de vulnerabilidade social das mulheres ativistas e as ações destas para suprir as necessidades de saúde em meio à pandemia da COVID-19.

Partindo deste entendimento, para que as redes de atenção se configurem como produtoras de saúde, de acordo com Manual do(a) Gestor(a) Municipal do SUS, “Diálogos no Cotidiano”, elas devem ser capazes de fomentar, suportar e fortalecer práticas sociais cuidadoras. O cuidado que se constitui em processos de produção de saúde baseados na troca de saberes da vida possibilita às necessidades de saúde transbordarem os limites do setor saúde (BRASIL, 2016).

“As redes de atenção só mostram sua real capacidade resolutiva quando se tornam porosas às demandas populacionais e captam suas necessidades.” (BRASIL, 2016, p.252). Com isso, a relevância deste estudo se consubstancia na (re)organização das redes de atenção dos sistemas de saúde na medida em que existe a possibilidade de visibilizar elementos sociais capazes de contribuir para a garantia dos direitos das mulheres, tanto à saúde, quanto aos direitos humanos na sociedade, concebendo a mulher como sujeito e cidadã ativa no processo de articulação de múltiplos projetos de vida digna em seus territórios.

1.3 Afinal, onde está o cuidado? As responsabilidades das mulheres em ação na pandemia

A primeira pandemia do século XXI tem seu início em janeiro de 2020 com a convocação, pela OMS, da primeira reunião do Comitê de Emergências sobre o surto do novo vírus produtor da Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG). Nesta reunião, ainda havia dúvidas se o caso seria de uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII). A escala global da conectividade, na pandemia, transformou os meses iniciais desta em um grande encontro virtual multicêntrico de divulgação e construção de conhecimento sobre práticas e saberes de saúde coletiva para combate à COVID-19 em meio a novas formas de socialização, trabalho, educação e saúde. Grupos e redes de pesquisadores bem estruturados e já experientes com investigação de emergências em saúde pública, como a Zika (acometimento que tem forte relação com a vida das mulheres e seus direitos reprodutivos), desde o alerta da OMS, até hoje vêm buscando desvendar os desafios que o Sars-CoV-2 impõe aos seres humanos (BUENO *et al*. 2021):

> As interações do Sars-CoV-2 no Brasil como processo complexo e interdependente, analisador das relações internacionais, dos processos de globalização, da plasticidade econômica, do negacionismo em relação à ciência, da arena política e geopolítica, das iniquidades sociais, raciais e de gênero, da organização dos sistemas de saúde e do complexo produtivo da saúde, entre tantos outros. (BUENO *et al*. 2021 p. 28)

Diversos relatos, narrativas e ensaios vêm sendo produzidos sobre o ano inicial da pandemia e muitos destes são relacionados aos acontecimentos no espaço público, mas há também produções que buscam incentivar o desenvolvimento de mais pesquisas científicas sobre o reflexo da pandemia na esfera privada. Para Loyola (2020a), é necessário compreender que a dinâmica do “fique em casa” e a mudança quase compulsória de hábitos em todas as dimensões, fez aproximar o olhar da sociedade para os problemas domésticos, antes varridos para debaixo do tapete. A casa, o ambiente doméstico e privado que forja aspectos estruturais da nossa sociedade e que, atualmente, mostra-se como local privilegiado de defesa do contágio da COVID-19, é também local expressivo de mudanças comportamentais relacionadas às questões de gênero (Loyola, 2020a).

Loyola lembra que a histórica divisão sexual do trabalho corresponde a uma ideia central que responsabiliza as mulheres pelo trabalho doméstico e outros

trabalhos relacionados aos cuidados em casa; e, por outro lado, os homens, pelo que se refere ao espaço público, a rua. No contexto pandêmico, a carga de tarefas domésticas ganha centralidade e Loyola (2020a) nos convida a refletir sobre a produção de conhecimento desta mudança de hábitos nas casas das pessoas durante a pandemia:

> Assim, quando o vírus obriga homens e mulheres a permanecerem isolados em casa, as mulheres não têm dúvidas sobre o que "constitui sua obrigação" ou sobre o que devem fazer: arrumar a casa, cuidar das crianças pequenas (quando há), cozinhar, lavar e passar, decidir o que comer e, não raro, fazer as compras. O que fazem os homens, nessa circunstância? Eis um excelente objeto de pesquisa, a ser desenvolvido pelos cientistas sociais após a onda de coronavírus. Algumas evidências podem ser empiricamente observadas: (Loyola,2020a, p. 2)

A diferença do isolamento social nas classes sociais denuncia o quanto um estudo mais aprofundado desta dinâmica de gênero na dimensão molecular pode contribuir para a reflexão de práticas de cuidado que incentivem a melhoria das políticas públicas. Por um lado, a classe média pôde recorrer ao recurso de home office para manter trabalho e renda. Com isso, experimenta tensões nas tarefas domésticas e questionamentos sobre a possibilidade do aumento de divórcios (Loyola, 2020a). Por outro, nas classes populares brasileiras, em que 40% das famílias são chefiadas apenas por um cônjuge, em sua maioria, mulheres, estas estão também nas ruas, nas filas por auxílio emergencial e transportes públicos. A violência doméstica também aumenta com a pandemia, sendo maior junto às mulheres das classes populares (Loyola, 2020a).

As mudanças comportamentais e tensões para a sobrevivência, exigidas pela pandemia, afetaram de diferentes maneiras os diversos setores da sociedade. Atualmente, já percebemos que mudanças significativas, desde as dimensões micropolítica e molecular, vêm modificando toda nossa cadeia de relações sociais, tema fundamental para a vida das mulheres e para a saúde coletiva nos anos de pandemia e pós-pandemia (Loyola, 2020a).

Ainda no campo de notícias veiculadas para o espaço público, destaca-se que a primeira morte por COVID-19 no estado do Rio de Janeiro (março de 2020) é a de uma empregada doméstica de 63 anos, que morava em Miguel Pereira (município do interior do estado) e que foi contaminada por sua patroa que morava no Leblon (bairro da capital do estado). Esta última tinha voltado infectada de suas férias na Itália. Segundo reportagem do portal UOL, a trabalhadora era a mais velha de uma

família de 9 irmãos e trabalhava desde jovem como empregada doméstica para sustentá-los depois da morte dos pais (MELO, 2020).

Continuou a trabalhar durante a pandemia por não ter tempo de serviço para se aposentar. Apresentava diversos fatores de risco para a COVID-19, já conhecidos na época. O caso teve grande repercussão, mas apenas em abril de 2020 o Superior Tribunal Federal suspende parte da medida provisória nº 927/2020, passando a considerar a contaminação por COVID-19 acidente de trabalho (MELO, 2020).

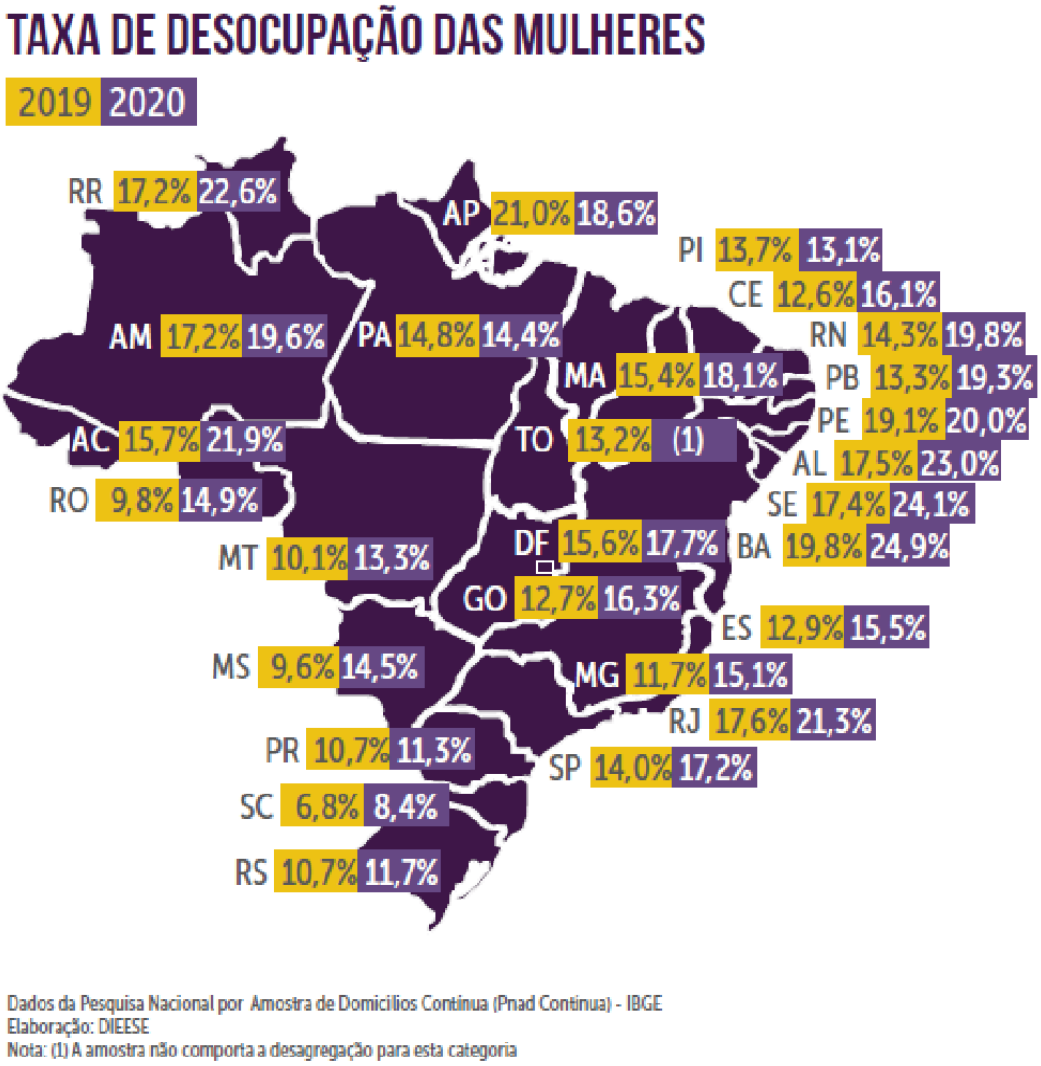
A Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (FENATRAD) e a organização da sociedade civil THEMIS – Gênero, Justiça e Direitos Humanos, organizaram uma campanha por meio de diversos canais de comunicação e apoiadores, pedindo aos empregadores que não houvesse desconto do pagamento das trabalhadoras domésticas e as afastassem até passar o período de maior risco de contágio. Filhos e filhas das trabalhadoras também se mobilizaram nas redes sociais pedindo dispensa remunerada de suas mães, assim como, por meio de abaixo-assinado online, o canal @pelavidadenossasmaes e o abaixo-assinado “Quarentena Remunerada Já Para Domésticas e Diaristas!” (COSTA, 2020).

Segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), a pandemia impactou fortemente as trabalhadoras domésticas, levando 1,6 milhões mulheres no Brasil a perderem o trabalho. Destas, 400 mil de carteira assinada e 1,2 milhões sem vínculo formal. Grande parte das brasileiras perdeu a ocupação no período da pandemia e não buscou outra oportunidade de renda. No painel Brasil, a inserção das mulheres no mercado de trabalho revela que, entre o 3º trimestre de 2019 e o 3º trimestre de 2020, as mulheres excluídas da força de trabalho aumentaram 8,6 milhões e a ocupação diminuiu 5,7 milhões, além de mais de 504 mil ficarem desempregadas (figura 1), (DIEESE, 2020).

Entre as mulheres negras, o desemprego atingiu 19,8%, alarmante dado que, em conjunto com a perda de trabalhos informais, leva estas mulheres a configurarem a maioria das pessoas em situação de agravamento da pobreza e de exclusão social. Isto, associado à dificuldade de implementação de políticas públicas de proteção social e regular auxílio financeiro direcionado a este setor, faz com que,

principalmente estas mulheres, tenham que decidir entre ter alguma renda e a proteger a sua vida e de seus familiares (DIEESE, 2020).

Figura 1 – Taxa de desocupação das mulheres no Brasil entre o 3º trimestre de 2019 e o 3º trimestre de 2020.



Fonte: DIEESE, 2020

Em contrapartida, em janeiro de 2021, a primeira vacinada contra a COVID-19 no Brasil, após a aprovação do uso emergencial de vacinas pela Anvisa, foi a mulher negra e enfermeira, Mônica Calazans. Segundo reportagem da CNN Brasil, a enfermeira, que apresenta alto risco para complicações da doença, quando a pandemia teve piora no país, foi trabalhar no hospital de referência para COVID-19 em São Paulo. Participante da pesquisa do Instituto Butantã, atuou como auxiliar de enfermagem durante 26 anos e concluiu o curso de enfermagem aos 47 anos, é viúva e mora com o filho.

Ao tomar uma das doses da Coronavac, vacina do Instituto Butantã, em parceria com instituições de pesquisa chinesas, Mônica relata que continuará a seguir os protocolos de isolamento e cuidados de higiene. Com perfil de forte responsabilidade social, Mônica Calazans fez diversas declarações em apoio à ciência e ao SUS, e também teve o cuidado como questão central dos profissionais de saúde e de sua postura ético-política (BADDINI,2021):

> Quem cuida do outro tem que ter determinação e não pode ter medo. É lógico que eu tenho me cuidado muito a pandemia toda. Preciso estar saudável para poder me dedicar. Quem tem um dom de cuidar do outro sabe sentir a dor do outro e jamais o abandona (BADDINI, 2021).

O engajamento e o posicionamento performados por Mônica refletem as conquistas que o país teve no direito à saúde, seja na questão da ética em pesquisa e bioética, como o fortalecimento de determinadas categorias de profissionais da saúde em sua relação de atuação ética para com a sociedade. Estas características remontam a pontos centrais da reforma sanitária. Loyola, ao escrever para o campo da saúde coletiva, ainda em 2020, um “BASTA!”, conclama aos atuantes em defesa da saúde como direito que, como sanitaristas, revigorassem as ideias da reforma sanitária como movimento aglutinador de ação contra o “negacionismo” e a favor da vida e da saúde, movimento que tem suas raízes na construção e reconstrução de pontes para o direito universal à saúde. E que, por isso, ainda nos permite dizer que saúde é direito de todos e dever do Estado, apesar das enormes dificuldades que enfrentamos nessa materialização (LOYOLA, 2020b).

Essa construção, garantida na constituição cidadã de 1988, destaca o Brasil ainda como vanguarda da luta que Butler faz hoje nos EUA por direito à saúde gratuita, universal e de qualidade. A autora faz referência aos principais desafios que os americanos enfrentam no início da pandemia da COVID-19 no país:

> A proposta de uma saúde pública e universal revigorou um imaginário socialista nos EUA – um imaginário que agora precisa esperar para poder se realizar como uma política social e como compromisso público neste país. É preciso agora que se mantenha vivo esse ideal nos movimentos sociais, ancorados menos na campanha presidencial do que na luta de longo prazo que temos pela frente. Essas visões corajosas e apaixonadas, ridicularizadas e rejeitadas por “realistas” capitalistas, já tiveram destaque suficiente na mídia, já mobilizaram atenção o bastante, para deixar cada vez mais pessoas – algumas pela primeira vez – desejando um mundo transformado. Com sorte, conseguiremos manter vivo esse desejo. (BUTLER, 2020)

Do ponto de vista legal, a constituição brasileira pretende garantir este direito; no entanto, a prática deste implica o desafio de melhoria dos determinantes sociais da saúde no país, elemento desafiador e decisório para o enfrentamento da COVID-19 no Brasil.

Butler chama a atenção do mundo para tal ponto, destacando a desigualdade social e econômica como facilitadoras na disseminação do vírus a pessoas mais expostas, aquelas que vivem uma vida precária. Butler entende que “o vírus por si só não discrimina, mas nós humanos certamente o fazemos, moldados e movidos como somos pelos poderes casados do nacionalismo, do racismo, da xenofobia e do capitalismo” (BUTLER, 2020).

É neste desafio ético-político que atualmente o país enfrenta uma distorção, ou distopia, da Carta Constitucional. A Constituição cidadã, fruto de mobilização popular e intelectual de organizações da sociedade civil, fomentou a abertura de um exercício de processo democrático no país. Atualmente, a Carta Magna é usada em diversas performances que descaracterizam e criam narrativas de apagamento histórico do que a valorizava - seu conteúdo de garantias universais, equânimes e integrais de direitos humanos a todos os brasileiros - que constituíram as diretrizes do SUS. Neste processo, percebemos uma distinção entre a efetivação de um direito e a expectativa ou não deste, tal como as lutas e resistências sociais pela efetivação e manutenção do mesmo.

Nesta linha, a pandemia escancarou diversas das fragilidades do Estado em garantir direitos. Loyola (2020a), nos apresenta lentes oportunas para verificar as experiências na dimensão molecular, e Duarte (2020) nos convoca a calibrar a lente com Foucault (ANO), para enxergar a força do biopoder na nossa frágil experiência democrática.

Interessa, pois, a este projeto de pesquisa, analisar também a superação do apagamento da experiência de cidadania por uma burocracia que prolifera uma política institucional de morte. Morte de todo o diferente do padrão estipulado como “cidadão de bem”. Morte que é institucionalizada, configurando-se uma necropolítica. À situação política potencializada pela pandemia, Duarte chama de Pandemônio (DUARTE, 2020):

> Não deve causar nenhuma estranheza a alguém que se encontre no Brasil de hoje a afirmação de que todos nós nos vemos atualmente diante de um governo disfuncional e autoritário, o qual não apenas instabilizou todas as instituições democráticas nos últimos dezoito meses, mas também se

> mostrou absolutamente incapaz de conduzir com o mínimo de coerência e lucidez os rumos do país em meio à gravíssima situação sanitária, à qual todos nós fomos expostos por meio da pandemia do novo coronavírus. (...) A política, um dia pensada como atividade voltada para a requisição organizada de todas as ações particulares no interior da cidade, torna-se, com isso, campo de supressão imediata de todo bom senso, de instauração da loucura como princípio de governo, de defesa de interesses maximamente particulares desprovidos eles mesmos de grande coerência e coesão. Vemos, em suma, uma população largada a própria experiência do "salve-se quem puder, como puder e se puder", assim como um país disperso em um conjunto infinito de questões que nada têm a ver com os dilemas com os quais nos vemos inexoravelmente confrontados aqui e agora. (...) Três são, de qualquer modo, os conceitos-chave que vão propiciar e conduzir, então, a leitura duartiana de nossa crise: biopolítica, neoliberalismo e necropolítica. (CASANOVA, 2020, p. 13-15)

Esta tática de choque do absurdo, torna a agenda do "pandemônio", maior que a da pandemia. A crítica aos absurdos realizados pelo governo federal conta com diversas linhas do tempo relacionadas a diferentes pastas institucionais e atores. As declarações institucionais, principalmente do governo federal, atacam a agenda dos movimentos de lutas por direitos e de diversas instituições em exercício democrático (DUARTE, 2020).

O absurdo se constitui, principalmente, pelo governo federal atual (2018 a 2022) entender, como únicos possuidores de direitos institucionais no Brasil, os sujeitos que expressam, em seu caminhar na vida, os desejos do patriarcado e a morte de outros setores, com desejos plurais. Por isso, a vida que não for a do "cidadão de bem", aquele que "vale" a pena (segundo seus próprios critérios), se pode matar ou deixar morrer (DUARTE, 2020).

Neste estudo, nos interessa analisar a elaboração das mulheres que, em meio à pandemia e ao "pandemônio", desenvolvem espaços públicos de resistência e resiliência diante dessa lógica. Em especial no que concerne a práticas, vivências e ações dessas mulheres na ruptura da produção da morte, do abandono ou do descaso que deixa morrer, sobretudo quanto à construção e elaboração de vidas plurais, com direito à saúde integral. Essa troca de experiências possibilita gerar visibilidade à pluralidade de desejos em busca de uma vida menos precarizada, em que todas as vidas importam, o que inclui a diversidade dos projetos de felicidade destas (DUARTE, 2020).

Cabe também destacar o papel das mulheres parlamentares nos diferentes âmbitos da política institucional em relação à pandemia, a fim de localizar exemplos de articulações das mesmas. No âmbito federal, o destaque cabe à Comissão

Parlamentar de Inquérito (CPI) realizada em 2021, `qual coube o papel de analisar as ações institucionais de combate à COVID-19 no país. A *CPI da Covid*, como ficou conhecida, não era composta por nenhuma senadora entre os seus 11 membros titulares e 7 suplentes, homens. Após semanas de instalação da mesma, a bancada feminina do Senado ganha espaço de voz, sendo permitido às senadoras revezar o assento com seus colegas homens para realizar questionamentos aos intimados .

Algumas senadoras ganharam maior destaque, como a senadora Simone Tebet, pelo posicionamento veemente em evidenciar a desastrosa condução do governo federal em relação à pandemia. Atualmente, as projeções, desta e de outra senadora, na dita CPI, colaboraram para que essas parlamentares alçassem, em seus respectivos campos políticos,candidaturas à Presidência da República.

Já no estado do Rio de Janeiro, no segundo semestres de 2022, a Fiocruz apresentou resultados dos recursos repassados pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ) para combate à pandemia nas favelas. Os recursos repassados em 2021, a partir da Lei 8.972/2020, foram revertidos para 75 favelas nos municípios do Rio de Janeiro, Angra dos Reis, Petrópolis, Duque de Caxias, Queimados, São Gonçalo, Niterói e São João de Meriti.

Segundo notícia publicada no site da ALERJ por Manuela Chaves (2022), o coordenador executivo do Plano de Enfrentamento à COVID-19 da Fiocruz, Richarlls Martins, entende que houve um impacto muito expressivo dessa execução orçamentária nas organizações da sociedade civil, além de a população fluminense ter cooperado significativamente para o enfrentamento da pandemia nos territórios periféricos.

As ações estavam relacionadas, principalmente, ao enfrentamento da fome, com toneladas de alimentos e milhares de refeições sendo distribuídas para famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza. A atuação contou também com parcerias agroecológicas, agricultura familiar e de alimentação orgânica, por meio de cozinhas comunitárias, distribuição de refeições e hortas comunitárias (CHAVES, 2022).

A deputada estadual do Rio de Janeiro, Renata Souza, que presidiu a reunião e foi uma das principais articuladoras do sucesso do projeto de parceria entre Alerj e Fiocruz, relata que: "Os 54 projetos foram apresentados inicialmente pelo edital

proposto pela Fundação Oswaldo Cruz, então temos a favela e a periferia como protagonistas da sua própria história" (CHAVES, 2022).

Em nível municipal, em 2021, evidencia-se a audiência pública da Comissão Especial com o tema “Política para as mulheres em tempo de pandemia”, presidida pela vereadora Monica Benicio e em articulação com outras vereadoras do município, instituída pela resolução nº 1528/2021, com a finalidade de monitorar políticas e serviços públicos que impactam na vida das mulheres da cidade.

Segundo a abertura da audiência realizada por Benicio, “o desafio que se coloca é pensar de forma integral as políticas necessárias para que o Rio de Janeiro se torne uma cidade segura para todas as mulheres.” Esta ainda apontou a pandemia como um fator que potencializou crises já vivenciadas pelas mulheres em seus territórios:

> No contexto que estamos vivendo, não podemos ignorar os impactos da pandemia na vida das mulheres. A pandemia escancarou as desigualdades estruturais na sociedade. Como em qualquer crise, a sobrecarga de trabalho, do desemprego e da exploração, recaiu imediatamente, de forma dura, sobre nós, mulheres. Mas não recai sobre todas as mulheres da mesma forma. No nosso território, as mulheres da zona sul, zona norte e da zona oeste têm vivências completamente diferentes em sua relação com a cidade. Assim, como mulheres na favela, que enfrentam dificuldade que não são comuns a todas. Os diversos recortes e combinações, desde gênero, raça, sexualidade e território, crenças e classe social, faz com que mulheres sejam atingidas de maneira desigual pelas mazelas da pandemia.
> O objetivo dessa audiência, que reúne, aqui, mulheres e representantes do poder público, representante da sociedade civil e dos movimentos sociais é trocar informação que se reflita na capacidade de atendimento dos serviços públicos as mulheres cariocas durante a pandemia e sobre a qualidade desses serviços. As mulheres cariocas, desde muito antes da pandemia, foram afetadas, ainda de formas diferentes, a depender da sua cor, do ser CEP, seu credo e orientação sexual, pela falta de planejamento e destinação de recursos de política pública efetivas para garantir o direito à proteção (Câmara Municipal do Rio de Janeiro, 2021).

A vereadora também esclarece as estratégias e finalidades de atuação da comissão e de sua “mandata” (termo feminino para mandato parlamentar) na construção de diálogos públicos para melhoria das condições de vida das mulheres e toda população da cidade no período pandêmico e o que se segue após o ápice da pandemia:

> Com a crise sanitária e econômica, torna-se ainda mais grave a ausência do Estado e serviços municipais na vida de cada uma dessas mulheres, na mesma proporção que se torna urgente a nossa intervenção.
> Nossa mandata acredita na potência coletiva do diálogo, como esses que estão sendo feitos aqui nessa audiência pública que participaremos hoje. Para elencar demandas e prioridades possíveis, ações e soluções para garantir às mulheres moradoras de nossa cidade, dignidade e acessos a

> serviços públicos que são de direito, seja na luta por renda básica, creche noturna, iluminação pública, transporte de qualidade, por acesso à saúde humanizada no atendimento às vítimas de violência, por igualdade e oportunidade de renda e por direito ao próprio corpo. Estamos juntas para pensar e pleitear uma cidade segura para todas nós mulheres. (Câmara Municipal do Rio de Janeiro, 2021)

Entendemos que pesquisar os fatos sociais em curso, coloca este estudo em constante desafio para identificar e trazer à redação elementos essenciais relacionados à responsabilidade da ação política das mulheres durante a pandemia de COVID-19 no Brasil, afinal:

> Chego, então, àquilo que cumpre ser pensado: a atitude descomprometida de diversas autoridades públicas para com a vida em geral e, sobretudo, para com o sofrimento e morte dos nossos concidadãos, já submetidos a longos processos históricos de vulneração. Concidadão? Somos de fato um país de cidadãos? (DUARTE, 2020, p.108).

Portanto, o objetivo geral desta pesquisa buscou compreender a ação das mulheres em suas articulações no espaço público na reivindicação de direitos ao cuidado no contexto de pandemia da COVID-19, a partir de estudos dos Itinerários Terapêuticos (Its) em territórios de vulnerabilidade.

Mapear os percursos das mulheres na busca por cuidado em seus territórios colabora para compreender as especificidades no plano molecular de tais ações. Assim como, conhecer o perfil dessas mulheres em ação, suas estratégias de resistência, organização da sua rede social e arranjos institucionais transversais ao SUS, para, com isso, identificar os agentes e suas práticas na elaboração de respostas às demandas de cuidado por parte das mulheres durante o primeiro ano de pandemia no Brasil.

EXPERIÊNCIA, AÇÃO E A INTEGRALIDADE (RESPONSABILIDADE) NO CUIDADO: DELINEAMENTO CONCEITUAL-TEÓRICO E INCURSÕES METODOLÓGICAS

2.1 Visibilidade sobre a experiência: como olhar para a integralidade como estratégia de defesa da vida?

Tendo em vista a mobilização de diversos fatores relacionados às mulheres e seus diferentes contextos de reivindicação de direitos ao cuidado, buscar-se-á construir nexos epistemológicos, de tal modo que se indique um campo de visibilidade sobre suas atitudes, estratégias e ações em defesa da vida e se possibilitem criar condições analíticas acerca de suas experiências de lutas pelo direito ao cuidado integral. Para isso, parte-se do princípio da integralidade em saúde, aqui entendida como:

> (…) responsabilidades entre serviços e população, à humanização das práticas da saúde, ao estabelecimento de um vínculo entre profissionais de saúde e a população, ao estímulo à organização da comunidade para o exercício do controle social e ao reconhecimento da saúde como direito de cidadania. (PINHEIRO, 2008, p.261).

Entende-se aqui que a visão e a vivência (experiência) das mulheres como usuárias do Sistema Único de Saúde (SUS), em seu percurso de reivindicação por cuidado e por valorização em sua cidadania, pode contribuir de forma efetiva na formulação de políticas que atendam às suas necessidades. Neste sentido, buscar-se-á criar zonas de visibilidade de experiência e articulações, que podem vir a proporcionar inovações na organização e na gestão da atenção ao cuidado no SUS, assim como na promoção da cidadania para as mulheres (PINHEIRO; 2008).

De acordo com Martins e Pinheiro (2011), a saúde, como uma questão de cidadania, requer um olhar permeável à pluralidade de representações:

> Nem a palavra “cidadania” reflete um direito natural do ser humano, ao contrário do que se pensa comumente, nem o termo “usuário do serviço público” constitui uma referência funcional e automática para o indivíduo consumidor dos bens e serviços públicos. Há que se problematizar criticamente tal noção para tirá-la de sua aparente obviedade nominal, e demonstrar que, sob sua aparência mórfica homogênea, esconde-se uma pluralidade de representações moldadas nas fronteiras administrativas políticas e jurídicas construídas entre os espaços do Estado e da sociedade civil (MARTINS *et* PINHEIRO, 2011, p. 57).

Com isso, procura-se evidenciar os encontros que, na produção do cuidado, considerem os sujeitos e se constituam em prol da compreensão da integralidade como direito de cidadania e defesa da vida. Isto posto, a saúde como direito carece de uma compreensão ampliada de seu exercício, como esclarece Roseni Pinheiro:

> A saúde, como direito de cidadania e defesa da vida, exige análises compreensivas, a fim de identificá-la como uma categoria da prática portadora de padrões móveis e progressivos, e o sistema de saúde, sua organização e o conjunto de práticas no seu interior devem ter a capacidade de acompanhá-los e, mesmo, construir sempre novas possibilidades, em um movimento renovado de 'integralidade' com equidade. Torna-se necessário exercer, no limite, todas as combinações possíveis de forças técnicas, políticas e administrativas existentes em cada realidade local – com a necessidade tal como expressa pelos usuários e como é percebida por meio de indicadores que a razão técnica analisa para o planejamento, com a gerência dos serviços e com as práticas dos trabalhadores – em arranjos dinâmicos que, a partir de cada conquista realizada, pressionem e organizem as condições para novos avanços (PINHEIRO, 2008, p.258).

Para tanto, procura-se colaborar com a construção de argumentos jurídicos e políticos de promoção à saúde no sentido de assumir como referência a integralidade em saúde como prática articuladora de direitos. Isto porque a integralidade ganha materialidade quando se impõe como estratégia de defesa da vida, como direito orientador das metas administrativas do serviço (PINHEIRO, 2008).

Nesse sentido, a visão do usuário sobre esta produção favorece a percepção da garantia de direitos no cotidiano dos sujeitos e na construção da integralidade em saúde. Por isso, entender os caminhos, as vivências e escolhas das mulheres que reivindicam cuidado, possibilita assimilar como são elaboradas as estratégias para o caminhar destas na vida. A integralidade não tem uma definição única, mas entendemos que a força deste conceito está também na diversidade de sua abrangência (AYRES, 2011).

Ao delimitar o objeto deste estudo, procura-se valorizar a identificação de estratégias de reivindicação das mulheres por direitos ao cuidado em seus territórios de luta. A análise perpassa questões relacionadas à vulnerabilidade social, ao pertencimento, à responsabilidade coletiva, ao cuidado como ação política e ao espaço público.

A vulnerabilidade social, como unidade de análise oferece, para a discussão do estudo, informações referentes aos processos que iluminem as fragilidades sociais, políticas, do indivíduo e de toda a comunidade. Afinal, a produção de análise que considera a dimensão de "justiça" nos ajuda a identificar possibilidades de

prevenir e superar tal vulnerabilidade. Esta percepção também é apontada por Di Leo e Pinheiro (2017), quando apostam no conceito de vulnerabilidade no campo da saúde coletiva:

> Una herramienta que ha demostrado ser muy productiva en el campo de la salud colectiva para el abordaje de los vínculos entre juventudes y salud es el concepto de vulnerabilidad. Mediante esta categoría es posible aportar a la visibilización de grupos o individuos en procesos de fragilización social, política a jurídica, pasando de las perspectivas estáticas, estigmatizantes e individualistas a otra mirada que ponga el acento en su carácter dinámico, complejo y relacional. (DI LEO, PINHEIRO, 2017, p.3)

Di Leo e Pinheiro (2017) apontam que o pertencimento do sujeito à sociedade também se apresenta pela negação do seu reconhecimento por esta. E gerar visibilidade ao que é negado, colabora para identificar qual o pertencimento possível nesta sociedade a sujeitos como os que conseguem suportar o seu reconhecimento por meio destas negações, como ocorre com aqueles que são visibilizados apenas nas injustiças. Neste estudo, espera-se superar o foco limitado à ausência de doenças, assinalando, também, as outras potencialidades de valorização da vida das mulheres como sujeitos na reivindicação de direitos à saúde integral.

De forma análoga ao conceito de vulnerabilidade social, o de pertencimento contribui para criar uma chave de leitura sobre as mulheres em ação no mundo, com suas possibilidades de reivindicação e de construção de projeto de felicidade. Para tal, mostram-se necessárias aproximações que nos coloquem em diálogo com o mundo ao qual estas mulheres pertencem. Assim, seguimos a compreensão que Butler (2017) apresenta sobre o “eu” no mundo:

> O “eu” não se separa da matriz prevalecente das normas éticas e dos referenciais morais conflituosos. Em um sentido importante, essa matriz é a condição para o surgimento do “eu”, mesmo que o “eu não seja induzido por essas normas em termos causais. Não podemos concluir que o “eu” seja simplesmente o efeito ou o instrumento de algum *ethos* prévio ou de algum campo de normas conflituosas ou descontínuas. Quando o “eu” busca fazer um relato de si mesmo, pode começar consigo, mas descobrirá que esse “si mesmo” já está implicado numa temporalidade social que excede suas próprias capacidades de narração; na verdade, quando o “eu” busca fazer um relato de si mesmo sem deixar de incluir as condições de seu próprio surgimento, deve por necessidade, tornar-se um teórico social.
> A razão disto é que o “eu” não tem história própria que não seja também a história de uma relação – ou conjunto de relações – para um conjunto de normas. (BUTLER, 2017, p. 18)

Tal perspectiva procura analisar as relações que a mulher tem, não apenas com o mundo, mas com si mesma no mundo, e quais desejos de existência provocam e transformam sua vida, questão que fomenta diálogo sobre as ações e flexibilizações do cuidado de si ao cuidado do mundo, pelo amor ao mundo.

De outro lado, diante do contexto de pandemia, encontramos esteio epistemológico dessa discussão no conceito de responsabilidade coletiva, que de acordo com o entendimento de Stelet *et* Pinheiro (2011) sobre o pensamento de Hannah Arendt (ANO), se configura no pensar e agir como base de atuação do sujeito no mundo, na medida em que cada um, pretende perceber as críticas e julgamentos sobre o mundo ao qual pertence e sobre o qual tem responsabilidade, ou não:

> A responsabilidade pessoal está amalgamada à responsabilidade coletiva, ecoando a capacidade de olhar a partir da perspectiva do outro, de reconhecê-lo, de imaginar-se no lugar do outro. Desse amálgama surge o sentimento de pertença a um grupo, a uma comunidade, a uma espécie. A responsabilidade coletiva é sempre política. (STELET *et* PINHEIRO, 2011, p.66)

Em vista disto, procurou-se agregar informações relacionadas à responsabilidade que estas mulheres desenvolvem e que possibilitam a reivindicação de direitos em seus territórios. Interessam, ao estudo, as informações e conhecimentos gerados a partir da percepção ética constituída da responsabilidade dessas mulheres para com o mundo delas: “(...) esse ponto em que decidimos se amamos o mundo o bastante para assumirmos a responsabilidade por ele” (STELET *et* PINHEIRO, 2011, p.67).

Desta consciência de si, sobre o mundo ao qual se pertence e sobre as responsabilidades e possibilidades de se manterem vivas nele, se busca, neste estudo, apresentar a visão e experiência das mulheres defensoras de direitos no contexto da pandemia de COVID-19, suas possibilidades de vida e reivindicação de direitos, apostando na constituição do cuidado como ação política de cidadania.

O cuidado, como valor ético-político, abrange uma atividade desenvolvida pelo ser humano que, em um contexto propício para a integralidade em saúde, exige responsabilidade coletiva para a afirmação da vida (PINHEIRO, 2007).

Assim, a produção do cuidado em saúde para Stelet *et* Pinheiro (2011), perpassa a relação entre o espaço público e o cuidado como agir político:

> Ao expor a virtude do cuidado como ação, falamos do cuidado em saúde como agir político, que se mostra no espaço público, onde nos apresentamos à pluralidade humana no mundo. O cuidado em saúde, como valor, significa reconhecer os outros também como singularidades plurais em ação, como sujeitos políticos na construção de um mundo comum. (STELET *et* PINHEIRO, 2011, p. 63).

O reconhecimento para além de uma perspectiva de saída da vulnerabilidade traz também o reconhecimento do outro como sujeito de singularidades plurais, o

que reforça a perspectiva dialógica tanto da produção do cuidado como da construção de um bem comum. Construção que está relacionada às possibilidades deste diálogo como agir político responsável pelo mundo, “(...) a responsabilidade coletiva como valor constituinte do cuidado em saúde pressupõe uma liberdade compartilhada na produção do comum” (STELET et PINHEIRO, 2011, p.65).

Desse modo, o espaço público ganha importância estratégica na ação política e ética de responsabilidade sobre o mundo enquanto local de reconhecimento da pluralidade e manutenção da mesma. O cuidado, como agir político, está relacionado a um valor ético de responsabilidade sobre o mundo (PINHEIRO, 2007).

Os atributos do cuidado, em uma perspectiva de reconhecimento de valores de pertencimento, têm grande relevância na visibilidade das narrativas das mulheres que reivindicam direito à saúde em território de vulnerabilidade social.

Ao se focar no território e na política, se vê o espaço público. Segundo Hanna Arendt (ANO), é no espaço público, o espaço comum, que se realiza a condição humana. Este é o espaço privilegiado para (re)construção de um espaço comum que se encontre fragilizado, desde que haja a possibilidade de se estimularem práticas comunicativas que sejam capazes de, efetivamente, alterar a realidade (ARENDT, 2007).

Telles (1990), ao estudar Arendt (ANO), aponta que a modernidade veio acompanhada de uma fragilização das relações humanas, que mudou substancialmente a maneira de serem enfrentados os problemas da convivência social. Sinaliza que houve uma perda do espaço público, o que fez com que os critérios para se compreender e julgar o mundo de forma justa e legítima se esvaíssem.

Nesse sentido, a importância do diálogo para a construção e sustentação de um espaço coletivo, configura-se a partir da ação e da palavra, quando o ser humano se reconhece no outro e no espaço do comum. É na ação e no discurso de cada sujeito que se ganha sentido para construção de um mundo comum (ARENDT, 2007; TELLES, 1990).

Segundo Telles, para Arendt, ter direitos significa “pertencer a uma comunidade política na qual as ações e opiniões de cada um encontram lugar na condução dos negócios humanos.” A perda das condições de igualdade está relacionada ao esvaziamento do espaço público. Com isto, as diferenças legítimas do que é privativo aos sujeitos se transformam em critérios políticos. Ou seja, o

esvaziamento na produção de argumentos sobre o comum contribui para o espaço público ser ocupado por argumentos que exaltam a experiência individual, não a coletiva, visibilizando os sujeitos, neste mundo comum, “não por suas ações e opiniões, mas pelo que são, em função dos azares da vida, tal como atributos definidores do seu lugar no mundo”, o que acaba por exercer maior pressão social naqueles que perdem seus direitos de cidadania. (TELLES, 1990, p. 40).

Logo, o pensamento harentidiano desloca a compreensão da política como exclusividade estatal e a qualifica em sociabilidade, dependente da construção social de seus critérios, mediante acontecimentos e constrangimentos que a vida em sociedade proporciona e alertando para a necessidade de desprivatização e reconhecimento públicos da linguagem e da vida social.

Telles (1990), aponta que, para ocorrer o “ancoramento dos direitos na dinâmica da sociedade”, não basta uma “legitimidade formal constituída”, nem um Estado sensível a esta; É necessário se constituir, tal como anota Gramsci, como contra-hegemonia,[3] uma opinião pública constituída no espaço público. Em vista disso, este espaço “é regido por uma dinâmica em que o próprio direito é sujeito a uma constante reinterpretação, enquanto debate sempre reaberto sobre o justo e o injusto, o legitimo e o ilegítimo” (TELLES, 1990, p. 45).

Por consequência, a autora salienta que a reivindicação de direitos não se estabelece apenas por uma conquista de visibilidade no espaço público, mas pela capacidade de mobilização em torno da construção de uma narrativa de legitimidade e justiça em constante e reaberta interpretação. Essa articulação em movimento, com centro no discurso como ação política, é que Arendt e Telles apontam como a principal estratégia para a reivindicação de direitos na sociedade.

Diante do exposto, esta questão contribui para uma análise inicial do percurso de luta até a conquista da visibilidade no espaço público, por parte das mulheres que reivindicam direitos a partir da construção de narrativas de legitimidade e justiça, articulando a saúde como direito de cidadania e o cuidado como ação política.

[3] O conceito gramsciano de hegemonia é oposto ao de dominação, estabelece-se como um complexo sistema de relações e mediações. A hegemonia advém de uma completa capacidade de direcionamento, sendo a contra-hegemonia, um conjunto complexo de atividades culturais e ideológicas que se organiza com o consenso na direção contraria à ordem estabelecia (TORTELLA, 2006).

Nesse sentido, o estudo consiste em compreender a ação de mulheres em suas articulações no espaço público para a reivindicação de direitos ao cuidado no contexto da pandemia da COVID-19 no Brasil. Tendo em vista os Itinerários Terapêuticos (Its) destas em territórios de vulnerabilidade, a abordagem do tema se constitui na interdisciplinaridade da teoria crítica, que se relaciona principalmente com a gestão, administração e planejamento da atenção à saúde no SUS, cujos elementos constitutivos influenciam a reconstrução e fortalecimento de projetos de vida.

2.2_Saúde Coletiva e a (pluri)Integralidade, o Cuidado como *Initium*: a natalidade do iniciador da responsabilidade para (re)pensar a ação das mulheres no contexto de pandemia da COVID-19 na busca por cuidado

De acordo com Luz, (2009), o campo da saúde coletiva se expressa em sua complexidade na configuração de três paradigmas (multidisciplinaridade, interdisciplinaridade, transdisciplinaridade), os quais foram sendo construídos, em termos de saberes e práticas, ao longo de um período histórico de cerca de dois séculos (primeira metade do século XIX ao século XX).

Isso significa dizer que tal complexidade se caracteriza, em grande medida, sob dois aspectos: o primeiro diz respeito à abundância de disciplinas oriundas, tanto das biociências, quanto de ciências da área de humanas e ambientais; e o segundo se refere ao hibridismo epistemológico de sua produção de conhecimento "no qual coexistem normas epistemológicas ancoradas no paradigma pragmático da eficácia e da ética, bastante comuns às medicinas preventiva e social e às políticas de saúde" (LUZ, 2009, p.304).

É útil salientar que a complexidade atual do campo da saúde coletiva permeia tanto suas práticas como seus discursos disciplinares e suas formas de expressão acadêmicas, neles originando um conjunto de mediações de natureza não apenas teórica (entre as disciplinas que compõem o campo), como política, social e cultural, pincipalmente quando considerada a escala hierárquica dos agentes que intervêm nas práticas e na produção desses saberes disciplinares, além das diferenças de formação e inserção na cultura desses agentes institucionais: docentes, pesquisadores, gestores, profissionais do cuidado, emissores de discursos e normas, dentre outros.

Apostamos que o cuidado integral à saúde se relaciona intrinsecamente com a condição humana de agir sobre as complexidades existentes dos modos de fazer a vida no cotidiano. Assim como na capacidade de organizar ações democráticas, respeitando autonomias, construindo modos de vida que incluam a pluralidade de todos os corpos, principalmente os mais vulneráveis, em ações de defesa da vida. Pinheiro (2007), ao propor o cuidado como um valor ético-político, convida a olhar para os modos de fazer a vida no cotidiano, compreendendo o cuidado como uma produção social e histórica.

Daí, por que pensar o que fazemos para viver? Arendt (2007), dirá que pensar é inerente à nossa condição humana de agir. Butler (2018), compreendendo a pluralidade desta condição e seus movimentos, observa que o massivo número de pessoas nas praças, desde 2010, em Tahrir[4] e no mundo, nos convoca a refletir sobre os efeitos das assembleias públicas e diversas expressões de vontade popular na teoria democrática dos corpos em aliança.

Nesse sentido, pareceu pertinente propor o constructo teórico "cuidado como um valor ético-político do direito humano à saúde" como um dispositivo epistemológico importante para adensar essa temática, pois nos convida a olhar para os modos de fazer a vida no cotidiano, compreendendo o cuidado como uma produção social e histórica. Além disso, nos auxiliaria na compreensão de como os saberes e práticas são operados na vida cotidiana dessas mulheres, quando estão coletivamente atuando e articulando reivindicações na busca por cuidado.

Afinal, trata-se de um cuidado que transcende os procedimentos biomédicos ou assistenciais simplificados e ocupa a complexibilidade da vida em uma ação integral de significados relevantes para a valorização do direito de ser, e não somente de ter saúde (PINHEIRO, 2009).

Logo, refletir sobre a articulação da condição humana de agir em concerto, no sentido Arendtiano, com a ideia de corpos plurais em assembleias que exercitam a democracia de Butler, pode nos oferecer outras chaves reflexivas para se (re)pensar a reivindicação destas mulheres por direitos ao cuidado na integralidade das ações de saúde.

Com isto, o 'cuidado' como proposta ético-política democrática reúne os atributos habilitadores de uma relação intersubjetiva de tempo contínuo aberto à negociação e à inclusão de saberes. Tem alicerce na garantia de autonomia dos desejos e das necessidades do outro, sendo aquele que o pratica com o outro-

[4] Praça Tahrir, é uma praça localizada no Cairo/Egito, onde centenas de milhares de egípcios se manifestaram, no ano de 2011, pela derrubada do regime vigente no país, com gritos de "Mubarak, vá embora!" e "'Aïch, Horia, 'Adala Edjtéma'ïa!" ("Pão, liberdade e justiça social!"). A praça virou sinônimo de mobilização e expressão popular dos anos 2010, sendo parte simbólica do período chamado de "Primavera Árabe", momento de transformações históricas na política mundial ocorridas no Oriente Médio e norte do continente africano, onde a população foi às ruas para derrubar ditadores e reivindicar melhores condições sociais de vida (DAUM, 2018).

sujeito (e não o outro-objeto) responsável por praticá-lo, garantindo a este, autonomia no modo de caminhar em sua própria vida (PINHEIRO, 2009).

Em vista da complexidade das questões relacionadas à COVID-19, o cuidado integral à saúde, realizado na vida cotidiana, ganha maior visibilidade na arena política pela necessidade de elaboração de ações de enfrentamento à doença. Com isso, o cuidado concebido nos primórdios da organização social como saber prático de tarefa feminina, posteriormente como profissão, de mulheres e para mulheres, articulado em ações da esfera privada, foi se proferindo no enfrentamento à pandemia e na luta por um lugar na agenda do espaço público, tensionando também a cultura patriarcal da sociedade (PINHEIRO, 2009).

Afinal, o aparato biomédico de tratamento não está preparado para uma resposta oportuna do cuidado integral, tendo em vista o pouco conhecimento sobre o vírus e a dinâmica epidemiológica da doença. Muitas pessoas doentes ao mesmo tempo propiciam o colapso dos sistemas de saúde e forçam à organização da sociedade para o isolamento social e a efetivar medidas de prevenção e educação em saúde, que convocam a formulação de uma visão ampliada de saúde.

De outra maneira, é possível conceber a ideia de que o cuidado integral à saúde perpassa a condição humana de agir sobre as complexidades existentes dos modos de fazer a vida no cotidiano, assim como a capacidade de organizar ações democráticas, respeitando autonomias e construindo modos de vida que incluam a pluralidade de todos os corpos, principalmente dos mais vulneráveis, em ações de defesa da vida.

Entre o “medo do caos e a esperança radical no futuro”, Butler chama a atenção para a crise ambiental, a crise da representatividade política e de lugar de fala, entre tantas outras crises de ansiedade, depressão e construção de projetos de felicidade que culminam na precarização da vida e na privatização do cuidado. Pensar sobre as ações objetivas e subjetivas dos sujeitos colabora para entender à qual forma de governar estamos submetidos e submetendo nosso agir político. Por isso, pensar o que estamos fazendo inclui o cotidiano, pois, “‘o povo’ não é uma população definida, é constituído pelas linhas de demarcação que estabelecemos implícita ou explicitamente” (BUTLER, 2018, p.7).

Interessa aqui pensar sobre as fissuras que a ideia de polissemia da democracia cria, entre o caos e a esperança, para a superação do sujeito neoliberal e a possibilidade de mudanças sociais, calcadas na esperança de um bem viver

vinculado ao amor pelo mundo. Dessa forma, é necessário refletir sobre o cerne do sujeito neoliberal, sua racionalidade de responsabilidade individualista. Como bem elabora Butler:

> Embora “responsabilidade” seja uma palavra que circule bastante entre os que defendem o neoliberalismo e concepções renovadas do individualismo político e econômico, vou procurar reverter e renovar seu significado no contexto do pensamento sobre formas coletivas de assembleia. Não é fácil defender uma noção de ética incluindo noções-chave como liberdade e responsabilidade, em face de suas apropriações discursivas. Porque se, de acordo com os que valorizam a destruição dos serviços sociais, somos responsáveis apenas por nós mesmos e certamente não pelos outros, e se a responsabilidade é, em primeiro lugar e acima de tudo, uma responsabilidade de se tornar economicamente autossuficiente, então estamos nos confrontando com uma contradição que pode facilmente levar uma pessoa à loucura: somos moralmente pressionados a nos tornar precisamente o tipo de indivíduo que está estruturalmente impedido de concretizar essa norma. A racionalidade neoliberal exige a autossuficiência como uma ideia moral, ao mesmo tempo em que as formas neoliberais de poder trabalham para destruir essa possibilidade no nível econômico, estabelecendo todos os membros da população como potencial ou realmente precários, usando até mesmo a ameaça sempre presente da precariedade para justificar sua acentuada regulação do espaço público e a sua desregulação da expansão do mercado. No momento em que alguém se prova incapaz de se adequar à norma da autossuficiência (quando alguém não consegue pagar por assistência à saúde ou lançar mão de cuidados médicos privados, por exemplo), essa pessoa se torna potencialmente dispensável. E então essa criatura dispensável é confrontada com uma moralidade política que exige a responsabilidade individual ou que opera em um modelo de privatização do “cuidado” (BUTLER, 2018, p. 20).

Ao elaborar teoricamente a privatização do cuidado, Butler nos leva a refletir sobre a subjetividade e capilaridade dos valores capitalistas no micropolítico das ações humanas. Para ser privatizado, o cuidado é precarizado, o que favorece o empreendedorismo concebido por ideologias de responsabilidade individual que potencializam o valor do mercado em cada sujeito como objetivo máximo da vida (BUTLER, 2018).

Essa responsabilidade individual ou de uma autossuficiência do coletivo, torna o sujeito mais isolado e precário, em uma sensação de ansiedade acentuada pelo “fracasso moral”. Assim, tal proposta ideológica “(...) redefine a responsabilidade como uma exigência de se tornar um empreendedor de si mesmo em condições que tornam uma vocação dúbia impossível (BUTLER, 2018, p. 21)”.

A visibilidade dessa situação possibilita ratificar experiências e conceitos de maior coletividade que estão em luta por uma responsabilidade coletiva e de autocuidado relacionadas ao bem viver, conceito que Acosta bem define como:

> “O ‘Buen Vivir’, na realidade, se apresenta como uma oportunidade para construir coletivamente novas formas de vida. O ‘Buen Vivir’ não é uma originalidade nem uma novidade dos processos políticos do início do século XXI nos países andinos. Nem é uma espécie de superstição ou poção mágica para todos os males do mundo. O ‘Buen Vivir’ é parte de uma grande busca de alternativas de vida forjadas no calor das lutas da humanidade pela emancipação e pela vida. (...) Disso tudo que falamos se deduz que não há uma única visão. O ‘Buen Vivir’ não sintetiza uma proposta monocultural. O ‘Buen Vivir’ é um conceito plural – melhor seria falar de “bons viveres” ou “bons conviveres” – que surge especialmente das comunidades indígenas, sem negar as vantagens tecnológicas do mundo moderno ou as possíveis contribuições de outras culturas e saberes que questionam diferentes pressupostos da modernidade dominante. O ‘Buen Vivir’, como é fácil de entender, nos obriga a repensar a forma atual de organização da vida, no campo e na cidade, nas unidades produtivas e nos espaços de convivência sociais, nos centros educativos e de saúde, etc.” (ACOSTA, 2016, p. 208 a 211).

Para Arendt (ANO), a responsabilidade coletiva pressupõe a existência do coletivo, sendo necessárias, para isto, três condições: a primeira é relacionada a assumir a responsabilidade por algo que não se fez, por pertencer a um grupo (coletivo). A segunda, por exercer uma responsabilidade política, vinculada a uma comunidade e não somente a uma representação de governo. E a terceira condição se refere a uma responsabilidade contínua e histórica dos governos pelos atos de seus predecessores e de toda nação por atos e malfeitorias de construções desenvolvidas por seus antepassados (ARENDT, 2004).

Desta maneira, a autora continua o raciocínio aprofundando a relação da condição humana com a responsabilidade, apontando que se escapa dessa responsabilidade política e estritamente coletiva apenas abandonando a comunidade. E como nenhum ser humano pode viver sem pertencer a alguma comunidade, isso significa simplesmente trocar uma comunidade por outra, e assim um tipo de responsabilidade por outra (ARENDT, 2004).

Há uma divisória nítida entre responsabilidade política (coletiva) e a culpa moral e/ou legal (pessoal). Para tanto, Arendt (ANO) relembra que a dificuldade dessa distinção está no distanciamento da ética e da moral da política. Afinal, a ética do cidadão e todas as suas virtudes políticas não são as mesmas das instituições. Com isso, “a questão nunca é se um indivíduo é bom, mas se a sua conduta é boa para todo mundo, e não para o eu.” (ARENDT, 2004, p. 218).

Isto posto, a autora associa esta fresta da responsabilidade coletiva à ascensão de uma culpa pessoal proporcionada pela moralidade cristã. Tais padrões de culpabilidade contribuíram para o deslocamento da preocupação dos sujeitos

com o mundo em que vivem e seus deveres terrenos para uma preocupação com a salvação da alma. Arendt resume essa atitude citando Tertuliano: "'Nada é mais alheio a nós do que aquilo que tem importância pública'" (ARENDT, 2004, p. 219).

Com isto, Arendt aborda que a moralidade tem uma elevada posição de valores graças à sua origem religiosa (ARENDT, 2004):

> As regras eram absolutas por causa de sua origem divina, e as suas sanções consistiam em 'retribuições e punições futuras'. É mais do que duvidoso que essas regras de conduta originalmente arraigadas na religião possam sobreviver à perda da fé na sua origem e, especialmente, à perda de sanções transcendentes. (John Adams, de modo estranhamente profético, predisse que essa perda, "tornaria o assassinato tão indiferente quanto atirar em tarambolas, e o extermínio da nação Rohilla tão inocente quanto engolir ácaros num pedaço de queijo".) Pelo que posso ver, há apenas dois dos Dez Mandamentos aos quais ainda nos sentimos moralmente obrigados, o "Não matarás" e o "Não prestarás falso testemunho"; e esses dois foram recentemente desafiados com muito sucesso por Hitler e Stalin, respectivamente. (ARENDT, 2004, p. 220).

Ou seja, no centro das considerações morais está o EU; no das considerações políticas, o MUNDO. Arendt, ao lembrar Maquiavel (ANO), aponta que os patriotas que desafiaram o Papa colocaram sua cidade acima da alma e, consequentemente, do EU (ARENDT, 2004).

Por outro lado, no que se refere à não-responsabilidade, Arendt revela:

> (...) o caso da responsabilidade coletiva vicária em que o membro de uma comunidade é considerado responsável por coisas de que não participou, mas que foram feitas em seu nome. Essa não-participação pode ter muitas causas: a forma do governo do país pode fazer com que seus habitantes, ou grandes camadas deles, não sejam admitidos à esfera política, de modo que essa não-participação não é uma questão de escolha. Ou, ao contrário, em países livres, um certo grupo de cidadãos pode não querer participar, não ter nada a ver com a política, não por razões morais, mas simplesmente porque optaram por aproveitar uma de nossas liberdades, aquela que em geral não é mencionada quando as enumeramos porque é aceita como natural, e essa é a liberdade em relação à política. (ARENDT, 2004, p. 220).

Tal questão põe a refletir sobre a situação brasileira em meio à pandemia, mesmo entendendo que Arendt pudesse considerar o país em uma condição pré-política, as articulações e ações desenvolvidas no Brasil têm reflexos da política internacional. Mesmo em um capitalismo tardio, de democracia recente e frágil, as referências culturais ocidentais, principalmente as norte-americanas, influenciam os movimentos políticos brasileiros. Com isso, surgem alguns questionamentos: Quais são os brasileiros que estão admitidos no espaço público? Nós, "pré-políticos" podemos ter liberdade e autonomia em relação à política?

Arendt aponta uma saída para tais questionamentos:

> Em contraste com o absolutismo e outras formas de tirania, em que a não-participação era algo esperado, e não uma questão de escolha, lidamos aqui com uma situação em que a participação, e isso, como sabemos, pode significar cumplicidade em atividade criminosa, é algo esperado, e a não-participação uma questão de decisão. E temos finalmente o caso em países livres em que a não-participação é realmente uma forma de resistência - como no caso daqueles que se recusam a ser recrutados para a guerra do Vietnã. Essa resistência é frequentemente discutida em termos morais, mas desde que haja liberdade de associação e com ela a esperança de que a resistência na forma de recusa a participar venha a provocar uma mudança de política, ela é essencialmente política. O que está no centro da consideração não é o eu - não vou porque não quero sujar as minhas mãos, o quê, claro, também pode ser um argumento válido -, mas o destino da nação e sua conduta com outras nações do mundo. (ARENDT, 2004, p. 222).

A autora ainda salienta que a não participação política sempre esteve ligada a adjetivos de irresponsabilidade com o mundo e a comunidade pertencente. Em algumas experiências, a resistência ativa era a de quem participava de maus governos, e não dos não participantes, inocentes, sem culpa. No entanto, em experiências totalitárias, como a resistência contra Hitler, “(...) os não participantes não eram resistentes e não acreditavam que sua atitude tivesse quaisquer consequências políticas”. (ARENDT, 2004, p. 223).

Seguindo com o raciocínio, a autora retoma uma proposição socrática que procura saídas coletivas em que não haja nenhum mal e traz elementos para elaboração de uma consciência política sobre suas ações de responsabilidade:

> (…) se eu fizesse o que agora é exigido de mim como o preço da participação, quer como mero conformismo, quer até como a única chance de uma resistência por fim bem-sucedida, já não poderia viver comigo mesma; a minha vida deixaria de valer a pena para mim. Por isso, preferiria sofrer o mal agora e até pagar o preço de uma pena de morte no caso de eu ser forçada a participar, a fazer o mal e depois viver junto com essa malfeitoria. (ARENDT, 2004, p. 223).

Arendt esclarece que tal argumento só serviria para situações extremas, ou seja, marginais. Tendo em vista a pandemia da COVID-19, esta questão sobre a consciência de se fazer o mal ou sofrer o mal, torna-se cotidiana no modo de andar na vida em plena pandemia. Ou seja, perpassa a integralidade do cuidado em uma situação extrema onde coexistem participação política responsável, participação não-responsável e não participação. Tal situação impõe uma complexidade de lutas

pelo esvaziamento ou fortalecimento do espaço público, tema de alta relevância, principalmente quando relacionado à pluralidade de atores e modos de corporificação destes em aliança.

Essa formulação de Arendt colabora para a compreensão de que também não há uma integralidade única em ambientes de reconhecida complexidade. Existe a integralidade implicada, relacionada, e/ou unida à pluralidade de contextos das ações de sujeitos plurais em seus territórios complexos, permitindo que se possa compor um entendimento diante de uma (pluri)Integralidade para apreensão do que ocorre nas dimensões macro, micro e molecular do cuidado nas performances comunitárias dos territórios.

Sobre as situações marginalizadas, Arendt esclarece que:

> A situação marginal em que as proposições morais se tornam absolutamente válidas na esfera da política é a impotência. A ausência de poder, que sempre pressupõe o isolamento, é uma desculpa válida para não fazer nada. O problema com esse argumento é o fato de ser inteiramente subjetivo; a sua autenticidade só pode ser demonstrada pela disposição a sofrer. Não há regras gerais, como nos procedimentos legais, que poderiam ser aplicadas e que seriam válidos para todos (ARENDT, 2004, p. 223 a 224).

Este estudo não tem a pretensão de responder se estaríamos no Brasil, como nação, em um estado pré-político, vivendo em situação marginal durante a pandemia. Contudo, procura entender, as articulações das mulheres ativistas que reivindicam cuidado durante a pandemia em seus territórios de luta. Tais articulações se realizam na tentativa de se esquivar de uma possível disposição de sofrimento pessoal e/ou coletiva que validasse uma falta de ação política das mesmas.

Para validar tais proposições morais, Arendt associa à política a falta de respostas a questões coletivas, não restringindo o ser humano à responsabilidade coletiva:

> Essa responsabilidade vicária por coisas que não fizemos, esse assumir as consequências por atos de que somos inteiramente inocentes, é o preço que pagamos pelo fato de levarmos a nossa vida não conosco mesmos, mas entre nossos semelhantes, e de que a faculdade de ação, que afinal, é a faculdade da política *par excellence*, só pode ser tornada real numa das muitas e múltiplas formas de comunidade humana. (ARENDT, 2004, p. 225).

Em vista disso, Butler defende que “nenhum de nós age sem as condições para agir, mesmo que algumas vezes tenhamos que agir para instalar e preservar essas condições”. A autora entende que as assembleias, forma provisória e plural de coexistência, constituem uma alternativa ética e social distinta de “responsabilização”. Enquanto performances que apresentam legitimação social na teoria e práticas democráticas (BUTLER, 2018, p. 15).

Esta polissemia democrática, em performance, dos corpos em aliança, de Butler, relacionada ao conceito de responsabilidade de Arendt, nos chama atenção para o silêncio, para o não visto, para o usuário do sistema de saúde, especificamente para a mulher que cuida dos usuários do sistema, dela mesma e de sua comunidade. O estudo busca dar visibilidade aqui a esta mulher, sua cultura, seu caos, sua esperança, seus projetos de felicidade, sua ação, sua performance na polissemia do pandemônio.

Torna-se urgente, assim como cuidar de um parente enfermo, levar o filho na escola, listar os alimentos que faltam em casa ou conversar com a vizinha sobre como escapar de uma violência, pensar o papel das mulheres e da performance de suas ações políticas vinculadas ao cuidado. Pensar a ação destas mulheres que, por muito tempo na humanidade, tiveram suas ações políticas coagidas à esfera privada.

Envoltas em crises estruturantes sociais de cuidado e, mais recentemente, incentivadas pela pressão da pandemia sobre os corpos e pela necessidade de garantia de direitos, as mulheres buscam transbordar tais ações para o espaço público. Contudo, de que espaço público estamos falando? Em meio ao neoliberalismo, forjado no individualismo e no empreendedorismo, no Estado dos megaprojetos e megacorporações, quais rupturas estas mulheres articulam para gestar respostas de responsabilidade coletiva no espaço público? O que a pandemia contribuiu para isto?

Em vista disso, Butler nos convoca a pensar sobre as possíveis alianças dos corpos no caos:

> Se a performatividade é, com frequência, associada ao desempenho individual, pode se provar importante reconsiderar essas formas de ação coordenada, cujas condições e cujo objetivo são a reconstituição de formas plurais de atuação e de práticas sociais de resistência. Portanto, esse movimento, ou inércia, esse estacionamento do meu corpo no meio da ação do outro, não é um ato meu ou de outros, mas alguma coisa que acontece em virtude da relação entre nós, buscando a uma só vez preservar e disseminar o valor generativo desse equívoco, uma relação ativa e

> deliberante sustentada, uma colaboração distinta da fusão ou confusão alucinatória (BUTLER, 2018, p. 15).

Neste esforço de olhar para o real, evitando dissociar (nem por uma justificativa didática, que acaba distorcendo a realidade) o caos, o sofrimento, a precariedade e a esperança,

Butler pensa na possibilidade do agir em concordância como uma forma corporeizada de colocar em questão as dimensões incipientes e poderosas das noções reinantes da política. Por isso, afirma que:

> De alguma maneira, o meu objetivo é constatar o óbvio em condições nas quais o óbvio está desaparecendo: existem modos de expressar e demonstrar a condição precária que engajam de maneira importante ações corpóreas e formas de liberdade expressiva que pertencem mais propriamente à assembleia pública. Algumas vezes, esses espaços são contestados porque estão, literalmente, sendo vendidos como propriedades para investidores privados (como o Parque Gezi, em Istambul). Mas outras vezes, esses espaços estão fechados para as assembleias públicas em nome da “segurança” ou mesmo da “saúde pública. (BUTLER, 2018, p. 16).

Para Arendt, estes modos de expressar a condição precária estão relacionados à aparência e à visibilidade no Espaço Público, pois é na política e no público que realizamos nossa condição humana. A autora estabelece uma diferenciação entre esfera privada e espaço público, referindo-se a este último como o espaço comum, em que é possível a reunião de indivíduos, sem que haja colisão entre eles.

Neste espaço está a oportunidade de diálogo; enquanto na esfera privada, o indivíduo deixa de ser visto e ouvido pelos outros, pois, nela, o indivíduo é destituído de coisas essenciais à vida verdadeiramente humana (ARENDT, 2007).

Para Arendt, o termo “público” tem duas facetas correlatas. A primeira relacionada ao que vem a público, ao que é “desprivatizado” e “desindividualizado” passando a constituir a realidade, e a segunda que seria o próprio mundo, “na medida em que é comum a todos nós e diferente do lugar que nos cabe dentro dele”. Ao ser compreendido como um mundo comum, esse espaço permite que nos reunamos na companhia um dos outros e evita que colidamos. Isso significa dizer que é no espaço coletivo, comum, que as coisas podem ser vistas e ouvidas, mantendo-se aquilo que é considerado irrelevante para o público na esfera privada (ARENDT, 2007, p. 62).

Arendt concebe o “espaço público enquanto espaço significativo no qual a ação e o discurso de cada um podem ganhar sentido na construção de um ‘mundo

comum'". Desse modo, propõe uma concepção de Estado relacionada à capacidade de pensamento e ação política de cada sujeito, perpassando suas singularidades e realizando a mediação destas a partir desse mundo comum (ARENDT, 2007, p.61).

A articulação destes sujeitos a partir de interesses comuns depende de uma forma específica de sociabilidade baseada na relação da pluralidade humana com a realidade. É neste lugar comum que os indivíduos definem como se comportar na visibilidade, se localizando não apenas como indivíduos, mas se orientando, também, em um "domínio público" (ARENDT, 2007, p.61).

Fazem isso a partir do que Arendt vai chamar de política. No espaço público há uma valorização do indivíduo, por neste lugar ter maior possibilidade de exercer cidadania. Assim como a política, que se elabora com maior capilaridade e apoio legtimando-se diante da sociedade.

Logo, o pensar e o agir requerem que os sujeitos se comuniquem e estabeleçam opiniões. Estas opiniões, dialogadas com a realidade em uma "interação comunicativa", que somente pode ocorrer no espaço público, é o que Arendt aponta como a possibilidade de constituição de um mundo plenamente humano.

Com a dissolução deste espaço público, percebida na modernidade, existe a perda da relação objetiva dos seres humanos com os outros seres humanos e, concomitantemente, da noção de realidade. Como consequência, ocorre a perda do senso comum e da própria capacidade de pensar:

> sem a referência a uma realidade que se põe como evidência e critério de objetividade, o pensamento tenderá a se reduzir a uma operação lógica, em que cada coisa pode ser deduzida da outra a partir de alguma premissa que 'pode se prevalecer de uma fiabilidade independente do mundo e do outro' (ARENDT,1980, p. 74), (TELLES, 1990, p.32).

É deste pensamento forjado fora da experiência do real que se apresenta para a autora a gravidade na política, pois as diferenças não são consideradas e, ainda, perde-se a delimitação entre o divino e o humano.

Esta visão de Arendt sobre o pensar e o agir alerta sobre uma condição ativa e mutável dos sujeitos. A perda do espaço público contribui para a formação de verdades e opiniões a partir da realidade privada, o que leva ao esvaziamento da capacidade de alterar efetivamente determinada realidade social. Ao contrário do

público, a esfera privada equivale a um lugar particular no mundo, em que se protege contra a luz da publicidade (TELLES, 1990).

No entanto, esta compreensão particular de si também precisa dialogar com o mundo real e com a necessidade dos outros. A não existência desse espaço público, de diálogo com o mundo comum, fragiliza não apenas a identidade do sujeito como a construção de uma sociedade de direitos. É, segundo Telles, “a perda desse mundo comum (que) constrói a figura de um indivíduo desinteressado e desprovido de responsabilidade perante o mundo.” (TELLES, 1990, p. 33).

Por conseguinte, a falta de responsabilidade com o mundo, em detrimento de um desejo de se importar apenas com si, para Arendt, gera uma perigosa projeção na “esfera pública de critérios que só podem ter validade na experiência privada”. A inexistência do espaço público também reflete a impossibilidade de uma tradição ser reformulada ou criada, o que afeta a construção do pensamento do sujeito, a sua subjetividade, o “Artefato Humano” de Arendt e, principalmente, a ação dos indivíduos, que será regida apenas dentro da lógica racional instrumental (TELLES, 1990, p.33).

O enfraquecimento deste espaço público e o “restabelecimento” do mesmo pelas compreensões laborais da esfera privada afetam o diálogo e a constituição da palavra e do discurso, chegando ao ponto de intervir nas relações de poder estabelecidas por esta comunicação e na liberdade que antes exerciam no âmbito público da política, atuando na modernidade sob perspectiva privada.

Assim sendo, a liberdade não se relaciona com o mundo real e o mundo comum, “a identificação da liberdade com a interioridade é evidência de um estranhamento do mundo e de um retraimento das experiências mundanas para um espaço íntimo ao qual ninguém tem acesso”. Por essas razões, a ideia arendtiana de espaço público é tão atual e ganha tanta vitalidade na conjuntura pandêmica e conservadora brasileira, uma vez que a reivindicação de direitos para um determinado grupo, não pode estar relacionada à retirada de direitos de outro, nem à geração de algum malefício (TELLES, 1990, p.38).

Ou seja, a compreensão de Estado não pode estar associada apenas ao conhecimento de suas estruturas institucionais, sendo necessário que se analise

também sua articulação social, compreendendo como o seu povo se estabelece no mundo. Com isso, tanto o direito garantido, quanto a reivindicação do direito estão apoiados na dinâmica social, sendo primordial para a continuidade da garantia dos mesmos, que parte expressiva da opinião pública que os defende esteja ativa perante o espaço público.

Reivindicar direitos na saúde tem início no reconhecimento de si e do outro. Na saúde, o cuidado, como agir político, reconhece as singularidades plurais dos sujeitos no espaço público, valorizando a ação destes no mundo comum e no exercício da cidadania. Esta admissão no espaço comum, para além de uma perspectiva de saída da vulnerabilidade, potencializa a aceitação e a elaboração de singularidades de si e do mundo, ampliando a própria condição humana dos sujeitos, o que reforça a perspectiva dialógica, tanto da produção do cuidado como da construção de um bem comum. (STELET e PINHEIRO, 2011, p. 65).

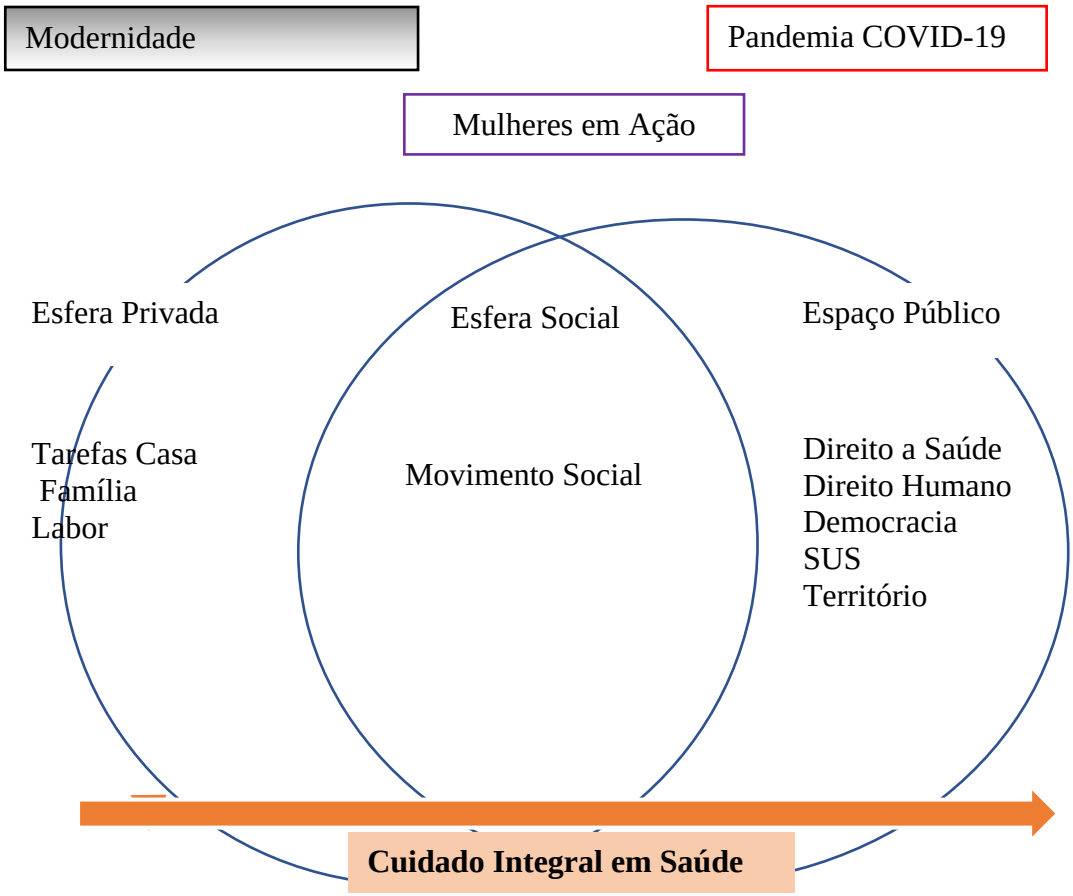
A ação de incluir o não visto e valorá-lo para o espaço público também se performa como um agir político do cuidado. Principalmente quando relacionado a um valor ético de responsabilidade sobre o mundo, como discorre Pinheiro:

> Nesse sentido, a tese de se conceber o cuidado como valor nasce do entendimento que visa ultrapassar esses conjuntos de sentidos, sendo que a definição de cuidado aqui utilizada, o apreender como uma ação integral, que tem significados e sentidos voltados para a compreensão de saúde como o direto de ser. Por direito de ser, entendemos o direito de ser diferente e que essas diferenças devem ser respeitadas publicamente. (PINHEIRO, 2007, p.18).

Pensar, dentro desse espaço público, a participação social e a responsabilidade, exigem (re)pensar o reconhecimento da presença do outro. Um reconhecimento que também considere a afetividade, aspecto humano e vivo da saúde enquanto direito (MARTINS E PINHEIRO, 2011).

O sucesso das ações em saúde está na visibilidade das ações construídas *por* sujeitos e *para* sujeitos vivendo em comunidade, questão que converge com o propósito deste estudo de compreender as articulações das mulheres ativistas na reivindicação de cuidado em seus territórios em meio à pandemia da COVID-19, como visto na figura 2.

Figura 2 – Mulheres em ação na modernidade pela reivindicação do direito ao cuidado: uma proposta de localização conceitual entre a esfera privada e o espaço público.



Fonte: Elaboração própria.

2.3. **Referencial do campo: organização social do cuidado aproximações epistemológicas**

> “Así la vida cotidiana de millones de mujeres y de varones em América Latina transcurre como um transito enterfronterizo invisible pero que demanda todo el tempo los controles y certificaciones del caso: comenzar el día cuidando, transponer la fronteira, “producir” y nuevamente dejar el mundo público y regresar al hogar, donde el paso de la puerta de entrada implica una nueva frontera” (Pautassi, 2013).

Colocar a organização social do cuidado em um plano relevante na análise da sociedade possibilita observá-la por um ângulo que privilegia a ação cotidiana das mulheres e a relação destas com o cuidado e com a própria autonomia. Incluir essa perspectiva na análise da realidade brasileira apresenta-se como um grande desafio, tendo em vista a pouca produção de dados sobre a temática. Contudo, a importância da inclusão dessa visão para o desenvolvimento de políticas públicas de saúde é ainda maior, pois ela ainda tem pouca influência no incremento da atuação de trabalhadores e usuários dos sistemas de saúde e assistência social do país, principalmente no que se refere à reivindicação de direitos a cuidados.

A organização social do cuidado (OSC) pode ser identificada por meio de aspectos da intervenção do Estado, da família, do mercado e da comunidade, permeados pela articulação cotidiana das mulheres para melhoria das condições de vida e das relações sociais de seu território a partir do cuidado. Neste aspecto, as ações comunitárias são o que mais nos interessa no presente pleito.

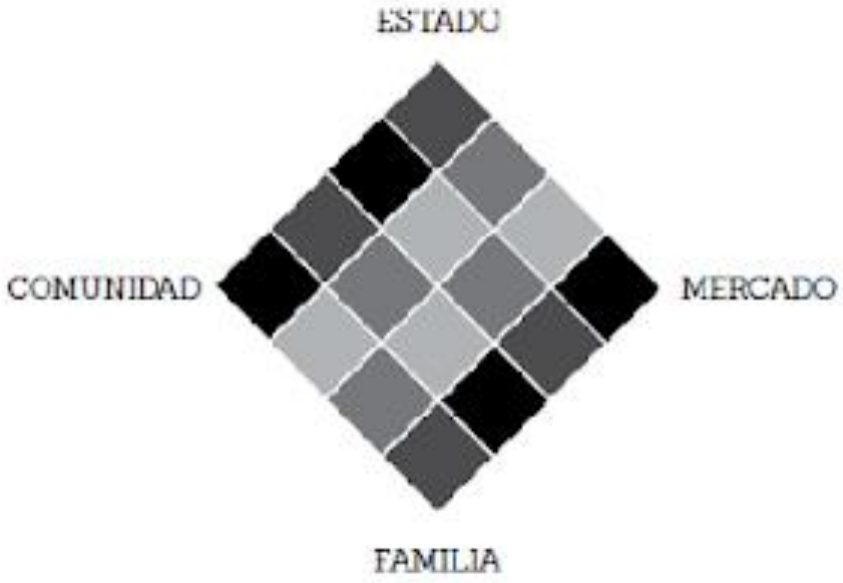
Segundo Laya *et* Rossi (2014), comprende-se como organização social do cuidado “La forma en que inter-relacionadamente las familias, el estado, el mercado y las organizaciones comunitarias producen y distribuyen el cuidado, (...)”. A autora compreende cuidado como as atividades indispensáveis para satisfazer as necessidades básicas de existência e reprodução humana, produzindo elementos físicos e simbólicos para se viver em sociedade.

Para Enríquez (2014), a produção de cuidado inclui autocuidado, cuidado direto a outras pessoas (atividades interpessoais de cuidado), planejamento de pré-condicionantes para se realizar o cuidado (limpeza da casa, compra e preparação dos alimentos) e a gestão do cuidado (ordenação de horários, programação e realização de translado, supervisão de atividades de cuidados terceirizadas). A abordagem agrupa tanto as relações de cuidado com pessoas que dele necessitam,

como as relações sociais das pessoas que promovem cuidados na sociedade (ENRÍQUEZ, 2014).

Procurando demonstrar graficamente essa interação entre as dimensões do cuidado, Razavi (2007) propõe a representação de um diamante para expressar a arquitetura complexa com a qual se organiza o cuidado e que resulta em uma dinâmica de intercâmbio contínua de atividades de trabalho e responsabilidades.

Figura 3: Diamante do cuidado. Fonte: RAZAVI (2007)



Pérez Orozco (2007) entende essa dinâmica como uma rede de cuidados, pelas ligações múltiplas e não lineares que ocorrem entre os atores envolvidos nas atividades, em contextos de inter-relações que se estabelecem entre si. Tais redes são constituídas por cuidadores(as) e receptores(as) de cuidados, atores institucionais, quadros políticos e regulamentos, participação no mercado e na comunidade, constituindo-se como uma rede dinâmica de movimento e mudança social.

Na América Latina, alguns estudos mostram que a prestação de cuidados é realizada especialmente pelas famílias, especificamente pelas mulheres das famílias. Para os autores, esta é uma consequência de um conjunto simultâneo de diferentes fatores, como a divisão sexual do trabalho, a naturalização da atuação das mulheres em prestar cuidados nas atividades de assistência social e, somado a isso, as experiências socioeconômicas estratificadas. (ENRÍQUEZ, 2014).

Portanto, é necessário incorporar uma visão mais integral na agenda pública e na temática de cuidados, a fim de gerar instrumentos de transformação no

sentido de um tratamento mais justo e equitativo dos cuidados de saúde. Uma perspectiva abrangente que deve considerar a oferta e a procura de serviços de cuidados, a regulação dos seus diferentes componentes e os diferentes atores sociais envolvidos. Além disso, implica considerar políticas públicas sobre o acesso à saúde, educação, mobilidade e transportes adequados, entre outros, que devem ter controle e aplicação das normas aprovadas, a fim de assegurar o cumprimento efetivo dos quadros regulamentares que foram alcançados (GALLO *et* MARTELOTTE, 2017).

Para além dos aspectos já assinalados, as autoras indicam que, se não houver um compromisso para com a igualdade de gênero, permaneceremos em um campo retórico. A integração da perspectiva de gênero apenas começará a agir na medida em que os homens estejam envolvidos, que as empresas forneçam e reconhecem as suas obrigações, e que as respostas do Estado ao trabalho de assistência sejam universais, abrangentes e traduzidas em acordos institucionais, com participação comunitária. O questionamento que norteia tal debate é complexo e perpassa as dimensões macro, micro e molecular da política na dinâmica social. Deste modo, "¿Tener derecho a cuidar, a ser cuidados y al autocuidado es suficiente para romper y transformar con la actual organización social del cuidado?" (PAUTASSI, 2018).

Pautassi (2007) aponta o cuidado como parte da constituição do direito à vida, um direito humano. A abordagem da autora amplia a noção de vulnerabilidade que habita os seres humanos para uma compreensão sobre a forma que a sociedade organiza suas necessidades básicas de manutenção da vida, aprofundando aspectos relacionados a quando precisamos de cuidado e não apenas quem precisa de cuidado. Esta análise molecular da estrutura social ainda reflete a qualidade do cuidado que estamos produzindo, a partir de estruturas de organização social pouco equânimes e sensíveis às necessidades de sujeitos plurais com diferentes caminhos na vida (PAUTASSI, 2007).

A abordagem inclui tanto os desejos humanos de ser cuidado ou de cuidar do outro, como os "azares" a que estamos expostos na vida, refletindo que, enquanto sociedade, precisamos garantir a todos o direito ao cuidado. Isto tem uma relação direta com o desenvolvimento de uma sociedade saudável, que não condene quem não pode ter filhos, quem os perdeu ou escolheu não tê-los, ou

ainda, aqueles que os têm,a uma velhice com cuidados restritos à sorte de sua estrutura familiar.

Nesta perspectiva, a condição humana que se constitui no caminhar da vida não deveria excluir ninguém ou ter espaço para exceções e/ou privilégios. Trata-se de uma condição tanto da esfera privada quanto do espaço social e da constituição do espaço público de responsabilidade social, que habita e interfere diretamente na saúde e na qualidade de vida de toda sociedade. Pautassi traz importante contribuição, considerando a abordagem do direito aos cuidados como um direito humano. Fomentando diálogos sobre direitos humanos, relacionados à responsabilidade comunitária de cuidado de si e do outro e de responsabilidade do Estado na garantia de direitos de bem estar social (PAUTASSI, 2007).

Desta forma, se compreende o cuidado como ação para a garantia das condições necessárias de desenvolvimento da vida. É fundamental para o bem-estar de diferentes pessoas e da coletividade como um todo, o que implica um acompanhamento constante das diversas tarefas de cuidados que precisam apresentar cobertura universal. Como, a seguir, aponta Pautassi:

> Tal como fue señalado, el enfoque de derechos demanda profundas reformas en el marco de las políticas públicas actualmente vigentes. En primer lugar, el proceso de considerar el cuidado como derecho universal es un proceso transversal, que debe comenzar con la revisión de las políticas inconexas y discriminatorias aplicadas en los últimos años en la región; evaluando si las mismas son compatibles con el enfoque de derechos, buscando al mismo tiempo promover una efectiva inclusión del cuidado como derecho universal y no particular. (PAUTASSI, 2007)

No campo de atuação da saúde coletiva no Brasil, compreendemos que o cuidado não está associado a apenas uma área, como a da saúde, da educação e/ou da assistência social. Entendemos que este se exerce na integralidade das ações individuais e coletivas com as políticas públicas e na participação que a comunidade exerce sobre as tramas das redes sociais do território. É neste sentido, que o Sistema Único de Saúde brasileiro foi elaborado como uma política pública de bem estar social com três princípios norteadores: *a universalidade, a equidade e a integralidade*.

Levando em consideração o desenvolvimento desta pesquisa, compreendo que os desafios dessas reflexões sobre o direito ao cuidado perpassam, não somente a compreensão da complexidade da organização social do cuidado, como a elaboração de políticas públicas que fomentem exercício e vivência

comunitárias de cuidado. As tramas e redes de apoio mútuo nos territórios são fortes definidores de experiências para a garantia efetiva do cuidado.

A partir desta abordagem, que valoriza ferramentas de apoio ao mapeamento do trabalho não pago de cuidado na sociedade, temos a possibilidade de compreender, não apenas o valor do cuidado mercantilizado ou ofertado pelo Estado, como o manejo do cuidado na esfera privada familiar e no espaço público comunitário. Isso colabora para a ampliação do debate sobre os processos de desfamiliarização do cuidado no âmbito das políticas públicas de bem estar social. Afinal, mesmo existindo políticas públicas de cuidado, estas podem colaborar para a manutenção da atual estrutura de organização social do cuidado, mantendo iniquidades, falta de recursos e de direitos a quem cuida.

O presente trabalho busca gerar visibilidade às ações comunitárias nos territórios, vislumbrando experiências de tecnologias sociais que contribuem para a garantia do direito ao cuidado. Como vemos nos territórios plurais da América Latina, as transformações sociais, exigidas para sobreviver às desigualdades, estão ocorrendo nos territórios, mas algumas são menos valorizadas do que outras por estarem relacionadas a interesses ideológicos, religiosos e de mercado, que valorizam a familiarização e mercantilização do cuidado, influenciando diretamente na garantia de direitos dos trabalhadores relacionados a cuidados, sejam estes remunerados ou não (PAUTASSI, 2007).

De tal modo, garantir o direito ao cuidado também é garantir a autonomia das mulheres e de todas as pessoas sobre o uso do próprio tempo de vida no território em que vivem. Tendo em vista que, durante a vida, as pessoas menos vulnerabilizadas tentam fazer planos para ter uma velhice de qualidade, ou para acumular recursos e bens para uma reserva, caso algum problema incapacitante ocorra. A perda de direitos humanos e trabalhistas que está sendo imposta com a “uberização” do trabalho, na América Latina e no mundo, também afeta esta universalização do direito ao cuidado, principalmente por afastar e não garantir os direitos trabalhistas nos territórios

Laura Pautassi (2007) especifica que, entre os desafios da garantia de direitos no território da América Latina, uma das regiões mais desiguais do mundo, está o fato de que as mulheres sofrem com questões sociais que as visibilizavam como um coletivo feminino homogêneo que, no entanto, é diversificado de tal forma, que as particularidades escapam a todas as regras, identificando o cuidar como

ação de diálogo social e político e de exercício de cidadania em regimes de bem estar social, onde o Estado possa garantir o direito humano, expresso também na formalização do trabalho de cuidado e entender as mulheres como sujeitos de ação de direitos.

As múltiplas situações específicas que as mulheres vivem na região mostram que devemos aumentar o olhar para as experiências delas na pluralidade do cotidiano da vida, para que possamos, em conjunto com as mulheres que vivenciam questões tão singulares, ampliar as tecnologias que fomentem a universalização do direito ao cuidado na América Latina, colaborando, assim, para que a definição programática das políticas públicas seja evidenciada como garantia de cuidados, fonte de participação social e de corresponsabilidade como eixo central do exercício de acesso universal a cuidados de qualidade.

Para tanto, o desenvolvimento de estratégias regionais é significativo para a expansão do diálogo e o fortalecimento de políticas voltadas para as necessidades desta atuação social de pouca visibilidade:

> Frente a ello, es urgente impulsar una agenda estratégica que empodere a la ciudadanía en el ejercicio del derecho al cuidado, asigne responsabilidades a los sujetos e instituciones obligadas a prestarlo, operacionalizando y fiscalizando su cumplimiento. No hay tiempo que perder, la presión demográfica, pero particularmente el agotamiento de la elasticidad infinita de las mujeres para trabajar — con y sin remuneración — se ha terminado. Tampoco se avanzará en la erradicación de la pobreza, la violencia y la desigualdad estructural de este continente. Sólo en la medida en que se interpele y transforme la injusta división sexual del trabajo — remunerado y de cuidado — podremos decir que se reconocen y se ejercen derechos. (PAUTASSI, 2018)

Em vista disso, as políticas de cuidados dos países latino-americanos colaboram para um olhar mais aprofundado sobre o que ocorre com a organização do cuidado nas realidades do Chile, da Argentina, da Costa Rica, do Uruguay e de Bogotá. As discussões teóricas sobre tais realidades apontam a necessidade de se questionar a centralidade das atividades relacionadas à organização do cuidado pertinente às mulheres, e o porquê de ainda ser insuficiente a responsabilização coletiva com apoio estatal vista nestas experiências. (PAUTASSI, 2013)

Para o desenvolvimento de uma organização social do cuidado, com equidade de gênero, nos países, tais políticas de bem estar significam estruturas de base. E, no Brasil, estão caracterizadas por políticas universais que seguem a carta constitucional, baseada em direitos sociais. Contudo, na prática, tais direitos vêm sendo violados e as políticas públicas setorizadas para determinados segmentos da

população, principalmente aqueles mais precarizados, se mostram insuficientes. Seguem se ampliando as bases de atuação do empreendedorismo social e de ações de filantropia, sem articulação com o planejamento de políticas públicas de proteção social.

Assim, as ações estatais que, de fato, contribuem para a transferência de recursos e melhoria das condições de vida da população são pontuais e pouco eficientes. Nos últimos anos, em desacordo com a constituição cidadã brasileira (BRASIL, 1988), que apontava o desenvolvimento do Estado com a ampliação da proteção social, o governo Bolsonaro vem abandonando as políticas públicas de proteção social e ampliando a entrada do livre mercado, privatizando e precarizando diversos segmentos.

Diante da abordagem metodológica de Pautassi (2013) sobre o histórico do cuidado como direito humano universal na América Latina, é possível construir uma análise mais qualificada sobre os processos que ocorrem na realidade brasileira. Tal como dito, o Brasil, a partir da constituição de 1988, passou de um Estado com políticas sociais segmentadas e forjadas na caridade e filantropia para um Estado com formulação de políticas de bem estar social, forjadas nos princípios de universalidade, equidade e integralidade de direitos.

Tais conceitos estão bem definidos na estruturação de uma das principais políticas de bem estar social brasileira, o Sistema Único de Saúde, assim como nas demais políticas públicas nacionais de educação e assistência social. Apesar dos desafios e contradições entre a teoria constitucional e a prática desses serviços na vida, cada vez mais mercantilizada, tais estruturas de garantia de direitos sociais ainda respondem como políticas universais de proteção social atendendo a grandes necessidades da população, forjando o SUS e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) como pilares das políticas públicas e sociais brasileiras que mais têm relação com o acesso às políticas públicas de cuidado.

Sistemas universais de proteção social como estes representam uma base estrutural bem definida, também para políticas de populações especificas, como a Política Nacional do Idoso (LEI Nº 8.842, DE 4 DE JANEIRO DE 1994), por exemplo.

Essas políticas apresentam diferentes formas de acesso à proteção social. No entanto, os critérios de elegibilidade estão relacionados ao princípio de que todos os brasileiros são cidadãos possuidores de direitos sociais. Antes da

constituição cidadã brasileira, só poderiam ter acesso a tais direitos pessoas que possuíssem carteira de trabalho assinada pelo empregador ou fundos de recursos próprios. Vemos, com isso, que estas políticas de coabitação apresentam dinâmicas próprias, mas com um único e homogêneo sentido político constitucional, o da cidadania para todos os brasileiros.

Essa mudança constitucional colaborou com o aumento de pessoas que poderiam ter tais benefícios, mas implicou outro problema, a falta de planejamento, de estrutura e vontade política dos governos em ampliar as vagas e o número de benefícios disponibilizados. Por isso, os brasileiros têm direitos garantidos por lei, mas não conseguem exercê por entraves políticos ou burocráticos ou de falência estrutural das políticas na práxis dos territórios. A pessoa tem direitos, mas para exercê-los, muitas vezes precisa judicializar uma ação que obrigue o Estado a cumprir com suas obrigações.

No Brasil e em outros países latino-americanos, os governos progressistas tentaram e tentam buscado avançar em um sistema de proteção social mais equitativo em relação às responsabilidades históricas destinadas à conduta das mulheres e no pleno reconhecimento de avançar na produção de sistema de cuidados. É uma perspectiva de proteção sob uma abordagem de direitos humanos e direitos sociais, que compreende o universalismo e a equidade de tais políticas, como o acesso a direitos para todos, levando em consideração as diferenças e especificidades das relações sociais dos sujeitos de direitos.

Nas últimas décadas, a economia feminista tem denunciado a falta de importância dada pela economia global e pelos espaços de decisão política às condições de vida das mulheres. E é precisamente este ponto - que tem sido o centro das atenções - onde a crise do cuidado se manifesta de forma mais persistente.

Assim, uma abordagem como a proposta da economia feminista, que torna possível relacionar as diferentes esferas sociais, econômicas (e ecológicas), levando em consideração as inter-relações e os efeitos entre elas, com o único objetivo de alcançar melhores condições de vida para a população, é apresentada como uma alternativa analítica e política para enfrentar a situação atual (BENGOA, 2013).

Portanto, a situação atual é também de crise de cuidados, que se trata tanto de uma crise financeira e ambiental, como de uma crise de reprodução social.

Portanto, seu significado nos obriga a examinar a natureza do sistema capitalista, sua capacidade de reprodução e sustentabilidade, e, particularmente, as tensões profundas que surgem no domínio da vida cotidiana, afetando as pessoas "reais" e os territórios “reais” do planeta. Sendo esta, também, uma crise sobre a realidade não virtual, do meio ambiente real e complexo, onde é necessário repensar a forma como cuidamos da comunidade e da Terra que habitamos (BENGOA, 2013).

A economia feminista está calcada na compreensão da inclusão do trabalho não pago e não visibilizado das mulheres, relacionado principalmente às atividades de cuidados, fundamental para a manutenção da vida humana em todas as esferas. Há uma produção de confusão sobre as atividades desenvolvidas por este setor da sociedade, faltando ainda mais substantivos e adjetivos na concepção de ações tão complexas e essenciais, como busca evidenciar Guimarães:

> Nesse caso, apesar de ficar patente a existência de uma atividade de cuidar, esta não parece ser entendida como um “verdadeiro trabalho”. Isso porque está oculta, encapsulada em outras noções como “amor (por)”, “responsabilidade (para com)” e se encarna num conjunto de obrigações sociais, de expectativas de comportamento associadas às hierarquias e relações, de gênero e geracionais, no seio do grupo familiar. Por isso mesmo, essas formas, conquanto socialmente reconhecidas como modos de prover cuidado aos que delas se beneficiam, não são institucionalmente contabilizadas no rol das atividades economicamente relevantes; pela sua característica não-monetária, não se reconhece um elo direto com o mercado. Daí porque, as pessoas que as perfazem, tampouco são contabilizadas como fazendo parte da população economicamente ativa. Esse circuito contempla o trabalho domiciliar e não remunerado de cuidar. De há muito ele tem sido objeto de interesse no campo dos estudos de gênero e trabalho, que têm destacado tanto a sua notável invisibilidade (invisibilização, talvez melhor dizendo) econômica, social e simbólica, como a sua desigual repartição entre grupos de sexo, idade e origem racial (no caso brasileiro), ou étnica (em outras realidades). Cuida-se, mas não sob uma relação de trabalho e sim sob uma relação (hierárquica, desigual) de família. (GUIMARÃES, 2019, Pág. 17 e 18)

Para Guimarães, (2019) a distinção entre os tipos de trabalho relacionados a cuidados pode ser caracterizada por circuitos de cuidado, apresentando dimensões de trabalho profissional, de obrigação e de ajuda. A visão sobre a realidade brasileira nessa temática também é relacionada às questões culturais que a aproximam da realidade da América Latina.

A diferenciação na categoria de circuitos de cuidado permite aprofundar e caracterizar melhor os motivos da escassez de informações e dificuldade de identificar a quantidade e a qualidade dos trabalhos de cuidados no Brasil. Tal distinção colabora para a identificação dos atores sociais do cuidado, modos de pagamento e de retribuição a atividades vinculadas a ele, além de contribuir para

maior compreensão da organização social do cuidado, que permanece pouco valorizada no espaço público e muito vinculada às ações privadas e familiares.

Segundo Guimarães (2019), “o trabalho remunerado de atenção íntima propiciado sob a forma de cuidado domiciliar, por exemplo, põe em xeque certezas longevas acerca das fronteiras entre o público e o privado”. Tais fronteiras, no caso brasileiro, apresentam grande apoio no campo da moralidade de defesa do modelo patriarcal de família. Mas, como bem aponta a autora, essa questão vem se deparando com a crise do cuidado, tendo em vista o avanço da expectativa de vida da população brasileira e a permanência das mulheres no mercado de trabalho.

Levando ainda em consideração o histórico brasileiro, sobre o qual a autora desenvolve a caracterização dos circuitos, requer atenção a ação da prática material e simbólica desenvolvida pelas mulheres agentes propiciadoras “de cuidado” em articulação para o reconhecimento de suas atividades como trabalho profissional. Dentre suas estratégias para este reconhecimento, está a partilha, a classificação e a disputa sobre os atos de cuidado referentes a cada ato profissional, como vemos entre as categorias majoritariamente femininas: enfermeiras, assistentes sociais, professoras, psicólogas, técnicas de enfermagem, cuidadoras e trabalhadoras domésticas (GUIMARÃES, 2019).

Em uma sociedade desigual e plural em suas relações, tais ações refletem a garantia de direitos desempenhados pela organização das mulheres nas profissões e na atuação de cuidado em suas classes sociais e territórios. Quanto mais precarizada a articulação dessas mulheres, mais desvalorizados são seus atos de cuidado profissionalmente reconhecidos. A autora apresenta a categorização de circuitos de cuidados variando o modo como uma mesma atividade é significada. Dessa maneira, elabora as categorias de *cuidado como profissão, cuidado como obrigação e cuidado como ajuda*.

A primeira, *cuidado como profissão*, se relaciona mais à mercantilização do cuidado e apresenta maior disponibilidade de informações estatísticas e reconhecimento no espaço público, além das correlações de forças na distinção de suas atividades por grupos de trabalhadoras organizadas como enfermeiras, trabalhadoras domésticas e cuidadoras (GUIMARÃES, 2019).

A segunda categoria, a do *cuidado como obrigação*, expõe uma conduta subjetiva calcada no amor e na responsabilidade familiar, que estruturam um reconhecimento social com pouca visibilidade nas políticas públicas. Introjetada no

âmbito familiar e nas relações sociais mais próximas, dificulta a publicização e a formulação de dados e de diversas informações das ações relacionadas a ela. Ocorre, inclusive, uma insuficiência de vocabulário científico para distinguir os acontecimentos neste plano, ainda mais levando-se em consideração a economia feminista (GUIMARÃES, 2019).

Já na terceira categoria, que retrata o *cuidado como ajuda*, as ações realizadas não são entendidas como trabalho, nem como obrigação. Localiza-se nas relações de reciprocidade grupal e comunitária, nas quais se evitam relações monetárias e não apresenta um fluxo regular. A ajuda, nesse sentido, é sempre bem vinda para quem cuida, dada, principalmente, a privação social dos sujeitos envolvidos em sociedades desiguais. São atos em que o cuidado pode ser reconhecido como ação de solidariedade (GUIMARÃES, 2019).

Como aponta Guimarães, Hirata e Sugita (2011), no Brasil, “o envolvimento das redes familiares, de vizinhança e de bairro é mais intenso. Com isso, o trabalho de apoio do Estado aos agentes de proximidade constitui uma política, em nível federal, de prevenção junto à saúde da família, na qual se inclui o cuidado das crianças e idosos”. Contudo, as políticas públicas de saúde brasileiras ainda ofertam poucas ações de estrutura coletiva que fortaleçam seu sentido comunitário e comum. Ficam sendo as mulheres os principais pontos focais de diálogo entre as necessidades de saúde das famílias e os serviços de saúde (GUIMARÃES et al, 2011).

O foco nas mulheres como interlocução privilegiada das políticas pelos cuidados delas mesmas, da família, dos idosos, das crianças e de sua comunidade, podem comprometer a autonomia destas como sujeito de direitos e de escolhas sobre o que fazer com seu tempo, ao reforçar sua grande responsabilidade para com os cuidados de si, da família e da comunidade. A fim de expandir as obrigações da esfera privada familiar para o espaço público, o questionamento da responsabilidade de políticas públicas com foco no trabalho não pago das mulheres colabora para o desenvolvimento de processos que procuram “desfamiliarizar” tais cuidados obrigatórios de base familiar.

Este caminho crítico colabora em tornar mais comunitárias as ações de cuidado, ao garantir direitos de proteção social estatal e maior responsabilidade comunitária na sua oferta. Nessa perspectiva, evidencia-se a importância da entrada das mulheres na política, no sentido de promoção de políticas públicas que

contribuam para uma maior ação estatal de bem estar social e de representação comunitária. Estas mulheres acabam aumentando a visibilidade feminina em seus territórios, na medida em que atuam como agentes sociais que inspiram práticas de solidariedade comunitárias.

2.4 Proposição metodológica

A definição da estratégia metodológica do presente projeto abarca a abordagem compreensiva, reconhecidamente anti-positivista, que privilegia a compreensão e a inteligibilidade dos fenômenos sociais. Localiza-se na abordagem fenomenológica, no entendimento social da vida cotidiana e tem seu olhar voltado para a subjetividade dos sentidos constitutivos do social.

Dentre outras possibilidades analíticas, este estudo buscará compreender a ação em um contexto de realidade condicionada pela mentalidade constituída pelo sujeito, na qual conste a representação das deformações adquiridas pelos sentidos do sujeito ao vislumbrar o objeto estudado. Significa que, nesta proposta metodológica, caberá destacar a linguagem como prática de realidade constituinte dos sujeitos. Ou seja, o discurso como práxis das realidades e possibilidades instituídas no presente.

Afinal, o estudo da experiência tem influência na abordagem que explora as inter-relações e seus significados, como o movimento intelectual pós-estruturalista, que, pela análise da linguagem contextualizada, vislumbra a pluralidade de sentidos constituintes da subjetividade. Composição interdisciplinar, que contribui para a formação do pensamento construtivista, na medida que defende o papel ativo do sujeito na conformação das representações do conhecimento.

Destarte, a análise desta matéria em momento crítico de pandemia e reorganização social, contribui para a percepção de como o poder da linguagem extrapola até mesmo a dimensão do encontro presencial. Na necessidade explícita de elaborar resistência pela vida humana em outros e/ou novos espaços públicos, o estudo procura explorar ambientes virtuais onde a performance do discurso ganha significados inovadores para o presente e o futuro da humanidade.

Esta perspectiva de análise encontra-se relacionada aos modos pelos quais o discurso se constitui e é transmitido (a quem fala, onde e como se fala). O projeto também apresenta interesse em identificar dimensões do discurso que se quer compreender, como o das mulheres que estão construindo possibilidades de

resistência à morte em meio à pandemia em seus territórios. Para além do processo saúde-doença introjetado nos determinantes sociais, investiga-se a produção de vida e de cuidado de si, do outro e do mundo, em um contexto de precariedade na pandemia e no “pandemônio”, em território brasileiro, no primeiro semestre de 2020.

Nesta pesquisa, o campo de estudo é a experiência da *Campanha Mulheres Territórios de Luta do Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul* (PACS), organização da sociedade civil que atua no tripé *informação e educação*, *incidência* e *inovação* na práxis do desenvolvimento e da democracia.

A *Campanha Mulheres Territórios de Luta* tem como objetivo revelar o caminho de lutas e práticas de resistências de mulheres que têm marcas e vivências em seus corpos atingidos pelos megaprojetos de desenvolvimento. A campanha teve início em maio de 2020, no início da pandemia da COVID-19, e se constituiu com intuito de arena pública, em um ciclo de debates virtuais ao vivo que abriram a campanha pelo canal do Instituto PACS no *Youtube* (PRAÇA, 2020)[5].

Essa plataforma convida seus usuários a criar e transmitir seus conteúdos por vídeos onde fomenta em sua propaganda a possibilidade de “transmita [ir] você mesmo”. No canal do PACS desta plataforma, está disponível o ciclo de debates virtuais que traz a discussão sobre as vivências da pandemia da COVID-19 pelas mulheres que reivindicam cuidado em territórios impactados por megaprojetos de desenvolvimento no Brasil. Entende-se megaprojeto como projetos complexos e de grande magnitude, com impacto direto e indireto na comunidade e no ambiente do território onde está, será ou foi instalado (PRAÇA, 2020).

O primeiro debate aborda o tema “Megaprojetos e a pandemia no cotidiano de luta das mulheres” e inicia as narrativas sobre o agravamento dos impactos dos megaprojetos nos territórios pela pandemia da COVID-19, assim como expõe as estratégias de resistência desenvolvidas pelas mulheres para o enfrentamento desse momento crítico e para a produção de cuidado integral à saúde.

Os debates, que ocorreram ao vivo e que permanecem publicizados na internet, apresentam mulheres organizadas em movimentos sociais de diferentes regiões do Brasil e da América Latina, abordam temáticas variadas relacionadas à campanha, como: Mega Projetos e Trabalho Produtivo, Trabalho Reprodutivo,

[5] O *Youtube* ganha notoriedade quando uma grande quantidade de usuários passa a usar a plataforma para divulgar tutoriais de como fazer algo. Atualmente, apresenta diversas performances individuais e coletivas artísticas, jornalísticas e educativas, entre outras (DESLANDES *et* COUTINHO, 2020).

Cuidado Coletivo e Ancestralidade, Mulheres em defesa dos direitos humanos e ambientais, Militarização da Vida, Racismo Ambiental, Impactos da Vale S.A, Mulheres Indígenas e Fundamentalismos Religiosos.

Diante desta pluralidade de temas, as ativistas destacam ações do cotidiano que realizam para o enfrentamento da pandemia, assim como relatam o desenvolvimento de estratégias de suporte à sua própria vida e de sua comunidade. É sobre tais estratégias e sobre a articulação do tema entre elas no espaço público que este projeto de pesquisa se debruça como objeto de análise.

Compreender o discurso de produção de vida das mulheres no país, neste contexto, colabora para o planejamento e desenvolvimento de políticas públicas que visem suprir as necessidades de saúde destas e aprimorar as ações de defesa da vida e promoção da saúde no SUS. Além disto, favorece identificar a capacidade que tais sujeitos, a partir de seus discursos, têm, de atuar na produção de cuidado e defesa da vida, possibilitando inclusive fortalecer instituições e ações de proteção social, como associações de trabalhadores e moradores, ações de solidariedade nos territórios, o próprio SUS, entre outros.

Com isso, a propositura metodológica deste projeto de pesquisa se configura na adoção de multimétodos de coleta de dados utilizados em pesquisa qualitativa do tipo estudo de caso único. Apostamos na potencialidade que cada um dos métodos reserva em oferecer complementariedade, seja pela aproximação e/ou pela interrelação do pesquisador “com o campo de estudo, informantes e documentos, constituindo o *corpus* da pesquisa (VIEIRA *et al*, 2019).

Em destaque, buscar-se-á compor uma matriz lógica e cultural, constituída por elementos da narrativa das experiências vividas por essas mulheres em seus territórios, identificando suas limitações e oportunidades, para desenvolver ações de produção de cuidado em saúde e defesa da vida no início da pandemia da COVID-19 no Brasil. A coleta de informações/dados se configura em uma “análise de dados em tempo real”, de tal modo que se amplie o horizonte interpretativo da pesquisadora e se possibilite a compreensão de questões emergentes da pesquisa.

Esta abordagem qualitativa depende da capacidade e estilo do pesquisador no processo de seleção, organização, revisão e verificação de dados. O resultado da

análise procura construir uma síntese em mais alto nível, como um quadro mais amplo e coerente das informações construídas no estudo (GIL, 2008).

Nesse sentido, a operacionalização desta propositura se dá em duas etapas: uma destinada à revisão narrativa para construir o estado da arte da literatura acerca da temática; e outra, dedicada à apresentação das estratégias de coleta de informações por meio de multimétodos, para triangulação de dados e subsídio à sua análise e compreensão.

2.4.1 Etapa 1 - Produção de conhecimento científico sobre a temática

Na construção do estado da arte sobre a temática a ser estudada, optou-se por se formularem estratégias para elaboração do referencial bibliográfico da pesquisa. Aqui também serão considerados documentos, cartilhas e demais artigos e trabalhos acadêmicos que tenham relação com o recorte do estudo sobre a reivindicação do cuidado integral à saúde das mulheres como direito.

Definidos os conceitos norteadores e os objetivos do estudo, as estratégias de busca do referencial elencaram os conceitos centrais e palavras chaves, tais como: reivindicação de direitos, redes comunitárias, integralidade em saúde e mulheres. A busca do referencial nos portais ocorreu entre os anos de 2019 e 2020.

Tendo em vista que se trata de uma revisão narrativa, a princípio, dois portais foram selecionados como catalisadores de registros com maior afinidade com o tema. São eles: *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e Biblioteca Virtual da Saúde Integralidade (BVS INTEGRALIDADE). Após validação dos termos, as bases de abrangência internacional *Scopus* e *Web of Science* foram consideradas para a construção do referencial teórico.

A busca inicial apresenta 1.850 referências, e após a leitura por etapa de títulos, resumos e textos completos, foram selecionadas apenas as referências de relevância para o estudo. Na revisão narrativa é possível acrescentar outras fontes de referência encontradas ao longo do estudo. A amplitude da revisão aqui colocada, utilizando quatro bases de dados bibliográficas, visa compreender o estado da arte que a temática alcança no Brasil, na América Latina e no Mundo (quadro 1).

Quadro 1- Estratégias de busca em bases de produção científica de acordo com os conceitos norteadores do estudo

Scielo	("cidada* OR "direitos humanos" OR "reivindicação de direitos" OR "cooperação" OR redes OR "apoio social" OR "movimento social" OR "ativismo social" OR "ativismo político" OR "envolvimento comunitário" OR "ação comunitária" OR comunitári* OR "participação política" OR "tomada de decisão" OR organiza*) AND (Saúde* OR cuidado* OR autocuidado OR integralidade OR "serviços de saúde" OR "acesso aos serviços de saúde" OR "comportamento relacionado à saúde" OR "itinerários terapêuticos" OR "práticas de cuidado" OR "busca por ajuda") AND (mulher* OR femini* OR gênero) AND (Brasil OR Brazil OR Rio de Janeiro)
Biblioteca Virtual da Saúde Brasil (BVS) Estratégia BVS Integralidade 1	(MH:M01.975) AND (MH:I01.738.708 OR MH:N02.421.143.212* OR MH:SP4.001.017.203* OR MH:SP9.160.030.010.010.030* OR MH:F01.145.813.115 OR MH:I01.880.853.500.300* OR MH:N02.421.143.202*)
Estratégia BVS Integralidade 2	(MH:M01.975) AND ((MH:I01.738.708 OR MH:N02.421.143.212* OR MH:SP4.001.017.203* OR MH:SP9.160.030.010.010.030* OR MH:F01.145.813.115 OR MH:I01.880.853.500.300* OR MH:N02.421.143.202*) OR (TW:“mobilização comunitária” OR TW:“mobilização social” OR TW:“ação comunitária” OR TW:“ação comunitária para a saúde” OR TW:“envolvimento da comunidade” OR TW:“comportamento de busca de ajuda” OR TW:“ambiente político” OR TW:“ambiente social” OR TW:“marginalização social” OR TW:“vulnerabilidade social” OR TW:“participação popular” OR TW:“conselhos de saúde”) OR (TW:cidada* OR TW:“reivindicação de direitos” OR TW:“direitos humanos” OR TW:“direito da mulher” OR TW:“direitos das mulheres” OR TW:“direito ao cuidado”) OR (MH:SP1.001.034 OR TW:“cuidado de si” OR TW:“autocuidado” OR TW:“responsabilidade coletiva” OR TW:“Cuidado como ação política” OR TW:“performatividade” OR TW:“itinerários terapêuticos” OR TW:“justiça social” OR TW:“mudança social” OR TW:“desigualdade em saúde”) OR TW:“espaço público” OR TW:“território” OR TW:“territorialidade” OR TW:comunidade* OR TW:favela*)
Scopus	TITLE-ABS-KEY ("political activism" OR "community participation" OR "cooperative behavior" OR "community networks" OR "community mobilization" OR "social mobilization" OR "community action" OR "community action for health" OR "community involvement" OR "help search behavior" OR "social support" OR "political environment" OR "social environment" OR "health inequality" OR "social marginalization" OR "public place") AND TITLE-ABS-KEY ("right to health" OR citizenship OR "guarantee of rights" OR "claim of rights" OR "human rights" OR "women's right"

	OR "women's rights" OR "right to care" OR "take care of yourself" OR "Self care" OR "collective responsibility" OR "Care as a political action" OR "performativity" OR "therapeutic itineraries" OR "social justice" OR "social change" OR "health inequality") AND ALL (woman OR women) AND TITLE-ABS-KEY (Brazil OR Brasil)
Web of Science	ALL=("political activism" OR "community Participation" OR "cooperative behavior" OR "community networks" OR "community mobilization" OR "social mobilization" OR "community action" OR "community action for health" OR "community involvement" OR "help search behavior" OR "social support" OR "political environment" OR "social environment" OR "health inequality" OR "social marginalization" OR "public place") TS=("right to health" OR citizenship OR "guarantee of rights" OR "claim of rights" OR "human rights" OR "women's right" OR "women's rights" OR "right to care" OR "take care of yourself" OR "self care" OR "collective responsibility" OR "care as a political action" OR "performativity" OR "therapeutic itineraries" OR "social justice" OR "social change" OR "health inequality") ALL=(Brazil OR Brasil) ALL=(woman OR women)

Fonte: A autora.

A estratégia utilizada para a base de dados da *Scielo* apresentou textos relacionados à visão dos profissionais de saúde e à sua relação com o usuário na comunidade ou com a assistência à saúde. Foram encontrados 223 textos, dentre os quais 19 apresentam metodologias e conceitos que interessam ao estudo.

A rede Biblioteca Virtual da Saúde Brasil (BVS) integra a Biblioteca Virtual em Saúde para América Latina e Caribe, que converge redes temáticas brasileiras da BVS, de tal forma que integra e fortalece suas fontes de informação em saúde por meio do Portal da BVS Brasil, coordenado pelo Ministério da Saúde e pela Biblioteca Regional de Medicina (BIREME), da Organização Pan-Americana da Saúde / Organização Mundial da Saúde (OPAS/OMS).

Como estratégia de refino das buscas para o estudo, a base temática da BVS que mais tem relação com o projeto, a BVS Integralidade, foi a referência deste portal para a

s buscas bibliográficas. A Biblioteca Virtual em Saúde Integralidade Brasil é uma construção coletiva de âmbito nacional, coordenada pela BIREME/OPAS/OMS e por um Comitê Consultivo Nacional liderado pelo Laboratório de Pesquisas sobre Práticas de Integralidade em Saúde (LAPPIS – UERJ) e pelo Centro de Informação Científica e Tecnológica (CICT – FIOCRUZ).

Dentre as diversas estratégias elencadas para a base BVS Integralidade, duas apresentaram resultados interessantes para o estudo. A Estratégia BVS Integralidade 1 apresenta, em sua maioria, textos relacionados à participação das mulheres na sua comunidade ou em ações de saúde. Nesta, 347 textos são resultantes da estratégia. Destes, 22 foram selecionados para o estudo.

Já a Estratégia BVS Integralidade 2 apresenta um universo maior de textos em que as mulheres são o centro das ações de saúde em seus territórios. Nessa estratégia, há a possibilidade de filtrar a pesquisa por países ou regiões do mundo, o que possibilita perceber também como a temática centrada na integralidade está sendo abordada na América Latina e em outras regiões do mundo. Essa estratégia apresentou resultados de diferentes regiões do mundo: América do Norte (119), Ásia (94), América do Sul (82), África (59), Oceania (57), Europa (48) e América Central (11), sendo 120 textos selecionados como de interesse para o estudo.

A *Scopus* é um banco de dados de citações da literatura, com revisão por pares, de amplitude mundial. Oferece um panorama abrangente da produção de pesquisas do mundo nas áreas de Ciência, Tecnologia, Medicina, Ciências Sociais, Artes e Humanidades. Gerenciado pela Elsevier, que, em 2018, representou 18% da produção global de pesquisa, é um banco de acesso pago.

Os resultados desta seleção mostram relação com o tema de interesse do estudo, apresentando, principalmente, estudos ligados ao Brasil, a ações das mulheres na reivindicação do direito à saúde, além de temas relacionados à participação comunitária e direitos humanos. Esta base de periódicos teve, como resultado da estratégia, 184 textos selecionados, além de exibir 20 textos de interesse.

O portal de periódicos internacional *Web of Science*, que, por meio de assinatura junto à *Clarivate Analytics*, oferece acesso a referências em todas as

áreas do conhecimento, agrega publicações desde 1945 até o presente momento. A estratégia usada na *Scopus* foi adaptada para a *Web of Science* e contou com combinações dos parâmetros em diferentes ordens, o que gerou 400 títulos disponíveis. Destes, 150 selecionados para análise de interesse ao tema do estudo.

Os descritores das estratégias de revisão narrativa das bases BVS Integralidade, *Scielo*, *Scopus* e *Web of Science* estão descritos no Quadro 2 e estão relacionados aos conceitos norteadores do estudo (reivindicação de direitos, participação social, cuidado em saúde, mulheres, lugar e espaço público). A construção deste referencial teórico abrange as temáticas que contribuem para recorte do projeto, assim como para a futura análise de resultados sobre a temática.

Tendo em vista os convênios estabelecidos entre as instituições de ensino e pesquisa do país, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) concede acesso livre e remoto a periódicos pagos, de relevância nacional e internacional, aos estudantes, pesquisadores e professores vinculados, por meio do Portal de periódicos CAPES. Importante destacar que a revisão bibliográfica, assim como todas as buscas realizadas em periódicos para elaboração desta pesquisa, se beneficiou desta parceria e do fundamental apoio da CAPES.

Quadro 2 - Parâmetros para a formação das estratégias de busca em bases de produção científica, de acordo com os conceitos norteadores do estudo:

Reivindicação de Direitos	**Participação social**	**Cuidado em saúde**	**Mulheres**	**Lugar**	**Espaço Público**
Cidadania	Social	Saúde	Mulher	Brasil	Espaço público
Direitos Humanos	Cooperação	Cuidado	Femini*	Brazil	Político
Cidada*	Redes	Autocuidado	Woman	Rio de Janeiro	Ação
Comportamento de Busca de Ajuda	Apoio Social	Cuidado de si	Women		Envolvimento da Comunidade
Reivindicação de direitos”	Movimento Social	Integralidade		Território	Envolvimento comunitário
Direitos humanos	Ativismo Social	Serviços de Saúde		Territorialidade	Ação comunitária:
Direito da mulher	Ativismo comunitária	Acesso aos serviços de saúde		Comunidade*	Ação Comunitária para a Saúde
Direitos das mulheres	Comunitário	Comportamento relacionado à saúde		Favela	
Direito ao cuidado	Participação				

Justiça social Mudança social Desigualdade em saúde” Political Activism Marginalization "Right to Health citizenship "Guarantee of rights" "Claim of rights" "Human rights" "Women's right" "Women's rights" "Social justice" "Social change"	política Tomada de decisão Mobilização Comunitária Mobilização Social Ambiente social Marginalização social Vulnerabilidade social “participação popular” "Community Participation" "Cooperative Behavior" "Community Networks” "Community Mobilization" "Social Mobilization" "Community Involvement" "Help Search Behavior" "Social support" "Political environment" "Social environment"	Itinerários terapêuticos Práticas de cuidado Busca por ajuda Cuidado como ação política "Health inequality" "Right to care "Take care of yourself" "Self care" "Collective responsibility" "Care as a political action" "Performativity" "Therapeutic itineraries Health inequality"			Conselhos de saúde Ambiente político” Performatividade Responsabilidade coletiva” "Community action "Community Action for Health ”Public place"

Fonte: A autora.

2.4.2 Etapa 2 – Multimétodos com centralidade nas mulheres: itinerários terapêuticos, pesquisa qualitativa em ambiente digital e análise de discurso

Para Silva-Junior (2011), na produção de cuidado, sob a ótica da integralidade, existem práticas avaliativas que podem ser úteis no processo de mediação social, explicitando e negociando interesses e ações, produzindo novos valores e juízos, além de incluírem a percepção das redes sociais de apoio dos sujeitos. Estas, segundo o autor, alargam a compreensão da construção do cuidado integral, o que interessa ao projeto por possibilitar a visibilidade dos diversos arranjos para a garantia do direito à saúde e na construção de práticas cuidadoras.

De acordo com o exposto, o desafio abordado por Pinheiro e Silva-Junior (2011) sobre o papel da integralidade como eixo paradigmático de repensar os determinantes sociais e a avaliação em saúde, é necessário para posicionar os usuários do SUS em seus contextos, como sujeitos ativos de suas construções terapêuticas e sociais. Os autores, diante de diferentes visões tradicionais de avaliação, sugerem que a mesma “não deve se limitar à verificação do cumprimento de regras e normas, mas se constituir como uma potente ferramenta democrática e de *empowerment* dos cidadãos na afirmação de seus direitos”. (PINHEIRO *et* SILVA-JUNIOR, 2011, p.39).

A avaliação sobre a perspectiva do usuário, para Martins (2011), leva em consideração um método que corrobora sua participação ativa na “gestão compartilhada em saúde”, o que contribui para um maior conhecimento sobre o usuário e sobre diversos entendimentos de correlação entre suas redes, incluindo-se a determinação social e projetos terapêuticos e de vida (MARTINS, 2011).

Para Sueli Almeida e Roseni Pinheiro (2010), a participação ativa dos usuários concede relevância ao entendimento de suas trajetórias assistenciais, mostrando a necessidade de os itinerários terapêuticos serem incorporados como práticas avaliativas dos gestores. Com isto, as percepções desses estudos darão visibilidade para diversos “fenômenos socioculturais que devem ser considerados na ação pública, de julgamento e tomada de decisão, no que concerne à construção de uma rede mais porosa às demandas e percepções da população”. (ALMEIDA *et* PINHEIRO, 2010, p. 263)

Para tanto, propõe-se que o estudo dos relatos de experiência de mulheres organizadas na reivindicação de direitos humanos no contexto da pandemia da COVID-19 no Brasil possibilite a análise de encontros entre o conhecido e o desconhecido dos modos de andar na vida que o objeto deste projeto delimita. Busca-se, com isso, compreender o itinerário cotidiano desses atores sociais em seu exercício de práticas ativas de reivindicação do direito ao cuidado em seu território.

Entender a matriz lógica e cultural dos sujeitos, suas produções e limitações, incapacidades e adoecimento, assim como as oportunidades de garantia de direitos sociais e produções de cuidado, é cooperar para tornar visíveis as tecnologias sociais dos usuários para o enfrentamento dos problemas de saúde em seus territórios. Logo, o estudo por itinerário terapêutico tem em vista valorizar a experiência vivenciada e a narrativa ético-política de cuidado vivido por estas mulheres em seus territórios no contexto de pandemia da COVID- 19 no Brasil.

Neste contexto, a presente proposta metodológica busca gerar visibilidade as práticas ético-políticas destas mulheres em defesa da vida, tendo em vista a integralidade em saúde como base constituinte e constitutiva dos saberes e práticas de produção do cuidado dos sujeitos em seus territórios. Esta compreensão alarga a produção de cuidados de saúde na perspectiva médica centrada e hospitalocêntrica, tão reforçada para o enfrentamento inicial da pandemia no Brasil e cria oportunidades de verificar o processo de constituição ético-político de cuidado através de uma aproximação que valoriza a percepção do itinerário terapêutico instalado no cotidiano da vida social, como destaca Pinheiro:

> O itinerário terapêutico constitui, assim, um dispositivo revelador da cultura do cuidado e do cuidado na e da cultura, na medida em que retrata a multiplicidade da constituição, qualidade das relações sociais e potenciais cuidativos; bem como tensiona as práticas/noções construídas no campo da saúde sobre experiências de adoecimento, redes de apoio, acesso, adesão e escolhas terapêuticas. O itinerário terapêutico possibilita, deste modo, trazer para a discussão o potencial analítico que ele tem em olhar para as relações sociais estabelecidas no cotidiano, potencial interessante para apreender o que estaria em jogo no processo de saúde-doença-cuidado. Ou seja, os itinerários terapêuticos mostram abertura para compreender o papel que o encontro entre pessoas possui. Um encontro que, contudo, ultrapassa a dimensão biológica e técnica do cuidado ao adoecido e faz aparecer uma dimensão relacional e, consequentemente, simbólica, imbricada no que é posto em circulação nesses encontros (PINHEIRO *et al*, 2016, p. 23).

Ainda, para Almeida e Pinheiro (2010), o itinerário terapêutico, estabelece-se como ação humana, dando visibilidade à aflição, interesses, emoções

e atitudes circunstanciais dos planos, estratégias e projetos voltados para um objeto preconcebido (ALMEIDA *et* PINHEIRO, 2010, p. 264). Elementos que auxiliam o projeto na identificação dos caminhos e escolhas destas mulheres na vida e nas redes de produção de cuidado, destacando uma possível abordagem:

> Para a interpretação do itinerário terapêutico, que visa compreender esse complexo processo de escolha de agências de cura pelos indivíduos, o contexto sociocultural em que ocorre o fenômeno apresenta-se como elemento central, já que a disponibilidade de serviços, os seus modelos explicativos e a utilização que as pessoas fazem dos serviços de cura são insuficientes para essas análises. Sendo assim, para entender o itinerário terapêutico, é fundamental considerar a ideia de que este se desenvolve num campo de possibilidades socioculturais, para além da conduta singularizada dos indivíduos. (ALMEIDA *et* PINHEIRO, 2010, p. 264)

Embasado neste entendimento, o projeto procura captar as construções socioculturais das usuárias do Sistema Único de Saúde, suas redes de cuidado e sua conduta singularizada. Ou seja, “captar a práxis do cuidado em saúde do usuário no mundo da vida, no seu cotidiano, que nos interessa” (SILVA-JUNIOR, 2011. p.115).

2.4.2.1 Itinerários Terapêuticos

O método itinerário terapêutico como revelador da cultura do cuidado em sua perspectiva ético-política para observar a ação das mulheres na reivindicação do direito ao cuidado no período de chegada da pandemia da COVID-19 no Brasil é um desafio, pois se trata de um momento de instabilidade sanitária, política, social, científica e tecnológica. Certamente um momento crítico na história da humanidade, em que a maioria das nações estavam em alerta máximo e toda a comunidade mundial refletindo sobre práticas de colaboração para a preservação da vida humana.

2.4.2.2 Proposta metodológica

Diante deste cenário, a proposta metodológica abrange duas etapas, a que traz elementos deste momento inicial de concerto das mulheres em ação e a etapa que procura, através da devolutiva dos resultados do estudo, trazer interferências destas mulheres à discussão e à conclusão do estudo. A primeira etapa tem proximidade com uma abordagem por observação participante de uma síntese discursiva produzida por um grupo de mulheres organizadas para reivindicar direito

à saúde e à vida em seus territórios de luta. A produção do material exposto por estas mulheres, que é destinado ao espaço público, nos oferece o papel de expectadores convidados a um diálogo online, permanente com a temática.

Nesta etapa, a metodologia será observacional e procura pautar a "correspondência com as realidades observadas, estabelecendo interrogações, escutas e olhares sobre a realidade, de modo que se ofereçam subsídios conceituais à experiência e evidências de possibilidade àqueles com inquietações correspondentes" (PINHEIRO *et al*, 2005 p. 37). Tal proposta exige, ao projeto, um deslocamento do campo de análise presencial para um campo de análise na internet, tendo em vista as transformações na sociedade que o enfrentamento à pandemia exigiu da humanidade.

2.4.2.3 Devolutiva dos resultados observados

A segunda etapa se trata da identificação de mulheres que participaram do ciclo de debates produzindo conteúdos que foram observados na primeira etapa e que tenham mais afinidade com a temática de reivindicação do direito ao cuidado em saúde como uma ação ético-política. A segunda etapa se constitui como uma devolutiva dos resultados observados, oferecendo uma apresentação e um debate sobre os resultados da primeira etapa para estas mulheres selecionadas.

Esta apresentação ocorrerá depois dos efeitos da chegada da pandemia da COVID-19 no país, mitigando seus principais efeitos e após a qualificação deste estudo como tese de doutorado. Deste modo, pretende trocar interferências sobre os diversos olhares buscando colaborar com o intercâmbio de saberes para qualidade da produção de conhecimento. A finalidade da devolutiva ser descrita neste projeto como etapa de desenvolvimento metodológico pretende reforçar a importância deste processo do método cientifico da pesquisa social.

Assim, a pesquisa explicita a relevância de incluir a visão destas mulheres também no resultado final da produção cientifica acadêmica, visando apoiar melhorias no desenvolvimento de métodos e tecnologias que contribuam para a popularização da ciência e tecnologia em saúde coletiva no país.

2.4.2.4 Pesquisa qualitativa em ambiente digital

A repentina mudança do mundo cotidiano, como o conhecíamos, com a chegada da pandemia da COVID-19, acelerou o processo de entrada massiva da população global na rede mundial de computadores. A construção de entendimento sobre as medidas sanitárias importantes para a superação da pandemia, tem início em uma grande ampliação da sociabilidade digital. As trocas de informação sobre os dilemas e ações a serem desenvolvidos para a saída da crise sanitária gerou diversos questionamentos em um intercâmbio internacional de conhecimento técnico e cientifico através de diferentes plataformas digitais. Durante esse processo, as interações foram adaptadas a outras maneiras de se , por via digital, gerando novos signos e elementos ao contexto discursivo (DESLANDES *et* COUTINHO, 2020).

Após um ano do início da pandemia no Brasil, a readaptação do convívio social ainda seguiu sob medidas sanitárias restritivas. O país, em março e abril de 2021, enfrentou os meses de maior letalidade, com o maior pico de mortes diárias, chegando a mais de 3.500 mortes diárias em 30 de março de 2021, segundo o Painel CONASS COVID-19 (CONASS, 2021).

As perspectivas de soluções vislumbradas pelas ciências da saúde apresentaram diversas resistências, principalmente as relacionadas à mudança de hábitos sociais e práticas de higiene, como as recomendadas pela Organização Mundial de Saúde (OMS). Desse modo, a política passou a ser fator determinante, sobretudo na dificuldade de adesão e articulação de práticas factíveis em defesa da vida das populações mais precarizadas. Trata-se de elementos que contribuem para identificar as articulações de saberes e práticas das mulheres na reivindicação do direito ao cuidado neste contexto (DESLANDES *et* COUTINHO, 2020).

As metodologias digitais são um campo em expansão na área da saúde, inclusive sobre associativismo. Segundo Deslandes *et* Coutinho (2020), “se a pesquisa em ambientes digitais se restringia a um grupo de estudos específicos no âmbito da pesquisa social, neste momento, compreendê-la melhor se torna uma necessidade epistemológica e metodológica para todos os pesquisadores” (DESLANDES *et* COUTINHO, 2020, p. 2).

Para Deslandes *et* Coutinho, os conteúdos ligados à intimidade do cotidiano obtiveram maior notoriedade e visibilidade; com isso, quem era mero expectador

teve a possibilidade de “ser protagonista de sua própria vida-vídeo-blog-live, um verdadeiro espetáculo de si mesmo.” (DESLANDES *et* COUTINHO, 2020, p. 3).

A internet permite uma sociabilidade digital através de diferentes linguagens, seja, verbal, corporal, algorítmica ou multimídia, em que os sujeitos apresentam sua performance para o outro. A análise desse processo exige do pesquisador o entendimento das políticas das empresas que gerenciam as plataformas, que incentivam a hiperexposição para obter lucro e/ou diversificar seu marketing. (DESLANDES *et* COUTINHO, 2020).

Consequentemente, Deslandes *et* Coutinho argumentam que, ao verificar as possibilidades e restrições do espaço virtual onde o material analisado está disponível e identificar as intenções destinadas a diversas plateias, o pesquisador necessita produzir um campo ético para a pesquisa. Pois diante do potencial que as esferas íntimas, e sua grande exposição na rede, têm para a pesquisa social, a preocupação com critérios éticos precisa estar bem definida (DESLANDES et COUTINHO, 2020).

Atualmente, a tecnologia é definitivamente incorporada ao cotidiano humano. Isso agrega possibilidades inovadoras de análise para este estudo, tendo em vista que as barreiras e aproximações entre a esfera privada e espaço público revelam diferentes contornos e exposições no campo digital. (DESLANDES *et* COUTINHO, 2020).

Outra questão que interessa a esta pesquisa é a compreensão dos efeitos desta desterritorialização como fator que possibilite o desenvolvimento de espaços de interação e agregação de sujeitos. Neste ambiente imersivo, multiuso e performativo que é a internet, a concepção de campo é multilocalizada, sendo necessário um esforço de pesquisa para reconhecer suas dimensões de conexão e mobilidade. Para Deslandes *et* Coutinho (2020), “a pesquisa digital é mais um fluxo do que um “lugar”, uma rede de conexões que entrecruzam interações cotidianas distintas, ancoradas em muitas plataformas e ambiências tecnológicas, e o mundo offline.” (DESLANDES *et* COUTINHO, 2020, p. 6).

Diante das distintas abordagens qualitativas na rede, a pesquisa investiga documentos preexistentes em bases materiais que dão visibilidade a práticas

sociais. A exploração deste material pressupõe que ele tenha sido coproduzido, baseado em múltiplos debates de quem o produziu, compilou e disponibilizou em determinada plataforma. Diante deste entendimento, os autores salientam que:

> (...) o trabalho de campo, seja de base observacional ou não, não tem como propósito a compilação de dados *per si*, mas produzir por meio desse conjunto de materiais uma reflexão de cunho interpretativo. O desafio posto é produzir um trabalho intelectual valendo-se desse acervo, que possibilite uma “descrição densa” das redes de significado que traduzem uma cultura ou uma prática social. E tal tarefa não é diferente na pesquisa digital. (DESLANDES *et* COUTINHO, 2020, p. 7).

2.4.2.5 Análise do discurso

A análise do discurso configura-se como mais um método de interesse para este estudo, por apreender a ação no discurso e a performance dos sujeitos em sua singularidade. Estuda as formas que dão significado aos sujeitos em suas condições de existência, diferenciando-se da análise de conteúdo e de outros estudos do ramo da linguística, por incorporar a historicidade ao texto. Torna o discurso uma realidade empírica, que pode ser delimitada no tempo e espaço (SOTO,1997).

O contexto em que este estudo se desenvolve prevê o reconhecimento dos discursos que estavam no centro da tomada de decisão política para evitar o contágio pela COVID-19. Desta forma, a análise do discurso das mulheres pesquisadas possibilita identificar elementos do discurso materializados por práticas de um contexto social que procura valorizar a vida.

Essa proposta contribui para o reconhecimento da narrativa discursiva para além do conteúdo em si, absorvendo questões relacionadas ao contexto cultural, político e econômico das diferentes e múltiplas esferas do social. Tal percepção ilustra bem o esforço da proposta metodológica do presente projeto por dar visibilidade a aspectos complexos do campo transdisciplinar relacionados à integralidade em saúde, na medida em que a pesquisa transdisciplinar destaca a relevância do uso dos saberes na criação de sentidos e a composição de linguagem e da história para as práticas. (PINHEIRO *et al*, 2005)

A análise do discurso permite, inclusive, explorar o encontro de narrativas de um debate. Tal questão, apresenta afinidade com a produção analisada por esta ser

composta de ciclos de debates com mulheres de diferentes territórios e identidades que lutam por direito ao cuidado, à saúde e à vida. Por outro lado, realizar o campo no mundo digital desafia o pesquisador a ampliar e calibrar sua lente para a pluralidade de elementos da comunicação em diferentes discursos. Nesse sentido, a análise do discurso também contribui para que as pesquisas no mundo digital estejam para além de um lugar com facilidade de recolher grande quantidade de dados ou fazer entrevistas com menor custo (DESLANDES *et* COUTINHO, 2020).

2.4.2.6 Matriz analítica

Seguindo o critério de afinidade com os objetivos da pesquisa, os temas selecionados do ciclo de debates da *Campanha Mulheres Territórios de Luta* tiveram as gravações dos vídeos dos debates ao vivo investigados a partir de uma matriz de análise do discurso. A matriz possibilita sistematizar e ampliar as reflexões que permeiam as ações das mulheres na construção de seu modo de agir no território presencial e no mundo digital. A observação deste material a partir da matriz possibilitou mapear e gerar visibilidade aos significados dos saberes publicizados nos vídeos, assim como nos debates relacionados à reivindicação do direito ao cuidado em meio à pandemia da COVID-19. Para tanto, a base conceitual constitutiva deste estudo teve suporte no desafio de assimilar impressões afetivas e de transformação das percepções do cotidiano destas mulheres por meio de uma matriz de análise (PINHEIRO *et al*, 2005).

A análise inicial do material, por meio da análise do discurso, destacou, inicialmente, os temas dos vídeos com maior afinidade com as linhas analíticas da matriz. Para tanto, propôs-se uma matriz de análise com referência nas bases teóricas do projeto e que tinha por finalidade identificar no material a compreensão de cidadania e do cuidado integral diante da reivindicação de direito à saúde na narrativa e na performance das mulheres em territórios de luta. Procurou também alargar a percepção das redes de atenção à saúde e os itinerários terapêuticos constituídos por elas para “uma ideia de luta por liberdade individual e coletiva, tão necessária na construção de uma sociedade mais justa e solidária.” (ALMEIDA *et* PINHEIRO, 2010, p. 260).

Para Foucault, o conceito central da análise do discurso reside na descrição dos enunciados da formação discursiva, contribuindo para que a compreensão discursiva das práticas cotidianas destas mulheres tenha um instrumento que gere síntese dos conceitos e saberes enunciados (SOTO,1997). A matriz de análise proposta (Quadro 3), apresenta as dimensões macropolítica, micropolítica e molecular, além de linhas analíticas propositivas e transversais que substanciam o contexto e dão significado às dimensões. (PINHEIRO et al, 2005).

As dimensões retratam a tentativa de localizar os territórios de mobilização das ações dos atores do discurso. A dimensão macropolítica procura observar movimentos, práticas e saberes que envolvam ou se identifiquem com a produção de transformações nos macro territórios, como experiências no sistema de saúde que valorizem a reivindicação do direito ao cuidado pelas mulheres. Trata-se de uma dimensão geradora de efeitos nas dimensões micropolítica e molecular, que contribui para assimilar características e/ou qualidades de práticas democráticas e dialógicas de ética ao cuidado e amistosas à integralidade em saúde (PINHEIRO *et al*, 2005).

A dimensão micropolítica pretende caracterizar as ações e experiências narradas nos vídeos e que ocorrem entre as dimensões macro e molecular, em territórios flexíveis e segmentados, que favorecem as relações e interações. Procura atribuir visibilidade aos elementos que transformam as relações cotidianas nos espaços onde ocorrem, deformando relações de poder em diferentes estruturas de produção e reprodução social em que se infiltram. A esta dimensão importa calibrar o olhar às experiências dos sujeitos nas instituições sociais e suas intermediações com o macromolecular e molecular, o que, no caso desta pesquisa, é proposto a partir das organizações e movimentos sociais de defesa dos direitos humanos no Brasil (PINHEIRO *et al*, 2005).

A dimensão molecular está relacionada à unidade mais próxima da experiência da vida, perpassando os desejos e singularidades da vida cotidiana, ou seja, atrelada a uma perspectiva íntima de fluxos de transformação de práticas do dia a dia, termo oriundo do pensamento gramsciano, que possibilita apreciar processos socioculturais de transformação do indivíduo e da sociedade, a partir dos corpos políticos nos conflitos gerados por hegemonia. A dimensão molecular, nesta

perspectiva, ultrapassa o corpo para as células, possibilitando até uma caracterização de coerção política, o que pode tornar os sujeitos prisioneiros de sua doença (PINHEIRO *et al*, 2005).

Esta dimensão pretende ser o foco central da análise desta pesquisa, por capturar elementos de transformação do cotidiano de mulheres que reivindicam direito ao cuidado em meio à pandemia e ao pandemônio brasileiro. Pretende-se, com isso, abrir espaço para responder questões fundamentais tanto para o controle da pandemia (e por consequência dos corpos no “pandemônio”), como para gerar visibilidade aos atravessamentos das ações em redes de cuidado que estas mulheres constituem no seu cotidiano e extrapolam para as outras dimensões. Como nos convidam a refletir Pinheiro *et al* (2005):

> Nesse sentido, reconhecer uma rede de cuidados e seus atravessamentos nos levava a perguntar: quem se responsabiliza por qual coisa? O que o usuário tem a dizer disso? Daí surgiram questões que exigiam uma discussão, não menos rica e conflituosa, sobre nexos constituintes entre vínculo, responsabilidade sanitária, projetos terapêuticos e alteridade com os usuários (PINHEIRO *et al*, 2005, p. 47).

Transversais às dimensões, as linhas analíticas delimitam o observado em eixos que valorizam a relação de interferência das práticas com as dimensões. Para favorecer a visibilidade das práticas que conversam com os objetivos do estudo, o projeto propõe 5 linhas.

A primeira linha analítica relaciona *as políticas institucionais de cuidado em saúde e a participação social na regulação de políticas públicas a partir de modelos democráticos que valorizam a experiência do processo saúde-doença-cuidado*. Deste modo, delimita-se a identificação de ações relacionadas: à institucionalização do SUS e aos desenhos inovadores que valorizem a reivindicação do direito ao cuidado nas políticas públicas de saúde e defesa da vida (dimensão 1); à organização das práticas participativas e reivindicatórias de cuidado, ao desenho do formato da reivindicação, à proposta de participação e articulação das mulheres, a correlação de forças entre controle social, atenção, gestão e reivindicação de direitos humanos frente à pandemia da COVID-19 (dimensão 2); às evidências da formulação de novos projetos e ações de reivindicação do direito ao cuidado no cotidiano dos territórios precarizados diante das necessidades dos serviços e demandas dos usuários no início da pandemia da COVID-19 (dimensão 3),

(PINHEIRO *et al*, 2005). Tais questões estão pontuadas pontuar no primeiro capítulo do presente estudo.

A segunda linha procura *analisar estratégias, táticas, processos decisórios na articulação das práticas e vivências de reivindicação do direito ao cuidado no processo saúde-doença-cuidado*, buscando caracterizar: a articulação entre políticas de saúde e a reivindicação do direito ao cuidado forjadas *no* e *para* o espaço público pela gestão do território e pelos movimentos sociais da sociedade civil organizada (dimensão 1); criação e/ou ocupação de espaços institucionais de decisão internos e externos relacionados à reivindicação do direito humano à saúde, configurando dispositivos de poder na relação dos atores, mecanismos de avaliação, aperfeiçoamento e transformação dos processos reivindicatórios (dimensão 2); táticas para a transformação, no cotidiano, do processo de reivindicação ao direito ao cuidado, mapeamento e reconfiguração dos diversos saberes/poderes que orientam/ condicionam as práticas reivindicatórias e seus efeitos no processo saúde-doença-cuidado (dimensão 3), (PINHEIRO *et al*, 2005). Na atual pesquisa, tais assuntos foram elencados tanto no capitulo 1 como no capitulo 2.

A linha *pautas reivindicatórias de ação das mulheres por direito à saúde integral* procura descrever: a articulação dos critérios ético-políticos que orientam a seleção de pautas na reivindicação do direito à vida de mulheres inseridas em movimentos transdisciplinares e intersetoriais (dimensão 1); a relação entre as abordagens socioculturais das pautas e métodos reivindicatórios, incluindo conteúdos que consideram sentidos, significados e valores da cultura local, vivências e experiências de saberes populares, relacionando-os com conteúdo da saúde coletiva e identificando práticas inovadoras de produção e reivindicação do cuidado (dimensão 2); produção, reprodução e transformação do conhecimento, em todas as áreas e nos diversos níveis de complexidade da participação social e das redes de cuidado centrados em necessidades de saúde do território (dimensão 3), (PINHEIRO *et al*, 2005). Essa linha é citada pontualmente, de forma mais consistente, no capitulo 2 deste estudo.

O Panorama de reivindicação do direito ao cuidado das mulheres nos processos de transformação da participação social e redes de cuidado em saúde para a integralidade da saúde em meio à pandemia da Covid 19 procura verificar: ações e performances de articulações ético-políticas reivindicatórias do cuidado. no contexto das mulheres que defendem a vida no Brasil. no início da pandemia de

COVID-19 (dimensão 1); a redefinição das práticas de cuidado, a partir de uma perspectiva da organização civil para a reivindicação de direitos humanos voltadas a atividades que busquem solucionar os problemas das mulheres, pautadas no cotidiano de espaços múltiplos de atuação (dimensão 2); a formação e inserção de processos de reivindicação e organização civil em espaços públicos virtuais a partir do contexto de pandemia da COVID-19, levando em consideração a rearticulação e transformação da ação política de atores e organizações para suprir as necessidades dos usuários neste cenário, identificando a construção de momentos acolhedores que envolvam a vivência e a reflexão crítica, socialmente comprometida dos atores sociais envolvidos, sobre os problemas de saúde individuais e coletivos para o direito ao cuidado (dimensão 3), (PINHEIRO *et al*, 2005). Essa linha retrata a produção dos resultados encontrados nesta pesquisa, principalmente acerca dos temas relacionados à dimensão 3.

A quinta linha analítica versa sobre as *redes de cuidado apoiadas no princípio da integralidade em saúde e a construção de tais redes no combate à pandemia e sustentação do direito humano à vida*. Com isto se buscam compreender: as articulações da participação social na construção de redes de cuidado que tenham inserção nas linhas de cuidado como eixo estruturante do processo de reivindicação ao direito à vida em seus territórios (dimensão 1); a integralidade como potencializadora de uma mobilização social que colabora para o fortalecimento de redes de cuidado, com dispositivos de reivindicação na perspectiva de construção destas redes e previsão de atividades em vários níveis de complexidade, possibilidade de participação e vivência em ações intersetoriais e na construção e gestão de projetos terapêuticos e de felicidade (dimensão 2); a valorização, no processo de reivindicação das múltiplas formas de direito à saúde integral, dos processos reivindicatórios de direito à vida, como eixos que permitam o estabelecimento da responsabilização como garantia de cidadania e o desenvolvimento de sua autodeterminação, como o cuidado de si. Aplicam-se tais direcionamentos analíticos nas considerações à guisa de conclusão do capitulo 4.

Isto posto, espera-se que a matriz analítica contribua para delimitar o objeto e a estrutura analítica deste estudo a partir das questões de pesquisa que consubstanciam os objetivos do estudo para a análise do discurso. Afinal, as dimensões e linhas apresentadas trazem apenas recortes baseados na revisão

narrativa que aprimoram a capacidade de diálogo do pesquisador na construção de interações com o campo da experiência estudada.

Quadro 3 - Matriz analítica das experiências de reivindicação de direito ao cuidado pelas mulheres organizadas no início da pandemia da COVID-19 no Brasil: do direito à vida ao direito ao cuidado.

Dimensões Linhas	MACRO (Contexto político-institucional local e nacional de pactos de defesa da vida) DIREITO HUMANO	MICRO (Ações e experiências de reivindicação e solidariedade para/com o cuidado nas organizações de defesa de direitos humanos) DIREITO À VIDA	MOLECULAR (Como os atores refletem/ vivenciam/reproduzem/criam suas práticas de cuidado de si e do mundo) DIREITO AO CUIDADO
Políticas institucionais de cuidado em saúde e participação social (Defensoras dos direitos humanos; usuárias do SUS, profissionais de saúde)	Direito constitucional à defesa da vida e da saúde por meio do SUS e de modelos tecnoassistenciais inovadores / transformadores das condições do processo saúde-doença-cuidado; Relação entre os processos reivindicatórios de direito ao cuidado e os modelos tecnoassistenciais coerentes com o SUS baseados no princípio da Integralidade.	Organização das mobilizações e das práticas reivindicatórias de direito humano e do cuidado em saúde; Articulações da experiência entre sociedade organizada, ciência/ensino e serviço /tecnologias.	Relatos de experiências de reivindicação do direito ao cuidado por mulheres que contribuam cotidianamente para promoção da saúde e um processo saúde-doença-cuidado com articulação ético-política em seus territórios; Cotidiano das relações das mulheres ativistas dos direitos humanos na reivindicação das necessidades de saúde dos usuários de seus territórios.
Estratégias, táticas, processos decisórios na articulação das práticas e vivências de reivindicação do direito ao cuidado no processo saúde-doença-cuidado (processos decisórios)	Articulação entre políticas sociais de defesa da saúde e da vida e reivindicação do direito ao cuidado; Democratização dos processos de reivindicação por direito a vida em espaços públicos com fortalecimento da participação e controle social.	Negociação e pactuação em defesa do direito humano; Articulação de relações em espaços públicos na defesa da vida e do direito humano pela reivindicação do direito ao cuidado; Configuração dos dispositivos de poder nas relações entre os sujeitos; Mecanismos de avaliação, aperfeiçoamento e transformação dos processos reivindicatórios por cuidado.	Táticas para transformação no cotidiano do processo saúde-doença-cuidado; Mapeamento e reconfiguração dos diversos saberes / poderes que orientam / condicionam as práticas do processo saúde-doença-cuidado no cotidiano; Efeitos (implicações e articulações) no processo de cuidado dos sujeitos ativos em seus territórios.

Pautas reivindicatórias de ação das mulheres por direito a saúde integral	Critérios ético – político que orientam o controle social e a participação na reivindicação da defesa da vida e cuidado as mulheres e territórios onde vivem; A reivindicação de direito das mulheres ao cuidado inseridos em pautas no campo disciplinar, transdisciplinar e na intersetorialidade que valorizam a integralidade em saúde.	Relação entre dinâmicas socioculturais dos conteúdos e dos métodos reivindicatórios pautados pelas organizações e movimentos; Inclusão de conteúdos e pautas que considerem os sentidos, saberes, significados e valores da cultura local; Organização de pautas orientadas para valorizar os direitos humanos e favorecer os processos de reivindicação do direito ao cuidado; A relação das pautas da saúde coletiva com o contexto de experiência de práticas inovadoras na reivindicação do direito ao cuidado.	A produção/ reprodução/ transformação do conhecimento, em todas as áreas e nos diversos níveis de complexidade da atenção e do cuidado; Valorização do processo de tomada de decisão orientado à solução de problemas centrados em necessidades /demandas e na continuidade do cuidado.
Ações / Performance de reivindicação do direito ao cuidado das mulheres nos processos participação social e redes de cuidado em saúde para a integralidade da saúde em meio a pandemia da COVID-19	Perspectiva ético-política do processo saúde-doença-cuidado na visão das ativistas por direito a vida.	Redefinição das práticas de cuidado no contexto de pandemia da COVID-19 no Brasil. Ações de reivindicação de direitos baseada na experiência de processos da vida nos territórios; Experiências de atuação na reivindicação de direito ao cuidado pelas mulheres em seus territórios de luta.	Construção de espaços públicos de diálogos políticos que envolvam a vivência e a reflexão crítica, socialmente comprometida das mulheres sobre os problemas de saúde individuais e das coletividades nos aspectos epidemiológicos, culturais e socioeconômicos de seus territórios; Valorização de espaços colaborativos e democráticos que troquem experiências sobre o processo saúde-doença-cuidado propiciando a construção de ações que reivindiquem direitos.
Redes de cuidado no combate a pandemia e sustentação do direito humano a vida	Participação social na construção da rede de cuidado na integralidade da atenção à saúde; Inserção das práticas de cuidado como eixo estruturante da reivindicação de direito a saúde e da vida das mulheres.	Integralidade como princípio norteador da rede de cuidado; Dispositivos de reivindicação de direitos na perspectiva de construção da rede de cuidado; Possibilidade de participação social e vivência em ações intersetoriais; Possibilidade de participação social na construção e gestão de projetos terapêuticos.	Valorização da experiência de reivindicação do direito ao cuidado: - das múltiplas dimensões do processo saúde-doença-cuidado - dos processos reivindicatórios como eixos que permitam o estabelecimento de vínculo e responsabilização com usuários, serviços e território. Possibilidade de fortalecimento da rede de cuidado ao compartilhar processos de reivindicação de direitos

			no cotidiano.

Fonte: Adaptado de PINHEIRO & CECCIM (PINHEIRO *et al*, 2005).

2.4.2.7 Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)

O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) é a instância que tem por objetivo defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. Portanto, o comitê tem o papel de avaliar e monitorar o andamento do projeto, de modo que a pesquisa respeite os princípios éticos de proteção aos direitos humanos, da dignidade, da autonomia, da não maleficência, da confidencialidade e da privacidade.

Dialogando com os preceitos éticos em pesquisas cientificas no campo da saúde, o presente estudo, após submissão na Plataforma Brasil (base nacional e unificada de registros de pesquisas com seres humanos) e avaliação do comitê de ética em pesquisa, foi aprovado com o Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE) 56031922.0.0000.5260, no parecer: 5.347.217.

3 **DIÁLOGOS COMO NEXOS COMPREENSIVOS SOBRE A LUTA E A REIVINDICAÇÃO DE DIREITOS DAS MULHERES NOS TERRITÓRIOS: ANALISANDO EXPERIÊNCIAS**

Após aproximações iniciais com o campo do estudo, outras perspectivas do uso do termo “cuidado” na sua relação comunitária me chamaram a atenção, especialmente pela forma como estavam empregadas na condução da organização das mulheres. Com isto, o primeiro resultado identificado, é a compreensão de que o referencial epistemológico que as mulheres dos movimentos sociais, que articulam políticas para o cone Sul, utilizam, para suas ações políticas por direitos, alargou e acomodou bem as estruturas refletidas anteriormente para os olhares, macro, micro e molecular do cuidado na estrutura da organização social da condição humana.

Do mesmo modo, a distinção sobre vulnerabilidade social, pertencimento, responsabilidade coletiva, cuidado como valor-ético político e o espaço público diante dos paradigmas da saúde coletiva contribuiu para a percepção da pluralidade de ações de direito ao cuidado das mulheres e suas comunidades. Esta abordagem incorpora ainda o reconhecimento da estruturação de políticas de bem estar social que tenham elementos das ciências sociais na perspectiva feminista, pressupondo que, para a eficiência das políticas de proteção social, precisamos distinguir os desafios atuais da crise dos cuidados.

Dessa forma, abordar os Itinerários das mulheres em suas articulações para a reivindicação de direitos ao cuidado, em meio ao pandemônio, nos territórios de luta, propicia identificar elementos que influenciam na reconstrução e no fortalecimento de projetos de defesa da vida e dos direitos humanos. Por isso, os resultados desta pesquisa colaboram na compreensão das ações/performances de reivindicação do direito ao cuidado das mulheres, nos processos de participação social e nas redes de cuidado em saúde, focando na integralidade da saúde em meio à pandemia da COVID- 19. Sobretudo no que se relaciona à experiência de vida e aos fluxos de transformação das práticas do dia a dia, refletindo processos socioculturais que perpassam a relação *indivíduo* e *sociedade*. Visibilizam-se, na dimensão molecular. os atravessamentos das ações em redes de cuidado que as ativistas realizam no cotidiano dos territórios.

3.1 Abordagens e percursos de diálogos das mulheres em ação na luta por direitos: a cabeça pensa a partir de onde os pés pisam.

A entrada no campo de pesquisa teve início com a confirmação da banca de pesquisadores que qualificaram este estudo para seguir em desenvolvimento. Estes consideraram que a metodologia elaborada e as estratégias teóricas poderiam substanciar um caminho consistente de produção científica. Em vista disso, a campanha do Instituto de Políticas para o Cone Sul, *Mulheres Territórios de Luta* recebeu maior aval para seguir como opção de campo de análise privilegiado para os apontamentos apresentados na presente pesquisa.

Neste percurso, após observar diversos movimentos sociais e conversar com ativistas do movimento de mulheres do Rio de Janeiro, iniciei uma aproximação com o Instituto PACS para aprofundamento da abordagem que as mulheres ativistas “elaboravam” acerca da temática do cuidado. A construção de tal aproximação possibilitou revisitar estudos realizados no início da construção desta pesquisa e ingressar em outros tópicos, próximos à temática, tendo em vista a necessidade de atualizar as narrativas sobre o assunto na universidade e nos movimentos sociais de mulheres diante do contexto pandêmico da COVID-19.

3.1.1 Espaços de formação do olhar para o campo deste estudo

Dentre os cursos específicos sobre a abordagem de gênero, destaco a disciplina da pós-graduação das faculdades de Direito e Letras da UFRJ Linguagens, Feminismos e Interseccionalidade, realizada em 2016, a qual alargou as perspectivas da linguagem como produção social, percebendo os feminismos e a interseccionalidade como práticas discursivas, que articulam debates críticos entre linguagens, feminismos e interseccionalidade, abrangendo a pluralidade de discussões sobre a temática na alteridade dos lugares de fala dos sujeitos, das desigualdades e privilégios sociais.

O território discursivo apresentado na disciplina expôs o valioso momento que vivenciamos no que tange à visibilidade acerca das abordagens decoloniais, que evidenciam dispositivos de enfrentamento à questões micropolíticas cotidianas no que se refere a gênero, raça, classe, interseccionalidade, feminismo, entre tantas outras, que absorvem o tempo e a autonomia das mulheres brasileiras. Levando em

consideração a teoria do conhecimento como ação política, esta abordagem colaborou significativamente para a observação da política no campo das transversalidades do que é ser mulher no Brasil.

Especialmente na expansão de diferentes linhas de pensamento/práticas, como os estudos subalternos, o feminismo pós-colonial, o *black feminism* (o feminismo negro), o feminismo mestiço, o feminismo decolonial, entre outras perspectivas, contribuem para produzir visibilidade à pluralidade dos sujeitos de direitos no mundo. Também geram reconhecimento a uma agenda de direitos a vidas marginalizadas e apagadas historicamente da macropolítica, que existem e atuam fortemente na micropolítica e no âmbito molecular da sociedade, aproveitando suas fissuras. Para tanto, estas vertentes epistemológicas incluem no feminismo de primeira geração, a multiplicidade das experiências cotidianas que espalham narrativas plurais dos sujeitos mais vulnerabilizados, trazendo atualmente a abordagem de feminismos como uma política que perpassa por diferentes ativismos e modos de ser na vida.

Portanto, a passagem por esta disciplina incrementou expressivamente a investigação das narrativas de feminismos que estavam compondo a discussão de gênero, direitos sociais e a participação das ativistas pretas e periféricas do país nos últimos 10 anos. A participação ativa das mulheres negras transbordou as atividades planejadas da matéria e potencializou a discussão e a prática pedagógica, trazendo diversos questionamentos fundamentais da abordagem dos feminismos para o espaço de aprendizagem.

Como ativista do movimento estudantil e cultural da cidade, feminista e branca, estava à espera de trocas acadêmicas comuns ao feminismo clássico de primeira geração. Contudo, a disciplina realizada foi o primeiro movimento de reconstrução de meus conhecimentos relacionados ao que entendia sobre feminismo e sobre relatar o que se vê no outro, sobre a diversidade das alteridades.

Após este turbilhão de reposicionamentos sobre a perspectiva de feminismos, racismo, singularidades e diversidades de narrativas ativistas, ganhou maior concretude o exercício da escuta atenta à diferença e às experiências singulares invisibilizadas, priorizando oferecer condição de memória e permanência aos dispositivos de reivindicação de direitos plurais.

Deste passo, procurei me aproximar de diálogos e espaços para compreender a perspectiva das mulheres usuárias do SUS e sua relação com o

cuidado e a saúde integral no cotidiano de suas realidades. Para isso, ingressei nas disciplinas do Laboratório de Pesquisas de Práticas de Integralidade em Saúde (LAPPIS), construindo um percurso de elaboração desta pesquisa a partir de disciplinas que ampliam a concretude da reivindicação da garantia de direitos, na medida em que perpassam o significado da política e do planejamento em saúde, a condição humana, o espaço público, a responsabilidade coletiva e o pertencimento, entre outras questões que salientam a política como ideia de integralidade do plural e antagônico no comum. O laboratório possibilitou vislumbrar a práxis do cuidado na integralidade da ação social das mulheres que vivem nos territórios de atenção à saúde do SUS.

A investigação sobre o cuidado como ação política pode ser identificada como um catalisador das experiências das mulheres em seus múltiplos movimentos. Por isto, compreendo como necessário desenvolver mais estudos sobre o olhar para a integralidade do cuidado na perspectiva das usuárias do Sistema Único de Saúde, para além das atividades realizadas nas unidades e serviços de saúde, nas atividades cotidianas realizadas nos territórios e redes sociais comunitárias às quais elas pertencem.

Neste sentido, alguns cursos também foram realizados buscando ampliar as abordagens e verificar as narrativas presentes entre estudantes e movimentos sociais ligados à reivindicação de direitos sociais das mulheres no contexto da pandemia como: “Pensadoras Negras Brasileiras”, fomentado pela Universidade do Estado do Amazonas - UEA, por meio da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários – PROEX em 2020; o curso “Uma História do Feminismo”, do LABPUB em 2020, o curso “Violência, Ética e Autoritarismo: perspectivas teóricas de Judith Butler e Hannah Arendt”, realizado pelo Laboratório Social em 2020 e o curso “Afroperspectivas de cuidado em saúde mental”, realizado pelo coletivo PretasPsi em 2021 e a disciplina “Mulheres e pandemia COVID-19” – resistências e (re)existências do Departamento de Ensino de Pós-graduação em Saúde da Criança e da Mulher, do Instituto Nacional Fernandes Figueira, da Fiocruz, realizado em 2022.

A maioria de participantes dos cursos eram mulheres estudantes. Alguns deles foram pagos e outros, gratuitos, mediante seleção. Todos ocorreram por meio virtual e o que apresentava maior forma de diálogo e representação de diferentes

lugares e pessoas diversas foi o “Mulheres e Economia”, do PACS, experiência que vou detalhar mais à frente.

A participação em cursos, palestras e disciplinas que dialogam com a temática ampliaram o aspecto das abordagens que circulam atualmente pela temática de cuidado como ação das mulheres na pandemia. As experiências como ativista feminista em defesa dos direitos humanos, que tive ao longo de minha vida de participação política ativa, também facilitaram a observação das dimensões apresentadas e as origens das narrativas, relacionando-as com linhas teóricas, marcos temporais e expressões culturais de determinados territórios.

3.1.2 Imersão no campo – curso Mulheres e Economia

As transversalidades deste percurso colaboraram para abarcar as inúmeras questões apresentadas no curso do Instituto PACS, “Mulheres e Economia” que realizei em 2021. Para participar do curso, me inscrevi em uma seleção *online* e fui aceita pela organização do PACS. A turma do curso anual contou com mais de 40 mulheres e uma grande equipe de facilitadoras (coordenadoras do PACS) além de debatedoras de diferentes estados brasileiros, que fazem parte de distintos movimentos sociais, bem como participantes da América Latina.

O curso teve como linha principal uma abordagem em três eixos, que foram o principal questionamento inicial para aproximação das diferentes concepções culturais sobre os assuntos. O que se entende sobre feminismo, economia e racismo? O curso se constituiu por sete encontros com os seguintes temas:

1. Construção conceitual: Economia, Feminismo e Racismo;
2. Capitalismo, modo de produção e as mulheres;
3. Mulheres, mundo do trabalho, divisão sexual do trabalho e megaprojetos;
4. Saúde das mulheres;
5. Soberania Alimentar, Agroecologia e Agricultura Urbana - Práticas feministas de autocuidado;
6. Território, práticas autogestionárias, comunicação e economia solidária;

7. Finalização e avaliação coletiva, compartilhamento, círculo de cultura e também um sorteio final.

O curso é uma formação política popular que acontece anualmente desde 2005, e que, em 2022, completa 17 anos de edições realizadas pelo Instituto PACS. A intenção é formar criticamente ativistas no que tange às políticas alternativas para os países do hemisfério sul global nas temáticas de Economia e Gênero a partir de abordagens metodológicas da educação popular. As edições anteriores do curso aconteceram presencialmente e também contaram com participantes de diferentes estados brasileiros, ocorrendo principalmente no Rio de Janeiro e, em 2019, na Bahia.

As edições de 2020 e 2021 aconteceram totalmente *online*, sendo realizadas às quartas-feiras, no horário da tarde, por aplicativo de videoconferência. As vagas foram limitadas e as participantes que cumpriram a carga horária mínima do curso receberam certificado de participação. O curso propicia atividades em diferentes formatos, sejam textuais, de movimento corporal, culturais, de troca de experiências em grupos e ampliação das redes de apoio e ativismo entre mulheres, etc.

A coordenação do curso elabora uma relatoria diária das atividades como processo formativo e de prestação de contas aos agentes financiadores dos projetos elaborados pelo PACS. Cada participante realiza parte da relatoria em algum momento do curso. A mesma coordenação também capta as principais abordagens e percepções das mulheres que participaram, analisando as diferentes interpretações destas sobre os consensos, antagonismos e percepções construídos nos encontros.

No curso “Mulheres e Economia”, do PACS, tive uma visão geral sobre a vivencia das mulheres que aparecem também nos vídeos da campanha *Mulheres Territórios de Luta.* Elas apresentam suas experiências de articulações com outros movimentos e temáticas, além de organizarem a dinâmica online com base na educação popular exercida em seus territórios. Ofertam-se espaços de diálogo aberto entre as participantes, nos quais cabem tanto perguntas como desabafos, possibilitando que a fala delas também agregue na produção de conhecimento e trocas culturais.

3.1.2.1 Módulo Saúde das Mulheres

Destaco aqui um dos encontros, com a proposta de debater especificamente o cenário da saúde na realidade das mulheres ativistas. Questões relacionadas à saúde e ao cuidado, de diferentes maneiras, perpassaram todo o curso, desde diálogos sobre agricultura familiar sem agrotóxicos, auto-organização das mulheres nas cozinhas coletivas, assistência a problemas de saúde nas ocupações e até troca de práticas de autocuidado entre as participantes, como dinâmicas de alongamento, dança e música.

O encontro sobre “Saúde das Mulheres”, realizado como módulo 4, teve, em sua programação, atividades como “Chegança”, “Revisitando o módulo 3”, apresentação com a psicóloga e referência dos movimentos sociais do Rio de Janeiro, Luciene Lacerda, que falou sobre: “Acesso à saúde e saúde integral”, debate, intervalo, “Cochicho” com divisão das participantes em 4 grupos”, apresentação dos grupos e encerramento. As principais questões elencadas na apresentação procuraram trazer questões que identifiquem a saúde da mulher para além da gestação ou parto e as relacione com o bem estar de sua comunidade, permeando apontamentos como a situação daquelas que são encarregadas por abastecer as casas de água e preparar os alimentos com a condição do ambiente em que vivem.

Questões referentes à saúde mental na pandemia também ganharam relevância ao se considerar que o afastamento social aumentou a ansiedade das mulheres. Levando em consideração, especialmente, o aumento de responsabilidade das mulheres em diversas atividades:

> Além de tudo, as mulheres ficam responsáveis por uma série de tarefas, a dinâmica de trabalho e estudos online também intensificam a ansiedade, o home office anula o “turno do trabalho” e acaba sobrecarregando as mulheres. São as mulheres quem, na maioria das vezes, irão ter que cuidar de um ente adoecido;
> Precisamos olhar a saúde da mulher desde diferentes esferas. Neste momento da pandemia, as mulheres estão sendo as mais afetadas em muitas coisas: 1) na sobrecarga do trabalho e do cuidado e, por consequência, desencadeando questões de saúde mental; 2) na falta das coisas mínimas de sobrevivência como, por exemplo, acesso à água; 3) desemprego e falta de autonomia financeira. Isso para citar alguns casos (PACS, 2021a).

A discussão ainda apresentou, como desafio, amadurecer o tema da saúde entre as mulheres, abordando aspectos concretos da vida das mesmas e apontando estratégias para elaboração de um diálogo comunitário sobre a reivindicação de direitos de acesso ao cuidado:

> Um contraponto importante para a discussão é pensar em formas de levantar os debates sobre saúde em nossas comunidades, entendendo que os vários dos casos que são tidos como “comuns”, envolvem uma ideologia mais ampla de tornar “comum” a falta de acesso e condições dignas de vida, bem como a falta de direitos das mulheres (PACS, 2021a).

O debate entre as mulheres ativistas, participantes do módulo, expandiu seus olhares e experiências sobre o primeiro ano da pandemia. Deste modo, colaboraram com o debate refletindo questões relacionadas tanto às suas “funções” e a sobrecarga histórica de opressão as mulheres, até quanto o fundamentalismo religioso, e o quanto tudo isso impacta a saúde mental e os corpos das mulheres (PACS, 2021a):

> - Uma das coisas que ficaram mais explicitas com a pandemia é o nível de pressão e de tensão que o trabalho de cuidado e de bem-estar do outro gera nas mulheres;
>
> - A exigência das responsabilidades é muito grande para as mulheres negras;
>
> - Fundamentalismos religiosos – influencia de forma significativa aos aspectos da saúde da mulher, desde o acesso à educação sexual, os papéis machistas atribuídos a homens e mulheres, até o direito ao aborto. O apelo espiritual contra o aborto gera um peso emocional, mesmo para as mulheres que decidem fazê-lo e que têm plena consciência sobre o seu corpo; outra perspectiva importante é a falta de um programa de educação sexual voltada para mulheres que se relacionam com mulheres: como fazer sexo seguro, como prevenir doenças e infecções contagiosas, etc. São várias as esferas em que o fundamentalismo religioso impacta as nossas vidas no que diz respeito à saúde;
>
> - Quando falamos de saúde mental, uma das coisas que nos afetam bastante é a sobrecarga. Pensando na conjuntura atual, mas também nos processos históricos sobre saúde da mulher, em especial das mulheres negras, vimos que o processo da colonização ainda se reflete bastante nas relações estabelecidas hoje. O adoecimento das mulheres faz parte do projeto fascista. As mulheres negras são as mais afetadas por esse projeto;
>
> - Pensar na saúde é pensar também na estrutura racista e patriarcal da sociedade. É pensar em como nossos corpos não nos pertencem. É humanamente impossível não ser afetada por esses processos;
>
> - Questão da culpa é muito presente nos debates sobre saúde da mulher – A culpa é sempre da mulher. Essa culpa vem de muitos lados e merecia um debate só sobre isso;
>
> - A eliminação da voz, da fala e a contenção do corpo fazem parte de um processo de silenciamento das massas que estrutura a nossa sociedade. É um projeto político. O fundamento religioso faz parte desse projeto de silenciamento (PACS, 2021a).

A segunda etapa do módulo, com o “Cochicho” e a discussão em grupo, teve metodologia inspirada nos círculos de cultura. Para estimular o debate, algumas perguntas relacionadas ao objeto do presente estudo foram fomentadas nos grupos buscando “*Levantar os debates sobre saúde dentro das nossas comunidades e, a partir desta perspectiva, “destornar” comum o que é construído como forma “comum” de enxergar as coisas”.* (PACS, 2021b). Dentre as perguntas realizadas, estão:

> 1. O que, no cotidiano, afeta negativamente a sua saúde?"
>
> 2. Como você se sente em relação à sua saúde? Quais suas principais questões nesse campo?
>
> 3. Como é sua relação com o acesso aos serviços públicos de saúde?
>
> (PACS, 2021a).

Diante dessas questões, as participantes e ativistas defensoras dos direitos humanos apontaram diferentes assuntos relacionadas à vida das mulheres na pandemia:

> - Na pandemia houve uma piora na saúde mental, causada pelo isolamento, o distanciamento das pessoas, a sobrecarga de trabalho, ou a preocupação com o desemprego. A saúde física também ficou comprometida pela falta de exercícios físicos, deslocamentos, contato com a natureza, etc.;
>
> - Cuidar de todas e esquecer de nós mesmas. Tudo isso atinge a saúde mental. Importância de participar de processos de terapia.
>
> - Questões ligadas às redes de profissionais da saúde – muitas vezes não conseguimos nos sentir acolhidas, em especial nos serviços de ginecologia;
>
> - SUS – falamos da importância do SUS, apesar de todo o sucateamento. Hoje em dia, no contexto da pandemia, a defesa do SUS está sendo mais pautada. Mas, sabemos que muita gente que levanta a #DefendaoSUS não é usuária do sistema e nem pretende ser;
>
> - Do ponto de vista de como o cotidiano afeta negativamente a saúde atualmente, falamos de ficar muito tempo em casa, da sobrecarga, os cuidados com a alimentação dos filhos e filhas, medo constante de os familiares serem contaminados, o risco à exposição, os discursos de ódios nos noticiários, etc. Muitos são os motivos para o adoecimento;
>
> - Ao mesmo tempo, a pandemia proporcionou o “estar em casa”, cuidar desse espaço e ter uma rotina doméstica, coisas que eram impossíveis no contexto de trabalhar fora de casa;
>
> - Tivemos muitos depoimentos sobre os cansaços, a falta de energia, de não estar movimentando o corpo, os cuidados com alimentação (nem sempre é possível ter uma alimentação saudável);

> ● Com relação ao acesso aos serviços públicos – as opiniões foram diversas. Em uma avaliação geral, há dificuldade de encontrar acolhimento no serviço público;
>
> ● Relação com a medicina natural, em especial em lugares que é mais difícil acessar os serviços de saúde;
>
> ● Que saúde é essa que estamos discutindo? Isso foi uma questão interessante levantada pelo grupo. E falamos de a saúde estar sempre atrelada a cuidar da doença. Muitas vezes aprendemos muito mais sobre a doença que sobre a saúde;
>
> ● A maioria do grupo é usuária do SUS, algumas têm também plano de saúde privado; (PACS, 2021a).

3.1.2.2 Modulo Práticas Feministas de Autocuidado

Outro modulo de interesse para a atual pesquisa está relacionado às "Práticas Feministas de Autocuidado". As questões discutidas neste módulo mostram afinidade com temas como soberania alimentar, agroecologia e agricultura urbana, tendo como principais facilitadoras: Ana Santos, do Centro de Integração na Serra da Misericórdia (CEM) do Rio de Janeiro: e Janja. do Movimento de Trabalhadores Sem Teto (MTST) de Pernambuco, sendo Ana também participante do ciclo de debates da campanha foco desta pesquisa *Mulheres Territórios de Luta*.

A metodologia aplicada neste módulo ocorreu por meio de apresentação de suas experiências de seus territórios e respostas às perguntas das ativistas participantes do curso. Com uso de uma linguagem poética, direta e de muito afeto, as convidadas deram ao dialogo a tônica de desabafo:

> Nossas agendas não param. "Roupa suja, trabalho dobra, comida não chega. Comunicamos que não detectamos o pagamento". "A senhora tem uma cesta para a minha mãe que está desempregada?" "Minha obra parou. E sem o auxílio não tenho nem o que comer". Força. Resistência. Tolerância com o Governo Genocida. "Tô a ponto de explodir. Não consigo mais dar conta de nada. Eu preciso dar conta?" "Coração sempre acelerado. Pernas inchadas. Choro preso na garganta". Pandemia das violências. Territórios em luta. Mulheres na linha de frente. Mães sem teto. Serra como abrigo. Verde como esperança. Desabafo. Ana Santos, março de 2021. (PACS, 2021b).

Dentre as estratégias de enfrentamento à pandemia da COVID-19 apontadas por elas, está a criação de cozinhas solidarias, aproximação com instituições de ensino, geração de credibilidade política à articulação das mulheres no território, fortalecimento das relações a partir do autocuidado e o manejo agroecológico nos quintais:

- Para Ana Santos, do Rio de Janeiro:

> “É esse autocuidado e fortalecimento das relações que faz com que um território invisível, sem reconhecimento do Estado, exista! A agricultura urbana precisa estar além do plantar. Ela diz respeito também às relações que cultivamos no território. Falar de Agricultura Urbana e agroecologia é falar de mulheres, quintais, cozinhas e afetos”. (PACS, 2021b).

- Para Janja, de Pernambuco:

> “No início da pandemia, diante da necessidade de ter um espaço maior na comunidade, iniciamos um projeto de Horta Urbana. Até então a ocupação era só para a moradia, não tinha sido pensado nenhum espaço coletivo, de integração;
>
> Diante deste contexto de ter que permanecer mais em casa, tive problemas psicológicos por tantas vidas perdidas com o COVID-19, por não poder mais reunir os companheiros e as companheiras, ficou muito latente a necessidade de criar espaços coletivos, para interação entre a própria comunidade. Assim, ocupamos um terreno próximo à comunidade para construir a nossa horta;
>
> Até tentei fazer a horta no meu quintal. Mas como já tenho galinhas e patos em casa, não deu certo. Então, a partir da conversa com as companheiras, desenhamos esse projeto da horta. Mexer com a terra, fazer rodas de diálogos, fez muito bem para todas as mulheres envolvidas – que assim como eu passavam por situações similares de saúde;
>
> A horta ajudou a fortalecer a Cozinha Comunitária. Falamos muito sobre a importância daquele espaço para poder plantar e o alimento que nós mesmo produzimos ser fornecidos para a cozinha.
>
> (...)
>
> A terra cura! – Na pandemia, o MTST criou um grupo para acompanhamento psicológico. Mas para mim não estava funcionando, não consegui me envolver no processo. Então, daí fui mexer na terra, na horta, que era onde eu sentia o bem-estar. A médica tinha me passado muitos remédios para controlar a ansiedade. Mas minha ajuda maior foi estar na horta e junto das minhas companheiras. Nossas conversas, a participação das crianças, o plantar, isso fez com que eu me recuperasse de uma depressão fortíssima;
>
> Estar entre as companheiras me traz o acalanto. Estar na militância, fazendo o que eu gosto de fazer, ajudando o próximo. Ajudar o próximo também cura a gente;” (PACS, 2021b).

As convidadas deste módulo ainda contribuíram pautando a construção deste processo de autocuidado coletivo com dois elementos interessantes ao presente estudo. No campo da macropolítica, apontaram a perspectiva dos movimentos sociais em relação à performance de instituições vinculadas à produção

cientifica, relatando afinidades e dificuldades existentes com as instituições de pesquisa e ensino superior em firmar parcerias com os movimentos sociais no território:

> “Relação com a universidade – quando sabemos o que queremos e para onde queremos ir, fica muito mais fácil estabelecer parceria com as instituições. A parceria com a universidade, para nós, é essencial. É uma forma de apoiar nossas ações territoriais, mas também de disputar esse espaço da educação que nos foi negado historicamente. Destaco as parcerias com a Fiocruz, com o trabalho do Núcleo de Estudos Sobre a Democracia Brasileira (NUDE-UFRJ) que trabalha Educação, gênero e classe junto às mulheres. Só tenho a agradecer aos universitários pela parceria”. (PACS, 2021 b).

O outro elemento que ganha materialidade na dimensão molecular da política é o que ocorre quando a ação política das mulheres leva esperança em tempos de crise profunda:

> “A pandemia continua. Mas, as pessoas estão desempregadas, com fome, sem condições de pagar aluguel. Às vezes morando na casa de familiares e sem ter esperança de um dia ter casa própria. Aqui em Recife, a Prefeitura não ajuda ninguém. Nós, que somos mulheres, sabemos bem a dificuldade que passamos para alimentar nossos filhos. Então, é muito importante levar esperança para as pessoas”. (PACS, 2021 b).

Tal aproximação com o campo e seus atores ocorreu antes da análise final e refinada do material da campanha *Mulheres Territórios de Luta*. Após participação no curso, iniciei abordagens de aproximação com as coordenadoras do PACS para a apresentação do presente estudo.

Dialogamos sobre a temática e elas apresentaram materiais de apoio e se colocaram à disposição para a construção de espaços de diálogo com a pesquisa. Em diversos momentos das conversas e das aulas do curso, diferentes materiais de suporte ao debate foram ofertados. Os livros, cuja maioria sistematizava materiais de síntese da atuação das mulheres ativistas nos movimentos sociais, foram os que mais dialogaram com o desenvolvimento da atual pesquisa, com destaque para o “Redes de cuidado*:* revoluções invisíveis por uma vida vivível”*,* de 2021, da Fundação Rosa Luxemburgo, produzido pelo Coletivo Etinerâncias; e para o “Narrativas e Teias de Luta: narrativas feministas em resistência aos megaprojetos”*,* de 2021, com produção do Instituto PACS.

3.1.3 Encontrando novas demandas epistemológicas no campo

A visão inicial do material a ser abordado no campo desta pesquisa, levou a questionamentos sobre de qual base epistemológica tais ativistas partiram para colaborar com o pensar estratégico sobre cuidado em seus territórios nos ciclos de debates. Apresentam uma perspectiva de integração latino-americana em que este tópico parece ser central para a aproximação de diálogos e trocas de informações entre as ativistas brasileiras e as de outros países da América Latina.

Tais perspectivas não estavam contempladas nas referências encontradas nas revisões bibliográficas e não tinham sido consideradas nas aulas e cursos anteriormente realizados para elaboração deste estudo. Em função disso, tivemos a oportunidade de avançar sobre as bases epistemológicas em que as mulheres do ciclo de debate da campanha “Mulheres Territórios de Luta” pareciam estar assumindo em suas narrativas e estratégias de reivindicação de direito à vida em ações comunitárias.

A narrativa que dividem dialoga com conceitos relacionados à atuação de defesa dos direitos humanos de mulheres de movimentos sociais de diferentes países da América Latina e à organização social do cuidado, proporcionando uma interpretação singular sobre as ações das mulheres na reivindicação do direito ao cuidado em ações nos níveis regional, nacional e continental da América Latina.

Este ponto de vista, o das mulheres latinas, versa sobre as diferentes facetas do cuidado e utiliza referenciais distintos dos que estavam sendo construídos no início desta pesquisa. Os novos encontros possibilitaram ampliar as abordagens teóricas que sistematizam um vocabulário que permite maior proximidade com as singularidades do cuidado que ocorrem no cotidiano da integralidade das relações sociais.

Ao olhar para as origens da abordagem que tais mulheres poderiam estar usando como referencial teórico, pode-se deparar com um alicerce relacionado a políticas públicas para o cuidado bem elaborado, robusto e potente, de estrutura metodológica bem avançada e difundida entre as ativistas acadêmicas dos países latinoamericanos, sendo o Sistema Nacional Integrado de Cuidados do Uruguai o marco simbólico de estruturação de tais esforços.

Adentrando em tais questões e, já refletindo sobre comparações com a elaboração de políticas públicas de cuidado no Brasil, o Conselho Latino-americano

de Ciências Sociais (CLACSO) oferta o “Curso Internacional - Políticas del cuidado con perspectiva de género”, que tem centralidade na compreensão da organização social do cuidado e trocas com mulheres e homens que se dedicam ao estudo e formulação de políticas da temática de diferentes universidades da América Latina e Europa ocidental. Consequentemente, as referências que estavam pautadas nos pilares desta pesquisa ganharam diálogos com as expressões ligadas à perspectiva de integralidade do cuidado relacionadas à organização social do cuidado e às diversas maneiras de fazer a vida se reinventar de forma mais comunitária e potente nos territórios.

3.2 Compreendendo as ações/performance de reivindicação do direito ao cuidado no Ciclo de debates da campanha “Mulheres Territórios de Luta”

3.2.1 Organizar dados em informação para analisar

Para compreender a ação das mulheres em suas articulações no espaço público na reivindicação de direitos ao cuidado no contexto de pandemia da COVID 19, os materiais disponíveis da campanha *Mulheres Territórios de Luta* foram verificados em sua totalidade. *Mulheres Territórios de Luta* é uma campanha do Instituto PACS que tem o objetivo de trazer o caminho das lutas e práticas de resistências marcadas e vividas desde os corpos das mulheres atingidas pelos megaprojetos de desenvolvimento. Falamos de territórios impactados por complexos industriais, megaempreendimentos de mineração e siderurgia, hidrelétricas, grandes obras de infraestrutura, agronegócio, especulação imobiliária e militarização.

O material vinculado à campanha (Livros, Cartilhas, Texto e Vídeo) segue no link: http://pacs.org.br/mulheresterritoriosdeluta/materiais/.

Elaborou-se também um vídeo-resumo sobre a campanha em: https://www.youtube.com/watch?v=rvbvbs1REdY.

O PACS, ao descrever seu empenho no sucesso da campanha, relata que:

> Lançada em maio de 2020, a campanha “Mulheres Territórios de Luta” traz o caminho das lutas e práticas de resistências marcadas e vividas desde os corpos das mulheres atingidas pelos megaprojetos de desenvolvimento. Nesta trajetória, foram publicadas mais de 20 entrevistas, cartilhas, livros, artigos, pesquisas e um Ciclo de Debates, com doze programas ao vivo no Youtube com mulheres lutadoras do Brasil e outras partes da América Latina. No site, é possível encontrar todos estes conteúdos, além de materiais de organizações, coletivos, movimentos sociais e grupos parceiros da campanha. (PACS, 2020).

3.2.2 Vídeos do ciclo de debates da campanha “Mulheres territórios de luta”

O ciclo de debates da campanha apresenta 12 encontros virtuais, com mais de 5000 visualizações e participação de 40 mulheres, incluindo 11 convidadas internacionais de 7 países da América Latina e da América Central. Ao todo, 35 organizações e movimentos sociais trouxeram críticas aos megaprojetos de desenvolvimento, além de relatos da resistência das mulheres atingidas por essa realidade, impactada pela presença de empreendimentos, militarização e violações

de direitos ao longo dos anos e suas percepções sobre este impacto também durante o primeiro ano da pandemia de COVID-19 em 2020. O assunto da pandemia é transversal aos outros temas, assim como as falas referentes às ações de cuidado que estas mulheres elaboram e vivenciam em seus territórios. Trata-se, segundo a campanha, de “mulheres que lutam e (re)existem em seus corpos-territórios a partir de suas memórias, reflexões, sonhos, artes, encontros e partilhas de suas histórias”.

O formato do encontro virtual ao vivo ocorre, na maioria das vezes, seguindo um mesmo número de participantes a cada ciclo de debate: 4 mulheres, ao vivo, no canal do Youtube do PACS, conversando sobre um determinado tema combinado previamente durante cerca de 2 horas. A mediação é sempre realizada pelo Instituto PACS (por uma de suas coordenadoras). A participação no debate conta com uma mulher representante de redes ou coletivos internacionais de defesa dos direitos humanos e de organizações de mulheres na América Latina, além de duas mulheres de coletivos do movimento social que lutam pela melhoria das condições de vida em diferentes territórios do Brasil.

Entre as temáticas que os debates apresentam estão: “Megaprojetos e a Pandemia no Cotidiano de Luta das Mulheres”, “Trabalho Reprodutivo e a Repatriarcalização dos Corpos-Territórios”, “Cuidado Coletivo e Ancestralidades nas Práticas de (re)existência”, “Mulheres em Defesa dos Direitos Humanos e Ambientais”, “Militarização da Vida e as Resistências das Mulheres”, “Racismo Ambiental em Contexto de Megaprojetos”, “Mulheres e Territórios Impactados pela Vale S.A”, “Mulheres Índígenas e os Danos da Pandemia e dos Megaprojetos”, “Fundamentalismos Religiosos em Contextos de Megaprojetos”, “Caminhos de Resistência para Defesa dos Corpos-Territórios”, “Territórios Saqueados pela Dívida e a Rebeldia das Mulheres” e “Encontro Final do Ciclo”. Os elementos descritivos de cada vídeo do ciclo de debates, outras informações sobre os assuntos abordados e mensagem objetivo com figuras relevantes estão esquematizadas no Quadro 4 e no Anexo 1.

Quadro 4 – Elementos descritivos da estrutura dos debates do ciclo de debates Campanha “Mulheres Territórios de Luta” para análise de discurso.

Debates	Temática	Organizações nacionais	Organizações Latinas	Duração	Assuntos abordados
Vídeo 1	**Megaprojetos e a pandemia**	Justiça nos Trilhos,	Iniciativa Mesoamerican	2:26 m	A atuação de megaprojetos de desenvolvimento e as

	no cotidiano de luta das mulheres	Maranhão; Coletiva Popular de Mulheres na Zona Oeste e Teia de Mulheres da ZO, Rio de Janeiro	a de Defensoras de Direitos Humanos, Guatemala		resistências das mulheres aos impactos socioambientais desse contexto, agravado pela pandemia.
Vídeo 2	**Trabalho Reprodutivo e a Repatriarcalização dos Corpos Territórios**	Fase e Fórum de Mulheres de Pernambuco; Centro de Integração na Serra da Misericórdia e da Rede Carioca da Agricultura Urbana	Colectivo Casa e Red Latinoamericana de Mujeres Defensoras de Derechos Sociales y Ambientales	2:07 m	Os megaprojetos e o poder patriarcal nos territórios geram impactos diariamente na vida das mulheres, que além de já conviverem com a sobrecarga em sua rotina, têm sido ainda mais prejudicadas com a intensificação do trabalho reprodutivo durante o período de pandemia.
Vídeo 3	**Cuidado Coletivo e Ancestralidades nas práticas de (re) existência**	Movimento Xingu Vivo; Coletiva As Caboclas	Água em Marcha	2:17 m	Aborda a forma como os megaprojetos impactam as ancestralidades das mulheres desde os territórios atingidos e trazendo a relação da natureza como meio de fortalecimento das práticas de cuidado, principalmente no contexto da pandemia.
Vídeo 4	**Mulheres em defesa dos direitos humanos e ambientais**	Associação de Moradores de Piquiá de Baixo; Defensoria Pública da União	Defensoria Pública da União	2:09 m	Debate sobre como as mulheres vêm atuando nos territórios atingidos pelos megaprojetos e quais são as possíveis ações para a responsabilização dos agentes violadores de direitos.
Vídeo 5	**Militarização da Vida e as resistências das mulheres**	Coletivo Fala Akari; Frente de Mobilização da Maré	CONAMINH	2:11 m	Pauta a militarização como uma das faces dos megaprojetos de desenvolvimento a partir do olhar das mulheres e territórios.
Vídeo 6	**Racismo Ambiental em contexto de megaprojetos**	Coletivo Martha Trindade; Instituto Terramar; Fórum Suape	Pastoral Social Vicariato	2:09 m	Debate sobre o racismo ambiental, a forma como se expressa e os impactos nos corpos-território das mulheres.
Vídeo 7	**Mulheres e territórios impactados pela Vale S.A**	MAM Quilombo Santa Rosa dos Pretos	Grufides - Peru	2:11 m	Debate sobre os mecanismos de violações de direitos humanos, estratégias de cooptação nos territórios e os impactos da atuação da mineradora na vida das mulheres.
Vídeo 8	**Mulheres indígenas e**	CONAIE Takiná	Red de Sanadoras	2:38 m	Debate sobre a forma como os megaprojetos impactam os

	os danos da pandemia e dos megaprojetos		Ancestrales		territórios e comunidades indígenas, em especial as mulheres, e como esses povos têm resistido às transformações e ao contexto da pandemia do coronavírus.
Vídeo 9	**Fundamentalismos religiosos em contextos de megaprojetos**	Pastora Luterana; Babá de Umbanda; Indígena Krenak		1:59 m	Alerta à sociedade sobre os avanços dos fundamentalismos no Brasil e o risco que representam à vida das mulheres
Vídeo 10	**Caminhos de resistência para defesa dos corpos-territórios**	Verdejar; Fórum Suape	Red Nacional de Defensoras de DH - Honduras	1:29m	Aborda o papel das mulheres nas resistências aos megaprojetos, a força e o poder de criação em meio aos conflitos e os caminhos para a defesa da vida e do corpo-território.
Vídeo 11	**Territórios saqueados pela dívida e a rebeldia das mulheres**	Xingu Vivo Para Sempre; Esplar e Rede Jubileu Sul	Marcha Mundial de las Mujeres Macronorte	2:09 minutos	A relação dos megaprojetos com as instituições financeiras nacionais e internacionais, além dos impactos de suas atuações nas vidas e nas lutas das mulheres e seus territórios.
Vídeo 12	**Encontro Final do Ciclo**	Justiça nos Trilhos, Maranhão; Coletiva As Caboclas, Rio de Janeiro; Fórum Suape, Pernambuco; Fase e Fórum de Mulheres, Pernambuco; Bosque das Caboclas	Movimiento por el Água y los Territorios e Coordinadora Feminista 8M, Chile	2:01 minutos	Celebração e resgate dos melhores momentos desses 6 meses de trabalho e 12 edições.

Os vídeos do ciclo de debates foram analisados, primeiramente, de uma maneira geral, levando em consideração o título do debate, as mulheres participantes, o contexto em que foram transmitidas as filmagens das participantes, a duração e sua interlocução com a Campanha “Mulheres Territórios de Luta”. Os debates ocorrem ao vivo pelo canal do Youtube do Instituto PACS. As convidadas são previamente avisadas sobre o tema que será discutido para prepararem suas falas e seguem a conduta da mediadora coordenadora do PACS para expressar suas ideias.

As convidadas, como as debatedoras do ciclo, são próximas a um mesmo campo político que articula defensoras dos diretos humanos da América Latina, em que o PACS se insere. A estrutura dos debates conta com uma grande audiência, bastante participativa, de mulheres ativistas de diferentes movimentos sociais. Estas mulheres acrescentam ao debate comentários e perguntas por meio de aplicações de conversação em tempo real (“chat”), ao vivo, uma vez que pessoas que entram na página aberta e gratuita do evento podem acessá-lo e acompanhá-lo desde que se cadastrem na plataforma.

Tendo em vista o caráter acumulativo do conteúdo da campanha, os vídeos dos debates ficam disponíveis depois da exibição, como uma proposta de acesso permanente em que não existe previsão de retirada do conteúdo do ar. Com isso, o material pode ser acessado em diferentes momentos para diferentes públicos. No caso desta pesquisa, o acesso gratuito e público, tanto ao debate ao vivo quanto ao material gravado e disponibilizado, permitiu contato com o conteúdo em mais de uma etapa, A aproximação inicial ao conteúdo do ciclo de debates ocorreu no momento da realização dos debates. Após sua definição deste como objeto de estudos, foi possível retornar ao material já gravado, disponível no mesmo link de acesso do realizado ao vivo e fazer análises preliminares, transcrição dos conteúdos e reiterar a escolha das experiências abordadas.

Após a primeira verificação dos vídeos, optou-se pelo não aprofundamento da presente pesquisa nos vídeos 7, 9 e 12, respectivos aos temas “Mulheres e Territórios Impactados pela Vale S.A”, “Fundamentalismos Religiosos em Contextos de Megaprojetos” e “Encontro Final do Ciclo*”.* Esta opção ocorre tendo em vista, não apenas a temática dos debates, mas o diálogo que as participantes e convidadas realizam nele, apresentando, em alguns momentos, questões que fogem ao escopo de compreensão mais direto do objeto de pesquisa e seu cronograma de realização. Entretanto, seguem como material bastante rico para diversas abordagens, estimulando outros encontros metodológicos, com novas descobertas e diálogos.

3.3 Compreender de onde se olha para analisar

O Panorama de reivindicação do direito ao cuidado das mulheres nos processos de transformação da participação social e redes de cuidado em saúde para a integralidade da saúde em meio à pandemia da COVID-19 é o recorte

definido por este estudo para compreender as experiências que as mulheres realizaram nos primeiros meses de isolamento social por consequência da pandemia. Para tanto, se considera a participação social, segundo Valla (1998), como participação popular:

> O tom vago e difuso em que a proposta de participação popular aparece em textos oficiais, ao lado de sua frágil normatização, tende a torná-la, como consequência, algo centralizado nas mãos dos técnicos e na burocracia governamental.
> Para se ter uma melhor compreensão do sentido da participação popular, é interessante situar algumas definições de 'participação social'. De forma geral, participação popular compreende as múltiplas ações que diferentes forças sociais desenvolvem para influenciar a formulação, execução, fiscalização e avaliação das políticas públicas e/ou serviços básicos na área social (saúde, educação, habitação, transporte, saneamento básico etc.). Outros sentidos mais correntes de participação são a modernização, a integração dos grupos 'marginalizados' e o mutirão (VALLA, 1998).

Considerando ainda que o autor alega haver um impasse entre os movimentos populares e as autoridades sanitárias, esta seria uma oportunidade de reflexão sobre o conceito de participação popular. Dessa forma, a divergência estaria marcada por duas tendências dos movimentos populares: uma relacionada a mutirões de apoio mútuo e solidariedade, que se tornam mais presentes próximas a igrejas, ONGs, associações de moradores e outras organizações locais que procuram levar em conta as necessidades das populações mais pobres (VALLA,1998). Outra, que considera que as bases de negociação se iniciam somente com acontecimentos consumados, como ocupações de moradias abandonadas e terras improdutivas, como realizado por movimentos como *Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)* e o *Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST).*

Ambas representam propostas de mutirão, sendo a segunda um projeto político mais explícito e compartilhado entre os atores sociais, evidenciando que, mesmo em tempos de aparente calmaria, não há apatia por parte das classes populares, mas ações e articulações dinâmicas, em diversas dimensões políticas da vida em sociedade (VALLA,1998).

Este panorama, qualificado neste estudo como linha analítica, fornece diferentes dimensões ao olhar para a reivindicação do cuidado, facilitando a identificação, na macropolítica de ações e performances de articulações ético-políticas reivindicatórias do cuidado das mulheres *nos processos de transformação*

da participação social e redes de cuidado em saúde. Deste ponto, é possível olhar para a reivindicação ao cuidado por esses processos vislumbrando identificar a ação de redefinição das práticas de cuidado no contexto de pandemia da COVID-19, no Brasil, como um parâmetro de política pública constitucional de defesa da vida.

Ao buscar esta reivindicação na micropolítica, procura-se ver, nesta redefinição de práticas, a perspectiva da sociedade civil organizada para a reivindicação de direitos humanos. O maior foco de compreensão se detém sobre o modo com que, nesta dimensão, se expressam atividades que buscam solucionar os problemas das mulheres do cotidiano. Esta observação pode ocorrer nas ações de reivindicação de direitos, baseadas na experiência de processos da vida nos territórios e nas experiências de atuação na reivindicação de direito ao cuidado, pelas mulheres, em seus territórios de luta.

Diante dessa linha analítica, a dimensão que possibilita a percepção mais sensível sobre os cuidados nos territórios perpassa a dimensão molecular da política. Desta forma, permite verificar a articulação e a transformação da ação política de atores sociais e suas organizações, para suprir as necessidades de suas comunidades e redes sociais no cenário pandêmico. Tais ações refletem as questões culturais, educacionais e de dignidade humana a que estão submetidos.

Compreender as ações contra hegemônicas refletidas por estes atores sociais para a saída da crise possibilita que possamos planejar e fortalecer entendimentos para acionar mecanismos que possibilitem, não apenas resistir ao aumento de crises humanitárias, como configurar ações resilientes que desenvolvam percursos culturais de estar à margem das crises habitando suas fissuras.

Por isso, tona-se hábil identificar a construção de momentos acolhedores que envolvam a vivência e a reflexão crítica, socialmente comprometida, dos atores sociais sobre os problemas de saúde individuais e coletivos que colaborem com a reivindicação e a conquista do direito ao cuidado. (PINHEIRO *et al*, 2005). Para tanto, aspectos desta intercessão contribuem para localizar, na discussão teórico-metodológica, dois pontos de observação: um, na construção de espaços públicos de diálogos políticos; e outro, na valorização de espaços colaborativos e democráticos já existentes que suportaram o acúmulo de crises:

a) <u>Construção de espaços públicos de diálogos políticos</u>

Construção de espaços públicos de diálogos políticos que envolvam a vivência e a reflexão crítica e socialmente comprometida das mulheres sobre os problemas de saúde individuais e das coletividades, nos aspectos epidemiológicos, culturais e socioeconômicos de seus territórios. Apreende-se, deste ponto, as estratégias de articulação dos atores sociais do território para com o compromisso ético-político de democratização do acesso a direitos que valorizem a atuação cidadã das mulheres e suas táticas de reivindicação de cuidados para si, sua comunidade e o mundo.

b) Valorização de espaços colaborativos e democráticos

Valorização de espaços colaborativos e democráticos que troquem experiências sobre o processo saúde-doença-cuidado, propiciando a construção de ações que reivindiquem direitos. Situa-se na percepção de que a experiência difunde sua complexidade a partir dos determinantes sociais atuantes no território, que impactam, direta ou subjetivamente, a vida das mulheres.

Ainda sobre as dimensões da investigação, tais pontos marcam experiências que revelam como os atores refletem, vivenciam, reproduzem e criam suas práticas de cuidado de si e do mundo no cotidiano de construção de ações de solidariedade no espaço comum, permeado pelo processo saúde-doença-cuidado, como se evidencia a seguir e no quadro esquemático, o quadro 5.

Ao relacionar a dimensão molecular com o direito ao cuidado, busca-se verificar como a autogestão das mulheres, em grupos e em ações que permeiam as subjetividades de se pensar o mundo cotidianamente, colaboram para reivindicar melhorias estruturais em todas as esferas de políticas de cuidados nos territórios.

Quadro 5 – Pontos focais de análise mediante interseções metodológicas entre as dimensões da política e a linha de análise do discurso para a reivindicação do direito ao cuidado das mulheres em meio à pandemia de COVID- 19.

Dimensões Linhas	MACRO (Contexto político-institucional local e nacional de pactos de defesa da vida).	MICRO (Ações e experiências de reivindicação e solidariedade para/com o cuidado nas organizações de defesa de direitos humanos).	MOLECULAR (Como os atores sociais refletem/ vivenciam/reproduzem/criam suas práticas de cuidado de si e do mundo).

	DIREITO HUMANO	DIREITO À VIDA	DIREITO AO CUIDADO
Ações / Performances de reivindicação do direito ao cuidado das mulheres nos processos de participação social e redes de cuidado em saúde para a integralidade da saúde em meio à pandemia da COVID- 19	Perspectiva ético-política do processo saúde-doença-cuidado na visão das ativistas por direito à vida.	Redefinição das práticas de cuidado no contexto de pandemia da COVID-19 no Brasil. Ações de reivindicação de direitos baseada na experiência de processos da vida nos territórios; Experiências de atuação na reivindicação de direito ao cuidado pelas mulheres em seus territórios de luta.	**Construção de espaços públicos de diálogos políticos que envolvam a vivência e a reflexão crítica e socialmente comprometida das mulheres sobre os problemas de saúde individuais e das coletividades nos aspectos epidemiológicos, culturais e socioeconômicos de seus territórios;** **Valorização de espaços colaborativos e democráticos que troquem experiências sobre o processo saúde-doença-cuidado propiciando a construção de ações que reivindiquem direitos.**

3.3.1 Tópicos de desenvolvimento analítico epistemológico da dimensão molecular da experiência

Ao observar o material de campo, procuram-se verificar ações e performances de articulações ético-políticas reivindicatórias do cuidado no contexto das mulheres que defendem a vida, no Brasil, no início da pandemia de COVID-19. Considera, para tanto, o contexto político-institucional local e nacional de pactos de defesa e direito à vida que estas mulheres abordam nas temáticas do ciclo de debates.

No contexto brasileiro, em que toda a população é beneficiaria das políticas públicas de saúde executadas pelo SUS, a visão destas usuárias sobre o cotidiano dos sujeitos e suas singularidades no território fortalece a visibilidade de narrativas que descrevem os caminhos, as vivências e escolhas das mulheres na vida e na defesa desta em tempo de pandemônio. A intencionalidade de marcadores sociais da diferença a que elas estão submetidas possibilita maior força de visibilidade na diversidade de suas retóricas.

Cabe, ao ver, escutar e ler os vídeos dos debates, acolher a complexidade de suas narrativas, que nem sempre apresentam a linearidade ou o aprofundamento típico da linguagem acadêmica, ainda pouco permeável a trocas de conhecimento com estéticas mais complexas e integrais, que transbordam e infiltram o tempo e rigor dos enquadramentos dos métodos e disciplinas acadêmicos hegemônicos. A experiência, ou seja, a vivência relatada de seus territórios, complexifica as teorias apresentadas.

O desafio de selecionar as experiências destas mulheres em seus diálogos consiste, também, em reconhecer que a integralidade não tem uma definição única, e. neste estudo. compartilha sentidos de sua assimilação em circunstâncias de vulnerabilidade social. A partir desta realidade, contida no primeiro ano de pandemia no Brasil, ainda se elabora um olhar que possibilite gerar destaque às narrativas em que o pertencimento e a responsabilidade coletiva pelo cuidado se mostre como singularidade da ação política no espaço público do território.

Neste sentido, o que interessa aqui são as experiências das relações que a mulher constrói entre outras mulheres, consigo e com o mundo, para ser resiliente às macropolíticas que destroem as subjetividades e singularidades de uma vida plural.

Tais desejos de existência, que modificam a realidade de vida destas mulheres, estão no plano da dimensão molecular em seu sentido mais aberto, crítico e estratégico de transformação cultural das estruturas de produção e reprodução social, que reconhecem as diferenças entre o molecular e o microssocial, compreendidos como:

> O adjetivo MOLECULAR tem sido utilizado ultimamente com dois sentidos diversos que se atribuem aos movimentos populares. Alguns incorporaram o termo "molecular" em um quadro mais amplo de referências marxistas. Nesses casos,"molecular" torna-se sinônimo de microssocial. Por caráter molecular entendem que os movimentos populares, basicamente, afetam conjunturas localizadas em áreas geográficas restritamente pequenas -- como a rua de um bairro, por exemplo --, ou que se restringem a grupos pequenos que não desenvolvem lutas mais amplas e de maior peso político. Tais práticas não levariam a ações mais estratégicas de intervenção estrutural que afetassem as bases do modo de produção capitalista. Como os movimentos jamais afetariam as macroestruturas sociais, o que somente seria possível pela ação dos partidos políticos, (...). Portanto, a partir dessa noção de molecularidade, atribui-se um papel tático ao movimento popular.
>
> O segundo sentido de molecular, que é seu sentido mais aberto, crítico e revolucionário (...), significa a dimensão da práxis que consegue romper radicalmente com todos os padrões e códigos vigentes de exploração e de dominação que se travam nas políticas do cotidiano que envolvem relações pedagógicas, eróticas, econômicas, etc., rompendo com todos os condicionamentos impostos pela cultura de massas produzida pelo capitalismo, pelos padrões culturais opressores tradicionalistas. O caráter molecular do movimento popular aqui significa seu papel de transformar não apenas as estruturas de produção e reprodução social, mas as relações sociais do cotidiano na construção de uma nova sociedade, o que supõe a necessidade de realizar a superação do capitalismo. (...)
>
> Assim, segundo essa concepção estratégica de movimento popular, o enfrentamento das ideologias de exploração e de dominação é compreendido desde a produção da subjetividade do indivíduo e da constituição do poder popular a partir das políticas do cotidiano, travadas em inúmeras relações de poder. (MANCE, 1991)

Dito isto, o presente estudo reconhece a dificuldade de, a partir do relato das mulheres em ação discursiva de debate, identificar distinções entre uma narrativa que apresenta maior ou menor teor descritivo sobre determinada dimensão. Esta intenção (metodológica) de fazer caber o discurso performativo complexo e abrangente das ativistas nas dimensões da política, produziu (como pesquisadora e ativista que sou) desconforto e preocupação em descontextualizar e/ou suprimir informações que fossem fundamentais para a interpretação das intersubjetividades da dimensão molecular.

Por isso, identificar a vivência, a reflexão crítica e socialmente comprometida, dos atores sociais sobre os problemas de saúde individuais e coletivos para a reivindicação do direito ao cuidado, teve uma abordagem multidimensional. Para tanto, a abordagem de analise ocorreu com uma leitura preliminar e marcação de todas as dimensões de narrativas de interesse da pesquisa, incluindo expressões e possíveis verbetes que contribuam para o entendimento geral do contexto narrativo das ativistas.

Ao alcançar esta visão geral sobre os debates da campanha, as experiências descritas relacionadas à reivindicação do cuidado transbordaram, principalmente as moleculares. Elas estavam estruturadas por diálogos, com muitas abordagens macropolíticas, que justificavam o sentido contra hegemônico, e algumas estratégias no campo da micropolítica. Contudo, a valorização da temática do cuidado na dimensão molecular conseguiu alcançar praticamente todas as falas, por constituir-se também como uma postura ética de amor e respeito às vivências, que as ativistas reconhecem como um lugar de irmandade, questão muito presente ao se apresentarem, na saudação inicial e nos agradecimentos de quase todas as participantes.

Assim, ao relacionar a dimensão molecular com o direito ao cuidado, busca-se verificar como a autogestão das mulheres, em grupos e em ações que permeiam as subjetividades de se pensar no mundo cotidianamente, colaboram para reivindicar melhorias estruturais em todas as esferas de políticas de cuidados nos territórios, sejam eles físicos ou calcados no lugar de fala, de compartilhamento e acolhimento de lutas.

Nesta identificação de experiências moleculares, foi possível encontrar pontos que se articulam entre a construção de espaços públicos para reflexão crítica qualificada nos territórios e a valorização de processos de saúde-doença-cuidado,

que contribuem para a construção da reivindicação de direitos. Apesar da proximidade entre ambos, por consequência do contexto da pandemia foi possível distinguir as construções limítrofes a estes:

- 1 ° Ponto de analise na dimensão molecular:

  Construção de espaços públicos de diálogos políticos que envolvam a vivência e a reflexão crítica socialmente comprometida das mulheres sobre os problemas de saúde individuais e das coletividades, nos aspectos epidemiológicos, culturais e socioeconômicos de seus territórios;

- 2° Ponto de analise na dimensão molecular:

  Valorização de espaços colaborativos e democráticos que troquem experiências sobre o processo saúde-doença-cuidado, propiciando a construção de ações que reivindiquem direitos.

3.3.2 Aprender o vocabulário com os movimentos sociais

Afim de construir uma visão geral sobre o discurso, tanto da percepção objetiva, quanto subjetiva do pensamento e ações das ativistas defensoras dos direitos humanos e sociais, buscou-se uma organização conceitos/ verbetes/ expressões que estas mulheres apresentam em suas falas. Estes aparecem com citação de referências teóricas, com explicação de regionalismos, relatados como vivências próprias /coletivas e até como poesia, entres outras expressões.

Neste sentido, o pedagogo Miguel Arroyo (2003), discorrendo acerca do papel “educativo” dos movimentos sociais, aponta que:

> É importante destacar como o aprendizado dos direitos vem das lutas por essa base material. Por sua humanização. Os movimentos sociais têm sido educativos, não tanto através da propagação de discursos e lições conscientizadoras, mas pelas formas como tem agregado e mobilizado em torno das lutas pela sobrevivência, pela terra ou pela inserção na cidade. Revelam à teoria e ao fazer pedagógicos a centralidade que tem as lutas pela humanização das condições de vida nos processos de formação. Nos relembram quão determinantes são, no constituir-nos seres humanos, as condições de sobrevivência. A luta pela vida educa por ser o direito mais radical da condição humana (ARROYO, 2003 pag.32)

Elenco uma valorização dos saberes que se agregam no cotidiano das lutas e conquistas e resistências sociais. Ao agregar tais expressões, busca-se alcançar o vocabulário estratégico que tais mulheres apresentam como um conjunto de termos que são característicos de determinado campo de conhecimento ou atividade. Tendo em vista que o termo “cuidado” tem múltiplas interpretações, além da dificuldade de delimitação sobre suas atividades, esta assimilação de constructos mobiliza a ampliação da distinção das ações de cuidado sem retirá-las de sua complexidade territorial, como busca demonstrar o quadro 6.

Quadro 6 – Vocabulários de expressões comunitárias de reivindicação de direitos pela perspectiva das mulheres participantes da Campanha “Mulheres Territórios de Luta”.
Fonte: A autora.

Dimensões OBJETO TESE	MACRO (Contexto político-institucional local e nacional de pactos de defesa da vida) DIREITO À VIDA	MICRO (Ações e experiências de reivindicação e solidariedade para/com o cuidado nas organizações de defesa de direitos humanos) DIREITO HUMANO	MOLECULAR (Como os atores refletem/ vivenciam/reproduzem/criam suas práticas de cuidado de si e do mundo) DIREITO AO CUIDADO
Ações / Performances de reivindicação do direito ao cuidado das mulheres nos processos participação social e redes de cuidado que colaboram com a integralidade da saúde em meio a pandemia da COVID- 19	Perspectiva ético-política do processo saúde-doença-cuidado na visão das ativistas por direito à vida.	Redefinição das práticas de cuidado no contexto de pandemia da COVID-19 no Brasil. Ações de reivindicação de direitos baseada na experiência de processos da vida nos territórios; Experiências de atuação na reivindicação de direito ao cuidado pelas mulheres em seus territórios de luta.	Construção de espaços públicos de diálogos políticos que envolvam a vivência e a reflexão crítica, socialmente comprometida das mulheres sobre os problemas de saúde individuais e das coletividades nos aspectos epidemiológicos, culturais e socioeconômicos de seus territórios; Valorização de espaços colaborativos e democráticos que troquem experiências sobre o processo saúde-doença-cuidado propiciando a construção de ações que reivindiquem direitos.
Vídeo 1 “Megaprojetos e a pandemia no cotidiano de luta das mulheres”	● #mulheresterritóriosdeluta ● Mega projetos ● Mulheres em	● Descolonização das tecnologias ● Esperança ● Luta	● Potência das mulheres ● Mulher aquilombada ● Corpo-território

	territórios de luta ● Centro da vida ● Violações de direitos humanos ● Perspectiva da coletividade ● Racismo ambiental ● Pandemônio		● Comunicações seguras ● Tecer essa rede de cuidados ● Tecer juntas e de mãos dadas ● Rompe com a ideia saudável de ciclo da vida ● Práticas ancestrais ● Mexendo seus caldeirões ● ## Fechamentos / Poesias ● #Saudações ● Simultaneidade das nossas estratégias de luta
Vídeo 2 "Trabalho Reprodutivo e a Repatriarcalização dos Corpos Territórios"	● Mulheres e megaprojetos ● Patriarcado ● "Violência meio ambiental" ● Complexo de favelas da Penha ● Meu lugar de fala ● Mulher ganha voz ● Poder	● PACS ● Articulação em rede ● Fortalecer as pessoas	● Maternidade para Mães vulneráveis ● Trabalho reprodutivo no período quarentena ● Papéis ocupados pelas mulheres que são invisibilizados ● Autocuidado ● Trabalho do cuidado ● Quem cuida de quem? ● Cuidado ● Ancestralidade nossa ● Ver o todo ● ● Agradecimento
Vídeo 3	● Fome coletiva de histórias ● Luta antiextrativista ● Política de cuidado coletivo ● Cuidado coletivo ● Nosso universo ● Direito as águas ● Nós somos esse ser político	● Data festiva ● Festividade ● Universo que destrói ● O canto como ato político ● Ampliar a ancestralidade ● Arte como experiência transversal ● Atuação do Governo Bolsonaro	● Território ancestral ● Sintonia ● Lenço na cabeça ● Autocuidado ● Agradecimento ● Autocuidado através da escrita

	● Mulheres resistimos nos territórios	● Luta transfronteiriça	
Vídeo 4	● Campanha “Mulheres Territórios de Luta” ● Desenvolvimento ● PACS ● Autonomia física das mulheres ● A comunidade ● A estratégia: conhecimento de outros territórios ● Brasil e América Latina, contextos semelhantes ● Acordo de Escazú	● Mecanismos, redes de defesa legal ● Mulheres se reconhecerem como pessoas atingidas ● A estratégia: monitoramento indígena ● A estratégia: rádios comunitárias ● Plan de Derechos Humanos ● Defensoria Pública da União ● Autogestão ● Vigilante popular em saúde	● Mãe e mulher: Porque é difícil você tá nessa nessas lutas ● Empoderar a mulher ● Agradecimentos
Vídeo 5	● Militarização ● Uma luta pela vida ● Militarização da vida ● Partagem carioca ● Criminalização dos nossos corpos	● Berta Cáceres	● Pandemia e autonomia ● Mulheres que lutam na favela
Vídeo 6	● Racismo ● O racismo ambiental ● Território é um espaço integral ● Necessidade dos grandes projetos ● Cidadão e cidadãos completos, integrais e sujeitos de direito/ precarização da vida	● Botar na cena pública	● Empoderar a mulher
Vídeo 8	● Neoliberalismo pandêmico	● Economia comunitária	● Território corpo-terra

	● Defensoras da vida ● Violência pandêmica	● Consciência sanadora / memória sanadora dos povos e das mulheres	● Faz político o consumo de açúcar ● Saudação e agradecimento
Vídeo 10 “Caminhos de resistência para defesa dos corpos-territórios"	● Organização ● Mulheres lutadoras	● Caminho em defesa pela vida ● Ação política no meio das mulheres ● Trabalho das mulheres na pandemia/ enfrentar a pandemia desde a coletividade	● Rede mulher ● O autocuidado e o cuidado coletivo ● É um grande desafio dizer para mulher que ela tem que ter o autocuidado ● Não existe maior ato de rebeldia que resgatar a alegria
Vídeo 11	● Ciclo de debates ● PACS ● Dívida histórica Social e Ambiental ● Rápido desenvolvimento "do neoliberalismo" ● Controle da vida das mulheres e povos ● Discurso do desenvolvimento ● Violência ● Cartilha da mentira e da destruição ● Instituições financeiras ● Descolonização ● Empréstimo do governo com o Banco Mundial ● Pacotes de empréstimos governamentais na pandemia ● Novo ciclo de	● Mulheres e povos, somos os acredores ● Despatriarcalização ● SUS na luta das mulheres por atendimento à saúde ● Alternativas para o enfrentamento ● Sistema de proteção às mulheres ● Dignidade desses povos ● Vírus do capitalismo ● Seguimos em luta	● Mulheres estão ali segurando ou cuidando de tudo

	endividamento ● Dívidas das mulheres ● Retirada de todos os recurso do SUS ● Projeto “capital humano” (Banco Mundial)		

Relacionada à dimensão da reivindicação do direito ao cuidado, destacam-se as expressões com maior afinidade à temática de investigação. As demais expressões encontradas podem ser consultadas no Anexo 2 (Vocabulário).

- Vídeo 1
  - Potência das mulheres
  - Mulher aquilombada
  - Corpo território
  - Comunicações seguras
  - Tecer essa rede de cuidados:
    - Essas vozes também estão permitindo que fiquem claros quais são as necessidades mais prioritárias agora. E temos que sair da precariedade. E vamos fazer isso através do compartilhamento, para cuidar de nós, saber quem está e quem não está doente. Temos que **tecer essa rede de cuidados.** Temos todos esses elementos básicos que precisamos para poder estar na luta. E, obviamente, queremos comentar e mapear a situação para continuar fazendo denúncias. Não podemos esquecer de continuar fazendo as denúncias de tudo que está acontecendo e evitar que a narrativa hegemônica de que a pandemia resulta em tudo que está acontecendo nas comunidades. E evitar o endividamento que estão tendo os estados massivos da América Central. TERESA BOEDO (IM-DEFENSORAS)
      (...)
      Mas, mesmo com todas as dificuldades, nós, mulheres seguimos resistindo, com as nossas famílias, comunidade, organizações, capitalismo, individualismo, capitalismo, extrativismo **e tecendo redes de cuidado**. Enfrentando esses medos e tecendo e cultivando a resiliência. Nós estamos cultivando palmeiras muito fortes e estamos criando redes de cuidado coletivo, de autonomia e bem-estar. Isso é importante para o mundo. Nós, mulheres, estamos proporcionando uma visão de mundo sobre o coletivo e que a vida significa. E nessa luta somos muitas, com territórios, espaços rurais e território urbanos. Nossos corpos e nossa arte estão lutando. TERESA BOEDO (IM-DEFENSORAS)
  - Tecer juntas e de mãos dadas
  - Rompe com a ideia saudável de ciclo da vida

- Vídeo 2

- Autocuidado:
    - Porque, nós, mulheres, fomos obrigados e acostumadas para o papel de cuidadoras. Muitas vezes achamos que cuidar de nós mesmo é egoísmo. Mas eu acho importante lembrar uma frase de Audre Lorde, que diz que o autocuidado é revolucionário, especialmente para nós, mulheres negras.
      Eu acho que essa questão, de nós mulheres negras, de pensar esse **autocuidado** como um elemento importante em nossas vidas, de dar um tempo, de sentar, de ouvir uma boa música, de poder fazer a unha, de poder pintar o nosso cabelo, de poder fazer o que quiser com nossos corpos, porque é o nosso direito. ROSIMERE NERY (FASE-PE e FMPE)

- Trabalho do cuidado
- Quem cuida de quem?
- Cuidado
    - Essas iniciativas que as nossas companheiras estão compartilhando aqui, agora, estão todas nas redes delas. E é possível que a gente acompanhe, apoie e compartilhe, porque acho que umas das coisas importantes para esse período também é um **ato de cuidado**, e o **cuidado** nesse lugar político que a Mari lembrou muito bem, né? Esse lugar em que o afetivo é político é a gente espalhar também essas iniciativas por aí. Acho que dá visibilidade para o que a gente consegue agir, aonde a gente consegue intervir, onde a gente consegue produzir uma incidência, é muito importante, nessa luta. ANA LUISA QUEIROZ (INSTITUTO PACS)
- Ancestralidade nossa

- Vídeo 4 e 6
    - Empoderar a mulher

- Vídeo 5
    - Mulheres que lutam na favela
        - Eu tô bem impactada mesmo com essa fala. É o racismo mesmo. E bem como a Gizele colocou, muitas vezes na linha de frente, não só da luta, mas as histórias, a gente sempre vê o homem. O homem é o forte e ele o principal corpo atravessado, porque ele é colocado nessa construção de inimigo público da sociedade, dos projetos políticos, seja a nível social ou institucional. **Mas ali do lado, não é atrás, é do lado, estamos nós, mulheres.** Nós estamos atravessadas de várias formas desse projeto de militarização das nossas vidas. São as mulheres que lotam os presídios; são as mulheres que vão aos hospitais e vão às delegacias fazer os registros dos seus companheiros, irmãos, os pais; somos nós mulheres estamos sempre lavando as calçadas, porque elas estão banhadas com o sangue dos nossos; ou carregamos o sangue dos nossos em nossos braços, seja para socorrer ou atrás de justiça. E muitas vezes quem é atravessado com repreensão em relação às mulheres que lutam, somos nós. A gente perdeu os nossos e temos que dar o ombro para que toda a comunidade consiga ainda se manter de pé e viva. A gente vai à luta para que a nossa comunidade tenha que sobreviver, pois essa é a nossa a luta, principalmente nessa **pandemia**. Se a gente for ver, maioria das pessoas que estão aí são mulheres, né? E aí

falando realmente em nível de favela do Rio de Janeiro, é uma coisa que a gente conversa muito internamente, e muitas vezes os homens aparecem em um lugar de destaque, mas nada é de seguido sem o **aval das mulheres que lutam dentro das favelas, seja para uma coisa prática, para alguma ação pontual, para a doação de cesta básica, para contabilidade, tudo passa pelo nosso aval.** Nada acontece sem que a gente dê o ok. Mas até isso tem essa **invisibilidade**. **Saúdo as mulheres que estão lá como nosso povo.** Porém, ao mesmo tempo, no outro dia é uma data triste, também simbólica, e uma das mães, que foi uma das lideranças, Ediméia Euzébio – vou falar o nome da dela, porque é uma mulher que merece ser lembrada como uma mulher de luta – porque ela foi uma das mais aguerridas aí nessa corrida atrás de resposta. Ela cobrava, era da linha de frente, colocava a cara, não só em nome do filho dela, mas em nome dos dez jovens que foram executados e tiveram seus corpos desaparecidos, de forma forçada, obviamente, junto com o filho dela. E a Ediméia, tempo depois, foi executada. Tinha tempo que ela sofria ameaças e, em seguida, ela é executada dentro da cidade, se eu não me engano, justamente por conta dessa luta que ela travou. Ela não se tornou apenas uma mãe que queria resposta sobre o desaparecimento de seu filho. Ela se tornou uma militante defensora do direito do povo favelado, uma guerreira, para além que uma mulher negra e favelada já é, pela fortaleza. Ela tomou essa luta pra si, pelo que ocorreu com ela e a família dela, que deveria ficar calada. Mas ela foi à luta e por isso tentaram calar. Só que em 2020 a gente vê aí, infelizmente, outras mães tendo que levantar suas vozes para pedir justiça por seus filhos que continuam sendo assassinados e continuam sendo muitas vezes também desaparecidos pelas forças do Estado. BUBA AGUIAR (COLETIVO FALA AKARI):

- Vídeo 8
  - Território corpo-terra
- Vídeo 10
  - Rede mulher
  - O autocuidado e o cuidado coletivo:
    - **O autocuidado e o cuidado coletivo:** Bem, com a primeira pergunta inclusive desde a minha experiência e com o que conheço das minhas companheiras de organização, é que o **autocuidado salva sua vida.** Mas também entender que o **autocuidado não é somente que eu me cuide na minha casa, colocando limites e tratando de descansar, não se restringe a isso, por exemplo, coisas que mencionei a vocês antes, como a espiritualidade, com os rituais, isso também é autocuidado. São outras formas de nos dar segurança e bem-estar. E que também não é somente individual, mas também, como vamos fazendo de forma coletiva, me cuido com outras e entre nós todas nos cuidamos.** Acredito que algo importante que está relacionado com a pergunta número três, é necessário poder falar e poder posicionar **sobre o caráter político do autocuidado**, que não seja visto somente como tirar um dia de descanso, ou hoje suas pernas doem e você decide não ir

> à mobilização, por autocuidado. À medida que estejamos melhores, vamos poder contribuir mais nas lutas, na construção dos nossos movimentos. **Então que não seja visto somente como momentos ou práticas para descansar**, acredito que o principal desafio seja esse.
> **Vai além disso, são necessários para estar viva, para viver bem e para seguir lutando por todas as conquistas que nos faltam.** Também em relação aos outros desafios, além de posicionar isso**, o autocuidado**, **melhor dizendo, o autocuidado e o cuidado coletivo são coisas que vão nos escapando.** Acho que o outro desafio também é estimular **o autocuidado** com as companheiras dos territórios, porque nem sempre existe um espaço de confiança para poder dialogar com mais segurança ou com abertura, em muitos casos são os companheiros das mesmas organizações que as agridem, haverá momentos de tensão ou, inclusive, dentro das organizações, como não é visto nas coletividades, nas comunidades, nas organizações mistas, não é visto com essa importância, então evitam esses espaços, colocam obstáculos para que as companheiras participem. Acho que são os principais desafios, **buscar estratégias e insistir**, persistir como dizemos, em **que o autocuidado não seja somente fazer nada ou descansar, e sim que é algo que de verdade é para poder continuar vivendo e estar nas lutas. KATHERIN CRUZ (REDE NACIONAL DE DEFENSORAS DE DH)**

3.3.3 Questionamentos das ativistas sobre ações de defesa na pandemia

Outro elemento interessante da análise preliminar das experiências expostas nos debates, está em compreender as dúvidas que as ativistas apresentam sobre a situação da pandemia em outros territórios. Ao perguntarem, elas mostram qual a necessidade de diálogo que estão buscando construir e quais temas têm maior relevância para o fortalecimento de sua atuação no território.

No contexto político complexo de atuação das ativistas, as perguntas referentes ao período pandêmico transformam esta troca de experiências em questionamentos relacionados também à pandemia e às ações das mulheres sobre cuidados em todas as dimensões. Destacam-se também as ações moleculares, por trazerem mais elementos de adaptação das estratégias e táticas cotidianas à articulação de reivindicação de direitos das mulheres, principalmente no contexto de falta de perspectivas institucionais instituídas durante o “pandemônio”.

Perguntas realizadas nos debates

- Perguntas relacionadas à concepção da política pública (dimensão macropolítica)

    - Como pressionar o Estado em nível federal, estadual e municipal, para colocar canos com água potável para todas as comunidades, como emergência dessa pandemia? (V1)

    - Qual a opinião de vocês, quanto à falta de relevância de políticas públicas nas desigualdades sociais, influência dos discursos hegemônicos sexistas e racistas, diante desse momento de pandemia? (V1)

    - Vocês têm algum otimismo para uma possível transformação no pós-pandemia? (V1)

    - Onde está o poder? Essa pergunta tão difícil de responder. Mas onde está o poder? (V2)

    - E pensando agora numa perspectiva desse lugar da construção, quais são as expectativas de militância que vocês têm nesse momento? Na verdade, quais são as expectativas de militância que vocês têm para o momento pós-pandemia? Onde é que a nossa militância vai estar? Como ela vai se dar? Que caminho temos que seguir? (V2)

    - Esse modelo de desenvolvimento não considera o ser humano, o meio ambiente. Só o capital. Totalmente contrário à proposta do bem-viver e do território do cuidado. Quais as estratégias que vocês veem diante disso? (V3)

    - Como conscientizar o povo da favela, especialmente, que é de onde vocês falam, a votar nas próximas eleições em candidatos que vão lutar por políticas públicas que protejam essa população? Lembrando que Marielle também não teve uma votação expressiva na Maré. (V5)

- Perguntas do campo estratégico (atuantes na micropolítica)

    - Nesse momento difícil, por conta da covid, dessa política “genocida” e do crescimento dos problemas sociais e econômicos, como podemos ajudar a defender os direitos das populações mais vulneráveis? (V1)

    - Como os coletivos e movimentos estão se articulando para pressionar os governos regionais em relação à

questão do retorno ao trabalho: também é uma questão muito importante para gente nesse período. (V2)

- Quais ações que você tem desenvolvido na serra? E aí acho que eu também vou tomar a liberdade de trazer essa discussão para Mere e Ângela também, para a gente pensar que ações territoriais vocês têm desenvolvidas em frente ao coronavírus (V2).

- A outra pergunta é da Marina, que é da equipe do PACS também, e é para todas: “Como as artes, como formas de vida e expressões, são formas de fortalecer o cuidado coletivo e a resistência? Qual é o papel da arte nesse fortalecimento do cuidado coletivo?”. (V3)

- Mesmo diante de todo esse contexto de repressão que vivem os territórios de onde vocês falam, quais são as principais estratégias que têm sido adotadas na garantia dos direitos durante a pandemia, especialmente? (V5)

- Perguntas sobre cuidados (dimensão molecular)

  - Qual a importância das práticas de autocuidado e os resgates das práticas ancestrais de cuidados no enfrentamento ao avanço dos megaprojetos nos territórios? (Pergunta mais respondida pelas participantes brasileiras e realizada pela coordenadora geral de projetos do PACS). (V1)

  - Como vocês veem a influência do feminismo decolonial na luta das mulheres camponesas e como esse feminismo contribui para a transformação dos movimentos nesse contexto? (V1)

  - Tu que vive em um país com problema comum, como a gente no Brasil, uma guerra sanitária e política, quais as estratégias a serem traçadas nesse momento de pandemia? (V1)

  - Perguntando para Ana e pedindo para você falar um pouco sobre a sobrecarga e o processo de adoecimento vivenciado por muitas mulheres nesse período.

  - Esta é uma pergunta que tem sido feita muito no âmbito do GTA: Quem cuida de quem cuida? (V2)

  - Como vocês, mulheres que são profissionais de outras áreas, percebem o trabalho doméstico e no momento da pandemia? (V2)

- Como é que tá sendo a violência durante a **quarentena**? E traz essa perspectiva que você já falou um pouco, mas que pode falar mais. (V2)

- Outra pergunta, da Ana Luiza Queiroz, nossa querida Analu, integrante da equipe do PACS. Ela gostaria de pedir para as convidadas falarem um pouco sobre o papel das mulheres no cuidado e no combate à pandemia em defesa da vida. (V3)

- Como tem sido para as comunidades de Piquiá de Baixo, driblar a intensificação dos impactos dos megaprojetos nesse contexto de pandemia? (V4)

- Gostaria de ouvir das companheiras sobre a importância dos territórios para organização dos modos de vidas das mulheres e suas resistências. (V4)

- As mulheres não abandonam seus territórios, suas famílias e suas lutas, como vocês e como as lideranças veem essas lutas sem descanso? Como vocês veem seus corpos e emoções diante dessa realidade? (V5)

- Qual tem sido a importância do trabalho das mulheres na defesa das vidas nessa pandemia que estamos vivendo? (V10)

- Quais são os principais desafios de levar um estímulo do autocuidado para outras mulheres, as dos territórios atingidos por megaprojetos? (V10)

- Como vocês, individualmente e coletivamente, no dia a dia, têm buscado alegrias e prazeres para resistir a esses contextos tão devastadores? (V10)

3.4 Analise das experiências selecionas

Diante desta visão geral e multidimensional, as primeiras experiências foram identificadas contando com maior ou menor descrição das ativistas sobre a vivência. Estas, de maneira geral, oferecem relatos sobre a ação das mulheres para reivindicar direito ao cuidado durante os meses iniciais da pandemia de COVID-19. O método construído para esta abordagem contribui para a visibilidade do entendimento e constituição de sentidos que as ativistas elaboram sobre compartilhar suas experiências com outras ativistas.

As falas de reconhecimento das ações de reivindicação de direitos das ativistas, seguindo o método proposto, são classificadas por vídeos em que foram descritas e o tipo de território que ocorreram. Para tanto, levando em consideração as falas das ativistas nos debates, este estudo criou títulos e realizou recortes nas falas transcritas seguindo o rigor metodológico já descrito anteriormente para enumerar e selecionar as experiências. Para os títulos, cada experiência gera uma nomenclatura constituída da narrativa original e dos enquadramentos do olhar da pesquisadora deste estudo sobre a mesma. Essa mescla permite à pesquisadora atribuir maior afinidade com o relato e permite o diálogo com o tema da presente pesquisa.

O percurso metodológico proporcionado até aqui permitiu gerar 37 experiências (Quadro 7) relacionadas às práticas das mulheres ativistas em seus territórios de luta. Abrangem o relato de ativistas de diversas partes do país e da América Latina, mostrando a relevância da contribuição destas e a consistência de seu discurso relacionado à reivindicação do direito ao cuidado, questão que ressaltou a importância de ampliação de diálogo com as teorias de ciências sociais pertinentes à organização social do cuidado na região da América Latina.

Ao verificar as experiências, nota-se que elas ocorrem tanto nas áreas rurais como urbanas, havendo destaque para a participação indígena e quilombola. Tendo em vista as limitações da pesquisa e a vocação bibliográfica desta para compreensão das ações realizadas nos territórios*, comunidades* e favelas* do Rio de Janeiro, as experiências com este perfil foram selecionadas para análise.

Com isto, os vídeos 1, 2, 3 e 10 tiveram a maior concentração de experiências de interesse, sendo escolhida a de maior relevância em cada um dos vídeos. Apenas os vídeos 5 e 11 não apresentaram experiências com afinidade ao presente estudo.

Quadro 7 – Experiências de reivindicação de direito ao cuidado relatadas pelas ativistas participantes da campanha “Mulheres territórios de luta” e identificadas por esta pesquisa.
Fonte: A autora.

LINHA DE ANÁLISE
Ações / Performances de reivindicação do direito ao cuidado das mulheres nos processos de participação social e redes de cuidado que colaboram com a integralidade da saúde em meio à pandemia da COVID- 19

N	Experiência	Relatora da experiência (Organização)	Território
VÍDEO 1			
1	Mapeamento das necessidades locais mais prioritárias no contexto de pandemia para sair da precariedade.	TERESA BOEDO (IM-DEFENSORAS)	Guatemala
2	Articulação, a teia que se constrói entre e a partir das experiências de lutas e enfrentamentos.	LARISSA SANTOS (JUSTIÇA NOS TRILHOS)	Maranhão, Brasil
3	Da urgência organizativa à teia pronta: recurso ancestral a nossa saúde como suporte de enfrentamento à pandemia, não existe aquilombamento sem estratégias autônomas de saúde.	SILVA BATISTA (Coletiva popular de mulheres na Zona Oeste, na teia de solidariedade da Zona Oeste /RJ)	Zona Oeste do Rio de Janeiro/RJ
Vídeo 2			
4	Laços de solidariedades para seguir adiante.	ANGELA CUENCA (COLECTIVO CASA)	Bolívia
5	Tecendo essa cumplicidade na Covid.		
6	Experiência que cada mulher está vivenciando na sua vida: papel de cuidadoras.	ROSIMERE NERY (FASE-PE e Fórum de Mulheres de Pernambuco FMPE)	Recife/ PE
7	Trabalho de mulheres negras vale menos do que o trabalho de mulheres brancas na pandemia.		
8	Cuidar para que possamos ser mais cuidadas.	ANA SANTOS (CEM E REDE CAU) ROSIMERE NERY (FASE-PE E FMPE)	Serra da Misericórdia na Zona Norte do Rio de Janeiro, RJ. Recife/ PE
9	Outra pergunta que faziam é como nos articulamos.	ANGELA CUENCA (COLECTIVO CASA)	Bolívia
10	Derramamento de petróleo e pandemia, crises em escala.	ROSIMERE NERY (FASE-PE E FMPE)	Recife/ PE
11	Coletivo e movimento estão se articulando para o retorno ao trabalho na pandemia: a agroecologia das mulheres da favela.	ANA SANTOS (CEM E REDE CAU)	Serra da Misericórdia na Zona Norte do Rio de Janeiro, RJ.
12	Campanha da cisterna da água, coordenada pelas mulheres.		
13	O que é fazer quarentena para as mulheres da favela?		
14	Construção de outros mundos em rede,	ANA LUISA QUEIROZ (INSTITUTO PACS):	Rio de Janeiro/ RJ
15	Trabalho doméstico na pandemia,	ANA SANTOS (CEM E REDE CAU) ROSIMERE NERY (FASE-PE e FMPE)	Serra da Misericórdia na Zona Norte do Rio de Janeiro, RJ. Recife/ PE
Vídeo 3			
16	O neoliberalismo é todo oposto ao cuidado e assumir um olhar antiextrativista é uma política de cuidado: uma política de cuidados é uma comunidade de parentes	FRANCISCA FERNANDEZ (MAT E COORDENADORA 8M)	Chile

17	Território ancestral: Como que você vai cuidar se você não ensina para os que estão vindo, como lidar com os perigos que existem?	ANA BARBOSA (MOVIMENTO XINGU VIVO)	Rio Xingu, do rio Tauá
18	O nosso universo, nosso chão amazônico, ele gesta vida, e é possível fazer com que a gente tenha a ética e os valores morais de saber reconhecer	SANEY SOUZA (COLETIVA AS CABOCLAS):	Zona Oeste do Rio de Janeiro
19	Essas pessoas que fazem parte da nossa resistência....quem são essas mulheres?		
20	Nosso espaço de conversa, escuta como resistência na quarentena,		
21	CHAMPURREA: para soberania alimentar e sanitária. A saúde dos povos, desde uma visão mais ampla que reconhece as formas próprias de cuidado que nós, povos, temos.	FRANCISCA FERNANDEZ (MAT E COORDENADORA 8M)	Chile
22	Memória coletiva é cuidado: as mulheres, poço de sabedoria, repassam informação em uma educação fora da caixinha.	ANA BARBOSA (MOVIMENTO XINGU VIVO)	Rio Xingu, do rio Tauá
23	Teia da solidariedade da Zona Oeste na pandemia,	SANEY SOUZA (COLETIVA AS CABOCLAS)	Zona Oeste do Rio de Janeiro
24	Pandemia e autocuidado,	ANA BARBOSA (MOVIMENTO XINGU VIVO)	Rio Xingu, do rio Tauá
Vídeo 4			
25	Violência: América Latina é a região mais perigosa para defensores de direitos humanos no mundo.	VALERIA URBINA (DERECHO AMBIENTE Y RECURSOS NATURALES) LÍGIA ROCHA (DEFENSORIA PUBLICA DA UNIÃO)	Bacia Amazônica, Peru Manaus / AM
26	Problemas de saúde das mulheres e das comunidades,	VALERIA URBINA (DERECHO AMBIENTE Y RECURSOS NATURALES)	Bacia Amazônica, Peru
27	A questão de trabalho das mulheres não é viabilizada: por que a mulher está mais fragilizada com certeza nesses processos de demonstração de comprovação do trabalho dela, que é tão valoroso quanto o trabalho do homem.	LÍGIA ROCHA (DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO)	Manaus / AM
28	Grupo de vigilante popular em saúde, processos de autogestão comunitários na ONU.	FLAVIA SILVA (A. M. PIQUIÁ DE BAIXO) MARINA PARÇA (INSTITUTO PACS)	Piquiá de baixo / Maranhão Rio de Janeiro
29	Por que os primeiros recursos que as pessoas usam no contexto da pandemia são digitais: a comunicação com as comunidades com os órgãos públicos fica muito prejudicadas.	LÍGIA ROCHA (DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO)	Manaus / AM
30	Mecanismos de denúncias públicas a partir do fortalecimento das redes de defesa legal.	VALERIA URBINA (DERECHO AMBIENTE Y RECURSOS NATURALES)	Bacia Amazônica, Peru
31	Alianças entre as organizações de mulheres e organizações da sociedade civil: participação efetiva e conhecimento por meio das experiências colaboram para ações nesses tempos de pandemia,	VALERIA URBINA (DERECHO AMBIENTE Y RECURSOS NATURALES)	Bacia Amazônica, Peru

Vídeo 6			
32	Queremos dar visibilidade tanto ao processo de exploração e detonação do meio ambiente, quanto às potências e possibilidades trazidas pelas mulheres e pela sua experiência, enquanto sujeito.	CRIS FAUSTINO (INSTITUTO TERRAMAR)	Ceará
Vídeo 8			
33	Como as defensoras de direitos humanos e dos territórios enfrentam esse efeito pandêmico?	LORENA CABINAL (RED DE SANADORAS ANCESTRALES)	Guatemala
34	Não está sendo fácil para nós passarmos por essa pandemia por perdas de muitas lideranças nossas, dentro dos nossos territórios e dentro da nossa própria casa.	TELMA TAUPERANG (UMIAB)	Terra indígena Araçá, moradora da região de Amajari em Roraima
35	A gente está vivendo uma pandemia onde que parece que voltou aquele medo.	MARIA TOREKUREUDO (TAKINÁ)	Povo bororó da aldeia Meruri e está localizada no município de General Carneiro em Mato Grosso.
Vídeo 10			
36	Conformações de redes são o que nos ajudam a seguir lutando de uma melhor forma, mais seguras, com essa força da coletividade.	KATHERIN CRUZ (REDE NACIONAL DE DEFENSORAS DE DH)	Tegucigalpa, a capital de Honduras na América Central
37	Espaço de reintegração da favela: O autocuidado depende de tudo que está em nosso redor. Nós estamos moldadas para servir, para cuidar". E quem cuida de quem cuida?	MARCELLE FELIPPE (VERDEJAR**)**	Serra da Misericórdia na Zona Norte do Rio de Janeiro, RJ.

O início da análise do discurso, em si, já inicia diálogo com a perspectiva de uma das ativistas sobre a importância de gerar visibilidade, tanto aos processos de exploração como os de potencialidades da experiência das mulheres enquanto sujeitos, perpassando, inclusive, a realidade das mulheres em meio a crises e sobrecarga psíquica:

> É tudo muito difícil, de modo que nos últimos encontros com mulheres que temos discutido, e que o PACS tem promovido, tem saído muito fortemente uma fala sobre uma **piora da Saúde Mental das mulheres**, porque aumentam muito as preocupações, desde o **seu trabalho** até o **território comunitário, a qualidade de vida, a segurança das crianças e segurança alimentar.** Então esses processos impactam diretamente com adversidades sobre eles e recaem diretamente também sobre os **corpos das mulheres e a vida das mulheres**. E aí para nós, para fechar, uma demanda forte é a **nossa articulação**, é o aprofundamento do debate entre nós e das alianças entre nós. Queremos dar **visibilidade** tanto ao processo de exploração e detonação do meio ambiente, quanto **às potências e possibilidades trazidas pelas mulheres e pela sua experiência, enquanto sujeito. CRIS FAUSTINO (INSTITUTO TERRAMAR)**

3.4.1. Experiência selecionada 1 - Teia da solidariedade da Zona Oeste do Rio de Janeiro na pandemia: experiências 3 e 23

Tal como já dito anteriormente, as experiências selecionadas seguem as diretrizes da matriz de análise desta pesquisa. Diante disto, uma mesma experiência de determinado território foi identificada a partir de dois vídeos e relatos de movimentos sociais diferentes, mas atuantes em uma mesma frente. A primeira parte da experiência da *Teia de solidariedade* da Zona Oeste do Rio de Janeiro, e trata *Da urgência organizativa à teia pronta: recurso ancestral a nossa saúde como suporte de enfrentamento à pandemia, não existe aquilombamento sem estratégias autônomas de saúde*. Esta primeira parte relata dimensões macro e micro da experiência em que SILVIA BAPTISTA, integrante da *Coletiva popular de mulheres da Zona Oeste (CPMZO)* retrata elementos importantes para a temática aqui estudada. Esta aparece no primeiro vídeo da campanha e trata de uma abordagem para contextualização da experiência como um todo, colaborando para a análise da dimensão molecular.

A segunda parte desta experiência mostra maior afinidade com a dimensão molecular e ações realizadas na pandemia. Essa parte, chamada *Teia da solidariedade da Zona Oeste na pandemia: a gente quer a sabedoria das mulheres,* é abordada no vídeo 3 por SANEY SOUZA, da Coletiva *As Caboclas*, que também fazem parte da *Teia de solidariedade* da Zona Oeste.

Parte 1 – “*Da urgência organizativa à teia pronta: recurso ancestral a nossa saúde como suporte de enfrentamento à pandemia, não existe aquilombamento sem estratégias autônomas de saúde”*

- *Observações vídeo 1*

A primeira experiência selecionada para análise é referente ao Vídeo 1: “Megaprojetos e a pandemia no cotidiano de luta das mulheres”, do qual participam as organizações *Justiça nos Trilhos do Maranhão*, a *Coletiva Popular de Mulheres na Zona Oeste* (ZO), a *Teia de Mulheres da ZO do Rio de Janeiro* e a *Iniciativa Mesoamericana de Defensoras de Direitos Humanos da Guatemala*. O debate dura cerca de 2 horas e 26 minutos e aborda, prioritariamente, a atuação de megaprojetos de desenvolvimento e as resistências das mulheres aos impactos socioambientais desse contexto, agravados pela pandemia.

A observação do vídeo e da sua transcrição permitiu assistir à construção das narrativas das mulheres sobre os seus pontos de vista. Ao explicar um conceito ou relatá-lo a si mesmas, ocorrem apontamentos sobre as experiências vividas ou contadas. Algumas das participantes introduzem ainda, no raciocínio, pesquisas realizadas por organizações parceiras dos movimentos sociais. Outras exprimem, em suas contextualizações, palavras e expressões que buscam caracterizar as dificuldades e mazelas às quais as mulheres estão expostas em seus territórios.

Ao mesmo tempo, este compartilhamento doloroso é realizado como reconhecimento de identidades, tornando o debate um momento também de acolhimento reiterado pelas outras participantes do espaço. A narrativa, contendo alegrias e articulações nos encontros destas mulheres ativistas, também é potente ao apontar que o afeto presente nesta coletividade ativa processos de felicidade que agregam e fortalecem a luta nos territórios.

Destaco ainda a questão do isolamento social em que estas mulheres estavam, no período em que o encontro virtual foi realizado. Naquele momento, elas tinham maior dificuldade de realizar encontros, da mesma forma que antes da pandemia. As participantes relataram que, por isso, o encontro virtual colaborou para superar as dificuldades de atuação que estavam tendo durante aquele momento.

A coordenadora do PACS e do debate também relata um desconforto com a dinâmica nova de organização do espaço, ao mesmo tempo que descreve uma oportunidade de aprimorar novas formas e tecnologias para articulação política neste período. Apesar da plataforma escolhida para realização do encontro ter alicerces específicos, a proposta das organizadoras da campanha é que esta, apesar de estar em uma plataforma específica, fosse amplamente divulgada em outras plataformas, gratuitas e de livre acesso, para divulgação pública do debate realizado nos ciclos de debate.

Neste sentido, o entusiasmo da coordenadora ao citar as participações no *chat* da plataforma complementa esta perspectiva de apresentação do debate, aberto ao espaço comum. Ela relata a presença de mais de 10 organizações e lideranças que se articulam na rede de ações das ativistas do PACS. Mesmo com tais esforços, após 2 anos da transmissão ao vivo, este vídeo aparece com 899 visualizações, enquanto o canal do Instituto PACS está com 1,54 mil inscritos no Youtube.

Quem relata a primeira parte da experiência se apresenta como mulher aquilombada, oriunda da Zona Oeste do Rio de Janeiro:

> Eu não me apresentei, porque Marina inicialmente já dito meu nome. Ela falou que eu sou quilombola. Mas eu penso que eu não posso fazer jus a esse nome, Quilombola. Eu sou herdeira, nascida de avós de um território que, desde 2014, é considerado quilombo. E eu não moro dentro dos limites geográficos do que a fundação Palmares definiu como quilombo.
> Então eu posso melhor dizer que eu sou uma **mulher aquilombada.** E que herdei esse sangue nas veias das minhas ancestrais, dos meus ancestrais. **No sentido de que a proteção à vida, da luta política que se faz com o aquilombamento.**
> Eu já participei, desde muitos anos, de organizações políticas. E mais recentemente, essa minha organização, que se chama **Coletiva Popular de Mulheres na Zona Oeste.** Esta se torna coletiva mais recentemente. Mas que nasceu como comitê popular de mulheres Rio de Janeiro, e aos poucos foi se configurando em torno dessas localidades que nós chamamos de Zona Oeste do Rio de Janeiro.
> São em torno de 2 milhões de moradores, 4 áreas de planejamento e tem, por incrível que pareça, uma das maiores áreas de florestas urbana do mundo. Embora ele pareça um lugar comum, falar desse jeito, mas para mim é importante a referência de falar desse lugar, porque ele abriga 3 quilombos. E um desses, meus antepassados foram cofundadores.
> Nós temos também o quilombo do Camurinho, que o nome é Bilina. Os 3 nessa parte alta da cidade, onde tem fragmento importante da Mata Atlântica, que realmente foi chamada de Castelo das águas. Então eu vivo em torno desse chamado de Maciço da Pedra Branca, em torno desse quilombo Cafundá Astrogilda que fica aqui pertinho de onde estou. Quando eu olho pela janela, eu vejo essa cordilheira de montes suaves que também está culminante nesse ponto da cidade Rio de Janeiro. **SILVIA BAPTISTA (CPMZO)**

Ao relatar a si mesma, a ativista narra também sua perspectiva de caminhar no mundo reafirmando sua herança cultural, seu capital cultural que constrói o "sentido de que a proteção à vida, na luta política, se faz com o aquilombamento". Afirmando uma narrativa sobre si diante de uma narrativa de luta, reconhecimento e pertencimento, publiciza a experiência de reconstrução de sua narrativa como uma ação que a restabelece em seu território, reforçando as possibilidades de resistência e construção de futuro em seu itinerário no território em que se constitui sua vida. Relata a si mesmo, conversando com a perspectiva que Butler traz sobre esta ação de afirmação da existência no espaço público.

Ao incluir as relações sociais por uma visão ambientalista, a participante do debate esclarece a importância da formação política pregressa que teve em outras atividades do Instituto PACS no momento da pandemia e do quanto tal questão colabora para uma visão crítica do que está ocorrendo em seu território:

> O desprazer é ver o que fizeram com esse trecho do Brasil. Outrora dono de uma biodiversidade incrível e uma destruição... O que mais me assusta é ver um deserto verde de eucalipto, porque o eucalipto drena o solo, acaba com as águas superficiais que poderiam estar gerando comida, gerando vidas, gerando potencialidade para as comunidades. Aquela realidade me

> impactou para sempre. Ter visto aquele forte impacto ambiental, e consequentemente, social, daquela região. Foi uma das questões de formação política muito importante para mim. Sou agradecida à JMP, ao PACS e a todas as organizações que proporcionaram essa visita.
> Mas eu tenho que falar da alegria de sentar na beira do Tocantins, com a cadeirinha dentro d'água, né? E poder conversar e interagir de outra forma como vocês. Foi também uma das formas que a gente conseguiu e consegue encontrar alegria na luta. E essa expressão para mim, hoje, em termos de **pandemia**, é uma das coisas que a gente tá tentando de todas as formas preservar: a alegria na luta.
> Porque querem nos matar de várias formas, inclusive pela intimidação e pelo medo. Então a gente conseguir resgatar o sorriso, a memória dos nossos abraços e nosso encontro, a certeza de que temos uma rede de confiança de mulheres em toda América Latina, é uma certeza de que querem nos matar e nós estamos firmemente na luta para não morrer. Mãos juntas. Nós estamos lutando contra essa **pandemia**, como diz uma conhecida de muita gente que tá aqui, esse **"pandemôn**io". **SILVIA BAPTISTA (CPMZO)**

A experiência trata de reconhecer o que as ativistas elencam como elementos essenciais das redes de suporte e confiança dos territórios que atuam na Zona Oeste do Rio de Janeiro em meio à pandemia de COVID-19, para enfrentar o pandemônio instalado em 2020 no país. O relato de Silva mostra que a rede de confiança que criou, junto ao PACS e a outras ativistas da América Latina, proporcionou a ela lembranças e alegrias de luta que a motivaram a seguir ligada a outras ativistas neste contexto de dificuldades.

Para tanto, a memória de vivências, com troca de afetos e alegrias com outra ativistas, fortaleceu o vínculo e a resistência no enfrentamento da pandemia, principalmente nas adversidades que geravam risco de morte. A rede de mulheres com "mãos juntas" se fortaleceu firmemente na luta para não morrer, por meio de diversas estratégias, entre elas a memória do sorriso, dos abraços e dos encontros em momentos de formação política.

O território e a luta pela sobrevivência, neste contexto, incluem desde o acesso à água até a especulação imobiliária do território em que vivem. Neste aspecto, a ativista relata a implicação que os chamados megaprojetos têm sobre as ações da pandemia:

> E para mim, falar dessa região, que foi chamada de Castelo da Águas, é importante, porque a Larissa falou das águas, e eu gostaria de pegar um pouquinho por aí. Então, esse pedaço do Rio de Janeiro, não tem água. E por que não tem? Não tem. Primeiro por conta da corrupção da secretaria, do **desprezo ao comum**, do desprezo àquilo que a biodiversidade pode conferir e por causa do tema que nos une a essa conversa, que são os **megaprojetos**. Esse nome é relativamente novo, mas a estratégia, pode-se dizer, a estratégia que fundou esse país que recebe esse nome, que é algo que já foi vítima de racismo no Brasil. E até me lembro de uma conversa onde se falou de símbolos nacionais, e perguntaram o que significa pau-brasil para nós brasileiros. E pau-brasil significa expurgo, despossessão,

> desmatamento, espoliação, expulsão dos povos dos seus territórios de vida. E o extrativismo no Brasil foi um megaprojeto.
> E então essa recorrência do colonialismo que nos afeta até hoje, pode receber esse nome de megaprojeto. Que na cidade do Rio de Janeiro, uma parte da cidade do Rio de Janeiro, continua investindo na despossessão da comunidade tradicionais, das comunidades que aqui nasceram, aqui reproduz seu modo de vida. Então muito recentemente vocês assistiram jogos globais, que partes das nossas comunidades desapareceram através esse processo de remoção, que eu imagino que a Tereza chamaria de desplacamento, posso estar equivocada. E processo de ameaça de remoção atingiu a própria agricultura, que é a principalmente herança da minha parentela quilombola da cidade do Rio de Janeiro. E ao atiçar essa agricultura, também atiçou essa resistência. E esse Quilombo onde meus antepassados nasceram, ele surge.
> **Esse momento de autodeterminação quilombola surge com a luta contra a remoção derivada do avanço dos megaprojetos. Uma luta onde fomos vitoriosos e modificamos algumas questões. Mas não o suficiente para garantir acesso à água e segurança alimentar para as famílias que residem nesse canto da cidade.** E continua essa ameaça através da construção civil, da estruturação imobiliária, da necessidade de aumentar o número de moradias para uma classe social que não precisa delas. Já está provado estatisticamente que a cidade do Rio de Janeiro, que ela não tem mais necessidade de imóveis acima de 5 salários mínimos. E que o déficit habitacional é daquelas pessoas que são de 0 a 3 salários mínimos. E não há nenhum programa de investimento para esse tipo de moradia. A moradia que está querendo ser construída nessa parte da cidade, é morada para as pessoas mais bem pagas, pessoas que podem pagar por esses imóveis, pessoas que podem contrair com bancos internacionais. **Nesse sentido, a gente chama essa indústria de construção civil de um megaprojeto**.
> Um projeto de impermeabilização do solo e da secretaria do Estado do Rio de Janeiro que está impactando as fontes das águas e da própria floresta, este fragmento de mata atlântica. **Então, uma de nossas estratégias aqui nesta região das cidades é uma luta constante de se contrapor a este modelo de desenvolvimento de impermeabilização do solo e acabar com as fontes das águas.**
> Agora bem recentemente, buscaram fazer uma **audiência pública**, por esse meio virtual, através do YouTube. Nessa conferência, eles justificaram que precisavam destinar, modificar o uso do solo nessa parte da cidade, para que a prefeitura tivesse dinheiro **para contrapor as mazelas da COVID 19**. Então a gente pode perceber que a **desfaçatez estatal** não tem limites. E nesse conjunto de estratégias que a gente tem tecido... **Então são estratégias locais que a gente tem feito para se contrapor a esses grandes projetos. Os megaprojetos que nos atingem. SILVIA BAPTISTA (CPMZO)**

A ativista traz elementos de uma leitura da política que interfere em suas ações de resistência nos territórios e sua implicação na esfera pública e de reivindicação de direitos. Não atendidos nas estruturas legais, precisam de estratégias territoriais, de articulação micropolítica e constituição de vivência e memória no campo molecular. Com isso, a autodeterminação quilombola mostra-se como uma estratégia de luta constante para combater o modelo de desenvolvimento que destrói o solo e seca as nascentes de água.

Tal entendimento revela a reivindicação de direitos humanos, de acesso a água, à vida e ao cuidado no contexto pandêmico. A estratégia gera visibilidade ao uso dos recursos naturais do território para outras finalidades que não os referentes às necessidades básicas humanas no momento de emergência civilizatória, escancarando a vulnerabilidade a que tais comunidades já estavam sujeitas antes da pandemia e que se manteve neste momento de emergência sanitária internacional.

A abrangência da ação política local destas mulheres agrega reivindicações de direitos no campo da estrutura estatal, como o do acesso à Defensoria Pública e ao Ministério Público, que, no momento da emergência, realizavam suas audiências de forma virtual. Essas articulações territoriais, para a ativista, ganham mais força com a interlocução com o judiciário na busca por direitos:

> Só que isso não é suficiente. Muitas vezes eu me questiono que estamos aqui em um lugar privilegiado, que é o Sudeste. E a gente não tem essa necessidade dessa luta de se contrapor. É mais importante lutar pela Amazônia. Mas tem essa questão de que eu consigo travar uma luta, dentro do lugar que eu estou, onde meu corpo habita, onde eu tenho maior experiência de vida, e ao mesmo tempo eu consigo me situar na articulação nacional. E como a Teresa colocou, a solidariedade internacional em conjunto, a nossa chance de profunda transformação social se ancoram na possibilidade maior.
> Eu quero trazer outro intervalo da questão da água, que foi tocado pela Larissa, que a importância da água para **prevenção da COVID**. Na Zona Oeste do Rio de Janeiro, muitas pessoas não têm acesso à água tratada, encanada. **Esse acesso não é universal na cidade do Rio de Janeiro, como não é no Brasil. Aqui no Rio, a Defensoria Pública está disponível para obrigar. O Ministério Público e a Defensoria Pública obrigaram que o Governo do Estado, a Prefeitura e Companhia de Água e Abastecimento são obrigadas a fornecer água às comunidades que não tiverem acesso.** Mas o que a gente pode dizer quanto a isso? É uma **lástima que tenhamos que lutar por justiça por um bem ao qual todo mundo deveria ter direito ao acesso a água tratada.** E eu não estou falando de uma região tão distante. Eu tô falando da cidade do Rio de Janeiro no século XXI. **SILVIA BAPTISTA (CPMZO)**

A ativista revela, com isso, a desigualdade de acesso à água, já existente antes, e ainda mais agravada na pandemia. Busca visibilidade para o tempo em que as lutas existem nos territórios ancestrais, em que as reivindicações na pandemia são pelo reconhecimento da urgência de reivindicações anteriores de direito a viver naquela parte da cidade. Os caminhos da reivindicação já são conhecidos e mapeados, mas ainda causam descontentamento nas ativistas por falta de uma

eficiente ação do Estado que lhes garanta direito à vida digna, em que direitos humanos sejam respeitados e o direito ao cuidado seja cada vez mais abrangente.

Nesta correlação de repetição das reivindicações, já expressadas antes da pandemia, Silvia colabora com a descrição de ações comunitárias relacionadas à integralidade em saúde e memória, formuladas também previamente ao pandemônio. Afirma que a afinidade ancestral do território prevalece como resposta central à pandemia, principalmente a relacionada às estratégias autônomas de saúde:

> Então, eu decidi começar com essa pergunta da Aline, porque a gente tá nesse momento precioso, conversando sobre **integralidade em saúde e ativando nossa memória e nossa criatividade**. Eu acredito veementemente que a própria existência da **rede da Zona Oeste** é uma **resposta ancestral,** a pressa que estávamos acometidas em 2019. Mesmo sem saber, a gente estava com urgência organizativa, de reinventar nossas rodas. **E no ano de pandemia, nossa teia, basicamente, estava pronta**. Daí a gente está nesse momento de vivenciar esse recurso ancestral à nossa saúde. **Não existe aquilobamento sem estratégias autônomas de saúde.** Vamos enfrentar o Estado? Vamos. Estamos enfrentando o Estado, mas construindo a nossa cerca e nossas trincheiras de defesa. SILVIA BAPTISTA (CPMZO)

A construção destas cercas e trincheiras, para as ativistas, é repleta de ações de autocuidado constituídas por fofocas e cochichos, respeitando a construção oral das inovações no cotidiano de seus territórios. Existe uma definição nítida das dimensões políticas destas ações realizadas pelas mulheres. Com elas, as ativistas procuram alcançar diferentes escalas da organização social política na luta por direitos:

> E aqui eu estou com um desses **prêmios de autocuidado.** Que é simplesmente uma sinergia feita pela Dani, que é uma companheira de mulher da Pedra, que traz um toque, nos fornecendo escalda-pés. Quero lembrar das mulheres que estão mexendo as ervas, (inaudível)[02:07:26]. Eu sei que na Guatemala, no Maranhão..., as mulheres estão mexendo seus caldeirões. E quero deixar essa expressão “mexendo seus caldeirões”, trazendo um pouco a origem da **fofoca e do cochicho**, de uma palavra que me lembra muito a Aline. Para mim, a origem da palavra fofoca é mexer o caldeirão. Sempre lembro da Aline quando penso nessa palavra. É a **respeito da construção oral das nossas inovações.** Então a gente constrói um cochicho e transmite midiativas, transmite pelas redes o necessário, o estratégico e o prático.
>
> Temos companheiras feministas **cuidando do assunto de segurança municipal**. Elas têm que se debruçar e voltar a se debruçar sobre isso. É algo muito sério. O algoritmo não é solidário, não é favorável. Mas é possível sim, na primeira pergunta.
>
> Nós estamos fazendo isso. A Larissa tem razão. **Isso aqui é uma estratégia, uma possibilidade de dar escala à luta**. E sem essa múltipla escala de luta, não vai ter vitória, não vai ter transformação, não vai ter ruptura desse sistema genocida e não vai ter ruptura da necropolítica se a gente não tiver escala.

> E eu quero saudar a expressão da Teresa, dessa internacional solidariedade entre estar com as pessoas, estar com os trabalhadores e os corpos que existem a partir dos seus lugares.
> Um detalhe na escala, talvez seja a **simultaneidade das nossas estratégias de lutas.** Isso é bem interessante aqui. A gente vai ter essa sequência, ouvindo o instituo PACS, a nos ajudar a pensar em simultaneidade, em coisas que a gente possa fazer ao mesmo tempo e em várias cidades do mundo, nós mulheres, nós pessoas em processo de aquilombamento. **SILVIA BAPTISTA (CPMZO)**

Este processo de aquilombamento, descrito pela ativista, mostra-se como uma estratégia ancestral que fortalece as ações comunitária no território, tornando a simultaneidade das estratégias de lutas o maior desafio destas mulheres. É um assunto que as ativistas trazem em todos os debates, com diferentes abordagens, mantendo a busca por compartilhamento de estratégias e pelo caminhar reivindicatório em concerto com as mulheres que reivindicam direitos de outras localidades.

Para tanto, e buscando afirmar uma tática de otimismo realista para o desenvolvimento das estratégias de luta das ativistas, Silvia mostra que é preciso manter a esperança na construção de um futuro melhor, a depender do posicionamento dos trabalhadores e oprimidos. Neste percurso, ela também se inclui na construção de argumentos que se locomovam entre a macropolítica e a dimensão mais molecular da política, que envolve o desejo individual.

Inclusive, no sentido de não se submeter a determinados tratamentos de saúde, trocando-os por percursos terapêuticos que se constituem na luta, como um caminho alternativo para sustentar a sua condição de saúde, como relata a seguir:

> Eu já estou terminando e vou encerrar com a pergunta de Ketlin. Tem esperança? Tem. Tem esperança: Não. A resposta não depende de mim. Depende do devir, depende das massas dos trabalhadores e oprimidos desse mundo afora, depende dessa escala de internacionalização da luta. Depende disso e depende do meu desejo. Eu sou uma mulher que acorda pra luta. **Eu não preciso de nenhum ansiolítico, pois é a luta que me sustenta.**
> Mas essa esperança, do verbo esperançar, ela é um trabalho. Ela é um cotidiano. E aí mesmo rompendo esse minutinho... eu queria trazer uma preta, que daqui a pouco você já vão saber o nome. **Ela mandou uma mensagem de ânimo, antes da pandemia.**
>
> “Tempo de nos aquilombar”.
> É tempo de caminhar em fingido silêncio,
> e buscar o momento certo do grito,
> aparentar fechar um olho evitando o cisco
> e abrir escancaradamente o outro.
> É tempo de fazer os ouvidos moucos
> para os vazios lero-leros,
> e cuidar dos passos assuntando as vias.
> É tempo de ninguém se soltar de ninguém,

> mas olhar fundo na palma aberta
> a alma de quem lhe oferece o gesto.
> O laçar de mãos não pode ser algema
> e sim acertada tática, necessário esquema.
> É tempo de formar novos quilombos,
> em qualquer lugar que estejamos,
> e que venham os dias futuros, salve 2020,
> a mística quilombola persiste afirmando: “a liberdade é uma luta constante”.
> A preta Conceição Evaristo. E eu me calo diante da sabedoria.
> **SILVIA BAPTISTA (CPMZO)**

Seguindo o intuito otimista da ação das mulheres e do exercício do trabalho de esperançar, Silvia termina seu raciocínio com um poema, forma recorrente deste grupo de ativistas colocar seus sentimentos e compartilhar saberes sobre como enfrentar as situações da vida. O poema de Conceição Evaristo segue o encadeamento da narrativa anterior pautada por Silvia e complementa as especificidades das atividades sobre ser tempo de aquilombar em uma luta constante por liberdade, em pleno ano 2020, antes da pandemia de COVID-19.

Esta narrativa aparece também como uma reflexão da construção de identidade das mulheres da Rede de Solidariedade da Zona Oeste, que reconhecem seus valores territoriais, fortalecendo a história, a cultura e o meio ambiente da região. Suas estratégias de organização política se constituem no espaço social visando compor o espaço público de reivindicação de direitos humanos, em que a solidariedade é um valor ético político em que se valoriza a vida humana e se reflete em ações também de cuidado. Por isso, Silvia relata o processo de construção de defesas e conhecimentos por meio desta estratégia:

> Eu queria para terminar, convidar vocês também curtir a página Rede de Solidariedade do Zona Oeste, que é também uma estratégia de aquilombamento e de defesa. **Estamos aprendendo e estamos querendo aprender com outras comunidades, como a gente cria autogestão, autonomia na defesa da saúde das nossas companheiras, crias e famílias, é um processo longo de formação. Estamos nos apropriando e reapropriando e socializando o acesso às práticas integrativas complementares à saúde.** Somos herdeiras, somos madeiras, somos atentas àquilo que essa energia feminina nos conduz. Estamos ligadas a todo o processo de construção do conhecimento que possa favorecer nossas comunidades. Fico aqui disponível para as respostas das questões. **SILVIA BAPTISTA (CPMZO).**

A ativista, ao utilizar o vocabulário de integração com a saúde coletiva, complementa a compreensão do uso das ações de saúde que relata, desenvolvendo afinidades com o campo de práticas de integralidade à saúde, relacionados à defesa da saúde das comunidades, garantia de acesso à saúde e acesso a praticas integrativas e complementares à saúde.

Colaborando com esta perspectiva, outra ativista, que integrou o ciclo de debates e é parte desta teia da Zona Oeste, mostra a relevância da sabedoria das mulheres da região nesta construção pautada na solidariedade. Esta segunda parte da experiência é elencada aqui como *“Teia da solidariedade da Zona Oeste na Pandemia: a gente quer a sabedoria das mulheres”* relatada por SANEY SOUZA (Coletiva *AS CABOCLAS*).

Parte 2 - *“Teia da solidariedade da Zona Oeste na Pandemia: a gente quer a sabedoria das mulheres”*

- *Observações vídeo 3*

Neste vídeo, o debate ocorre em relação à questão do Cuidado Coletivo e Ancestralidades nas práticas de (re)existência. O que mais chama a atenção é a “costura” que as mulheres fazem sobre suas vivências. Nesta trama, verbalizam o sentido para suas ações em defesa da vida e de seus territórios. A articulação destas ativistas também se faz em meio à discussão de ideias do ciclo de debates, reafirmando principalmente as ações em prol do cuidado coletivo como eixo central de suas atuações. No diálogo, a ancestralidade ainda é apontada como marca constituinte das vivências do território, da comunidade e delas mesmas como guia deste cuidado coletivo.

Este tópico ainda afirma o cuidado coletivo como uma percepção subjetiva que exige aproximações complexas e amistosas entre sujeitos no território. Uma das ativistas relata que: “cuidado coletivo é entender que as artes são algo que pulsam a todas e a todos.”, e que autocuidado é elaborado “a partir do carinho a mim, mas que implica um carinho dirigido à coletividade e ao território.”

Saney Souza, da Coletiva *As caboclas,* fala da escrita como um autocuidado e, para tanto, relaciona a escritora Carolina Maria de Jesus e seus textos sobre o enfrentamento da pobreza e do racismo. Neste sentido, estabelece o acesso à memória como uma ação de cuidado coletivo. Questão que colabora com a ideia de que as mulheres são aglutinadoras e transmissoras de conhecimento ancestral do território ao longo da vida.

Na pandemia, a estratégia de escrita e transmissão de conhecimento e reflexão, ganha ainda mais diálogo com a exacerbação do uso das redes sociais. Como é o caso do *WhatsApp*, rede social que funciona de maneira “gratuita” em celulares e computadores, possibilitando a troca de mensagens entre seus inscritos por diversos formatos.

Deste modo, as mulheres podem relatar suas experiências de maneira escrita ou por transmissão de áudios, vídeos e imagens, garantindo que as informações e narrativas sejam entregues e recebidas com maior visibilidade e alcance a diferentes comunidades que vivem dilemas parecidos. Portanto, além da escrita, é possível relatar a experiência vivida ou saberes acumulados levando em consideração a oralidade, com a gravação de áudios, o que também amplia o alcance de suas narrativas e atravessa essa estratégia de memória e escrita como cuidado. Como Saney descreve:

> “Então eu acho que é isso, da gente se permitir a escrever e não deixar se perder. E aquelas que ainda têm dificuldades na leitura, manda áudio, a gente tá criando um grupo, onde a gente se ouve através de áudio, para aquelas que têm dificuldade para escrever, falar como é que foi o dia através de um áudio de *WhatsApp*. Grava ali como é que foi, né? Enquanto esse processo da escrita tá chegando aos poucos.” SANEY SOUZA (Coletiva *AS CABOCLAS*)

Esta percepção sobre a construção de diálogos que levem em consideração os contextos e desigualdades dos interlocutores assinala elementos que cooperam com o desenvolvimento dos territórios e intensificam ações sobre a questão da pandemia e do cuidado, como se vê a seguir:

> A gente quer a sabedoria das mulheres. O que a gente tá falando aqui é nosso e queremos nossa sociedade cada vez mais como os nossos territórios. **Já são territórios matriarcado.** A companheira Analu perguntou qual é o papel das mulheres na **questão da pandemia e do cuidado**. A gente já cuida, né? A gente já cuida. A dona Isabel tem uma frase que para gente, pelo menos para mim, eu nunca mais vou me esquecer. Quando ela fala:” A comunidade é o quintal da minha casa”.
> Ela falou isso há um tempo atrás e a gente tava fazendo umas filmagens no quintal dela. E a gente entende a comunidade como a nossa casa. É muito difícil, você morando na periferia, ver uma mulher levar o seu filho para a escola sozinha e voltar com o filho sozinha. Eu duvido de ver.
> A mulher que leva o filho para escola, ela vai com 2, 3 ,4; e quando vai buscar ela já sinaliza que tá indo buscar e já arrasta todo mundo.
> Isso aí é a nossa vida, sabe? A gente não tem o muro, a cerca. “Ah, eu não vou lá não”. A gente vai sim. A gente é uma coisa só.
> Na verdade, na pandemia, o que a gente fez foi gritar, a gente teve que gritar, várias gritaram. E a gente se juntou. A gente tem uma página no Facebook mais para o nosso território, “Teia da solidariedade da Zona Oeste”, que a gente pode ver um pouco de dimensão política que tá tendo ainda, e a proporção que tá tomando. Vocês aguardem os próximos capítulos. Mas tudo partindo de territórios que já têm mulheres auto-organizadas e fazendo muita coisa.

> Eu acho importante colocar que nossa coletiva não é um lugar que a gente fica se dando bem. É debate, é a gente trazer nossas questões, é um momento de escuta, de acolhida. E é possível. então nessa **questão da quarentena**, a gente viu quem era mais vulnerável ainda mais vulnerável, a questão do auxílio emergencial que demorou - tem gente que ainda vai receber agora a primeira parcela -. A gente tem muitas famílias que ficaram impedidas realmente de fazer qualquer coisa para que tenha **comida dentro de casa**. Então esse nosso grito, que foi um **grito coletivo**, ele permitiu que os alimentos chegassem até essas pessoas, **nas articulações** e a gente já tem dentro da Zona Oeste, **que a gente já vem fazendo e dialogando há muito tempo**. **SANEY SOUZA (Coletiva *AS CABOCLAS*)**

Entendem-se tais construções como elementos que contribuem para a ação de pensar coletivamente um plano para a sociedade:

> Então as mulheres desse território que a gente viu e tá vendo ainda e o tempo todo. Eu tenho muito que agradecer, pois elas têm muita paciência comigo, carinho comigo enorme. E eu tenho muito que agradecer de elas ficarem com a gente nesse momento, sabe? Se fosse uma articulação maior, eu não sei como seria. A importância que tem de a gente tá no território com organização articulada e de não ficar só no miúdo, porque é fácil de massacrar. E foi nessa articulação que surgiu a teia da solidariedade no meio do furacão, e as propostas saindo a partir da gente. "Vamos juntar, vamos escrever, vamos mandar, vamos pressionar". A gente vê que não tem outro modelo de sociedade que não seja esse. Esse é o mundo que a gente acredita, que a gente **pensa coletivamente** em trazer isso, e as possibilidades de a **comida chegar**; da gente tá apoiando as famílias que ainda estavam com dificuldades de preencher o cadastro do auxílio emergencial; muitas como têm dificuldade na leitura – eles fazem para não conseguir, fazem de propósito e nesse formato para não conseguir -, vai ser difícil cada vez mais. Sempre foi difícil.
> Então a gente pode contribuir com muitas companheiras nesse sentido. Com muitas famílias, na verdade. Em nenhum momento, você vê nos órgãos públicos que têm aí na sociedade e no governo, a gente nunca foi incentivada em nenhum lugar que a gente presente manter atualizado o cadastro único, ao não ser o CRAS, que é o trabalho que eles fazem. Fora os CRAS que você vai lá acessar, você não vê campanha falando que você tem que ter CADúnico, você não vê o tempo todo que você precisa ir lá atualizar seus dados. Então as pessoas vieram perguntar o que era isso, **o que era o cadastro**. "Ah, Saney, perdi a data. E agora, o que a gente faz?"
> Então assim, a gente vê que a organização pode **fortalecer a comunidade nesses pequenos detalhes.** E a gente conseguiu ainda agendar documentação de muita gente que tava sem documento. Eu sempre falo que as respostas já estão aí. **A gente já tem plano para a sociedade**, como **Almeida** falou esses dias na Roda Viva: "A gente já tem tudo pronto. O que falta é a gente ter espaço pra gente apresentar". E é isso que a gente quer. A gente tá brigando por isso. Eu acho que a luta antirracista agora tá com muito mais força, e agradecemos por isso. **SANEY SOUZA (COLETIVA AS CABOCLAS)**

Tais ações compreendem também uma identidade territorial em que os territórios pretos são protagonistas em agregar conhecimento sobre aquilombar para reivindicar direitos nas comunidades:

> Mas os mínimos detalhes a gente precisa garantir, sabe? O que significa isso? **Nossos territórios são territórios pretos.** A Zona Oeste é um

> quilombo com inúmeros outros quilombos dentro. São lugares de territórios que mulheres negras estão com enfrentamento cotidiano, as periferias e favelas têm mulheres que estão à frente de toda a organização que você possa imaginar lá dentro.
> Por isso que eu falo que a gente tem que acreditar que a gente vai derrubar esse modelo de mundo, e está vindo uma outra coisa já; a gente já tá fazendo. Porque eu acho que não vem de outro lugar, sabe, Aline? Não vem de outro lugar, vem de nós. A gente já fazendo e **é reconhecer e potencializar isso**, sabe? A mudança não vai vir por um tipo de governo, que vai vir olhar para esse lugar de forma diferente. **A mudança vem, a partir do que a gente tá fazendo agora nessa pandemia, o quanto de coisas que a gente revolucionou, rompeu barreiras com todo cuidado que a gente precisa ter.** Mas o tanto de coisa que a gente conseguiu atingir, o tanto de família que a gente **conseguiu atingir na pandemia,** que o governo jamais chegou e até hoje não chegou. Acho que ele gosta de controlar isso. **SANEY SOUZA (Coletiva *AS CABOCLAS*)**

Neste sentido, percebemos que, a experiência descrita dialoga com os verbetes apresentados pelas ativistas do ciclo de debates no anexo 2: “autocuidado”, “festividade”, “mega projetos”, “mulheres territórios de luta”, “nós somos esse ser político”, “cuidado coletivo”, “praticas ancestrais” e “território ancestral”.

Com isto, vemos uma síntese das principais contribuições da experiência para a temática do estudo apresentada no Quadro 8, ao relacionar a dimensão molecular das ações de reivindicação do direito ao cuidado das mulheres com as experiências relatadas.

Para tanto, no que se refere à construção de espaços públicos, que envolvem a vivência e a reflexão crítica das mulheres, destaca-se, na fala de Silvia, a urgência organizativa, de reinventar as rodas de conversas destas mulheres. Elas, com isso, afirmam que, quando chegou a pandemia, sua teia de articulações já estava pronta, o que podemos aproximar de uma atuação organizativa destas ativistas no espaço social. A partir desta vivência na pandemia, elas refletem que “Não existe aquilobamento sem estratégias autônomas de saúde. Vamos enfrentar o Estado?”

A construção dessa estratégia reflete o intuito de levar, sua atuação do espaço social para o espaço público com uma performance de aquilombar o território. Esta se aproxima da construção teórica recorrida por Butler para colocar a atuação permanente em ação, quando aborda a questão referente dos corpos em permanente assembleia.

A estratégia apresentada por Silva ainda traz outro ponto de vista desta dimensão, que valoriza os espaços colaborativos do processo saúde-doença-

cuidado, apontando o cochicho e a fofoca como uma tecnologia social de troca de experiência importante na democracia para a construção de ações que reivindiquem direitos. Entende que a construção oral das inovações das ativistas, em seus territórios, perpassa a transmissão da informação**,** “então a gente constrói um cochicho e transmite “mídia ativas”, transmite pelas redes o necessário, o estratégico e o prático.”

Colaborando com o aprofundamento do olhar para tal dimensão a fala de Saney no debate abre exemplos de experiências da construção de espaços públicos sobre os problemas de saúde individuais e das coletividades, que afetam inclusive a organização social do cuidado, durante, não apenas a pandemia, e ajudam na percepção do alargamento das fronteiras entre o que é público, o que é privado e o social, contribuindo para a teoria de Arendt sobre o alargamento do espaço social a outras fronteiras.

Saney afirma que:

> “A gente já cuida, né? A gente já cuida. A dona Isabel tem uma frase que para gente, pelo menos para mim, eu nunca mais vou me esquecer. Quando ela fala:” A comunidade é o quintal da minha casa”. (...)E a gente entende a comunidade como a nossa casa. É muito difícil, você morando na periferia, ver uma mulher levar o seu filho para a escola sozinha e voltar com o filho sozinha. Eu duvido de ver. A mulher que leva o filho para escola, ela vai com 2, 3 ,4; E quando vai buscar ela já sinaliza que tá indo buscar e já arrasta todo mundo. Isso aí é a nossa vida, sabe? A gente não tem o muro, a cerca. “Ah, eu não vou lá não”. A gente vai sim. A gente é uma coisa só. Na verdade, na pandemia, o que a gente fez foi gritar, a gente teve que gritar, várias gritaram. **SANEY SOUZA (COLETIVA AS CABOCLAS)**

Pode-se aproximar tal experiência identificada como aspectos de uma estratégia de desfamiliarização do cuidado, que o torna mais comunitário, sendo esta uma consequência de diálogos políticos da dinâmica molecular da vida do território, em que a possibilidade de trocas de experiências entre essas mulheres pode ocorrer por meio de atividades que valorizem o processo saúde-doença-cuidado como “a gente se permitir a escrever e não deixar se perder”, acreditando no potencial produtivo da construção da narrativa crítica sobre a realidade e seus dilemas, como uma forma de aliviar as questões vividas e somar na superação de problemas de outras pessoas.

Este processo também atribui potência à inovação social tecnológica que mídias sociais, como o *Whatsapp,* expressam na comunicação das ativistas:

> E aquelas que ainda têm dificuldades na leitura, manda áudio, a gente tá criando um grupo, onde a gente se ouve através de áudio, para aquelas que têm dificuldade para escrever, falar como é que foi o dia através de um áudio

> de WhatsApp. Grava ali como é que foi, né. Enquanto esse processo da escrita tá chegando aos poucos.” **SANEY SOUZA (Coletiva *AS CABOCLAS*)**

Nesta perspectiva, esta ferramenta possibilita que um contato diário seja realizado entre as mulheres da comunidade, o que, no momento de isolamento social por consequência da pandemia, contribui para a permanência e fortalecimentos de vínculos sociais.

Quadro 8: Síntese da experiência da Teia de Solidariedade da Zona Oeste do Rio de Janeiro na Pandemia. Relacionada à dimensão molecular em seus dois pontos de análise.

OBJETO TESE	MOLECULAR (Como os atores refletem/ vivenciam/reproduzem/criam suas práticas de cuidado de si e do mundo) DIREITO AO CUIDADO	
Ações / Performances de reivindicação do direito ao cuidado das mulheres nos processos de participação social e redes de cuidado que colaboram com a integralidade da saúde em meio â pandemia da COVID- 19.	Construção de espaços públicos de diálogos políticos que envolvam a vivência e a reflexão crítica, socialmente comprometida, das mulheres, sobre os problemas de saúde individuais e das coletividades nos aspectos epidemiológicos, culturais e socioeconômicos de seus territórios.	Valorização de espaços colaborativos e democráticos que troquem experiências sobre o processo saúde-doença-cuidado, propiciando a construção de ações que reivindiquem direitos.
Experiências selecionadas **TEIA DA SOLIDARIEDADE DA ZONA OESTE DO RIO DE JANEIRO NA PANDEMIA**	1 ° Ponto de análise na dimensão molecular	2° Ponto de análise na dimensão molecular
SILVIA BAPTISTA (CPMZO)	Então, eu decidi começar com essa pergunta da Aline, porque a gente tá nesse momento precioso, conversando sobre integralidade em saúde e ativando nossa memória e nossa criatividade. Eu acredito veementemente que a própria **existência da rede da zona Oeste é uma resposta ancestral,** à pressa que estava acometida em 2019. Mesmo sem saber, a gente estava **com urgência organizativa**, de reinventar nossas rodas. E no **ano de pandemia**, **nossa teia, basicamente, estava pronta**. **Daí a gente está nesse momento de vivenciar esse recurso ancestral**	E aqui eu estou com um desses prêmios de autocuidado. Que é simplesmente uma sinergia feito pela Dani, que é uma companheira de mulher da Pedra, que traz um toque, nos fornecendo escalda-pés. Quero lembrar das mulheres que estão mexendo as ervas. Eu sei que na Guatemala, no Maranhão...as mulheres estão mexendo seus caldeirões. E quero deixar essa expressão **“mexendo seus caldeirões**”, trazendo um pouco a origem da **fofoca e do cochicho**, de uma palavra que me lembra muito a Aline. Para mim, a origem da palavra fofoca é mexer o caldeirão. Sempre lembro da Aline quando penso nessa palavra. **É a respeito da construção**

	à nossa saúde. Não existe aquilombamento sem estratégias autônomas de saúde. Vamos enfrentar o Estado? Vamos. Estamos enfrentando o Estado, mas construindo a nossa cerca e nossas trincheiras de defesa.	**oral das nossas inovações. Então a gente constrói um cochicho e transmite "mídias ativas", transmite pelas redes o necessário, o estratégico e o prático.** Temos companheiras feministas cuidando do assunto de segurança municipal. Elas têm que se debruçar e voltar a se debruçar sobre isso. É algo muito sério. O algoritmo não é solidário, não é favorável. (...) Nós estamos fazendo isso. A Larissa tem razão. Isso aqui é uma estratégia, uma possibilidade de dar escala à luta. E sem essa múltipla escala de luta, não vai ter vitória, não vai ter transformação, não vai ter ruptura desse sistema genocida e não vai ter ruptura da necropolítica se a gente não tiver escala.
SANEY SOUZA (Coletiva *AS CABOCLAS*)	A gente quer a sabedoria das mulheres. O que a gente tá falando aqui é nosso e queremos nossa sociedade cada vez mais como os nossos territórios. Já são territórios matriarcado. A companheira Analu perguntou qual é o papel das mulheres na questão da pandemia e do cuidado. **A gente já cuida, né? A gente já cuida. A dona Isabel tem uma frase que para gente, pelo menos para mim, eu nunca mais vou me esquecer. Quando ela fala:" A comunidade é o quintal da minha casa".** **Ela falou isso há um tempo atrás e a gente tava fazendo umas filmagens no quintal dela. E a gente entende a comunidade como a nossa casa. É muito difícil, você morando na periferia, ver uma mulher levar o seu filho para a escola sozinha e voltar com o filho sozinha. Eu duvido de ver.** **A mulher que leva o filho para escola, ela vai com 2, 3 ,4; e quando vai buscar ela já sinaliza que tá indo buscar e já arrasta todo mundo.** **Isso aí é a nossa vida, sabe? A gente não tem o muro, a cerca. "Ah, eu não vou lá não". A gente vai sim. A gente é uma coisa só.** **Na verdade, na pandemia, o que a gente fez foi gritar, a gente teve que gritar, várias gritaram.** E a gente se juntou. A gente tem uma página no Facebook mais para o	"Então eu acho que é isso, da gente se permitir a escrever e não deixar se perder. E aquelas que ainda têm dificuldades na leitura, manda áudio, a gente tá **criando um grupo**, onde a gente se ouve através de áudio, **para aquelas que têm dificuldade para escrever, falar como é que foi o dia através de um áudio de *WhatsApp*.** Grava ali como é que foi, né? Enquanto esse processo da escrita tá chegando aos poucos."

	nosso território, “Teia da solidariedade da Zona Oeste”, que a gente pode ver um pouco de dimensão política que tá tendo ainda, e a proporção que tá tomando. Vocês aguardem os próximos capítulos. Mas tudo partindo de territórios que já têm mulheres auto-organizadas e fazendo muita coisa.	

3.4.2 Experiência selecionada 2 - Trabalho doméstico na pandemia: impressões sobre a realidade urbana no Rio de janeiro e Recife

- *Observações vídeo 2*

A temática do vídeo 2, “Trabalho Reprodutivo e a Repatriarcalização dos Corpos Territórios”, detalha questões sobre o trabalho doméstico na pandemia. Neste assunto, as ativistas Ana Santos, do *Centro de Integração na Serra da Misericórdia* e Rosimere Nery, do *Fórum de Mulheres de Pernambuco,* compartilharam narrativas desta realidade em seus territórios. Rosimere Nery se descreve como mulher negra, Educadora da FASE Pernambuco, feminista e militante do *Fórum Pernambuco da Rede de Mulheres Negras*, atuando também no complexo industrial de um grande empreendimento feito no estado de Pernambuco.

Neste encontro, as mulheres apresentam sua argumentação com base nas experiências pessoais e de seus territórios, conseguem fazer fortes associações sobre as falas umas das outras e apresentam perfil de liderança na articulação das mulheres. Aproveitam o espaço de debate para troca de informações relevantes para a atuação política nos territórios, assim como para organizar as ideias, construindo um alinhamento sobre as estratégias de atuação política entre as ativistas.

O foco principal deste debate está no impacto que os acontecimentos dos territórios têm nos corpos das mulheres, perpassando um aprofundamento sobre o trabalho doméstico, estratégias de autocuidado e cuidado coletivo. Questões que têm base em ações que garantam a reivindicação de direitos através de ferramentas que colaboram para o desenvolvimento da autonomia das mulheres.

Entre estas, basear as ações nas necessidades das mulheres dos territórios, mediando as opressões vividas para união e fortalecimento de sua ação conjunta a

partir de cuidado mútuo. A agroecologia, o reconhecimento da ancestralidade da mulher preta e da arte, neste contexto, são visibilizados como artefatos que colaboram para o fortalecimento das agendas em que haja valorização da dignidade humana das mulheres nestes territórios. Agendas que fomentam o respeito ao corpo das mulheres, tanto pelo trabalho, quanto por suas articulações políticas de cuidado umas com as outras e com sua comunidade, principalmente as ações que envolvem crianças e idosos.

Ao introduzir o diálogo sobre trabalho doméstico, Ana Santos recupera elementos da desigual divisão sexual do trabalho e associa o resultado desta desigualdade ao agravamento de violências que pioraram com o isolamento social na pandemia. Como descreve a seguir:

> O trabalho doméstico é naturalizado. Infelizmente perceber é difícil pra caramba. Ontem eu estava na *live* promovida pela articulação nacional de agroecologia, pelo GT mulheres. E a Domenica passou um vídeo da divisão sexual do trabalho. Ela passou um vídeo que foi muito bacana, rápido, colorido, didático. E eu prontamente peguei e passei para as mulheres. E eu só via aquelas carinhas assim (semblante impressionado). “Tipo, meu deus, eu faço isso tudo? Caramba, que merda, né?
> É gente, tão forte o machismo, é tão forte o patriarcado sobre os nossos corpos, que Mere colocou muito bem, que eu continuo a reafirmar isso, a gente só percebe o cansaço quando vai deitar, que está exausta. Então o trabalho doméstico ele tem sido cada vez maior. Você vê os homens na rua soltando pipa, nos bares.
> Por isso que, anteriormente, eu coloquei o assunto que quando uma mulher passa com a cerveja, ela é prontamente punida, né? Que ali não é o lugar dela. Ela não pode fazer aquilo.
> Se ela está trazendo cloro para a casa. Agora se ela dorme com a pia com louça, ´fudeu`. Então falar do trabalho doméstico, principalmente em áreas mais precarizadas, é um trabalho tão naturalizado que é um trabalho tanto de formiguinha. E ai parabenizar, que estão até presentes, da divisão justa do trabalho. E acho que é a partir desses materiais que a gente consegue tocar. Eu tive acesso a esse panfleto no instituto PACS, mas o vídeo, ele é... Então a gente já tinha falado disso, então eu não vou estender muito. Mas dizer que o mais difícil está sendo ainda para a mulher é conciliar o trabalho doméstico com o trabalho de educação infantil dos seus filhos, seja pela falta de experiência ou mesmo saber do que está sendo passado. E aí eu lembro muito minha mãe que entrava em desespero: “Mãe é isso ?” “É, filha. muito bem, taáindo muito bem”, porque ela não sabe ou ela não sabe a didática ou ela não tem mais paciência. Imagina ainda ter que esperar dessa mulher que ainda seja educadora? É uma sacanagem com os nossos corpos. Então eu acho que o que ainda agrava mais, é que a rede municipal aqui joga trabalho. Quem tem cada filho ter um celular para poder fazer? Então ela já se culpa, porque ela não tem.
> Eu estava no portão de uma vizinha e a gente estava fazendo a distribuição da máscaras, ela foi e falou: “É filha, você vai ter que ir para o seu namorado, que a mamãe é pobre e não tem internet, né?” Caraca, que culpa. Eu não posso dar para o meu filho. Então você imagina o quê que é na **pandemia**. Além de estar altamente sobrecarregada, você ainda tem que assumir essa culpa que você não pode apoiar essa criança. **ANA SANTOS (CEM)**

A ativista esclarece ainda sobre as diferentes formas de violências que estão envoltas em seu contexto e sobre como enfrentá-las, estabelecendo conexões reais com o meio ambiente, a terra que se planta, para ampliar vínculos de força entre as mulheres na pandemia:

> A violência, essa pra mim é uma violência, a fome para mim é outra violência, a falta de água potável para mim é outra violência. Acordar de manhã cedo com um helicóptero e todo mundo fechar as janelas, porque não sabe se a polícia vai entrar, é outra violência. Então a violência do Estado, ela perpassa, ela ultrapassa. Não é só o fuzil armado, mas é todas essas ausências negligenciadas e afirmadas em nossos corpos.
> O tráfico armado é outra violência. Você imagina na **pandemia** como é que não tá?
> Os donos da rua, né? Mas a gente vai resistir nessas violências.
> E aí a terra preta, né? E ai eu sinto também de novo, que a mesma terra que a gente planta, é a mesma terra que a gente enterra os nossos filhos, enterra as nossas esperanças, enterra os nossos sonhos. E por que não enterrar alimento?
> Soberania alimentar e autonomia. E é essa força quem tem força. Me falaram: " Ah, esse **vírus** que é invisível e a gente está lutando contra o invisível". Lutando contra o invisível porcaria nenhuma. A gente está lutando mais ainda com o visível. Ele é visível, ele tem nome, ele tem endereço e ele nos afeta diariamente. E quem tem a força, eu lembro Mariana Bruce, eu estava em umas das aulas do morar e plantar, e ela citou algo que para mim foi muito forte e que é não é citado por ela, mas que eu trago a memória da Bruce por ser uma querida também. "Quem está na base da pirâmide somos nós, mulheres pretas. E quando ela balança, quando ela se estremece, a gente se torna a maioria, se torna a força nesse espaço". "O povo tem a força, só precisa descobrir se eles lá não fazem nada faremos todos aqui",
> A força é nossa. A força é nossa. De nós, mulheres. E se a gente se ama, se a gente se **cuida** e se a gente se entende, a gente vira essa pirâmide e vira o jogo. "E eu só quero é ser feliz andar tranquilamente na favela onde eu nasci. É... poder me orgulhar e ter a consciência que o pobre tem seu lugar". **ANA SANTOS (CEM)**

Assim, Ana aponta a força das mulheres também na ação de se amar, se cuidar e se entender em coletivo para transformação da desigualdade social, associando estas ações a um projeto de felicidade que tenha como foco a construção de um lugar para viver com consciência social. A organização social do cuidado é colocada como elemento pulsante de transformação social já no âmago do processo de reconhecimento de cuidado e amor como trabalho não pago. (FEDERICI, 2018).

Rosimere agrega reflexões ao debate sobre a experiência, aprofundando as relações das mulheres com este tipo de trabalho durante a pandemia, principalmente no que se refere à denominação que abrange uma grande quantidade de atividades, alertando sobre a necessidade deste trabalho para a manutenção vital da sociedade:

> É eu queria começar por uma pergunta que foi feita sobre o trabalho doméstico na **pandemia.** Para mim, o trabalho doméstico na **pandemia** nem devia existir. Porque realmente é um trabalho muito grande. Agora uma coisa que eu queria colocar é que o trabalho doméstico ele tem que ser valorizado, ele faz com que essa sociedade não morra. Se não tivesse o trabalho doméstico, como é que essa sociedade estaria se desenvolvendo nesse modelo de desenvolvimento? Então assim, meu trabalho doméstico ele tem um lugar de valorização que deveria ser tratado como um trabalho. As mulheres que não conseguiram, as mulheres que fazem esse trabalho, elas deveriam ser muito bem remuneradas. Você chega no final do dia moída, lavar passar, cozinhar blá blá blá blá. E quando tu tem esse trabalho duplo de fazer na casa da patroa e chegar na tua casa e também ter que fazer isso, você imagina, né?
> Mas o que essa sociedade racista, capitalista, patriarcal faz conosco? Ela faz com que a gente acredite. Isso é a meritocracia. Que a culpa é nossa, que a gente não se esforçou o suficiente para ganhar, desenvolver outra função. E ai eu estava falando com a Ana, que eu não estou colocando que tem que se manter, mas eu quero que esse trabalho, quem resolva, que seja uma decisão das pessoas a continuar fazendo esse trabalho doméstico. E se fizer, que ele seja bem pago e que seja valorizado, que seja respeitado, e que tenha todos os direitos que os outros trabalhadores têm.
> Então para mim é um trabalho extremamente importante para a vida da sociedade. Mas tem que ser reconhecido isso como trabalho. Mesmo para as mulheres que trabalham na sua casa. Ele deve ser reconhecido e ter seus **direitos garantidos**, porque sem esse trabalho a sociedade não viveria. Eu acho que é um trabalho importante como qualquer outro. E o problema está na raiz da questão, como é que esse trabalho nasceu? Nasceu na escravização das mulheres. Mas isso é o que eu acho, né?!. **ROSIMERE NERY (FASE-PE E FMPE**)

Nesta abordagem, Rosimere critica a desvalorização do trabalho doméstico na sociedade, o que se exacerba durante a pandemia. Aprofunda a sua crítica, mostrando que os pilares econômicos, éticos, e culturais da sociedade ainda dificultam o reconhecimento do valor ético e social do trabalho doméstico, dificultando a garantia de direitos das trabalhadoras. Esta fala também pode ser associada à grande informalidade em que a maioria das mulheres que realizam diversas atividades, contidas e oriundas do trabalho doméstico, estão submetidas.

Na informalidade, o trabalho doméstico tem dificuldades de sair da esfera privada e passar para a reivindicação de direitos trabalhistas no espaço público. Contudo, o diálogo e os questionamentos das mulheres parecem fortalecer o espaço social em que refletem sobre as exacerbadas jornadas de trabalho. Buscando reconhecer e refletir sobre tais problemas, as ativistas relacionam suas ideias às experiências de seus territórios, o que permite visualizar uma interação mais profunda e permanente com trabalhos relacionados a cuidados na sociedade. Neste sentido, a ativista relata seu itinerário de vida, que contribuiu para que se constituísse como uma cuidadora:

> Eu quero iniciar compartilhando com vocês um pouco a partir da minha experiência, do lugar que eu tenho, da minha trajetória de vida e de como foi difícil compreender esse patriarcado e como o racismo interferiu na minha vida e como que ele faz com que soframos. Nós, mulheres da periferia, mulheres negras, jovens, catadoras. Então assim, essa primeira questão que eu queria tratar com vocês é como a gente compreende nossos corpos como corpos nossos e do nosso território. E como é que essa burguesia vem colocando uma política conservadora que impõe para nós como devemos nos comportar e como devemos nos movimentar. Então eles colocam como é que a gente deve ser, dita as regras e nós, mulheres, especialmente, temos que estar sendo controlada. E isso é um processo que eu acho muito duro. Na minha vida, sou filha de oleiro e uma lavadeira. E pra mim isso foi difícil reconhecer o que era tá sofrendo racismo e o que era tá sofrendo o patriarcado na minha vida.
> Porque os homens da minha família podiam mandar em nós, mulheres. Então assim, foi nessa construção que o caminhar da minha vida e trabalhar como educadora popular, inicialmente com homens e mulheres, depois só com mulheres, e volto a trabalhar com mulheres e homens, como isso foi se constituindo internamente. De poder compreender e fazer escuta das mulheres da periferia, as mulheres pescadoras e jovens, de como o racismo, de como o patriarcado nos indigna. E aí a gente começa a perceber que a divisão do trabalho entre sexos está na origem na sustentação das desigualdades entre homens e mulheres.
> Então é ela que permite que várias violências sejam cometidas. E o pior, é fazer que nós mulheres nos sintamos culpadas por tá sofrendo essa violência, porque foi algo que nós fizemos. Nós fizemos na relação que esse homem fosse violento conosco. Isso que eu acho que é o mais grave: de fazer nós, mulheres, sendo culpadas de uma relação, que historicamente foi dito para a gente que nós devemos ser submissas ao homem. E essa submissão estar colocada na sociedade. Do mesmo jeito que o racismo foi colocado na estrutura da sociedade. Mesmo nós, mulheres, serem a maioria da população, e nós mulheres negras, especialmente, estamos em todos os lugares, porém não somos bem vistas em muitos desses ambientes. **Somos as mais estudadas, mas não estamos nos cargos de liderança**. Por que isso? Isso eu sempre coloco nas minhas reflexões com as mulheres, quando eu vou fazer reunião e atividades com elas. **Porque eu sempre parto do princípio da experiência que cada mulher está vivenciando na sua vida, para trazer para a questão mais regional, mais nacional e depois internacional.** Porque, nós, mulheres, fomos obrigadas e acostumadas para o papel de **cuidadoras.** Muitas vezes achamos que **cuidar** de nós mesmo é egoísmo. Mas eu acho importante lembrar uma frase de Audre Lorde que diz que o **autocuidado** é revolucionário, especialmente para nós, mulheres negras. Eu acho que essa questão, de nós, mulheres negras, de pensar esse autocuidado como um elemento importante em nossas vidas, de dar um tempo, de sentar, de ouvir uma boa música, de poder fazer a unha, de poder pintar o nosso cabelo, de poder fazer o que quiser com nossos corpos, porque é o nosso direito. **ROSIMERE NERY (FASE-PE E FMPE**)

Ao trazer elementos da constituição da sua experiência de vida, Rosimere assimila a análise crítica a partir de sua vivência para compreender a si mesma no mundo. Relata sua situação de vulnerabilidade e submissão a processos que contribuem para as mulheres assimilarem o papel de cuidadoras, e culpadas quando deixam a desejar à sociedade neste quesito.

Destaco também em sua fala o que esta reflete sobre a invisibilização e discriminação das mulheres negras. Questão muito relevante para a elaboração desta pesquisa e desafio para todos os pesquisadores na elaboração de mais estudos que deem visibilidade e voz à produção de vida e potência das mulheres. Esta descolonização do pensamento, tanto acadêmico quanto ativista, aproxima as defensoras dos direitos humanos de autoras fundamentais, como Audre Lorde, para a valorização ético-política do cuidado como atividade de fortalecimento da estratégia de reivindicação de direitos também no espaço público e na produção científica.

Ou seja, o cuidado, no centro do discurso político das ativistas, é benéfico para a realização de movimentos transformadores, movimentos que deslocam as desigualdades de classe social, raça e de gênero da estrutura clássica da organização social brasileira do cuidado. Por outro lado, ainda reflete a integralidade das ações do cuidado em suas diferentes dimensões.

A atuação das mulheres negras neste processo de trabalho durante a pandemia ainda agrega que:

> Isso é uma questão séria, que esse desenvolvimento, tão chamados... Quando chegou aqui em Pernambuco, especialmente em 2011/2012, ia mudar Pernambuco, mas virou um canteiro de obra próximo das mulheres, trouxe muito sofrimento e dor. Outra coisa que eu queria contar também, que mesmo as mulheres negras, que foram fundamentais na fundação desse país, e ainda hoje são, são muito inviabilizadas pelo machismo e pelo racismo. Porém, ocorre uma ampliação na participação das mulheres no mercado de trabalho remunerado, mas no contexto de precarização desse trabalho.
> Essa divisão sexual do trabalho são princípios organizadores, onde tem trabalho de homem e trabalho de mulheres e hierarquização, no qual o trabalho de homens vale mais do que o trabalho de mulheres. E o trabalho de mulheres negras vale menos do que o trabalho de mulheres brancas.
> Essa relação de trabalho está na estrutura da sociedade. A gente discute bastante que o racismo é estrutural e a gente precisa modificar a estrutura do país, precisamos que as pessoas se envolvam na participação do fim ao racismo, para que a gente possa de fato alterar o modelo de desenvolvimento do país, porque ele não é só capital. O racismo está emprenhado na relação de trabalho que existe aqui. **ROSIMERE NERY (FASE-PE E FMPE)**

O caso do menino Miguel e de Cleonice retrata a exacerbação da crise de cuidados na pandemia que envolvem a condição do trabalho doméstico de mulheres negras no país. Nestes casos exemplares, as ativistas se veem e explicam por que as mulheres negras têm sido a população mais afetada pela pandemia:

> E eu queria lembrar um caso e um exemplo direto, dos quase 400 anos de escravização. O Miguel, que recentemente, na terça-feira passada, que fez 8 dias ontem, caiu do prédio. Mas por que ele caiu do prédio? Tem várias questões que estão envolvidas: A primeira é que não se deixa uma criança de 5 anos sozinha em um elevador. Isso aí foi um... muito menos apertar para o último andar. Mas uma outra questão que está bem relacionada também à escravização é: por que Mirtes estava trabalhando? Ela não deveria estar, pois o trabalho doméstico, no Estado de Pernambuco, não foi considerado um trabalho essencial. Mas ela teve que ir. A gente tá com as escolas fechadas, e por isso ela tem que levar o filho. Então existe uma relação muito forte de como a gente ainda tem vivido essa escravização de outro jeito. Onde tá a maioria da população negra do Brasil, está exatamente nas favelas, nos morros e onde a infraestrutura é menor. A gente tem no nosso país, um caso muito importante, de 7 milhões de trabalhadoras domésticas, o maior grupo do mundo, e maioria são afrodescendentes, de baixa renda e baixa escolaridade. Por quê? Por que essas mulheres não foram capazes de conseguir outro trabalho? Não que trabalho doméstico não seja um trabalho digno, muito pelo contrário, é muito digno. Não é uma questão de dignidade, é uma questão de valorização desse trabalho. Então não é uma opção da população negra não estudar, a ela foi negado esse direito. E eu fico pensando, que agora na **quarentena**, o pessoal que tá falando, as desigualdades aumentaram. Não, as desigualdades sempre estiveram aí. Ela ficou mais explícita. Teve pouca consideração, **cuidado e respeito** pela vida das pessoas. Por que as pessoas pobres e negras? Porque antes, a gente via que a **pandemia e a COVID 19** estavam pegando mais as pessoas da classe rica. Mas um exemplo muito enegrecido disso, a primeira pessoa oficial a morrer de **coronavírus**, foi a Cleonice Gonçalves. E ela contraiu **o vírus** de quem? Dos patrões. Por quê? Porque ela estava trabalhando.
> Outra questão importante é que uma pesquisa realizada pelo Instituto Locomotiva mostrou que 39% dos patrões dispensaram as diaristas sem pagamento. Agora tu imaginas: você tá trabalhando, não pode mais trabalhar por causa da **pandemia**. E você não vai receber, porque seu patrão não vai lhe pagar porque você não vai. Mas você não vai porque não quer, você não vai porque tem **uma pandemia**. E essas mulheres iam viver de quê? Então o que a gente coloca sempre é que **as mulheres negras tem sido a população mais afetada pela pandemia, porque além de ficar de sem recurso, elas estão cuidando da família, da casa, dos doentes, que é uma tarefa que nos deram como presente. E além de tudo está correndo atrás de sustento. ROSIMERE NERY (FASE-PE E FMPE)**

Rosimere aprofunda sua reflexão crítica sobre as desigualdades de raça, classe e gênero salientando que são as mulheres que assumem as ações solidárias e ajudam as comunidades, organizando a luta no presente para ver um futuro de uma sociedade mais igualitária:

> E pelo o que temos desenvolvido na FASE, ações solidárias, a gente percebe que muitas mulheres assume e ajuda as comunidades. Então assim, para resistir viva essa **pandemia**, através de campanhas, doações distribuição de alimentos e produtos de higiene. Então toda essa realidade fica em grande parte inviabilizada e passa despercebida, pois a violência está normalizada, ela é estrutural e cultural, e influencia o comportamento da sociedade. E assim, o que eu chamo para o debate, é que a **gente precisa lutar contra as desigualdades de raça, do patriarcado e de classe, porque só assim a gente vai poder viver numa sociedade que seja mais igualitária. ROSIMERE NERY (FASE-PE E FMPE)**

No contexto de crises, a crise ambiental já tensionava a qualidade de vida das mulheres antes da pandemia. Nessa tensão, as mulheres articulavam ações para reivindicação de direitos. No debate, as ativistas evidenciam que a vida das mulheres em alguns territórios já estava tensionada por outras crises e a resposta comunitária, a partir da auto-organização destas se deu de modo à pandemia ser “apenas” mais uma crise, possibilitando reestruturar a resposta destas às crises pré-existentes, permitindo ainda diálogos para que outros movimentos sociais pudessem caminhar junto com as mulheres em seus territórios, como no caso das pescadoras:

> Eu vou iniciar pela primeira pergunta da Letícia. Sobre a questão de quanto é o impacto do óleo na vida das mulheres. A respeito do derramamento do petróleo aqui nessa na região de Pernambuco, trouxe impactos devastadores. No ponto de vista que as mulheres não conseguiam vender seus produtos e o auxílio que foi dado pelo Governo Federal não atendeu a todos pescadores e pescadoras. Uma das exigências colocadas nessa questão, era ter a carteira de pesca emitida pelo Ministério da Pesca. E é ministério que já acabou e nem existe mais. Mas antes dele acabar, esse Ministério, desde 2012, já não estava mais emitindo. E eles não aceitaram a comprovação das colônias e associação de pescadores artesanais como comprovação. Então foi feito uma relação a partir do que o governo federal tinha e simplesmente desconhecendo e não considerando o que se tinha nas colônias e nas associações. Por outro lado, o Governo do Estado criou uma comissão e funcionava dentro da secretaria de agricultura, e começou a fazer um levantamento dessa situação. Foi formado vários grupos de estudo. Mas antes de fato ter alguma resolução, chegou **a pandemia**. Então as pescadoras, as mulheres, não tinha conseguido sair dessa crise.
> E isso, quando a gente faz reunião, inclusive teve uma reunião com elas na semana passada, e elas começaram a levantar a pauta do derramamento de petróleo. Porque continua com muitos mangues infectados em várias comunidades. E as mulheres trabalham muito na areia e trabalha nos mangues. E esses mangues estavam com óleo e com petróleo. Então isso é uma questão que fragilizou muito as mulheres do ponto de vista financeiro, do ponto de vista da saúde, porque a gente tem alguns casos de mulheres que já apresentam alguns problemas. E nós consideramos que é um problema adquirido pelo derramamento de petróleo na praia e no mar.
> E as pessoas começaram a comprar o pescado das mulheres agora, e aí vem **pandemia**. Aí novamente a situação dos pescadores artesanais é uma situação de muita dificuldade. Inclusive, porque se não vender dos seus produtos, elas não têm como sobreviver. Isso tem sido uma situação bem difícil, que a gente tem tentado discutir junto com a CPP, que é o **conselho de pescadores artesanais,** para ver como é que a **gente pode caminhar junto com as mulheres pescadoras em Pernambuco. ROSIMERE NERY (FASE-PE E FMPE)**

Em meio às diversas crises apresentadas, o cuidado de si e do outro aparecem também no questionamento a estas ativistas sobre quem cuida de quem cuida. Rosimere elucida o que ocorreu nesta relação na pandemia:

> A outra questão colocada é de quem **cuida de quem cuida**. Eu acho que a gente vem carregando uma culpa de que nós, mulheres, não temos que ter esse tempo. A gente acha estranho quando uma mulher deixa de lavar o prato para sentar e ficar relaxando um pouquinho, porque a nossa educação

> é uma educação com sinônimo de que não podemos parar e a gente tem sempre que estar trabalhando. É uma dificuldade muito grande que nós mulheres temos, de fazer essa parada e ficar lá só deitada, deitada. Um direito que os homens fazem, que chegam do trabalho, sentam e deixam as mulheres fazendo o serviço.
> A gente não foi ensinada a fazer isso. E tem uma questão que o movimento de mulheres tem feito, que é fazer atividades de **autocuidado** conosco, né. E isso tem sido muito bacana. Mesmo agora na **pandemia** está tendo algumas atividades de **autocuidado**. E mesmo quando a gente faz algumas reuniões, que a gente pode conversar e dizer que está sentindo. É fundamental a gente poder tá **cuidando** da outra pessoa. E eu queria dizer que uma questão que eu acho importante, em conta ações territoriais desenvolvida na **pandemia**, **essas campanhas e ações que a gente tem participado levantamento de alimento, de material de limpeza, de máscara, de álcool gel e álcool 70 para as mulheres, crianças e entrega livre, tem sido desenvolvida e apoiado pelo movimento.**
> Então isso pra mim vai além de uma **ação de solidariedade**, pra mim é **uma ação política**, que a gente tá tentando manter vivas as pessoas. E essas pessoas são as que têm menos acesso. Então para mim a **solidariedade e a política** estão muito juntas.
> E a gente tem feito várias **articulações e pressões** junto ao governo do município, do Governo do Estado. A gente esteve junto com a Prefeitura de Recife, a qual tem um projeto para as costureiras e estavam pagando uma miséria. Então o movimento **fez denúncias da situação**, **fez audiência pública.** A gente tem feito muitas articulações e pressões para o governo Municipal, Estadual e Federal em relação a essa **pandemia** e como isso tem impactado a vida das pessoas. **ROSIMERE NERY (FASE-PE E FMPE)**

Esta visão, de solidariedade na ação política, e que as mulheres dos movimentos sociais têm resgatado também na forma de autocuidado, colaboraram para a percepção do cuidado com o outro e com a comunidade, perpassando o valor ético político de solidariedade. Neste sentido, as ações e campanhas desenvolvidas por estas ativistas, na pandemia, apresentam uma ideia de integralidade, permeando diferentes abordagens, como a distribuição de cestas básicas de apoio à pandemia, que tem, desde alimentos, até máscara, álcool em gel e produtos de limpeza.

Na situação de vulnerabilidade e de uma percepção de apoio solidário, também se identifica a insuficiência das ações apenas dos movimentos sociais para dar suporte às crises das comunidades, havendo a necessidade de que exerçam pressão sobre os entes estatais para a realização de audiências públicas como meio de visibilizar a complexa situação de crises e vulnerabilidades já existentes e que foram agravadas com a pandemia.

A partir da situação de vulnerabilidade em que as mulheres já se encontravam por conta das crises ambientais e políticas de desenvolvimento predatório, o cuidado e o autocuidado já ganhavam maior vocação de ação política no vocabulário de reivindicação de direitos destas ativistas, contribuindo para que, ao refletir sobre a

situação pandêmica, esta temática ampliasse seu escopo na descrição das atividades que se compreendem como de cuidado e autocuidado, assim como, a visibilidade de uma integralidade complexa deste termo permite estabelecer conexões intensas nas diferentes dimensões da ação política.

Para tanto, Rosimere relata como reivindicar direitos a partir de uma observação singular sobre onde se encontra o poder na sociedade moderna. Constata que este existe também no estar junto e agir coletivo das mulheres, entendimento que encontra atuação nas redes de suporte e cuidado que as mulheres organizaram no início da pandemia no Brasil:

> A outra questão: onde está o poder? Eu acho que o poder está em muitos. Ele está nas mulheres, está nas pessoas, na população negra, nas crianças, nos homens, na periferia, na favela. Mas a gente precisa fazer com que essas pessoas construam esse poder, porque o poder da sociedade, o nosso poder, é muito grande. E a gente pode mudar esse jogo. Mas para isso a gente precisa estar junto, coletivo, lutando para melhores condições de vida e para acabar com essa desigualdade.
> A minha expectativa para pós-pandemia é um momento ainda muito sem muita definição na minha cabeça. Mas eu acho que a gente vai continuar essa luta contra a desigualdade, contra o racismo, contra o patriarcado, contra o capitalismo, porque aproveitar, inclusive, que ela está mais escancarada.
> Eu não sei exatamente quais os caminhos, mas acho que um dos caminhos seria “Fora, Bolsonaro”, fora desse governo que representa tudo de ruim. E que na verdade ele nem deveria estar aí. Então, eu acho que é um pouco nesse sentido que eu coloco.
> E agradeço demais a fala de Ana, que ela dá essa força aí da periferia. Acho que tem uma coisa aí. Essa coisa da ancestralidade nossa, das mulheres negras, de se bater, de se encontrar e de se respeitar. **ROSIMERE NERY (FASE-PE e FMPE)**

Nestse sentido, a organização destas redes, para a ativista, inclui fortalecer ações entre as pessoas, no âmbito individual, com práticas de escuta, além de outras práticas e vivências solidarias que, no campo individual, fortaleçam o coletivo, como explica Rosimere:

> Tem uma questão que eu acho importante demais, que é que precisamos **fortalecer as pessoas no seu individual, da escuta, do acolher, das práticas e vivências para assim, poder fortalecer o coletivo.** Queria contar que as ações de solidariedade é a forma de garantir que essas mulheres, esses jovens negros continuem vivos. E isso, a incidência política e fazer com que os estados aguentem nós. Eles precisam aguentar esse povo preto vivendo.
> Então para mim, essa solidariedade tem que continuar existindo, independente da **pandemia**, como uma forma de resistência. Porque essa política de extermínio da juventude, eles dizem para nós que esses jovens foram assassinados por causa do envolvimento com drogas. Eles fazem as pessoas acreditarem que a culpa são deles e não dessa sociedade racista. Então essas dores e mães que pegam esses jovens, tem que ser dores de todo mundo. Convido a todos e todas a lutarem contra esse modelo de desenvolvimento. A luta é grande, mas vamos conseguir juntos e juntas a lutar contra isso. **ROSIMERE NERY (FASE-PE E FMPE)**

Ao perpassar as diferentes dimensões amplas e complexa da luta, a ativista aponta que não se pode paralisar diante dos desafios. Este pode ocorrer como o desafio da participação em uma reunião *online* durante a pandemia sem ter experiência pregressa, ou seja, desde situações cotidianas até mais complicadas:

> Eu sempre digo para os jovens com que eu trabalho há 3 anos, que o racismo, o patriarcado e capitalismo não podam nos congelar e não pode impedir que a gente lute por melhores condições.
> E por fim eu agradeço ao PACS pelo convite e a oportunidade de compartilhar essa minha experiência, que não é muita coisa, mas é o que eu construí na minha história de vida.(...) E especialmente a todas as pessoas que estão participando dessa roda. Que para mim foi um desafio, eu quero compartilhar isso. Para mim é um desafio ter feito isso. Eu não tenho essa experiência de estar está fazendo *live*. Mas eu me desafiei a compartilhar com todo mundo o que eu tenho acumulando na minha vida. Agradecida de verdade. **ROSIMERE NERY (FASE-PE e FMPE)**

Enfrentar as situações sem perder a capacidade de olhar para si, para o outro e para o mundo, por mais difícil que pareça, não pode nos paralisar. Entendendo as atribuições fundamentais que o trabalho doméstico apresenta, as ativistas compartilham conhecimentos acumulados na vida, trazendo para o debate estratégias de sobrevivência ao impacto do tipo de desenvolvimento a que seus territórios estão submetidos. Estratégias que, aparentemente, têm centralidade no fortalecimento de laços comunitários a partir de ações de cuidado.

A questão da interseccionalidade de raça, classe e gênero das mulheres negras também é tema que amplia e fortalece o pertencimento das ações destas mulheres no enfrentamento das difíceis tarefas de enfrentamento das crises aplicadas em seus corpos e territórios, havendo uma associação dessa identidade à reconstrução de vocabulário para pensar as ações.

Por exemplo, no combate ao racismo, que se estrutura também no trabalho doméstico, perpassando as desigualdades e contradições da organização social do cuidado no Brasil. Para tanto, a ancestralidade se aproxima do entendimento geral de cuidado coletivo e autocuidado, também no exercício de construção de estratégias de reivindicação de direitos a cuidados das trabalhadoras.

Deste modo, a partir do vocabulário que as ativistas do ciclo de debates apresentaram nesta experiência, sobre o trabalho doméstico, nos aproximamos de verbetes encontrados no anexo 2, como: “ancestralidade nossa”, “autocuidado e cuidado coletivo”, “autonomia física das mulheres”, “trabalho do cuidado” e “racismo”.

Com isso, enxergamos uma síntese das principais contribuições da experiência para a temática do estudo apresentada no Quadro 9. Em relação à construção de espaços públicos de diálogos políticos que envolvam a vivência e a reflexão crítica, socialmente comprometida, das mulheres, sobre os problemas de saúde, destaco a vivência em que Ana Santos fala sobre o trabalho de “formiguinha” que é abordar a temática do trabalho doméstico em áreas precarizadas, principalmente no que se refere à mulher conciliar o trabalho doméstico com o trabalho de educação infantil dos seus filhos.

Do ponto de vista da construção de diálogos políticos, a conversa no portão da vizinha, ao distribuir mascaras de proteção contra a COVID-19, para a comunidade, ressalta a intensidade da comunicação e troca de informações enquanto se fortalecem os laços comunitários na distribuição de itens prioritários para o enfrentamento da pandemia. Os debates sobre não ter internet para prosseguir com o estudo dos filhos ocorre nos portões das casas, entre o enfrentamento de diversas outras dificuldades. O portão de casa da vizinhança mostra-se como local fundamental para a ampliação dos diálogos sobre as necessidades de enfrentamento à pandemia.

No que tange à valorização dos espaços colaborativos e democráticos sobre o processo saúde-doença-cuidado, Rosimere Nery descreve a dificuldade que as mulheres têm em deixar de lado o trabalho doméstico e relaxar ou descansar. O relato interage com as questões culturais relacionadas à divisão sexual do trabalho, que ganha reflexão crítica do movimento de mulheres. As ativistas, para compensar tais sobrecargas, têm buscado, em seus espaços colaborativos, tratar desta situação realizando atividades de autocuidado entre elas, intensificadas durante a pandemia.

O espaço de encontro destas mulheres, para cuidar uma da outra e exercitar o autocuidado, expressa a possibilidade de existência por autogestão de espaços de enfrentamentos à crise e reivindicação de cuidado, que elaboram suas ações e estratégias a partir de uma base reflexiva sobre a determinação social do processo saúde-doença-cuidado.

Quadro 9: Síntese da experiência “Trabalho doméstico na pandemia: impressões sobre a realidade urbana no Rio de Janeiro e Recife. Relacionada à dimensão molecular em seus dois pontos de análise.

OBJETO TESE	MOLECULAR (Como os atores refletem/ vivenciam/reproduzem/criam suas

	práticas de cuidado de si e do mundo) DIREITO AO CUIDADO	
Ações / Performances de reivindicação do direito ao cuidado das mulheres nos processos de participação social e redes de cuidado que colaboram com a integralidade da saúde em meio à pandemia da COVID- 19.	Construção de espaços públicos de diálogos políticos que envolvam a vivência e a reflexão crítica, socialmente comprometida, das mulheres, sobre os problemas de saúde individuais e das coletividades nos aspectos epidemiológicos, culturais e socioeconômicos de seus territórios.	Valorização de espaços colaborativos e democráticos que troquem experiências sobre o processo saúde-doença-cuidado, propiciando a construção de ações que reivindiquem direitos.
Experiências selecionadas	1 ° Ponto de análise na dimensão molecular	2° Ponto de análise na dimensão molecular
Experiência II: **TRABALHO DOMÉSTICO NA PANDEMIA: IMPRESSÕES SOBRE A REALIDADE URBANA NO RIO DE JANEIRO E RECIFE, por ANA SANTOS (CEM E REDE CAU) e ROSIMERE NERY (FASE-PE E FMPE)**	Então falar do trabalho doméstico, principalmente em áreas mais precarizadas, é um trabalho tão naturalizado que é um trabalho tanto de formiguinha. (...) Então a gente já tinha falado disso, então eu não vou estender muito. Mas dizer que o mais difícil está sendo ainda para a mulher é conciliar o trabalho doméstico com o trabalho de educação infantil dos seus filhos, seja pela falta de experiência ou mesmo saber do que está sendo passado. E aí eu lembro muito minha mãe que entrava em desespero: “Mãe, é isso ?” “É, filha, ,muito bem, ta indo muito bem”, porque ela não sabe ou ela não sabe a didática ou ela não tem mais paciência. Imagina ainda ter que esperar dessa mulher que ainda seja educadora? É uma sacanagem com os nossos corpos. Então eu acho que o que ainda agrava mais, é que a rede municipal aqui joga trabalho. Quem tem cada filho ter um celular para poder fazer? Então ela já se culpa, porque ela não tem. Eu estava no portão de uma vizinha e a gente estava fazendo a distribuição da máscaras, ela foi e falou: “É filha, você vai ter que ir para o seu namorado, que a mamãe é pobre e não tem internet, né?” Caraca, que culpa. Eu não posso dar para o meu filho. Então	A outra questão colocada é de quem **cuida de quem cuida**. Eu acho que a gente vem carregando uma culpa de que nós, mulheres, não temos que ter esse tempo. A gente acha estranho quando uma mulher deixa de lavar o prato para sentar e ficar relaxando um pouquinho, porque a nossa educação é uma educação com sinônimo de que não podemos parar e a gente tem sempre que estar trabalhando. É uma dificuldade muito grande que nós mulheres temos, de fazer essa parada e ficar lá só deitada, deitada. Um direito que os homens fazem, que chegam do trabalho, sentam e deixam as mulheres fazendo o serviço. A gente não foi ensinada a fazer isso. E tem uma questão que o movimento de mulheres tem feito, que é fazer atividades de **autocuidado** conosco, né? E isso tem sido muito bacana. Mesmo agora na **pandemia** está tendo algumas atividades de **autocuidado**. E mesmo quando a gente faz algumas reuniões, que a gente pode conversar e dizer o que está sentindo. É fundamental a gente poder tá **cuidando** da outra pessoa. E eu queria dizer que uma questão que eu acho importante, em conta, ações territoriais desenvolvida na **pandemia**, essas campanhas e ações que a gente tem participado levantamento de alimento, de material de limpeza, de máscara, de álcool gel e álcool 70 para as mulheres, crianças e entrega livre, tem sido

	você imagina o quê que é na **pandemia**. Além de estar altamente sobrecarregada, você ainda tem que assumir essa culpa que você não pode apoiar essa criança. A violência, essa pra mim é uma violência, a fome para mim é outra violência, a falta de água potável para mim é outra violência. Acordar de manhã cedo com um helicóptero e todo mundo fechar as janelas, porque não sabe se a polícia vai entrar, é outra violência. Então a violência do Estado, ela perpassa, ela ultrapassa. Não é só o fuzil armado, mas é todas essas ausências negligenciadas e afirmadas em nossos corpos. O tráfico armado é outra violência. Você imagina na **pandemia** como é que não tá? **ANA SANTOS (CEM E REDE CAU)**	desenvolvida e apoiado pelo movimento. Então isso pra mim vai além de uma ação de solidariedade, pra mim é **uma ação política**, que a gente tá tentando manter vivas as pessoas. E essas pessoas são as que têm menos acesso. Então para mim a **solidariedade e a política** estão muito juntas. E a gente tem feito várias articulações e pressões junto ao governo do município, do Governo do Estado. A gente esteve junto com a Prefeitura de Recife, o qual tem um projeto para as costureiras e estavam pagando uma miséria. Então o movimento fez denúncias da situação, fez audiência pública. A gente tem feito muitas articulações e pressões para o governo Municipal, Estadual e Federal em relação a essa **pandemia** e como isso tem impactado a vida das pessoas. **ROSIMERE NERY (FASE-PE e FMPE)**

3.4.3 Experiência selecionada 3 - Espaço de reintegração da favela: o autocuidado depende de tudo que está em nosso redor. “Nós estamos moldadas para servir, para cuidar”. E quem cuida de quem cuida?

- *Observações vídeo 10*

O vídeo 10 tem como temática, “Caminhos de resistência para defesa dos corpos-territórios", questão que envolve um contexto de fortalecimento mútuo das mulheres por autocuidado e cuidado coletivo. O debate tem foco na organização das mulheres em redes que colaboram para construção de caminhos de defesa da vida, que perpassam o entendimento do autocuidado como atitude política, sendo este percebido, não só como momento de descanso, mas como ação necessária para se estar viva, viver bem e seguir lutando por melhores condições de vida.

A discussão aponta ainda que a reflexão sobre a ação política no meio das mulheres vem se exercendo em um trabalho coletivo das ativistas no plantar, colher e lidar com o dia a dia da família. Pensamento que influencia nas ações estratégicas das mulheres no enfrentamento da pandemia, principalmente por meio de organizar hortas comunitárias, restaurantes comunitários, centro de informações às comunidades e resgate da “medicina natural e ancestral”.

A alternativa elaborada pelas ativistas procura responder à importância do trabalho das mulheres na pandemia, a partir dos desafios de autocuidado que valorizem alegrias e prazeres para resistir a contextos devastadores de suas singularidades. Neste sentido, elas respondem que procuram enfrentar a pandemia desde a coletividade e a partir de relações mais solidárias, que resgatem a alegria nas lutas e na vida.

A experiência abordada neste vídeo e selecionada para análise deste estudo, é realizada por um projeto do *Verdejar*, uma organização que fortalece a rede de mulheres ativistas no seu território com outras mulheres que se articulam na cidade, a Serra da Misericórdia, localizada no Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro, exercitando forte influência no grupo de trabalho das mulheres de agroecologia do município.

O *Verdejar Socioambiental* é uma organização da sociedade civil que atua com ações de educação, preservação, recuperação e gestão ambiental no maciço da Serra da Misericórdia e comunidades de seu entorno, valorizando a cultura, saberes e vivências de seus habitantes para enfrentar o paradigma de degradação desta região. Buscam, a partir de práticas comunitárias, fomentar diálogos com a população carioca sobre agroecologia urbana, gestão ambiental comunitária e cultura para a construção de caminhos que colaborem com o desenvolvimento sustentável socioambiental da Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro.

Tendo na agroecologia a base teórica e pratica para passar conhecimento sobre soberania e segurança alimentar na favela, a atuação desta organização ocorre por meio de redes de cooperação entre movimentos e ativismos sociais, entendida como fonte de pluralidade de ideias:

> Acreditamos que somente com a união entre diferentes segmentos da sociedade, que sofrem cotidianamente as consequências da exclusão social e ambiental, sejam da cidade ou do campo, é que teremos condições de enfrentar as injustiças que se multiplicam pelos territórios populares.
> Participamos de redes que expressam a luta por justiça social e ambiental e que sejam horizontais e apartidárias, promovendo encontros de trocas de experiências, posicionamentos políticos e estratégias de atuação comuns, expondo nossas lutas para o conjunto da sociedade e pautando políticas públicas. Atuamos nas redes: Rede Carioca de Agricultura Urbana, Rede Ecológica, Rede Favela Sustentável, Rede Fito vida, Rede Favela Sustentável, Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro (AARJ) e Articulação Nacional de Agroecologia (ANA). (VERDEJAR, 2022)

Quem relata esta experiência no Vídeo 10 do ciclo de debates da campanha *Mulheres Territórios de Luta* é a ativista Marcelle Felippe. Ela inicia sua fala

lembrando que o projeto da Serra da Misericórdia é patrimônio ambiental importante localizado em área de grande especulação imobiliária:

> É um fragmento de coração verde na Zona Norte e um local de muita disputa, atingido diretamente pelos megaprojetos. Porque acontecem duas pedreiras e mineradoras nesse ambiente e que estão em atividade, e o impacto é direto nessas águas, nessas terras e ar. Então impacta diretamente na vida das mulheres, a partir das suas águas e do seu ambiente. Então, impacta não só seus corpos-territórios, mas também suas casas, além do aspecto de morte, que é um lugar de biodiversidades com diversas nascentes.
> Na Serra da Misericórdia, além do Verdejar, existem outros projetos, que na maioria deles, tem as mulheres como animadoras, realizadoras e insistentes nesse processo de comunicar, de agregar, trazer para a discussão e melhoria do seu lugar. **É a coletividade.**
> Então a *Verdejar* vem se reinventando a partir do que estão no território, território de favela. Então esse **espaço de reintegração da favela**, é esse espaço que há 23 anos vem fazendo uma horta comunitária e uma agrofloresta. Entendendo que o que nos conecta, independentemente de qualquer coisa, é a **comida**. É importante entender que ao invés de fazer muros, uma horta, uma agrofloresta, um plantio e recuperação daquela área verde é um espaço de **resistência e sensibilização** para acesso a esse direito da área verde, acesso ao direito de uma área de lazer, de uma alimentação saudável, direito também a um meio ambiente, saneamento básico e entre outros, no qual esses direitos acabam sendo violados. **MARCELLE FELIPPE (VERDEJAR)**

A permanência do *Verdejar* durante 23 anos nesta comunidade colaborou para este se tornar referência entre os movimentos sociais sobre inovações de tecnologias sociais relacionadas com educação ambiental e agroecologia. Ao atuar com a população em ações de resistência e sensibilização sobre as condições de vida no território, busca partilhar alimentos e construção de espaços comunitários de lazer na favela. Atualmente, este é fortalecido pelas redes de mulheres moradoras da região e das redes de articulação de mulheres e agroecologia do município do Rio de Janeiro.

Entres estas mulheres, está Marcelle que descreve as reinvenções de tecnologia social que tem experenciado na Serra da misericórdia:

> Então temos nos reinventando, porque temos um parque na Serra que nunca saiu do papel e acho que já teve recurso para ser implementado.
> Vemos que os interesses dos poderes são muito fortes. Então, as ações que nós fazemos é essa adaptação e pensando nessa forma de recriar, da forma criativa e da sensibilização desse território. Então a gente vai além de trabalhar a questão da agroecologia, a gente também vem desenvolvendo algumas **tecnologias de autonomia nas casas**, **como captação da água da chuva, aquecedor solar de baixo custo, bacia de evácuo aspiração**. Estamos entendendo que **a construção coletiva desse território, o território de bem viver de maior desafio que são as disputas, a violência. Como dialogar e como fazer isso?** É um processo claro e delonga um longo caminho com muitos erros, é uma tentativa constante de ir se adaptando aos novos modelos, ao crescimento urbano, a diversos fatores que fazem sempre se repensar de que forma seguir, ter uma **escuta**

> **muito ativa** de entender as necessidades e apostar nelas e tentar juntos, porém sempre com muitos desafios. Então a gente vem pensando na **comunicação popular**, de **dialogar com festivais**, de **dar visibilidade a esse patrimônio e esse ambiente**, que é a Serra da Misericórdia, a partir de teatro, cinema, streaming, podcast e diversas linguagens. Estamos tentando comunicar cada vez mais com quem tá abraçado por esse território e é residente desse território para ter esse entendimento, porque a *Verdejar* já tem 23 anos, mas antes disso a Serra da Misericórdia já existia e já tinha moradores que cuidavam das águas, daquela terra que traz suas sementes e ali faz seu modo de vida de se alimentar e de sobreviver. Então a nossa luta insistente é que o parque da Serra aconteça. **MARCELLE FELIPPE (*VERDEJAR*)**

Neste percurso de dialogar sobre a terra, o corpo e o território, Marcelle descreve “como fazer” em relação à violência no território, pautando os megaprojetos da região e a capacidade de resposta da população com olhares plurais para uma luta coletiva:

> E nesse mega projeto que fizeram o que fizeram, tivemos remoções, eram também da pedreira da Serra da Misericórdia. É muita violência nessa relação que estamos falando **de terra- corpo– território**, quando mexe com todo nosso ambiente que tá inserido, mexe também com nosso ambiente interno. E resistir e insistir com isso é uma luta constante, pois a gente retoma essa **luta coletiva**. E por ser uma **luta coletiva**, tem respeito de vários olhares e frentes de ação, então é um caminho que está se percorrendo bem devagarzinho e a gente vai ter grandes resultados. **MARCELLE FELIPPE (*VERDEJAR*)**

Diante destas ideias plurais de resistir e insistir para uma luta coletiva, a ativista ressalta a ação das mulheres no tocante às atividades de cuidar de quem cuida:

> No que se diz respeito **às mulheres e pensando em cuidar de quem cuida**, pelo *Verdejar*, eu componho a articulação de agroecologia do Rio de Janeiro, o GT Mulheres. Desde o início da **pandemia**, temos pensado, visto e sentindo em cada companheira e local, seus cansaços e sobrecargas físicas e psicológicas, essa sobrecarga que triplicou **em questão da pandemia**, independente da mulher estar em frente a alguma luta ou em casa com seu cotidiano, são frentes de luta.
> **Então começamos a entender quem são essas mulheres mais afetadas, que são as mulheres pretas, favelas e periféricas, que estão desde sempre.** A gente consegue falar quando a mulher branca saiu e conseguiu direito a voto e à cidadania, mas a gente tem dificuldade de falar quando chega nesse ponto. Então a questão do feminismo, lutas e direitos só tem sentido para nós se for para todas e todos. **MARCELLE FELIPPE (*VERDEJAR*)**

Estas mulheres se articulam após reflexão sobre quem são as mulheres mais afetadas com a pandemia. Principalmente em relação à sobrecarga de trabalho, seja frente a alguma luta ou no enfrentamento do cotidiano em casa. Ressalta-se a invisibilidade que o movimento feminista ainda estabelece em relação a falar das mulheres pretas, faveladas e periféricas e suas conquistas para chegar à garantia de direitos.

Deste modo, o olhar sobre o cuidado das ativistas, ao ganhar este sentido de alcance para todas e todos, ancora-se na dimensão molecular da ação ancestral de autocuidado, como relata Marcelle, a seguir. Este, ao ser ressignificado pelas mulheres no enfrentamento da pandemia, proporciona ações "interdimensionais" que conecta as necessidades de autocuidado às de promoção de cuidado no espaço público a partir do projeto *Cuidar-se*, que distribui cestas de autocuidado entre as ativistas:

> Então nessa reinvenção de ter esse **olhar cuidadoso**, **nasce uma cartilha de enfrentamento, com receitas e resgastes que cada uma traz, ancestralidade e partilha de cuidado entre nós.** E dali brotou o projeto **"Cuidar-se",** que foram cestas **de autocuidado** da articulação de agroecologia, mas também com mulheres que atuam com essas mulheres e seus territórios, que por mais que não estejam diretamente no grupo de trabalho, estão conectadas com as os trabalhos que elas realizam em seus territórios. Foram **175 cestas** para mulheres de todo o Rio de Janeiro. E essas cestas chegam cheia de potência e cheia de saberes e com o fortalecimento de **autonomia de todas essas mulheres,** porque foi realizada com toda nossa **economia de mulheres que produzem e geram renda através dos seus saberes e práticas.** E foi nessa rede que foi interessante conhecer a potência dessa cesta tão conectada dessas mulheres nesses territórios. Então, a gente foi vendo quanta resistência e quanta fortaleza que cada cantinho desse tem, e que às vezes a gente acha que tá sozinho. Mas que quando a gente se junta vemos que é um mar gigantesco. **MARCELLE FELIPPE (*VERDEJAR*)**

Neste sentido, as ações de cuidado e autocuidado colaboram para o fortalecimento da autonomia das mulheres, incluindo seus saberes e práticas em torno da economia feminista. Principalmente no difícil processo de enfrentamento da pandemia no Brasil em 2020, quando tornou-se ainda mais preciso "*resistir o tempo inteiro"*:

> E nessa discussão do **autocuidado** e de se reinventar para resistir o tempo inteiro para "**como fazer nossa economia, nossas relações e articulações"**, porque não tá fácil. Ainda mais quando a gente tá falando de um momento que a gente viveu, **uma pandemia.** Então as cestas de alimentação com alimentos agroecológicos, com chás e ervas, foi uma potência que as mulheres também estão fortalecendo e proporcionando. Não vão só com alimentos, vão com comida de verdade para o corpo, espírito e mente. **MARCELLE FELIPPE (*VERDEJAR*)**

Marcelle ainda colabora descrevendo o raciocínio que as ativistas estabelecem para gerar autocuidado como ação de reivindicação de cuidado na pandemia. Ao fazer o relato, a ativista apresenta também os principais entraves que geram demandas antes que as mulheres possam realizar seu autocuidado. Esta sobrecarga de cuidados, descrita anteriormente pelas autoras que abordam a teoria

da organização social do cuidado, é exemplificada nesta experiência ao apontar que antes de cuidar de si, a mulher tem demandas de cuidar de alguém:

> **E pensar nesse autocuidado.** Eu tenho visto nesse processo todo que não depende só de nós. **O autocuidado depende de tudo que está em nosso redor. Parece fácil acordar de manhã e tomar uma tintura. Mas a maioria das vezes você tem uma outra demanda antes, de cuidar de alguém.**
> E esse processo que a gente tá refletindo do que é e ser o **autocuidado,** é a gente pensar que o **autocuidado é integral**. **Por isso, não podemos falar que uma mulher no território, porque esteja avançando com seus projetos e realizações, se ela olhar para o lado e não tiver outra companheira, a gente não consegue.**
> **Nós somos uma teia e uma rede.** Tem companheira de todo lugar que vem **trazendo suas experiências** e nos mostra essas reinvenções que a gente tá fazendo, pois o enfrentamento a gente sempre fez. Se reinventando e aprendendo para trocar nesse **movimento de partilha.**
> Mas se a gente for ver, nós estamos desde sempre resistindo. **E acho que essas ações que a gente pensa no coletivo nunca é só para si cuidar, porque não adianta nos cuidarmos sozinha, pois somos ligados à nossa família, companheiras e a um ambiente.**
> Então a **gente vem pensando que a luta, que é uma questão diária**, é uma desconstrução diária. Como a companheira falou: **Nós estamos moldadas para servir, para cuidar". E quem cuida de quem cuida? Isso é muito mais profundo, porque o ato de cuidar às vezes é uma necessidade e que precisamos que o meio esteja bem para que consigamos nos cuidar.**
> **Eu tenho acreditado cada vez mais que ele é algo integral.** Então esses espaços de disputas que as mulheres estão sempre, é por estarem sofrendo uma opressão constante em toda nossa história. O chamado, o olhar para os territórios sejam coletivos e que não exista uma mudança que uma pessoa faça. **A mudança só vem com o coletivo. Não adianta uma pessoa ter uma ideia brilhante se não buscar formas de dialogar e reinventar e agregar mais pessoas.**
> Porque não adianta, nossos enfrentamentos são gigantescos e são com canetas. A gente fala aqui que mata mais não é o fuzil na favela, e sim uma caneta. Isso é muito importante, porque às vezes a gente tá fazendo uma ação na base, mas a nossa luta é tão grande, que até você conseguir sensibilizar, toda essa base é uma constante. É uma constante de mudanças que a gente vive socialmente.
> Esse é mais ou menos um panorama do que a gente tem feito, tem pensado, articulado e tentado ficar firmes e **se cuidando** e parando para descansar e levantar mais forte e seguindo se conectando com cada uma.
> A gente tá junta e agindo do jeito que a gente pode**. Os nossos corpos-territórios na frente, mas também resistindo muito para cuidar dos nossos corpos, mente e ambiente e da nossa vida.** Gratidão pela escuta.
> **MARCELLE FELIPPE (*VERDEJAR*)**

A visão da ativista sobre a inter-relação do cuidado pessoal com o cuidado do núcleo familiar e o cuidado do ambiente dialoga com o conceito de integralidade em saúde proposto por Pinheiro. Convoca este estudo a refletir também sobre o autocuidado integral como complementar à composição universal de uma

integralidade em saúde que tem, na base de concretude de suas ações, a abordagem ético-política do cuidado como um direito de ser das mulheres.

Ainda em relação ao autocuidado, Marcelle diz que o conhecimento que este agrega às mulheres transforma, inclusive, a relação política e social delas com seu contexto:

> **Sobre o autocuidado que transforma, eu acho que é o conhecimento de si**. Quando a gente começa a desvendar a mulher, a construção política e social que foi patriarcal e que veio no domínio dos nossos corpos. Então, quando a gente tem esse começo e começa a tirar esses véus e começa a ver nossa verdadeira história e deixa aflorar cada vez mais nossas intuições, quando **fazemos nossas práticas** que trazem essa força da nossas ancestralidade e conexão com nossa natureza externa, **eu acho que isso muda politicamente**, porque a gente começa a ver precisamente a razão das coisas, porque a gente vê aonde carregamos nossas culpas, onde achamos que devemos estar fazendo tudo. Então é isso que politicamente é a construção em cima das mulheres. Eu mesma ainda não consegui descontruir isso, é uma descoberta constante também.
> Isso vai dando força e mais conexão com nossa verdadeira história e nossa verdadeira potência feminina.
> Eu acho que a resposta tá aí para o que a gente tá vendo hoje, a política do dia a dia, onde as mulheres estão de frente com seus projetos, são as lideranças que cativam, sensibilizam e **lutam pelo coletivo**. Então, eu acho que a resposta do **autocuidado** e do **autoconhecimento vem se mostrando cada vez mais quando a gente vem vendo a mulherada aí tomando as frentes com autonomia das suas escolhas e ações. MARCELLE FELIPPE (*VERDEJAR*)**

Este autoconhecimento, para a ativista, é a resposta que possibilita fortalecer a atuação das lideranças que sensibilizam a luta pelo coletivo, principalmente na política do dia a dia, colaborando para a construção de uma performance de atuação política, que tem início no processo de relatar a si mesmas no contexto coletivo, além do exercício de colocar, à frente das demandas cotidianas, as escolhas e ações dos movimentos.

Neste processo, as mulheres ressignificam as demandas de cuidado do cotidiano, que limitam seu tempo, a trabalho não pagos executados prioritariamente a familiares. Marcelle lembra que a compreensão sobre ter escolha sobre o que fazer com seu próprio tempo não é uma tarefa superada pelas mulheres ativistas. Estas, apesar de conscientes da situação em que se encontram, também têm dificuldade em desconstruir a culpa de dizer não a tarefas restritas ao âmbito familiar de responsabilidade exclusiva delas.

Sendo o tempo um recurso importante, inclusive para formulação da ação de não realizar algo esperado, e tendo em vista o pensamento como parte essencial da ação, como contribui Arendt, olhar para si com autocuidado recupera um eixo

existencial das competências da condição humana das mulheres. Ao cuidar de si primeiro, a necessidade de ter direitos se torna mais visível para estas e para outras mulheres. Esta fração de reconhecimento colabora para tornar possível se identificar como sujeito de direitos, que vive em sociedade.

Viver em comunidade com outros seres humanos resgata a identidade plural que temos. E também explicita as relações de poder e força a que estamos submetidas. As mulheres se reconhecem também em outras mulheres que cuidam de alguém antes de si. Ao terem tempo e colaboração de outras mulheres cuidadoras para cuidar delas, ganham espaço e tempo para refletir sobre sua própria existência, questão central que propicia mapear as possibilidades destas ativistas em relação à sua própria vida e organizar ações que podem ampliar a autonomia das mulheres.

Nessa fissura, que a atual crise da organização do cuidado que vivemos no Brasil detém, abrem-se possibilidades de mudança e melhoria para as condições de vida das mulheres, assim como na formulação de ações voltadas para a atuação destas nos territórios, com foco na ampliação de direitos ao cuidado no território e em suas comunidades, a partir do fortalecimento da atuação das ativistas nestes espaços. Dentre as ações, está a *Cesta Cuidar-se*, elaborada por Marcelle e outras ativistas da *Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro*.

O movimento, que une organizações da sociedade civil para realizar a identificação, sistematização e mapeamento de experiências a partir da construção e articulação em todo o estado do Rio de Janeiro, tem como objetivo fortalecer as iniciativas agroecológicas das mulheres nos territórios. Esta organização apresenta o projeto *Práticas populares, agroecológicas e solidárias de autocuidado em saúde para mulheres*, em que estão inseridas as cestas, e que pode ser acessado por este *link* na *web*: https://aarj.wordpress.com/2020/06/17/cestas-cuidar-se-praticas-populares-agroecologicas-e-solidarias-de-autocuidado/.

Interessa destacar, nesta pesquisa, que o andamento desse projeto das cestas teve, como incentivador, um edital emergencial da Fiocruz no início da Pandemia, em 2020. No site sobre as *Cestas Cuidar-se*, as ativistas da Articulação Agroecológica esclarecem que:

> Esta trajetória teve início com a elaboração de um projeto para edital emergencial da Fiocruz, logo no início da pandemia. Nosso projeto não foi aprovado, **mas não desistimos.**
> **Ao elaborar o projeto, vimos que era uma ação extremamente necessária.** Fomos atrás de realizá-la. Conseguimos um apoio para a elaboração de 70 Cestas, 30% da quantidade que buscávamos viabilizar, o

> que nos colocou numa situação delicada de **precisar priorizar territórios e mulheres.**
> Seguimos buscando formas colaborativas para que mais mulheres recebam a Cesta. Em breve mais informações!
> (*ARTICULAÇÃO DE AGROECOLOGIA DO RIO DE JANEIRO*, 2020).

No site ainda são compartilhados quadros informativos que divulgam as principais propostas das cestas, identificam as mulheres que repartem seus saberes e viabilizam a construção das redes para distribuição das cestas, conforme figuras 4 e 5.

Figura 4: Quadro informativo *Cesta Cuidar-se.* Conceito geral.
Fonte: Articulação de agroecologia do Rio de Janeiro, 2020.



Figura 5: Quadro informativo *Cesta Cuidar-se*. Carta das organizadoras.
Fonte: Articulação de agroecologia do Rio de Janeiro, 2020.



Figura 6: Quadro informativo *Cesta Cuidar-se*. Dados para contribuição financeira.
Fonte: Articulação de agroecologia do Rio de Janeiro, 2020.



Como relata a ativista, uma das principais organizadoras da ideia de recolher recursos, a cesta chegou a diversas mulheres, contendo diferentes produtos feitos por mulheres ativistas que fortalecem a produção das agricultoras, artesãs e terapeutas populares na mobilização das mulheres. Assim como agrega à luta para o exercício de auto-organização das mulheres a partir de ações voltadas a uma percepção ético-política de cuidado e afeto, em que é a mulher que vai cuidar:

> Em relação ao **trabalho das mulheres e tratamento na pandemia**, eu vou responder junto com os desafios e estímulos que levam ao **cuidado.** A cesta cuidar-se é o melhor exemplo disso nesse momento, porque nossa cesta chegou em diversas mulheres. E quando isso chega nessas mulheres através de uma mobilização e de uma **coletiva de mulheres se articulando pela internet e lutando para aprender**. A gente vê que quando chega uma tintura lá de São Pedro da Serra, quando chega uma muda lá da Serra da Misericórdia, quando chega o Sabão lá da Serra Mar, quando começamos a ver e **perceber esse cuidado e afeto.** Porque elas estão atingidas o tempo inteiro. Quem **cuida delas e pensa nelas ou que acreditam que conseguem voltar a um cuidado mais afinado**? Até porque a gente tá nessa construção que é **a mulher que cuida**, que **é a mulher que vai cuidar,** que vai dar conta. **MARCELLE FELIPPE (*VERDEJAR*)**

Para Marcelle, o desafio de realização das cestas estava associado à alegria de dedicar seu tempo à construção de redes de solidariedade e afeto. No cenário de crises e perdas de entes queridos, fomentar espaços de comunhão de cuidados possibilita às ativistas projetar outros planos de felicidade para o uso de seu tempo de vida. Nesta ocasião, o desafio que as mulheres apresentam sobre ter autonomia não apenas sobre seu corpo e território se estabelece também nestas

terem autonomia sobre o próprio tempo gasto em ações que tenham retorno de bem estar para as mulheres. Como explicita a ativista:

> Então eu acho que o desafio maior e que estimula a gente, daí respondendo sobre a pergunta da alegria, pra mim foi **dedicar um tempo, oferecer o meu tempo cheio de amor diante de tanto conflito** e tanta coisa que a gente vem vivendo, dentro dos nossos lares, dentro do nosso território. E ainda assim se juntar com mulheres diversas, com perda de familiares pela **covid** e mulheres muito fragilizadas também, mas quando **a gente se junta.** Aparece a alegria de se pensar a forma de tentar e agradecer as pessoas todas que colaboraram para que isso fosse realizado. Acreditaram nessa inquietação e **nesse modo de fazer e cuidar da próxima. Também foi onde eu cuidei mais de mim, onde eu consegui ter mais alegria de estar diretamente atenta a cada mulher, e cuidado, nos momentos mais íntimos.**
> Então essa **conexão da rede** e de **quando a gente pensa e cuida da próxima** que é atingida pelos megaprojetos, eu **acho que isso é uma alegria**. É uma coisa da inquietação e que dá prioridade também, porque a gente destinar o **nosso tempo feliz e gratas** por estar realizando e fazendo isso é importante. Foram muitas pessoas que realizaram isso. **MARCELLE FELIPPE (*VERDEJAR*)**

Trata-se de as ativistas, nesta reivindicação por cuidados, resgatarem as possibilidades que têm em olhar para seus dilemas e se cuidar "convertendo" as violências e conflitos vividos, em permutas de afetos e autocuidado entre mulheres. Procura-se, nesta rede, fomentar a recepção de amor e cuidado por outras ativistas. A percepção pretende ainda que o resgate de um tempo que, no cotidiano delas, é gasto para uma reivindicação de direitos, seja forjado por agendas de doação do tempo das mulheres para tarefas que tragam alegrias.

Esse caminho perpassa a conversão desta agenda de reivindicação para o fortalecimento de doação de tempo das mulheres para conhecer a si mesmas e proporcionar alegrias de pessoas e coletivos que fortaleçam o vínculo comunitário entre as mulheres do território. Ou seja, oferece outra agenda de reivindicação de direitos que abrange uma performance que busca ir para além de andar em assembleia e dialogando com o conceito dos "corpos em aliança", de Butler, mas pela formação de um "corpo mais coeso" (coletivos de ativistas em redes), que procura proporcionar cuidado, alegrias e bem estar para se manterem vivas e chegarem fortalecidas nas assembleias do espaço público.

Entre os itens que acompanham a cesta, existe uma cartilha chamada "Cuidar-se: Autocuidado em Tempos de Reinvenção". Nesta, há uma definição do que a estratégia propõe ao orientar uma ação de cuidado de si entre as ativistas:

> Cuidar-se! "Se" significa a gente, nós - no plural, no coletivo. Autocuidado representa o nosso amor e dedicação ao nosso corpo físico e mental, ao

> nosso indivíduo - palavra que vem do latim “individuus”, indivisível. E ser indivisível é estar conectado. Entender que fazemos parte do todo, de coletivos tantos, coletivos de pessoas, de plantas, de bichos, de incertezas e sabedorias. Somos coletivas, muitas em um só grupo. Entre elas, o Grupo de Trabalho de Mulheres (GT Mulheres) em meio a tantas outras memórias e indivíduos da Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro (AARJ).
> **(GT Mulheres AARJ, 2020).**

O sentimento de alegria das ativistas no desdobramento do contexto de fortalecimento mútuo, em detrimento do cansaço das dificuldades, mostra que esta ação é uma possibilidade de estratégia das ativistas à reivindicação de direito ao cuidado. Marcelle partilha esta visão também através de um entendimento sobre a necessidade das mulheres se acolherem e terem tempo de cuidado para si, sendo dar esta prioridade a si a primeira ação para ajustar o pensamento sobre os atos de resistência e insistência de um cuidado integral, como compartilha a ativista:

> Então, para mim é essa resposta. É um desafio tremendo, porque mobilidade, violência é tudo muito difícil. A gente tá no Rio de Janeiro daqui e de um bairro para o outro. Estamos há 10 anos nessa luta. Mas são desafios que estão sendo colocados. No entanto, do outro tem muitas mulheres que estão fortes e se alegrando. Tá tudo muito difícil e muito triste. Nós estávamos comentando que as companheiras de nossos ciclos, como a Renata, uma das nossas guias, diz que somos cíclicas, temos nossos altos e baixos. E às vezes, quando a gente mais precisa se fechar um pouco e virar um brotinho de novo, é para captar mais forças e vibração pra gente florescer novamente acolhendo e dando mais um passo.
> É muita resistência e insistência, NE, companheiras?
> É muito cansaço, mas quando a gente vê as companheiras e mulheres que para a gente são as quem fazem levantar, nos **motiva, recebendo esse cuidado e carinho**, não há desafio e patriarcado que apague esse **contexto de fortalecimento mútuo das mulheres**.
> **MARCELLE FELIPPE (*VERDEJAR*)**

Percebe-se que esta visão de cuidar de si não é uma proposta individualista das ativistas, mas uma possibilidade de gerenciar o tempo com mais autonomia e ampliação do autoconhecimento sobre as implicações do contexto que vivem em seus corpos e pensamentos. Afinal, qual cuidado se quer reivindicar neste contexto? Ao buscarem, na proporia história e ancestralidade, territórios e redes comunitárias, têm a possibilidade de ampliar a autonomia do uso do tempo para pensar o cuidado que se busca a partir de outra forma de desenvolvimento social e humano.

A construção de uma percepção de cuidado que valorize o processo educativo da mulher sobre si integralmente, libera inclusive seus pensamentos de culpa relacionada a cuidar de alguém, para que as mulheres, principalmente as ativistas, possam desenvolver seus projetos de felicidade. Esta reorganização do cuidado, proposta pelas ativistas, precisa de diálogo e pluralidade de ideias para ampliação da consciência sobre a saúde em seu equilíbrio dinâmico em contextos

de austeridade. Esta “desalienação” sobre o controle do tempo de cuidado, de si das mulheres, fortifica a comunicação e a construção da rede de revigoramento mútuo em diferentes territórios da cidade:

> Eu também fico muito grata por toda essa partilha, de conhecer pessoas que compartilham suas histórias e suas lutas. Fazer uma grande salve ao **GT das mulheres de agroecologia**. Tem sido um canal de muita potência para todas nós. Todas nossas trocas eu tenho certeza que nós somos acolhidas e respeitadas. As mulheres também da Serra da Misericórdia, a Dona Josefa, Adriana, a Ana, Tia Bete e a **Potira do CESAC, que também tá fazendo uma resistência muito importante na aldeia Maracanã. A** Aldeia Resiste, tá resistindo com a força das mulheres, tentando manter aquele espaço de resistência, da nossa ancestralidade que vem sofrendo aí esses dias mais ataque altamente brutais. Que a gente possa dar esse apoio a essas mulheres que estão ali. As nossas ancestrais indígenas que estão no centro do Rio de Janeiro, na Aldeia Maracanã. Salve Potira e todas as indígenas que estão em resistência! **MARCELLE FELIPPE (*VERDEJAR*)**

A construção de rede no contexto do *Cuidar-se* é ampla e ultrapassa o território da Serra da Misericórdia. Dentre as ativistas que receberam, a cesta está Potira, ativista indígena atuante na Aldeia Maracanã, que compartilhou com outras mulheres e indivíduos do movimento, a cesta que recebeu. Como destaca Marcelle, nesta ação de saúde coletiva:

> **Potira também faz um trabalho na Serra da Misericórdia e também foi uma das mulheres que receberam a cesta *Cuidar-se***. Tenho certeza que cada mulher que recebeu essas cestas em seus territórios não ficou só com elas. Elas estão multiplicando **em seus territórios essa saúde coletiva**, essa nossa **forma de protesto pelos nossos direitos**, de uso das nossas plantas, dos nossos saberes e da partilha deles cada vez mais.
> Gratidão também ao PACS pelo convite e a todas as mulheres, que independentemente de estar em frente de luta e de megaprojetos ou pequenos projetos, mas estão aí no seu dia a dia resistindo com uma carga que a gente já traz antes de nascer. Mas é uma carga que a gente com muita força, com muita união, muita compaixão, a gente vai quebrando esses muros e estamos quebrando.
> Vamos tirando esse asfalto e plantando um jardim muito biodiverso com muita vida. E isso não é nenhuma quimera, nenhum, é uma realidade que está sendo construída diariamente na mão e no suor e no espírito do fogo, do espírito que nós trazemos e que vamos continuar. Vamos seguir juntas, fortalecidas e firmando no que a gente já tá traçando. E eu tenho certeza que a gente está no caminho certo.
> E a gente está junta, está trocando. A gente está se fortalecendo.
> Muita gratidão à mulherada e a todos que estão ouvindo e com certeza trocando com gente de todas as formas. **MARCELLE FELIPPE (*VERDEJAR*)**

Em vista disto, nesta experiência, ocorre o protesto de reivindicação pelo direito ao cuidado, com a partilha de conhecimento entre as ativistas sobre o uso do tempo para o autocuidado, contribuindo para a disseminação e fortalecimento, entre

as ativistas, de conhecimentos ancestrais em benefício da luta das mulheres e de um desenvolvimento social e ambientalmente comprometido com o cuidado integral.

Tem, como principal objetivo, fomentar ações políticas em todas as dimensões para chegar no espaço público com poder político de efetivar a melhoria das condições de vida. Não apenas para a vida das mulheres, mas de toda a população, tendo em vista as interferências no processo saúde e ambiente, que afeta inclusive o bem viver integral do território.

A experiência remete a alguns termos do ciclo de debates que estão no vocabulário do Anexo 2, “ancestralidade nossa”, “autocuidado”, “autocuidado e cuidado coletivo”, “autocuidado que transforma”, “o conhecimento de si”, “economia comunitária”, “luta”, “não existe maior ato de rebeldia que resgatar a alegria” e “quem cuida de quem?”. Entre outros termos que dialogam sobre os principais pontos destacados neste estudo sobre esta experiência.

A fim de abordar uma síntese da experiência em relação aos pontos de análise da dimensão molecular, no Quadro 10 refletimos a ação das mulheres com a articulação de atividades e redes de atuação com referência no autocuidado. Identificamos o perfil das mulheres mais afetadas na pandemia e as dificuldades que encontram para cuidar de si, além de trazer soluções que envolvem a reorganização do olhar das mulheres sobre si e seu tempo para a produção de reivindicação de direitos que as possibilitem fortalecer a rede de cuidados.

Com este acúmulo, é visível que a construção de espaços públicos de diálogo político ocorra na composição de ativistas mulheres em organizações de movimentos sociais como a *Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro*, e em Grupos de Trabalho de organizações da sociedade civil de mulheres. Estes intensificaram suas atuações com o início da pandemia, colaborando para que as ativistas compreendessem, no caso desta experiência, quem são essas mulheres mais afetadas pela pandemia, além de reconhecer que, na ideia de distribuição das cestas, ampliou-se a potência de articulação e ação política das mulheres no período.

O compartilhamento de saberes é fundamental para o fortalecimento da autonomia de todas essas mulheres no espaço público. Para além da relevância organizativa, ajuda a alavancar a produção econômica das mulheres ativistas que produzem e geram renda através dos seus saberes e práticas.

Na valorização dos processos de saúde-doença-cuidado, o autocuidado é elemento central, no qual, o aspecto de teia e constituição de rede de mulheres ativistas, gesta movimentos de partilha de cuidado. Isto indica que o cuidado, ao ser compartilhado entre as mulheres, não diminui, mas cresce e abrange aspectos de uma sociedade cuidadora.

Esta integralidade atinge as reivindicações por cuidado que permeiam, não apenas atitudes de solicitação de direitos, mas partilha de afetos e solidariedade. Partindo do entendimento de que não adianta cuidar apenas de si, sozinha, sendo necessário que toda a rede social vinculada às mulheres seja cuidada também para que elas tenham maior autonomia sobre seu tempo e construção de projetos de felicidade e reivindicação de direitos.

Portanto, o segundo ponto de análise da dimensão molecular favorece a identificação dos “corpos-territórios” das mulheres como analisadores das condições de saúde de toda a comunidade de determinado território. Se esta tem menos tempo para cuidar de si, significa que os corpos, mentes, ambiente e vidas daquele local não vão bem. Pois o cuidado de si, para estas mulheres, toca a questão de que: “precisamos que o meio esteja bem para que consigamos nos cuidar.” Por isso, a integralidade em saúde perpassa e depende até das ações que aparentemente têm foco individual. “A gente tá junta e agindo do jeito que a gente pode”. Os nossos corpos-territórios na frente, mas também resistindo muito para cuidar dos nossos corpos, mente, ambiente e da nossa vida.

Quadro 10. Síntese da experiência: *Espaço de reintegração da favela: o autocuidado depende de tudo que está em nosso redor*. “Nós estamos moldadas para servir, para cuidar. E quem cuida de quem cuida?” Relacionada à’ dimensão molecular em seus dois pontos de análise.

OBJETO TESE	MOLECULAR (Como os atores refletem/ vivenciam/reproduzem/criam suas práticas de cuidado de si e do mundo) DIREITO AO CUIDADO	
Ações / Performances de reivindicação do direito ao cuidado das mulheres nos processos de participação social e de redes de cuidado que colaboram com a integralidade	Construção de espaços públicos de diálogos políticos que envolvam a vivência e a reflexão crítica e socialmente comprometida, das mulheres, sobre os problemas de saúde	Valorização de espaços colaborativos e democráticos que troquem experiências sobre o processo saúde-doença-cuidado, propiciando a construção de ações que reivindiquem direitos.

da saúde em meio à pandemia da COVID- 19.	individuais e das coletividades nos aspectos epidemiológicos, culturais e socioeconômicos de seus territórios.	
Experiências selecionadas	1 ° Ponto de análise na dimensão molecular	2° Ponto de analise na dimensão molecular
Estratégia III: ESPAÇO DE REINTEGRAÇÃO DA FAVELA: O AUTOCUIDADO DEPENDE DE TUDO QUE ESTÁ EM NOSSO REDOR. "NÓS ESTAMOS MOLDADAS PARA SERVIR, PARA CUIDAR E QUEM CUIDA DE QUEM CUIDA?" MARCELLE FELIPPE (*VERDEJAR*)	No que diz respeito **às mulheres e pensando em cuidar de quem cuida**, a *Verdejar*, eu componho a articulação de agroecologia do Rio de Janeiro, o GT mulheres, desde o início da **pandemia**, temos pensado, visto e sentindo em cada companheira e local, seus cansaços e sobrecargas físicas e psicológicas, essa sobrecarga que triplicou **em questão da pandemia**, independente da mulher estar em frente a alguma luta ou em casa com seu cotidiano, são frentes de luta. **Então começamos a entender quem são essas mulheres mais afetadas, que são as mulheres pretas, favelas e periféricas, que estão desde sempre.** A gente consegue falar quando a mulher branca saiu e conseguir direito a voto e a cidadania, mas a gente tem dificuldade de falar quando chega nesse ponto. Então a questão do feminismo, lutas e direitos só tem sentido para nós se for para todas e todos. Então nessa reinvenção de ter esse **olhar cuidadoso**, **nasce uma cartilha de enfrentamento, com receitas e resgastes que cada uma traz, ancestralidade e partilha de cuidado entre nós.** E dali brotou o projeto **"Cuidar-se",** que foram cestas **de autocuidado** da articulação de agroecologia, mas também com mulheres que atuam com essas mulheres e seus territórios, que por mais que não estejam diretamente no grupo de trabalho, estão conectadas com as os trabalhos que elas realizam em seus territórios. Foram 175 cestas para mulheres de todo rio de janeiro. E essas cestas chegam cheia de potência e cheia de saberes e com o fortalecimento de **autonomia de todas essas**	E nessa discussão do **autocuidado** e de se reinventar para resistir o tempo inteiro para **como fazer nossa economia, nossas relações e articulações**, porque não tá fácil. Ainda mais quando a gente tá falando de um momento que a gente viveu, **uma pandemia.** Então as cestas de alimentação com alimentos agroecológicos, com chás e ervas foi uma potência que as mulheres também estão fortalecendo e proporcionando. Não vão só com alimentos, vão com comida de verdade para o corpo, espírito e mente. **E pensar nesse autocuidado.** Eu tenho visto nesse processo todo que não depende só de nós. **O autocuidado depende de tudo que está em nosso redor. Parece fácil acordar de manhã e tomar uma tintura. Mas a maioria das vezes você tem uma outra demanda antes, de cuidar de alguém.** E esse processo que a gente tá refletindo do que é e ser o **autocuidado** é a gente pensar que o **autocuidado é integral**. **Por isso não podemos falar que uma mulher no território, por que esteja avançando com seus projetos e realizações, se ela olhar para o lado e não tiver outra companheira, a gente não consegue. Nós somos uma teia e uma rede.** Tem companheira de todo lugar que vem trazendo suas experiências e nos mostra essas reinvenções que a gente tá fazendo, pois enfrentamento a gente sempre fez. Se reinventando e aprendendo para trocar nesse **movimento de partilha.** Mas se a gente for ver, nós estamos desde sempre resistindo. **E acho que essas ações que a gente pensa no coletivo nunca é só para si cuidar, porque não adianta nos cuidarmos sozinha, pois somos ligados à nossa família, companheiras e a um ambiente.** Então a gente vem pensando que a luta, que é uma questão diária, é uma

	mulheres, porque foi realizada com toda nossa **economia de mulheres que produzem e geram renda através dos seus saberes e práticas.** E foi nessa rede que foi interessante conhecer a potência dessa cesta tão conectada dessas mulheres nesses territórios. Então a gente foi vendo que quanta a resistência e quanto a fortaleza que cada cantinho desse tem que às vezes a gente acha que tá sozinho. Mas que quando a gente se junta vemos que é um mar gigantesco.	desconstrução diária. Como a companheira falou: "**Nós estamos moldadas para servir, para cuidar. E quem cuida de quem cuida?" Isso é muito mais profundo, porque o ato de cuidar às vezes é uma necessidade e precisamos que o meio esteja bem para que consigamos nos cuidar.** **Eu tenho acreditado cada vez mais que ele é algo integral.** Então esses espaços de disputas que as mulheres estão sempre, é por estarem sofrendo uma opressão constante em toda nossa história. O chamado, o olhar para os territórios sejam coletivos e que não exista uma mudança que uma pessoa faça. **A mudança só vem com o coletivo. Não adianta uma pessoa ter uma ideia brilhante se não buscar formas de dialogar e reinventar e agregar mais pessoas.** Porque não adianta, nosso enfrentamento são gigantescos e são com canetas. A gente fala aqui que mata mais não é o fuzil na favela, e sim uma caneta. Isso é muito importante, porque às vezes a gente tá fazendo uma ação na base, mas a nossa luta é tão grande, que até você conseguir sensibilizar, toda essa base é uma constante. É uma constante de mudanças que a gente vive socialmente. Esse é mais ou menos um panorama do que a gente tem feito, tem pensado, articulado e tentado ficar firmes e **se cuidando** e parando para descansar e levantar mais forte e seguindo se conectando com cada uma. A gente tá junta e agindo do jeito que a gente pode**. Os nossos corpos-territórios na frente, mas também resistindo muito para cuidar dos nossos corpos, mente e ambiente e da nossa vida.**

3.4.4 Experiência selecionada América Latina – "CHAMPURREA" para soberania alimentar e sanitária. A saúde dos povos, desde uma visão ampla que reconhece as formas próprias de cuidado que nós, povos, temos.

A experiência relatada a seguir é um ponto de inflexão das experiências anteriores. No entanto, cabe apresentá-la pela relevância que a atuação das ativistas da América Latina assume no ciclo de debates *Mulheres Territórios de Luta*. Tendo em vista que as experiências anteriores reafirmam o cuidado coletivo como eixo central de suas ações, este tem recortes de sua qualificação afirmados também

pelas ativistas latinas participantes da campanha, em que tem maior relevância a experiência analisada a seguir.

- *Observações vídeo 3*

No vídeo “Cuidado Coletivo e Ancestralidades nas práticas de (re) existência”, o que mais chama atenção é a “costura que as mulheres fazem sobre suas vivências, e nesta trama vão construindo sentido para suas ações em defesa da vida e de seus territórios. A articulação delas também se faz no desenrolar do debate, reafirmando as ações em prol do cuidado coletivo como eixo central de suas ações e da ancestralidade como marca de vivências do território, da comunidade e delas mesmas.

Para preencher esta estratégia de atuação política, mencionam-se diversas ferramentas que possibilitam gerar visibilidade à trama que desenvolve ações de cuidado, ampliando o vocabulário sobre a temática com bastante clareza e coerência entre os atores de diferentes regiões e vivências. Aliás, o debate do vídeo 3 ocorre a partir da performance plural de “assembleia” em que as ativistas vão compartilhando suas experiências e vocabulário e possibilitando que o conceito de cuidados forneça elementos para o resgate de identidades e respeito a diferentes formas de viver bem.

Com isto, as participantes atribuem, ao cuidado, afinidades como: cuidado relacionado ao trabalho, à proteção, à autorregularão de si e dos corpos, como ação política, as tarefas de cuidado da casa, de cuidado dos filhos, políticas públicas de cuidado, de estratégia de precaução (rompeu barreiras com todo cuidado), ou como autocuidado através da escrita das coisas, etc.

A ativista Latino-americana Francisca Fernandez nos oferece diálogos sobre a abrangência desta luta, que não ocorre apenas no Brasil. Ela atua no *Movimiento por el Água y los Territórios* e na *Coordenação Feminista 8M*, no Chile. A percepção dos impactos dos megaeventos nestes territórios aponta para saídas a partir do cuidado. Neste sentido, a ativista mostra que:

> As perguntas são sempre um universo de sentires, reflexões muito profundas. **Acredito que uma das coisas importantes que une as três, e creio que também vincula todas as respostas, é que nossa resistência se dá em visibilizar que há outras formas de habitar o mundo, que há outra forma de habitar nossos corpos.** Me parece tão relevante, ademais, essa articulação entre dança, música, resistência, porque, é assim como muitas vezes as mulheres resistimos nos territórios. Então, sempre digo: é muito importante nos pensar para além do capitalismo, para além do

> patriarcado e para além do colonialismo. Muitas vezes até o imaginário, o colonizaram. Muitas vezes somos impossibilitados de ver que podemos construir mais além. Então, a ancestralidade, sem dúvida, é um referente de memória, identidade e história, a partir de onde (é possível) se construir. **FRANCISCA FERNANDEZ (MAT E COORDENADORA 8M)**

Ao anunciar a possibilidade de outras formas de habitar o mundo para a construção de um imaginário de resistência que seja a margem do capitalismo, do patriarcado e da colonização, Francisca nos aponta caminhos que valorizam a história dos povos originários dos territórios. Neste terreno fértil de articulações de resistência, a partir da dança e da música, aborda sua existência com a definição de um conceito norteador de suas ações como ativista, o conceito chamado, no Chile, de *Champurrea*:

> No Chile, falamos de um conceito chamado **"champurrea**" que é a ideia de uma mescla, em *mapundungun*, do idioma mapuche. Mas uma mescla descolonizada, uma mescla mestiça não "crioula". Mas entendendo a diversidade de povos, de histórias que nos vão cruzando. Então, me sinto "champurrea". Creio que é importante esse relato, a partir daí. Então, o **poder da ancestralidade é o poder de reconhecer trajetórias, rotas e memórias já traçadas.** E que, me parece fantástico, ademais, desde nossas histórias familiares, com todas as contradições que têm esses relatos, até à memória dos territórios, à própria memória das águas. As águas têm memórias. **Os fluxos têm memória**. Uma luta territorial é também reconhecer essa memória ancestral e seus distintos fluxos. Então, **o poder da ancestralidade é um poder político**, para ir mais além do capitalismo, o patriarcado e o colonialismo. É a construção do **mundo que queremos habitar.** Por isso, não é casualidade que cada uma sempre **relate sua história de vida, ou a história do território e da comunidade.** Porque é daí que nos levantamos, criamos raízes e me parece muito bonito. **FRANCISCA FERNANDEZ (MAT E COORDENADORA 8M)**

O conceito chileno aproxima a ancestralidade do que a ativista chama de poder de reconhecer trajetórias, explicando por que as ativistas, ao se reunirem, estabelecem fluxos de diálogos que fortalecem a memória de seus povos e territórios. O que pode parecer uma casualidade, para a ativista, é uma atividade ancestral de reconhecimento do mundo que se quer habitar a partir da história de vida de cada uma, história do território e da comunidade. Os fluxos têm memória, e é deste ponto que as ativistas se reconhecem para criar raízes comunitárias e organizarem suas lutas.

Nesta perspectiva, é a base de uma educação plural que colabora para ampliação dos saberes e ações que estas mulheres estabelecem para reivindicar direitos ao cuidado. É uma educação emancipatória:

> Nesse sentido, uma única educação não existe nessa perspectiva. Porque a educação atendeu a um discurso monocultural, de um só relato. Então, para

> ampliar essa perspectiva, necessitamos de uma educação descolonizadora. **Temos que descolonizar nossos saberes e ações.** E isso ocorre justamente de ver como vamos articulando, mas sobretudo como vamos nos reconhecendo. Reconhecendo nossas rotas de povos indígenas, afro, as migrações, os distintos territórios.
> Então é uma **educação emancipadora** e não, novamente, uma educação para os mercados. É o que não queremos. Nesse sentido, obviamente, é repensar tudo. Muitos povos já repensaram. Em nosso território, o povo mapuche **vive a partir da autodeterminação**. Muitos dos setores mobilizados. **FRANCISCA FERNANDEZ (MAT E COORDENADORA 8M)**

Diante das estratégias de emancipação a partir da autodeterminação dos povos e da mudança da lógica de consumo, a ativista relata as políticas de cuidado que buscam estabelecer ao formar juntas uma rede de abastecimento. Como discorre Francisca:

> Então, como pensar a alternativa implica **a autodeterminação dos povos**, por meio da qual possamos romper com as cadeias extrativistas e capitalistas, desde as nossas próprias produções, agroecologia, sementes nativas, hortas urbanas, a partir do **reconhecer nossas políticas de cuidado**, tanto familiar, coletivo, territorial ou da natureza. E também mudar a lógica do consumo. Consumo desde economias territoriais, solidárias, desde os fluxos do ecossistema. Mas, além disso, nós temos aqui uma instância que se chama "Comprando Juntas", rede de abastecimento, em que compramos diretamente a provedores e provedoras do campo. É romper com a falsa dicotomia do rural e do urbano, como se fossem duas coisas opostas. **Aqui é pensar a interrelação entre campo e cidade.** Temos uma companheira aqui que se chama Anamuri, são parte da CLOC, da Via Campesina, que dizem: “ruralizar o urbano! Ruralizar as cidades. Plantar nos terraços, nos telhados, nas ruas”. **FRANCISCA FERNANDEZ (MAT E COORDENADORA 8M)**

Tal experiência interessa a este estudo por dizer, nitidamente, qual horizonte de conquistas é referência para as ativistas do ciclo de debates Mulheres Territórios de Luta. Cenário que procura reconhecer as políticas de cuidado desde o âmbito familiar até o coletivo, territorial, comunitário e ambiental, forjando mudanças no padrão de consumo, que inclinem as ativistas a refletir sobre aproximações estratégicas entre os povos e territórios do campo e da cidade e fomentando articulações de saída da crise da organização social do cuidado atual.

Em vista disto, a estratégia de ruralizar o urbano na pandemia encontra na reorganização da lógica de consumo, na criação de cozinhas coletivas e no fortalecimento de ações de soberania alimentar, ações para superação de outras crises, assim como a crise pandêmica. Como aponta a ativista sobre a contribuição que tais articulações tiveram na pandemia:

> Essa é a contribuição que queremos. E não é causalidade - com isso já adentro o tema da **pandemia** - que, justamente, é o que estamos fazendo na **pandemia**: nos organizamos em restaurantes populares, ampliando a rede de abastecimento, complementando produção, bens, entre um e outro território.
> As mulheres somos protagonistas, por exemplo, na **soberania alimentar**, hoje, frente **à pandemia**. Organizando **cozinhas comunitárias**. Uma cozinha comum.
> E isso é um mecanismo de resistência. E não é casualidade: nós, no Chile, **estamos em revolta** desde outubro de 2019. A forma que organizamos a resistência, em outubro, é a mesma forma que estamos organizando a resistência hoje. **Soberania alimentar. Mas também soberania sanitária. FRANCISCA FERNANDEZ (MAT E COORDENADORA 8M)**

Neste percurso de superação de crises com organização de ações de resistência, a ativista aponta a defesa da soberania alimentar e soberania sanitária como pilares para as mudanças que buscam em suas vidas, comunidades e territórios. Na determinação social da doença nos territórios, durante o perigo pandêmico, parece se fortalecer a bandeira das ativistas sobre o que chamam de soberania sanitária:

> **A saúde dos povos, a saúde desde uma visão mais ampla. A saúde espiritual, a saúde dos territórios.** Reconhecer as **formas próprias de cuidado** que nós, povos, temos. **Saúde coletiva**. **Não na lógica mercantil e individual com a qual se quer enfrentar a pandemia.**
> Então, nesse sentido, lamentavelmente, Chile e Brasil temos um trajeto do neoliberalismo. Somos países em que o neoliberalismo privatizou coisas de toda ordem: saúde, educação, moradia. Então, nosso desafio é sustentar a resistência, mas também derrubar o neoliberalismo. **FRANCISCA FERNANDEZ (MAT E COORDENADORA 8M)**

Ao estabelecer que é necessário “reconhecer as formas próprias de cuidado que nós, povos, temos. Saúde coletiva.”, a ativista aproxima, não só as estratégias de luta do Chile e do Brasil, como da constituição da saúde coletiva como campo de discussão teórica sobre o direito à saúde, que tem raízes na percepção do território latino americano, principalmente no que se refere à trajetória das Ciências Sociais em Saúde na América Latina, que, na reorganização da política econômica e social iniciada na década de 60, propiciou a entrada das Ciências Sociais como artefato de análise na formulação de planos de desenvolvimento (NUNES, 2006).

O período em questão foi de crítica ao modelo de desenvolvimento e crescente inadequação sobre a atenção médica na América Latina, por ser insuficiente a atuação em saúde na compreensão das condições sociais e econômicas que configuravam um quadro sanitário de carências e desigualdades da

região, questão que vale trazer para este estudo, em vista de justificar a ampliação da análise para uma experiência da América Latina, pelo resgate histórico realizado por Nunes (2006):

> Em 1972, a reunião patrocinada pela OPAS, com a participação de pequeno grupo de cientistas sociais e médicos, realizada em Cuenca (Equador), colocou em debate a necessidade de um modelo alternativo para a medicina social. Buscava-se um modelo que contemplasse a análise da mudança e permitisse pesquisar a realidade em termos de suas contradições internas, além dos níveis estruturais, assim como das relações entre eles. A proposta de estudar a organização social das práticas de saúde e o processo saúde-doença como processos históricos, foi a grande marca dos primeiros cursos de pós-graduação, cuja produção dentro de propostas teóricas cuidadosamente elaboradas constitui até hoje uma forte referência para as ciências sociais em saúde. Como assinalado por Carvalho,12 1997 (p. 60), "É, enfim, nos anos 70, que as variáveis sociais e as abordagens macro-estruturais tomam de assalto as análises sobre o processo saúde-doença, exigindo uma reconfiguração da agenda técnico-científica dos profissionais de saúde". Dessa forma, o processo de institucionalização das ciências sociais em saúde articulou-se ao processo de institucionalização do campo da saúde coletiva, via cursos de pós-graduação e projetos, com apoio da Financiadora de Estudo. (NUNES, 2006)

Portanto, a Pandemia da COVIS-19 também apresenta elementos que fazem as ativistas retomarem os conceitos oriundos da saúde coletiva nos territórios latino americanos e principalmente ligados à organização social do cuidado. Neste dialogo, Francisca aponta a construção de ações de mobilização para soberania dos territórios e enfrentamento da pandemia:

> Seguir mobilizadas, mas também **autocuidarmo-nos**. É um desafio muito complexo. Eu lhes falava: agora em **quarentena,** não só temos que **sustentar a vida**, o que sempre fizemos, trabalhando, **cuidando da casa, nossas filhas e filhos,** mas também estando no lugar da resistência, que o fizemos, mas ao mesmo tempo entendendo sobre uma **política de cuidado**.
> Por exemplo, aqui no Chile - e também vi que ocorreu no Brasil -, a violência patriarcal cresceu. Muitas mulheres, hoje, estão em **quarentena** com seus agressores. Então, também tivemos que gerar **redes de cuidado com a vizinha**, para saber como estamos para nos protegermos, **nos cuidarmos**. E frear essa violência patriarcal e, além disso, essa violência institucional, assediando nas ruas. Veja, no Chile, as políticas repressivas tiveram um aumento. **FRANCISCA FERNANDEZ (MAT E COORDENADORA 8M)**

O resgate histórico que as ativistas nos oferecem também cria elementos para a análise da compreensão destas ativistas sobre o que são a formulação e a execução de uma política de cuidado, assim, como da complexidade da vida cotidiana ao reivindicar direito ao cuidado ao longo do tempo.

Ao estabelecer a ação de criar redes de cuidado com as vizinhas para proteção das mulheres de violência durante a quarentena, as ativistas reforçam a

complexidade e responsabilidade que têm sobre promover saúde em seus territórios. Com esta visão integral e responsável, elas atuam reivindicando direitos sociais ao mesmo tempo que se cuidando, a si, a outras mulheres e a comunidade. Por isto, a integralidade em saúde, materializada com ações de construção de articulação de saúde, é permeável a diálogos entre o indivíduo, a comunidade, o território e seu meio ambiente. Constroem-se como resistência às políticas neoliberais que diminuem e repartem as ações do Estado, tal como às políticas macroestruturais padronizadas para todos os ambientes.

Sobre habitar, nesta complexidade, alternativas que valorizam a vida das mulheres e de suas comunidades, Francisca elabora as causas das crises sobre crises:

> **Então, é um espaço de muita complexidade. Mas, creio, muito vital sinalizar que já habitamos as alternativas ao capitalismo. E que hoje devemos aprofundar - a par de que o neoliberalismo se aprofundou - porém, temos que entender que a crise hoje é uma crise, sobre crise, sobre crise, que nos evidencia o caráter de urgência em mudar a ordem das coisas.** É isso.
> **FRANCISCA FERNANDEZ (MAT E COORDENADORA 8M)**

Mesclar e problematizar as crises em experiências complexas relativiza a resposta com ações pontuais e insuficientes. A experiência que Francisca compartilha mostra a urgência de se alterar a ordem de interação das relações também referentes ao cuidado. Ao misturar as questões de necessidade da dimensão molecular para as grandes reivindicações macropolíticas de soberania alimentar e sanitária, quebra os extremismos e torna una a dimensão da luta por cuidado.

A cozinha coletiva é processo permanente, assim como os ensinamentos do que é Saúde Coletiva, constituídos na soberania de profissionais de saúde latinos com a população de seu território, afetado por um modelo de desenvolvimento que perdura e ainda afeta centralmente as mulheres. Neste cenário, a ativista chilena aproxima os territórios e experiências brasileiras do chão latino-americano, tanto em relação às reivindicações por cuidado a partir de uma soberania sanitária que clama a saúde coletiva, como pela situação de crise sobre crise que as mulheres passam, precisando de autorganização em rede para autocuidarem de si e das outras.

Com tais aproximações, os outros debates da campanha nos possibilitam interações com o vocabulário disponível no anexo 2, onde os verbetes ajudam a ilustrar a analise desta experiência: “ancestralidade”, “ampliar a ancestralidade”,

“articulação em rede”, “autocuidado”, “caminho em defesa da vida”, “contextos semelhantes, Brasil e América Latina”, “fome coletiva de histórias”, “luta pela vida”, “neoliberalismo pandêmico”, “política de cuidado coletivo”, “território ancestral”, “ver o todo” e “violência pandêmica”.

Em uma síntese dos principais apontamentos, o Quadro 11 possibilita relacionar os pontos de análise da dimensão molecular. No ponto 1, ao se relacionar a construção de espaços públicos que envolvem a vivencia comprometida das mulheres sobre os problemas de saúde de seus territórios, a experiência se destaca pela articulação de autodeterminação dos povos na reivindicação de políticas de cuidado que contemplem o reconhecimento das políticas de cuidado em âmbito local, como na organização de restaurantes populares, redes de abastecimento e produção de bens entres os territórios.

Dessa construção de espaços, exalta-se a vivência e a reflexão crítica das mulheres sobre os problemas de saúde, aos quais elas respondem brigando por soberania alimentar e sanitária durantes todas as crises, inclusive a pandêmica, procurando superá-las com o entendimento de que a saúde dos povos perpassa e articula uma saúde coletiva das esferas privada, social e pública.

Esta construção de espaço está associada à reivindicação do cuidado analisada no ponto 2 da dimensão molecular. Espaço fértil para a articulação das mulheres, que permite valorizar a mobilização destas em direção a ações de autocuidado colaborativas. Apesar de um desafio complexo, os processos podem ter tais trocas de experiência em ações, tal como gerar redes de cuidado com a vizinhança a fim de promover um ambiente local com menos violência as mulheres.

Quadro 11. Síntese da experiência “Champurrea” para soberania alimentar e sanitária. A saúde dos povos, desde uma visão ampla que reconhece as formas próprias de cuidado dos povos, relacionada à dimensão molecular em seus dois pontos de análise.

OBJETO TESE	MOLECULAR (Como os atores refletem/ vivenciam/reproduzem/criam suas práticas de cuidado de si e do mundo) DIREITO AO CUIDADO	
Ações / Performances de reivindicação do direito ao cuidado das mulheres nos processos participação social e redes de cuidado que colaboram com a integralidade da saúde em meio à pandemia da COVID- 19.	Construção de espaços públicos de diálogos políticos que envolvam a vivência e a reflexão crítica e socialmente comprometida das mulheres sobre os problemas de saúde individuais e das coletividades nos aspectos epidemiológicos, culturais e socioeconômicos de seus territórios.	Valorização de espaços colaborativos e democráticos que troquem experiências sobre o processo saúde-doença-cuidado e propiciando a construção de ações que reivindiquem direitos.
Experiências selecionadas	1 ° Ponto de análise na dimensão molecular	2° Ponto de análise na dimensão molecular
Experiência IV: EXPERIENCIA AMÉRICA LATINA – "CHAMPURREA" PARA SOBERANIA ALIMENTAR E SANITÁRIA. A SAÚDE DOS POVOS, DESDE UMA VISÃO AMPLA QUE RECONHECE AS FORMAS PRÓPRIAS DE CUIDADO QUE NÓS, POVOS, TEMOS. Por <u>FRANCISCA FERNANDEZ (MAT E COORDENADORA 8M)</u>	Então, como pensar a alternativa implica **a autodeterminação dos povos**, por meio da qual possamos romper com as cadeias extrativistas e capitalistas, desde as nossas próprias produções, agroecologia, sementes nativas, hortas urbanas, a partir do **reconhecer nossas políticas de cuidado**, tanto familiar, coletivo, territorial ou da natureza? E também mudar a lógica do consumo. Consumo desde economias territoriais, solidárias, desde os fluxos do ecossistema. Mas, além disso, nós temos aqui uma instância que se chama "Comprando Juntas", rede de abastecimento em que compramos diretamente a provedores e provedoras do campo. É romper com a falsa dicotomia do rural e do urbano, como se fossem duas coisas opostas. Aqui é pensar a inter-relação entre campo e cidade. Temos uma companheira aqui, que se chama Anamuri, e que é parte da CLOC, da Via Campesina, em que dizem: "Ruralizar o urbano! Ruralizar as cidades. Plantar nos terraços, nos telhados, nas ruas". Essa é a contribuição que queremos. E não é causalidade - com isso já adentro o tema da	Seguir mobilizadas, mas também **autocuidarmos.** É um desafio muito complexo. Eu lhes falava: agora em quarentena, não só temos que sustentar a vida, o que sempre fizemos, trabalhando, cuidando da casa, nossas filhas e filhos, mas também estando no lugar da resistência, que o fizemos, mas ao mesmo tempo entendendo sobre uma política de cuidado. Por exemplo, aqui no Chile - e também vi que ocorreu no Brasil -, a violência patriarcal cresceu. Muitas mulheres, hoje, estão em quarentena com seus agressores. Então, também **tivemos que gerar redes de cuidado com a vizinha**, para saber como estamos para nos protegermos, nos cuidarmos. E frear essa violência patriarcal e, além disso, essa violência institucional, assediando as ruas. Veja, no Chile, as políticas repressivas tiveram um aumento. Então, é um espaço de muita complexidade. Mas, creio muito vital sinalizar que já habitamos as alternativas ao capitalismo. E que hoje devemos aprofundar - a par de que o neoliberalismo se aprofundou - porém, temos que entender que a crise hoje é uma crise, sobre crise, sobre crise, que nos evidencia o caráter de urgência em mudar a ordem das coisas. É isso.

	pandemia - que, justamente, é o que estamos fazendo na **pandemia**: **nos organizamos em restaurantes populares, ampliando a rede de abastecimento, complementando produção, bens, entre um e outro território.** As mulheres somos protagonistas, por exemplo, na **soberania alimentar**, hoje, frente **à pandemia**. Organizando **cozinhas comunitárias**. Uma cozinha comum. E isso é um mecanismo de resistência. E não é casualidade: nós, no Chile, estamos em revolta desde outubro de 2019. A forma que organizamos a resistência, em outubro, é a mesma forma que estamos organizando a resistência hoje. **Soberania alimentar. Mas também soberania sanitária.** **A saúde dos povos, a saúde desde uma visão mais ampla. A saúde espiritual, a saúde dos territórios.** Reconhecer as **formas próprias de cuidado** que nós, povos, temos. **Saúde coletiva**. **Não na lógica mercantil e individual com a qual se quer enfrentar a pandemia.** Então, nesse sentido, lamentavelmente, Chile e Brasil temos um trajeto do neoliberalismo. Somos países em que o neoliberalismo privatizou coisas de toda ordem: saúde, educação, a moradia. Então, nosso desafio é sustentar a resistência, mas também derrubar o neoliberalismo.	

3.4.5 Síntese das experiências selecionadas

As experiências selecionadas mostram a diversidade de territórios e movimentos que tratam a vivência das mulheres como analisadora das condições de vida de sua comunidade. As ativistas, ao abordarem as temáticas que enxergam como prioritárias no enfrentamento da crise sanitária, convergem que esta não é uma crise recente, mas uma crise que exacerba as crises que se sobrepõem sem resposta até a chegada da COVID-19.

As mulheres ativistas do Rio de Janeiro e Recife, bem como a ativista Chilena, veem na realidade urbana a possibilidade de ampliação do autocuidado e

do cuidado coletivo por meio de realização e aproximação das ativistas com as redes de agroecologia que fomentam a soberania alimentar e de saúde de sua comunidade.

A articulação destas ativistas em redes de apoio mútuo e colaborativo é central para a ação das mulheres nas crises anteriores e no recente combate à pandemia. Essa rede possibilita, às mulheres, não apenas agirem em prol de sua comunidade, como para si e na produção do reconhecimento de quais questões devem ser problematizadas para fortalecimento de ações de reivindicação de direitos.

Percorrer as experiências de "*Teia da solidariedade da zona oeste do Rio de Janeiro na pandemia"*, do "*Trabalho doméstico na pandemia impressões sobre a realidade urbana no Rio de Janeiro e Recife*" e do "*Espaço de reintegração da favela: o autocuidado depende de tudo que está em nosso redor"* coopera com o entendimento de quem foram as mulheres mais afetadas com a pandemia e o quão resilientes e permeáveis suas ações foram para sustentação destas em redes de promoção e reivindicação de cuidado.

A experiência "*Latino América*, *'Champurrea" para soberania alimentar e sanitária. A saúde dos povos, desde uma visão ampla que reconhece as formas próprias de cuidado que nós, povos, temos*." aprimora o papel destas ativistas na integração das mulheres ativistas do Brasil em relação à troca de experiência e de visões estratégicas sobre a região, no fortalecimento de redes entre ativistas mulheres e o campo da saúde coletiva.

O Quadro 12 apresenta uma síntese das principais falas referentes à dimensão molecular de como as mulheres criam suas práticas de cuidado de si e do mundo em experiências de reivindicação de direitos no período pandêmico.

Quadro 12: Síntese das experiências selecionas - tópicos de interesse da dimensão molecular das experiências urbanas das mulheres participantes da campanha *Mulheres Territórios de Luta*, do PACS

OBJETO TESE	MOLECULAR (Como os atores refletem/ vivenciam/reproduzem/criam suas práticas de cuidado de si e do mundo) DIREITO AO CUIDADO	
		Valorização de espaços colaborativos e democráticos que

Ações / Performances de reivindicação do direito ao cuidado das mulheres nos processos participação social e redes de cuidado que colaboram com a integralidade da saúde em meio à pandemia da COVID- 19.	Construção de espaços públicos de diálogos políticos que envolvam a vivência e a reflexão crítica e socialmente comprometida das mulheres sobre os problemas de saúde individuais e das coletividades nos aspectos epidemiológicos, culturais e socioeconômicos de seus territórios.	troquem experiências sobre o processo saúde-doença-cuidado e propiciando a construção de ações que reivindiquem direitos.
Experiências selecionadas	1 ° Ponto de análise na dimensão molecular	2° Ponto de análise na dimensão molecular
Experiencia I: TEIA DA SOLIDARIEDADE DA ZONA OESTE DO RIO DE JANEIRO NA PANDEMIA, por SILVIA BAPTISTA (CPMZO) **E SANEY SOUZA (Coletiva *AS CABOCLAS*)**	Então, eu decidi começar com essa pergunta da Aline, porque a gente tá nesse momento precioso, conversando sobre **integralidade em saúde** e ativando nossa **memória** e nossa criatividade. Eu acredito veementemente que a própria **existência da rede da Zona Oeste é uma resposta ancestral** à pressa que estava acometida em 2019. Mesmo sem saber, a gente estava **com urgência organizativa**, de reinventar nossas rodas. E no **ano de pandemia**, **nossa teia, basicamente, estava pronta**. **Daí a gente está nesse momento de vivenciar esse recurso ancestral à nossa saúde. Não existe aquilombamento sem estratégias autônomas de saúde**. Vamos enfrentar o Estado? Vamos. Estamos enfrentando o Estado, mas construindo a nossa cerca e nossas trincheiras de defesa. **SILVIA BAPTISTA (CPMZO)**	E aqui eu estou com um desses prêmios de autocuidado. Que é simplesmente uma sinergia feito pela Dani, que é uma companheira de mulher da Pedra, que traz um toque, nos fornecendo escalda-pés. Quero lembrar das mulheres que estão mexendo as ervas. Eu sei que na Guatemala, no Maranhão... as mulheres estão mexendo seus caldeirões. E quero deixar essa expressão **"mexendo seus caldeirões**", trazendo um pouco a origem da **fofoca e do cochicho**, de uma palavra que me lembra muito a Aline. Para mim, a origem da palavra fofoca é mexer o caldeirão. Sempre lembro da Aline quando penso nessa palavra. **É a respeito da construção oral das nossas inovações. Então a gente constrói um cochicho e transmite "mídias ativas", transmite pelas redes o necessário, o estratégico e o prático.** **SILVIA BAPTISTA (CPMZO)**
Experiência II: **TRABALHO DOMÉSTICO NA PANDEMIA. IMPRESSÕES SOBRE A REALIDADE URBANA NO RIO DE JANEIRO E RECIFE, por ANA SANTOS (CEM E REDE CAU) e ROSIMERE NERY (FASE-PE E**	Então falar do trabalho doméstico, principalmente em áreas mais precarizadas, é um trabalho tão naturalizado que é um trabalho tanto de formiguinha. (...) Então a gente já tinha falado disso, então eu não vou estender muito. Mas dizer que o mais difícil está sendo ainda para a mulher é conciliar o trabalho doméstico com o trabalho de educação infantil dos seus	A outra questão colocada é de quem **cuida de quem cuida**. Eu acho que a gente vem carregando uma culpa de que nós mulheres não temos que ter esse tempo. A gente acha estranho quando uma mulher deixa de lavar o prato para sentar e ficar relaxando um pouquinho, porque a nossa educação é uma educação com sinônimo de que não podemos parar e a gente tem sempre que estar trabalhando. É uma

FMPE)	filhos, seja pela falta de experiência ou mesmo saber do que está sendo passado. (...) Eu estava no portão de uma vizinha e a gente estava fazendo a distribuição da mascaras, ela foi e falou: "É filha, você vai ter que ir para o seu namorado, que a mamãe é pobre e não tem internet, né?" Caraca, que culpa. Eu não posso dar para o meu filho. Então você imagina o quê que é na **pandemia**. Além de estar altamente sobrecarregada, você ainda tem que assumir essa culpa que você não pode apoiar essa criança. A violência, essa pra mim é uma violência, a fome para mim é outra violência, a falta de água potável para mim é outra violência. Acordar de manhã cedo com um helicóptero e todo mundo fechar as janelas, porque não sabe se a polícia vai entrar, é outra violência. Então a violência do Estado, ela perpassa, ela ultrapassa. Não é só o fuzil armado, mas é todas essas ausências negligenciadas e afirmadas em nossos corpos. O tráfico armado é outra violência. Você imagina na **pandemia** como é que não tá? **ANA SANTOS (CEM E REDE CAU)**	dificuldade muito grande que nós mulheres temos, de fazer essa parada e ficar lá só deitada, deitada. Um direito que os homens fazem, que chegam do trabalho, sentam e deixam as mulheres fazendo o serviço. A gente não foi ensinada a fazer isso. E tem uma questão que o **movimento de mulheres** tem feito, que é fazer atividades de **autocuidado** conosco, né? E isso tem sido muito bacana. Mesmo agora na **pandemia** está tendo algumas atividades de **autocuidado**. E mesmo quando a gente faz algumas reuniões, que a gente pode conversar e dizer que está sentindo. É fundamental a gente poder tá **cuidando** da outra pessoa. E eu queria dizer que uma questão que eu acho importante, em conta, ações territoriais desenvolvidas na **pandemia**, essas campanhas e ações que a gente tem participado levantamento de alimento, de material de limpeza, de máscara, de álcool gel e álcool 70 para as mulheres, crianças e entrega livre, tem sido desenvolvidas e apoiadas pelo movimento. Então isso pra mim vai além de uma ação de solidariedade, pra mim é **uma ação política**, que a gente tá tentando manter s as pessoas. E essas pessoas são as que têm menos acesso. Então para mim a **solidariedade e a política** estão muito juntas. **ROSIMERE NERY (FASE-PE E FMPE)**
Estratégia III: **ESPAÇO DE REINTEGRAÇÃO DA FAVELA: O AUTOCUIDADO DEPENDE DE TUDO QUE ESTÁ EM NOSSO REDOR. "NÓS ESTAMOS MOLDADAS PARA SERVIR, PARA CUIDAR E QUEM CUIDA DE QUEM CUIDA?" MARCELLE FELIPPE (*VERDEJAR*)**	No que diz respeito **às mulheres e pensando em cuidar de quem cuida**, a *Verdejar*, eu componho a articulação de agroecologia do Rio de Janeiro, o GT Mulheres, desde o início da **pandemia**, temos pensado, visto e sentindo em cada companheira e local, seus cansaços e sobrecargas físicas e psicológicas, essa sobrecarga que triplicou **em questão da pandemia**, independente da mulher estar em frente a alguma luta ou em casa com seu cotidiano, são frentes de luta. **Então começamos a entender quem são essas mulheres mais afetadas, que são as mulheres pretas, favelas e periféricas, que estão desde sempre.** A gente consegue falar quando a mulher branca saiu e conseguir direito a voto e à cidadania, mas a gente tem dificuldade de falar quando	E nessa discussão do **autocuidado** e de se reinventar para resistir o tempo inteiro para **como fazer nossa economia, nossas relações e articulações**, porque não tá fácil. Ainda mais quando a gente tá falando de um momento que a gente viveu, **uma pandemia.** Então as cestas de alimentação com alimentos agroecológicos, com chás e ervas, foi uma potência que as mulheres também estão fortalecendo e proporcionando. Não vão só com alimentos, vão com comida de verdade para o corpo, espírito e mente. **E pensar nesse autocuidado.** Eu tenho visto nesse processo todo que não depende só de nós. **O autocuidado depende de tudo que está em nosso redor. Parece fácil acordar de manhã e tomar uma tintura. Mas a maioria das vezes você tem uma outra demanda antes, de cuidar de alguém.** E esse processo que a gente tá

	chega nesse ponto. Então a questão do feminismo, lutas e direitos só tem sentido para nós se for para todas e todos. Então nessa reinvenção de ter esse **olhar cuidadoso**, **nasce uma cartilha de enfrentamento, com receitas e resgastes que cada uma traz, ancestralidade e partilha de cuidado entre nós.** E dali brotou o projeto **"Cuidar-se",** que foram cestas **de autocuidado** da articulação de agroecologia, mas também com mulheres que atuam com essas mulheres e seus territórios, que por mais que não estejam diretamente no grupo de trabalho, estão conectadas com as os trabalhos que elas realizam em seus territórios. Foram 175 cestas para mulheres de todo o Rio de Janeiro. E essas cestas chegam cheias de potência e cheias de saberes e com o fortalecimento de **autonomia de todas essas mulheres,** porque foi realizada com toda nossa **economia de mulheres que produzem e geram renda através dos seus saberes e práticas.** E foi nessa rede que foi interessante conhecer a potência dessa cesta tão conectada dessas mulheres nesses territórios. Então a gente foi vendo que quanta a resistência e quanto a fortaleza que cada cantinho desse tem que às vezes a gente acha que tá sozinho. Mas que quando a gente se junta vemos que é um mar gigantesco.	refletindo do que é e ser o **autocuidado** é a gente pensar que o **autocuidado é integral**. **Por isso não podemos falar que uma mulher no território, por que esteja avançando com seus projetos e realizações, se ela olhar para o lado e não tiver outra companheira, a gente não consegue. Nós somos uma teia e uma rede.** Tem companheira de todo lugar que vem trazendo suas experiências e nos mostra essas reinvenções que a gente tá fazendo, pois enfrentamento a gente sempre fez. Se reinventando e aprendendo para trocar nesse **movimento de partilha.** Mas se a gente for ver, nós estamos desde sempre resistindo. **E acho que essas ações que a gente pensa no coletivo nunca é só para si cuidar, porque não adianta nos cuidarmos sozinha, pois somos ligados à nossa família, companheiras e a um ambiente.** Então a gente vem pensando que a luta, que é uma questão diária, é uma desconstrução diária. Como a companheira falou: **Nós estamos moldadas para servir, para cuidar". E quem cuida de quem cuida? Isso é muito mais profundo, porque o ato de cuidar às vezes é uma necessidade e que precisamos que o meio esteja bem para que consigamos nos cuidar.** **Eu tenho acreditado cada vez mais que ele é algo integral.** Então esses espaços de disputas que as mulheres estão sempre, é por estarem sofrendo uma opressão constante em toda nossa história. O chamado, o olhar para os territórios sejam coletivos e que não exista uma mudança que uma pessoa faça. **A mudança só vem com o coletivo. Não adianta uma pessoa ter uma ideia brilhante se não buscar formas de dialogar e reinventar e agregar mais pessoas.** Porque não adianta, nosso enfrentamento são gigantescos e são com canetas. A gente fala aqui que mata mais não é o fuzil na favela, e sim uma caneta. Isso é muito importante, porque as vezes a gente tá fazendo uma ação na base, mas a nossa luta é tão grande, que até você conseguir sensibilizar, toda essa base é uma constante. É uma constante de mudanças que a gente vive socialmente. Esse é mais ou menos um panorama do que a gente tem feito, tem pensado,

		articulado e tentado ficar firmes e **se cuidando** e parando para descansar e levantar mais forte e seguindo se conectando com cada uma. A gente tá junta e agindo do jeito que a gente pode**. Os nossos corpos-territórios na frente, mas também resistindo muito para cuidar dos nossos corpos, mente e ambiente e da nossa vida.**
Experiência IV **EXPERIÊNCIA AMÉRICA LATINA – "CHAMPURREA" PARA SOBERANIA ALIMENTAR E SANITÁRIA. A SAÚDE DOS POVOS, DESDE UMA VISÃO AMPLA QUE RECONHECE AS FORMAS PRÓPRIAS DE CUIDADO QUE NÓS, POVOS, TEMOS., por <u>FRANCISCA FERNANDEZ (MAT E COORDENADORA 8M)</u>**	Então, como pensar a alternativa implica **a autodeterminação dos povos**, por meio da qual possamos romper com as cadeias extrativistas e capitalistas, desde as nossas próprias produções, agroecologia, sementes nativas, hortas urbanas, a partir do **reconhecer nossas políticas de cuidado**, tanto familiar, coletivo, territorial ou da natureza. E também mudar a lógica do consumo. Consumo desde economias territoriais, solidárias, desde os fluxos do ecossistema. Mas, além disso, nós temos aqui uma instância que se chama **"Comprando Juntas",** rede de abastecimento, em que compramos diretamente a provedores e provedoras do campo. É romper com a **falsa dicotomia do rural e do urbano**, como se fossem duas coisas opostas. Aqui é pensar a **inter-relação entre campo e cidade**. Temos uma companheira aqui que se chama Anamuri, são parte da CLOC, da Via Campesina, que dizem: "Ruralizar o urbano! Ruralizar as cidades. Plantar nos terraços, nos telhados, nas ruas". Essa é a contribuição que queremos. E não é causalidade - com isso já adentro o tema da **pandemia** - que, justamente, é o que estamos fazendo na **pandemia**: nos organizamos em restaurantes populares, ampliando a rede de abastecimento, complementando produção, bens, entre um e outro território. As mulheres somos protagonistas, por exemplo, na **soberania alimentar**, hoje, frente **à pandemia**. Organizando **cozinhas comunitárias**. Uma cozinha comum. E isso é um mecanismo de	Seguir mobilizadas, mas também **autocuidarmos.** É um desafio muito complexo. Eu lhes falava: agora em **quarentena,** não só temos que **sustentar a vida**, o que sempre fizemos, trabalhando, cuidando da casa, nossas filhas e filhos, mas também estando no lugar da resistência, que o fizemos, mas ao mesmo tempo entendendo sobre uma **política de cuidado.** Por exemplo, aqui no Chile - e também vi que ocorreu no Brasil -, a violência patriarcal cresceu. Muitas mulheres, hoje, estão **em quarentena com seus agressores.** Então, também **tivemos que gerar redes de cuidado com a vizinha**, para saber como estamos **para nos protegermos, nos cuidarmos.** E frear essa violência patriarcal e, além disso, essa violência institucional, assediando as ruas. Veja, no Chile, as políticas repressivas tiveram um aumento. Então, é um **espaço de muita complexidade.** Mas, creio muito vital sinalizar que **já habitamos as alternativas ao capitalismo**. E que hoje devemos aprofundar - à par de que o neoliberalismo se aprofundou - porém, temos que entender que a **crise hoje é uma crise, sobre crise, sobre crise, que nos evidencia o caráter de urgência em mudar a ordem das coisas.** É isso.

	resistência. E não é casualidade: nós, no Chile, estamos em revolta desde outubro de 2019. A forma que organizamos a resistência, em outubro, é a mesma forma que estamos organizando a resistência hoje. **Soberania alimentar. Mas também soberania sanitária.** **A saúde dos povos, a saúde desde uma visão mais ampla. A saúde espiritual, a saúde dos territórios.** Reconhecer as **formas próprias de cuidado** que nós, povos, temos. **Saúde coletiva**. **Não na lógica mercantil e individual com a qual se quer enfrentar a pandemia.** Então, nesse sentido, lamentavelmente, Chile e Brasil temos um trajeto do neoliberalismo. Somos países em que o neoliberalismo privatizou coisas de toda ordem: saúde, educação, a moradia. Então, nosso desafio é sustentar a resistência, mas também derrubar o neoliberalismo.	

À GUISA DE CONCLUSÃO

4.1 Da hipótese aos resultados que abrem caminhos para observação dos sistemas complexos de cuidados

O estudo buscou investigar qual a percepção das mulheres sobre o uso do conceito de cuidado em suas articulações comunitárias por direitos. Para tanto, as redes de produção de cuidado, para além das mapeadas pelas unidades de saúde do Sistema Único de Saúde, nos m a compreender as relações de sustentação da vida que dialogam com as portas de acesso ao sistema e dentro dos territórios.

Compreender o cuidado, a partir das mulheres em ação, possibilita observar a vivência das mulheres que estão em luta cotidiana por direitos. Para estas, estar neste movimento, enquanto mulher, é um modo de ser na vida, estar em ação, vincula-se a ser ativa na luta por bem-estar e direitos. Nesse entendimento, o olhar de aproximação com o SUS supera a expectativa assistencial e se aproxima da promoção em saúde e da garantia de direitos e dignidade no cotidiano da vida.

Refletir sobre esta relação, no âmbito da saúde coletiva e dos movimentos sociais de mulheres, é um desafio, mesmo quando trabalhamos com ferramentas teóricas robustas como as que a integralidade em saúde proporciona. A materialização desta requer um aporte teórico e prático sobre a complexidade de projetos terapêuticos e seus itinerários, que dificulta, em certos momentos, visualizar a hipótese completa do estudo.

Em meio a um cenário de preocupação para retomar a articulação das necessidades de saúde da população como prioritárias, as demandas dos serviços de saúde, as crises e instabilidades políticas do país são ampliadas com a chegada da pandemia. Portanto, o projeto elaborado para execução desta pesquisa tem seus primeiros passos no final de 2017 como requisito para entrada no doutorado, em meio à mudança de perspectiva governamental sobre as políticas públicas de saúde (mudança na PNAB, entre outras).

O projeto ganha novos contornos em 2020, em meio à pandemia de COVID-19 e à negligência do governo federal para com esta crise sanitária, tendo sua guisa de conclusão concluída após a eleição de 2022, com Luís Inácio Lula da Silva eleito e, junto a este, a expectativa de retomada de garantia de direitos sociais e de fortalecimento do SUS.

Estudar tais interferências no campo, em sua dimensão molecular, em meio à tal instabilidade política de governança, e a uma pandemia sobre a qual ainda havia conhecimento cientifico insuficiente, exigiu da pesquisa uma atualização quase diária acerca de seus impactos no Brasil e no Mundo. Este mergulho na vivência pandêmica das redes sociais cientificas e dos movimentos sociais permitiu aparecer um campo rico de possibilidades sobre o período.

Ao caminhar pela rede de mulheres ativistas na pandemia, no Brasil, destacou-se a afinidade destas com o tema já percorrido antes de 2020, contribuindo para a argumentação que as ativistas trazem de que sua articulação se deve, também, a um desdobramento de outras crises, ambientais, humanas e de cuidados.

Para avançar em tal desafio, a atualização metodológica em meio à pandemia aprofundou a abordagem nas redes sociais virtuais da internet. A proposta de multimétodos e a matriz de análise bem definida fortaleceram a abordagem das dimensões que interessam à pergunta inicial do estudo. Como as mulheres em ação se articulam para reivindicar o direito ao cuidado em meio à pandemia de COVID-19 no Brasil?

Mesmo com a estruturação da análise do discurso apoiando a metodologia, a análise se desenvolve com o reconhecimento de seus caminhos pela elaboração autoral da pesquisadora, percurso em que o campo invade a base teórica analítica formada pela pesquisa e propõe uma imersão na área das Ciências Sociais.

Assim, agregam-se elementos de análise que habitam entre o planejamento das ofertas dos serviços de saúde e a promoção da saúde nos territórios ao propor verificar elementos da organização social do cuidado que complementam este cenário de atuação das ativistas, questão que toma centralidade no estudo e na compreensão da pesquisa, sendo este o primeiro resultado que valoriza a metodologia agregadora exercitada neste trabalho.

Afinal, a relação que é pauta deste trabalho, pode ser reconhecida também pela crise da organização social do cuidado que a pandemia ajudou a avultar. Ao chegar neste ponto, verifica-se que existe um vasto vocabulário em que as mulheres em ação se sustentam para fortalecer suas redes e reconhecer suas trajetórias de lutas.

É também neste vocabulário que se identifica uma aproximação com o campo da saúde coletiva e se permite que este movimento de ativistas seja visto como

interessante interlocutor entre o espaço acadêmico e dos movimentos sociais para aproximações epistemológicas sobre a reivindicação das mulheres pelo direito ao cuidado durante o início da pandemia de COVID-19 no Brasil.

Ao aprofundar os estudos sobre a compreensão dessas mulheres sobre cuidado, percebe-se que, atualmente, é escassa a bibliografia existente sobre estas articulações comunitárias de saúde no Brasil, remetendo-se, as principais referências sobre o tema, aos ensinamentos de Victor Valla e Eduardo Stotz, sobre participação popular, educação e saúde e seus contornos na articulação comunitária.

Por outro lado, as páginas mais atuais sobre esta atuação das mulheres não estão apenas nos relatórios da ONU na década de 80, ainda pouco afetado pela lógica de empoderamento feminino pelo empreendedorismo. As recentes publicações das mulheres, que ampliam as referências sobre sua atuação comunitária e debatem amplamente a economia do cuidado e sistemas de cuidados para o enfrentamento da pandemia de COVID-19, estão nas publicações de autorias latino-americanas e espanholas (BANGO *et* COSSANI, 2021).

Entre elas, entende-se que a promoção dos sistemas integrais de cuidado (figura 7) une elementos que possibilitam a criação de condições para a autonomia econômica e de tempo das mulheres, que podem ser aliviadas da carga de cuidados não remunerados e até da sobrecarga de outras cargas formais e remuneradas. Por isso, a proposta de promoção de políticas de cuidado precede aos Estados, como a inclusão dos sujeitos em uma matriz de bem estar, em que seja um direito de todos os indivíduos da sociedade, cuidar ou não cuidar (BANGO *et* COSSANI, 2021).

Figura 7. Ações para promoção dos sistemas integrais de cuidado na América Latina e no Caribe em tempos de COVID-19, visando fortalecer a resposta e a recuperação de sistemas integrais.

Fonte: BANGO et COSSANI, 2021 ONU Mulheres.



Em sendo cuidadas, as autoras elaboram que as pessoas tenham o direito ao cuidado exercido com qualidade e igualdade. E não a partir de uma responsabilidade exclusiva das mulheres, que limite as oportunidades de desenvolvimento de quem exerce o cuidado com baixo reconhecimento e sem remuneração, questão que envolve, inclusive, a seguridade social, afetando a sustentabilidade de um desenvolvimento que busque mais oportunidades para as mulheres, tal como o financiamento de bem estar geral de uma sociedade que envelhece demograficamente (BANGO *et* COSSANI, 2021).

Nesse sentido, a *ONU Mulheres*, ao falar do cuidado como um pilar de bemestar e condutor de recuperação da crise da COVID-19, recria sua definição como sendo uma atividade que regenera o bem-estar físico e emocional das pessoas em uma base diária e geracional, na qual se valorizam tarefas diárias de administração e sustentação da vida (BANGO *et* COSSANI, 2021).

Forjam-se como um extenso conjunto de aspectos que abrangem cuidados de saúde, cuidados com o corpo, educação/formação de pessoas, manutenção de relações sociais ou de apoio psicológico aos membros da família e atingindo, assim, não apenas a família, mas a complexidade do território em que vivem (BANGO *et* COSSANI, 2021).

Essa definição de cuidado, que abrange cuidados de saúde, cuidados domiciliares, cuidados para dependentes e cuidadores e/ou autocuidados, exercendo nesta amplitude conceitual, o seu valor numérico em termos de sua quantidade, medida em unidades físicas de tempo. As horas dedicadas ao cuidado, revelam grande desigualdade entre homens e mulheres, como já referido anteriormente nesta pesquisa. (BANGO *et* COSSANI, 2021).

Contudo, ainda existem dificuldades em mesurar a qualidade que um cuidado poder oferecer, assim como em elencar as características fundamentais para manter a sustentabilidade de uma organização social do cuidado como um todo. Nesse sentido, a criação de sistemas nacionais de cuidados é uma resposta direta à distribuição desigual do trabalho doméstico entre homens e mulheres e ao déficit de cuidados que os países enfrentam (BANGO *et* COSSANI, 2021), a chamada “crise de cuidado” que, por um lado, ocorre pelo aumento demográfico com o resultado de melhorias na ciência e nos sistemas de saúde. E por outro, pelo aumento das desigualdades sociais e da população que necessita de cuidados (BANGO *et* COSSANI, 2021).

Esta concepção, consolidada pela *ONU Mulheres* e CEPAL também comparece como resposta e proposta de recuperação dos países impactados pela pandemia da COVID-19, em documento da *ONU Mulheres* “Cuidados en América Latina y el Caribe en tiempos de COVID-19. Hacia sistemas Integrales para fortalecer la respuesta y la recuperación.” Julio Bango sistematiza as principais providencias necessárias para ampliação dos direitos ao cuidado durante e após a pandemia (BANGO, 2020).

Para o autor, a pandemia da COVID-19 reafirmou a centralidade do cuidado na organização social e política dos países, destacando a insustentabilidade de sua organização atual. Na América Latina e no Caribe, a crise já estava instalada antes da pandemia, quando as mulheres trabalhavam três vezes mais tempo que os homens em trabalhos de cuidado não remunerados (BANGO, 2020).

A questão se agrava no início da pandemia pela crescente demanda por cuidados e redução da oferta de serviços, motivada pelas medidas de distanciamento social adotadas pela maioria dos governantes da região para conter a crise sanitária, reforçando a valorização da discussão sobre organização social do cuidado para estabelecimento de um "novo normal”, tendo em vista as grandes mudanças ocorridas para contenção da pandemia terem modificado a infraestrutura utilizada para se inserir na sociedade, principalmente para continuação ou inserção na escola/ universidades, espaços de formação e no trabalho (BANGO, 2020).

Esta herança da pandemia abriu a possibilidade de valorização do trabalho invisível das mulheres e também de tensionar o debate sobre este no espaço público, o que era apenas visto em abundância na esfera privada. A oportunidade alerta sobre os velhos desafios de invisibilidade do trabalho doméstico e de cuidados, abrindo campo de diálogo para a geração de novos desafios, tal como a reorganização do trabalho produtivo e reprodutivo na urgência pandêmica, em médio e longo prazos (BANGO, 2020).

A fim de propor medidas específicas para valorização e implementação das políticas de cuidado, a *ONU Mulheres* e CEPAL apresentam encaminhamentos para políticas públicas que influenciam a educação, a saúde e os sistemas de proteção social para além da crise pandêmica, como pode ser visto na figura 8 (BANGO, 2020).

Figura 8. Das crises à oportunidade: recomendações para a promoção de políticas de cuidados na América Latina e Caribe.



Fonte: BANGO, 2020, *ONU Mulheres*, CEPAL e COVID-19 Respuesta.

A interação e o reconhecimento de tais instâncias, que cooperam com a governabilidade dos países da região, importa para este estudo por apresentar, como saída da pandemia, políticas governamentais que valorizam a ação das mulheres em todas as esferas de atuação, não apenas as de participação política e empoderamento em espaços tradicionais. Aqui ganha reforço a ação destas mulheres como trabalhadoras fundamentais da organização social do cuidado das sociedades.

Tal questão suscita a ampliação do olhar para o tempo gasto em tarefas de cuidado pelas mulheres em toda região latino-americana. Para tanto, é necessária a produção de mais informações sobre o tema. Após o primeiro ano da pandemia no Brasil, iniciativas desta abrangência começaram a ser fomentadas no país. Com destaque para Belém, capital paraense que pode ser o primeiro município brasileiro a estabelecer um piloto de Sistema de Economia de Cuidados no Brasil.

Em uma parceria da prefeitura de Belém com a *ONU Mulheres*, a *Open Society Foundations* e a *Funpapa* (Fundação Papa João 23), o município foi escolhido para a execução do projeto piloto graças ao compromisso demonstrado pelo poder público com a igualdade de gênero e ao interesse de investir na economia do cuidado, apresentando os mesmos desafios das crises de cuidado já relatados neste estudo e com a intensificação desta com a pandemia de COVID-19 na rede local de cuidado, a qual ficou restrita, as mulheres tiveram que passar mais tempo em suas casas cuidando de familiares (VUECELLI, 2022).

Para a implementação do projeto piloto do sistema de cuidados, outros incentivos foram realizados para fortalecimento de informações relacionados à economia do cuidado, como os produzidos pela *Rede de Apoio Mulheres Marajoaras em Movimento*. A vontade política do governo municipal procurou fomentar a articulação e a autonomia das mulheres com o projeto., possibilitando à gestão pública identificar oportunidades para aumentar a atenção e a resposta às demandas dessas mulheres na capital. O prefeito relata com entusiasmo a iniciativa:

> “Este termo de cooperação técnica será o ponto de partida para que, de um lado, possamos criar e consolidar estratégias e meios que valorizem o trabalho das cuidadoras e, de outro, oferecer instrumentos que garantam direitos, voz, inserção e proteção social a essas trabalhadoras. Meu agradecimento à *ONU Mulheres* pelo reconhecimento ao nosso trabalho e pela cooperação oferecida, e meu respeito a todas as cuidadoras – as de coração, as voluntárias, as remuneradas, as profissionais. Para além dessa bonita iniciativa de hoje, a Prefeitura de Belém quer e vai construir novas iniciativas junto com todas vocês. As grandes transformações começam nos pequenos gestos de cuidado”, concluiu o prefeito de Belém, Edmilson Rodrigues (VUECELLI, 2022).

Neste debate, as políticas de cuidado devem ser sustentadas com base nos princípios de universalidade, solidariedade, autonomia, e corresponsabilidade social, promovendo o envolvimento das famílias, do Estado, do mercado e da sociedade, em uma corresponsabilidade comunitária em termos de gênero entre homens e mulheres, tendo como pilares: prestação de serviços de cuidados; pactuações para regulamentos que são estabelecidos; treinamento de cuidadores; gestão da

informação e a geração de conhecimento público sobre o cuidado, além de ações de comunicação visando à difusão dos direitos e à transformação dos padrões culturais patriarcais (BANGO, 2020).

Na Argentina, esta proposta já apresenta materialização na formulação de políticas para combate à COVID-19. Em uma cartilha orientadora de políticas de cuidado frente à pandemia, a mesa interministerial de políticas de cuidado ao combate à COVID-19 incentivou campanhas de corresponsabilidades no cuidado em meio à quarentena (Argentina, 2020). incentivando que os encaminhamentos de medidas de contenção da crise sanitária não oferecessem a perda de direitos da população. Fomentaram palavras de ordem, como: “En esta cuarentena y siempre, promovamos una #CuarentenaconDerechos” e “Que quedarnos en casa no signifique perder derechos sino una oportunidad para construir más igualdad.” (Argentina, 2020)

Anseio que tal visão nos aproxime das ativistas que integram a campanha *Mulheres Territórios de Luta*, aproximando os desdobramentos, no campo macropolítico, de valorização das ações que as mulheres têm realizado em suas comunidades, entre Brasil e América Latina.

No entanto, mesmo com incentivos sendo construídos com financiamentos governamentais, estes estão relacionados a incentivar um modelo de desenvolvimento que vincula a ação das mulheres em movimento como apenas uma ação participativa no sistema integrado governamental. As ações de sustentação da vida destas, para além da agenda estatal, é o que possibilita seguir o desenvolvimento deste estudo.

4.2 Do sistema integrado de cuidado ao cuidado em redes comunitárias: resultados da articulação das mulheres em luta pelo direito de ser

As mulheres, no ciclo de debates *Mulheres Territórios de Luta,* demonstram, em suas experiências, que não existe realizar uma ação que é apenas participativa. Elas admitem suas ações de cuidado assumindo corresponsabilidades, muitas vezes não vistas pelo Estado, e atuando como parte constante e constituinte de um todo. Ao ver a elaboração de um sistema integral de cuidados, este precisa se aproximar das trabalhadoras do cuidado, mas, em sua maioria, são as mulheres que

ainda não têm seu trabalho remunerado, que exercem a maior parte destas tarefas, apoiando sua sobrevivência e de suas atividades de cuidado, em momentos de emergências sanitárias, a outras mulheres de sua comunidade.

A abordagem metodológica deste estudo colabora para a reflexão, neste capítulo final de apontamentos da dimensão molecular, sobre as redes de cuidado no combate à pandemia e sustentação do direito humano à vida, conforme se vê no quadro 13.

Quadro 13 – Dimensões da política da linha de análise do discurso sobre redes de cuidado no combate à pandemia e sustentação do direito humano à vida.

Dimensões Linhas	MACRO (Contexto político-institucional local e nacional de pactos de defesa da vida) DIREITO HUMANO	MICRO (Ações e experiências de reivindicação e solidariedade para/com o cuidado nas organizações de defesa de direitos humanos) DIREITO A VIDA	MOLECULAR (Como os atores refletem/ vivenciam/reproduzem/criam suas práticas de cuidado de si e do mundo) DIREITO AO CUIDADO
Redes de cuidado no combate à pandemia e sustentação do direito humano à vida	Participação social na construção da rede de cuidado na integralidade da atenção à saúde; Inserção das práticas de cuidado como eixo estruturante da reivindicação de direito à saúde e à vida das mulheres.	Integralidade como princípio norteador da rede de cuidado; Dispositivos de reivindicação de direitos na perspectiva de construção da rede de cuidado; Possibilidade de participação social e vivência em ações intersetoriais; Possibilidade de participação social na construção e gestão de projetos terapêuticos.	Valorização da experiência de reivindicação do direito ao cuidado: - Das múltiplas dimensões do processo saúde-doença-cuidado - Dos processos reivindicatórios como eixos que permitam o estabelecimento de vínculo e responsabilização com usuários, serviços e território. Possibilidade de fortalecimento da rede de cuidado ao compartilhar processos de reivindicação de direitos no cotidiano.

As mulheres em ação, no contexto da pandemia, refletem/ vivenciam/reproduzem/criam suas práticas de cuidado de si e do mundo apontando para a necessidade de cuidar de suas vidas no “agora”. Elas buscam respostas, não só à pandemia, mas aos desafios que a sobreposição de crises assenta em suas vidas.

As abordagens vistas no ciclo de debates ressaltam a atuação destas em territórios plurais em que 37 experiências puderam ser visibilizadas por esta pesquisa, sendo a amostra delimitada por sua atuação em territórios urbanos e também por sua intercessão entre a saúde coletiva e centros urbanos latino-americanos.

Ao aprofundar a análise nesta diversidade de experiências, o estudo procurou sair de uma compreensão singular de caso único para estudo de um caso com múltiplas frentes, agregando alguma generalidade às experiências das ativistas participantes da campanha. Era esperado que ocorresse uma análise de um caso único, no entanto, a possibilidade de campo no PACS alargou as experiências visíveis no momento do ápice da pandemia no Brasil.

Apesar da diversidade e pluralidade de vivências, a articulação do discurso das ativistas é complementar e abrange uma unicidade construída e estabelecida em debate aberto, questão que complementa a oportunidade de ter realizado a pesquisa por multimétodos, que incluem e valorizam ainda mais a opção por realizar a análise de discurso no campo.

Tal método aprecia aprofundar a análise sobre a visão das experiências complexas de diferentes organizações, principalmente quando estas, em debates de ideias, atualizam suas linguagens de discurso, agregando ao vocabulário de luta das mulheres as dimensões sobre a prática de reivindicação de cuidado e sustentação da vida em seus territórios.

A costura que esta pesquisa fez tentou colocar em diálogo as experiências de resposta à pandemia das mulheres em seus territórios de luta com as articulações destas em seus movimentos sociais, como é abordado na primeira experiência selecionada, em que se busca aprender sobre as experiências de cuidados da *Teia de solidariedade da Zona Oeste* do Rio de Janeiro na pandemia.

Deste modo, a *Teia* é definida pelas ativistas como recurso ancestral de garantia de saúde, em que “não existe aquilombamento sem estratégias autônomas de saúde”. Além de ser formada a partir do respeito às tecnologias inovadoras de oralidade: “Então a gente constrói um cochicho e transmite “mídias ativas”, transmite pelas redes o necessário, o estratégico e o prático”.

A *Teia* ainda provoca um deslocamento sobre onde termina o privado e começa o coletivo, e coloca a comunidade como quintal de casa, unindo as mulheres no grito. Pois, “na verdade, na pandemia, o que a gente fez foi gritar, a

gente teve que gritar, várias gritaram. E a gente se juntou.” Física e virtualmente, criando grupos de redes sociais para “através de áudio, para aquelas que têm dificuldade para escrever, falar como é que foi o dia.”

Não poderia escapar a este estudo e ao debate das ativistas as contradições encontradas sobre o trabalho doméstico na pandemia. A segunda experiência selecionada agrega este em duas realidades urbanas, Recife e Rio de Janeiro. A experiência traz a dificuldade de dialogar sobre as tarefas domesticas em áreas mais precarizadas, sendo “um trabalho tão naturalizado, que é um trabalho e tanto de formiguinha [dialogar sobre ele com as mulheres].” A experiência aponta ainda que a sobrecarga das mulheres esbarra na pouca capacidade de estas administrarem a culpa que sentem por tentar conciliar o trabalho doméstico com o trabalho de educação infantil das crianças, o que se agravou, durante a pandemia, com as crianças em casa e o uso da educação online.

Por outro lado, a análise do trabalho doméstico na pandemia suscitou visualizar que as ativistas ampliaram a discussão sobre quem cuida de quem cuida. “Eu acho que a gente vem carregando uma culpa de que nós, mulheres, não temos que ter esse tempo [de descanso].” Com esta reflexão, a ativista sustenta que o movimento de mulheres tem feito atividades de autocuidado “bacanas”, antes e durante a pandemia, refletindo para elas as ações fomentadas, não apenas como autocuidado individual, mas uma ação de solidariedade, uma ação política, em que se luta a partir de ações de cuidado para “manter vivas as pessoas”, juntando as qualificações das ações de cuidado, a solidariedade e a política.

Por fim, a última experiência nacional selecionada mostra a potência que habita na construção de diálogo das mulheres ao formar redes de ativistas a partir da valorização do que produzem em seus territórios. Ao dialogar sobre “O espaço de reintegração da favela: o autocuidado depende de tudo que está em nosso redor”, as ativistas procuram diálogo com o Estado e instituições, como a Fiocruz, para dar suporte às suas necessidades em meio à pandemia. Mesmo diante das negativas institucionais, elas fortalecem suas redes com apoio mútuo e campanhas de solidariedade para prestigiar e proteger a atuação das militantes de direitos humanos de diferentes movimentos sociais da cidade.

A cesta *Cuidar-se* chama a atenção por ter o foco no cuidado das ativistas como central para a política de proteção de sua comunidade, valorizando-a como

pilar político e econômico local, por incluir na cesta a geração de “economia de mulheres que produzem e geram renda através dos seus saberes e práticas”.

O projeto das cestas busca ressignificar o autocuidado por uma abordagem integral e coletiva: “Por isso não podemos falar que uma mulher no território esteja avançando com seus projetos e realizações, se ela olhar para o lado e não tiver outra companheira, a gente não consegue. Nós somos uma teia e uma rede.” É desta teia que as ativistas buscam performar seu corpo-território em conjunto, na garantia de direitos e articulação de ações com as instituições para que abracem suas ações e movimentos de partilha comunitárias.

Já a experiência relatada pela ativista chilena procura provocar inquietações sobre questões que não foram ditas com a mesma nitidez pelas ativistas brasileiras na campanha *Mulheres Territórios de Luta* e que compõem um forte campo de diálogo com a formação do campo da saúde coletiva na América Latina. Especialmente ao reivindicar a soberania alimentar e sobretudo a soberania sanitária, esta exibe um projeto maior a partir de articulações de redes de cuidado entre as mulheres que não termina em si.

Requer ainda mais diálogo, porém já abrange uma proposta de soberania sobre as questões sanitárias que venham a ser impostas aos corpos-territórios das mulheres, fomentando que o diálogo sobre as ações de cuidado que estas articulam continuem insuflando as ativistas a pensar alternativas às políticas públicas postas a partir da autodeterminação dos povos, por meio de condutas para enfrentar o desafio complexo de as mulheres continuarem mobilizadas e se autocuidando, como ao “gerar redes de cuidado com a vizinha, para saber como estamos para nos protegermos, nos cuidarmos”.

Tais experiências fortalecem a condução de uma estratégia de articulação dos movimentos sociais de defesa dos direitos humanos que vêm difundindo estudos, oficinas e ações de cuidado e do autocuidado como uma estratégia de proteção para seus defensores. Segundo a *Justiça Global* (2021) em seu *Guia de Proteção para Defensoras e Defensores de Direitos Humanos*, o cuidado e o autocuidado são estratégias fundamentais para quem atua na luta por direitos, apesar desse olhar para nós mesmos/as ser historicamente negligenciado.

A Organização Não Governamental (ONG), ainda fornece informações sobre o cenário integral ao qual as ativistas que relatam as suas experiências estão sujeitas. As ativistas da campanha Mulheres Territórios de Luta relatam, com mais

otimismo, as ações de cuidado do que a violência contínua a que estão submetidas. Violações que as acometem de estresse, depressão, ansiedade, hipertensão, diabetes, entre outros processos de adoecimento que são vistos pela Justiça Global como ataque dos perpetradores de violações para vulnerabilizar Defensores de Direitos Humanos (DDHs) (JUSTIÇA GLOBAL, 2021).

O cotidiano hostil, para a ONG, pode se alojar nos corpos, nas relações e em comportamentos reativos e desgastantes, reforçando a busca por uma conduta positiva e acolhedora das ativistas em ressaltar em seus relatos o tempo de descanso e de acolhimento mútuo, assim como pela construção de espaços *de* e *para* a reflexão sobre o cuidado e o autocuidado, a autocrítica, a coletivização destes entendimentos para realização de ações de transformação delas mesmas. (JUSTIÇA GLOBAL, 2021).

No Brasil, esta conduta de cuidado como proteção se estabelece como contrapartida às violências sofridas e, para a Justiça Global, é essencial que se possa construir sustentabilidade às ações de defesa dos direitos humanos com qualidade e ética, além de enaltecer a corresponsabilidade dos movimentos sociais sobre o cuidado de si, do outro e do mundo. O brutal assassinato da vereadora carioca, Marielle Franco, tornou essa pauta inadiável para as ativistas e inseparável da demanda por cuidados na proteção em uma sociedade democrática (JUSTIÇA GLOBAL, 2021).

Para a ONG, os modelos mais efetivos de autocuidado e cuidado nas práticas comunitárias são desenvolvidos em:

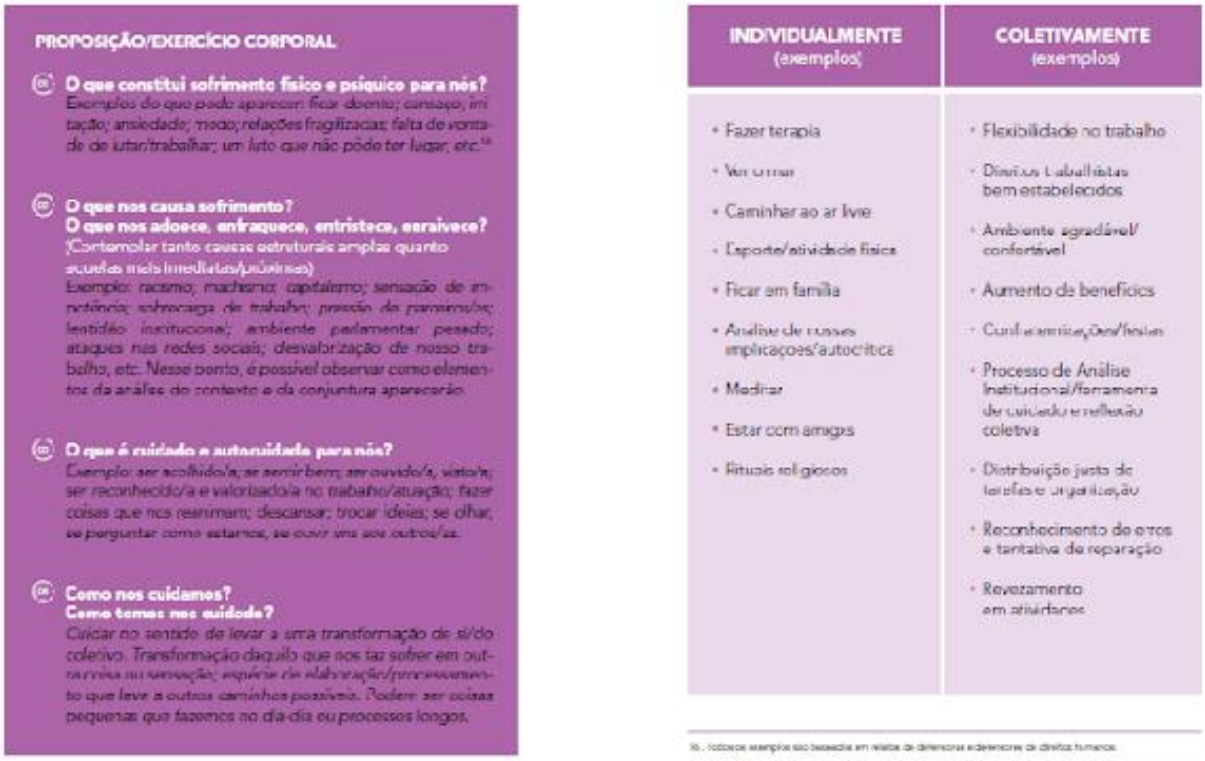
> (...) terreiros, comunidades quilombolas e indígenas, onde o convívio estreito, o olhar para as atividades cotidianas como alimentação e cuidado com o corpo trazem fortalecimento físico e emocional enquanto os membros dessas comunidades cuidam de si, do outro e do espaço em que vivem. Também são experiências importantes aquelas ligadas ao Ubuntu: “Eu sou porque nós somos”, que busca uma sociedade mais integral e solidária, e o “Nós por nós”, que trata tanto do cuidado entre ativistas quanto do cuidado aos temas e questões que lhes são caros no dia a dia de sua atuação.
>
> Como se vê, não há uma metodologia única nem terminada: as ações de cuidado e de autocuidado podem estar em um espaço terapêutico, no convívio familiar, na relação com a terra ou em rituais espiritualizados. Os pilares dessas práticas, diante da diversidade de DDHs e suas histórias e lutas, abrangem desde conhecimentos ancestrais de povos originários e outros saberes populares locais, referências feministas emblemáticas, até contribuições de campos como os da saúde mental, da arte, da filosofia, da pedagogia libertária e de uma psicologia que não se separa da política. (JUSTIÇA GLOBAL, 2021, pág. 65).

Assim como nos resultados encontrados deste estudo, as ativistas relatam a forte relação desta abordagem com os povos originários e suas ancestralidades. No

entanto, a presente pesquisa entende que esta relação de cuidado e autocuidado como estratégia de proteção das ativistas ultrapassa tais territórios se estabelecendo com eficiência também em comunidades urbanas não tradicionais.

Do ponto de vista do vocabulário utilizado e na performance das ativistas na organização e interação sobre a temática nos vídeos dos ciclos de debates e no curso de *Mulheres e economia,* do PACS, este parece seguir a proposta sistematizada de formação e interlocução das ativistas sobre o tema do cuidado, conforme o Guia de proteção das DDHs da Justiça Social, vide figura 9.

Figura 9: Matriz metodológica para uma oficina de cuidado e autocuidado para proteção de DDHs.
Fonte: JUSTIÇA GLOBAL,
2021.



Por outro lado, as ativistas que publicizam suas experiências no presente estudo procuram meios de ruralizar o urbano, aproximando as abordagens relacionadas pelo Guia a praticas agroecológicas vistas nas comunidades quilombolas e indígenas, entre outras comunidades que habitam ou frequentam, exercício que estimula a maior vinculação dos sujeitos do território urbano à construção de redes colaborativas de cuidado e autocuidado das ativistas com atuação vinculada também à defesa do meio ambiente.

Deste modo, as mulheres, em ação, enfrentam a sua situação de vulnerabilidade com uma performance reivindicatória de responsabilidade coletiva, consigo, com a comunidade e com o meio ambiente. Identificam e respondem à necessidade de olhar o território como um espaço público de responsabilidade vital com o direito ao cuidado integral, que engloba todos os seres. A preservação da natureza, no meio em que vivemos, é uma ação de luta cotidiana para a garantia de cuidado coletivo destas mulheres em movimento (PAUTASSI, 2007).

4.3 Da reivindicação por direito à vida ao fortalecimento de redes que geram alternativas de desenvolvimento socioeconômicos

A reivindicação cotidiana por direito à vida perpassa também a participação social, que, antes de tudo, é uma conduta de responsabilidade e compromisso ético-político do cuidado como ação política democrática do país. Deve ser fomentada no espaço público como elemento central de participação social para garantir os direitos humanos, colaborando com a experiência dos espaços de cuidados comunitários que contribuem para a “desfamiliarização” e “desmercantilização” do cuidado e permitindo o diálogo e a reflexão crítica sobre a realidade da comunidade.

Desta relação entre comunidade, Estado, mercado e famílias na prestação de cuidados, e nas suas intersecções de gênero, raça e classe, a análise da experiência da comunidade ganha maior concretude. As experiências relacionadas à pedagogia da educação popular ao contribuírem para o desenvolvimento de uma percepção crítica da realidade como forma de problematizar as tarefas de cuidado ganham maior relevância, atuação que reforça a teoria da “Educação como Prática de Liberdade”, de Paulo Freire, ecomo potência de autonomia para as mulheres no caso estudado.

A temática reforça ainda a compreensão da necessidade de expansão do espaço público, onde a lógica neoliberal individualista se inverte a favor da sensibilização e da mobilização política para resolver problemas comuns. Nesse sentido, destaca-se a experiência que relata Ana Santos (uma das participantes do ciclo de debates) da Serra da Misericórdia, no complexo do Alemão, no Rio de Janeiro, em que a Organização Verdejar acolhe um Centro Escolar Comunitário. É

um espaço de referência para mulheres e crianças, que promove ações críticas de desenvolvimento local, principalmente relacionadas com questões ambientais e com a melhoria das condições alimentares da população local. Chama-se “CEM Serra da Misericórdia” e faz parte das articulações e reivindicações de cuidados das mulheres em ação, trabalhando sobre os eixos da educação popular, cidadania e comunicação e promovendo atividades que fortalecem o desenvolvimento da soberania alimentar.

Tal questão se remete às diversas complexidades encontradas, tanto nos planos macropolíticos da sociedade como nos moleculares, as quais permitem vislumbrar o cuidar como ação de diálogo social e político de exercício de cidadania nos territórios e tensionam as políticas públicas para o fortalecimento de um Estado de bem estar social que invista na formalização e valorização do trabalho de cuidados e na ação de reivindicação de direitos das mulheres como sujeitos de alta responsabilidade social (PAUTASSI, 2007).

Diante disso, as experiências destas mulheres organizadas na reivindicação de direitos humanos no contexto da pandemia da COVID-19 no Brasil revelaram o conhecido e o desconhecido modo de andar na vida das ativistas. O itinerário cotidiano de cuidado consigo e sua comunidade é o que melhor expressa sua responsabilidade social em performances que ocorrem com práticas ativas de reivindicação do direito ao cuidado e dignidade humana em seus territórios.

Assim, o ‘cuidado’ como proposta ética-política democrática, reúne os atributos habilitadores de uma relação intersubjetiva, de tempo contínuo, aberto à negociação e à inclusão de saberes. Tem alicerce na garantia de autonomia dos desejos e das necessidades do outro, sendo aquele que o pratica com o outro-sujeito (e não o outro-objeto) responsável por praticá-lo, garantindo a este, autonomia no modo de caminhar em sua própria vida (PINHEIRO, 2009).

Este movimento das ativistas se aproxima da polissemia democrática em performance dos corpos em aliança, de Butler, e relaciona-se ao conceito de responsabilidade de Arendt. Chama à atenção, que o fazer cuidado delas está forjado em ações de teias e redes sociais de cochichos, em que o silêncio, o não visto, as protege da visibilidade que pode ser violenta às mulheres que reivindicam direitos.

Mas sua visibilidade é garantida nas reivindicações por cuidados como usuárias do sistema de saúde, apresentadas também como as mulheres que cuidam dos usuários do sistema, delas mesmas, e também de sua comunidade.

Mudar o centro desta relação, é olhar o que as mulheres têm a ofertar para suprir as necessidades de cuidados dos sistemas. Inversão injusta se fosse atribuir mais trabalho as mulheres, mas no caso propõe-se atribuir mais valor ao que é realizado. Pois, a potência de criação e articulação destas mulheres ajuda a direcionar também a coordenação do cuidado de seus territórios e isto precisa ser visto e prestigiado pelo sistema de saúde. Não apenas como ACS e outras profissionais de saúde que conhecem o território, ou conselheiras, que opinam na regulação das finanças, mas como teias de dignidade e cidadania que gestam vida e cuidado no corpo-território.

Contudo, atualidade mostra que as mulheres estão envoltas em crises estruturantes de cuidado, ambientais, econômicas e sociais, e recentemente, impulsionadas pela pressão da pandemia sobre os corpos e a necessidade de garantia de direitos. Neste cenário as ativistas ainda buscam romper a esfera privada e construir articulações na esfera social de vizinhança e com os movimentos sociais. Vale ressaltar que não existem grandes reinvenções de atividades destas ativistas no período pandêmico, elas retomam as tecnologias sociais ancestrais básicas de sobrevivência, de juntar as potências e partilhar o que se produz nos territórios.

Ampliando a potência de suas ações ao transmitirem os valores políticos do cuidado atentos a qualidade do tempo e das relações que habitam as mulheres, rompendo com a transmissão de falta de solidariedade a partir do medo que o modelo de desenvolvimento dos megaeventos e meganegócios, tal como a pandemia, colocam à sociedade brasileira e principalmente às mulheres em comunidades mais vulneráveis a tais eventos.

Desta forma, a transmissão de valores políticos sobre cuidado é construída a partir de ações das mulheres associadas de maneira ampla aos conceitos de ativismo político e integralidade em saúde. Estas ao se relacionarem com a produção do cuidado ganham materialidade na reivindicação do direito à saúde, na autonomia das mulheres e no fortalecimento das redes de cuidados comunitárias. Expressando e amplificando as ações de “cuidar-se” como um autocuidado em rede comunitária que colaborou também para o fortalecimento da autonomia das

mulheres no enfrentamento ao COVID-19 nos territórios plurais, como mostra a figura 10. Ações que colaboram para reconhecer, redistribuir e reduzir o trabalho de cuidados.

As mulheres garantem que estas articulações ocorrem por já estarem em execução mesmo antes da pandemia, agregando o capital social e o político a responsabilidade coletiva com sua comunidade (que já mantinham antes da COVID-19). Portanto, estar em movimento, mesmo sem emergências de saúde pública, colaborou com a promoção do cuidado e a reivindicação deste em suas casas, vizinhanças, nos movimentos sociais e nas defensorias públicas antes e durante a emergência sanitária.

Portanto, ao buscarem chegar no espaço público em meio ao Pandemônio, elas conseguem, no máximo, atuar à margem deste pelo alargamento da esfera social que já haviam constituído. Parece-nos que o fortalecimento das ativistas e suas comunidades, por meio de associações nacionais e internacionais, é uma estratégia necessária para a chegada de suas reivindicações no espaço público, Afinal, estar sem alianças, no caos pandêmico do início da pandemia do Brasil, esgota também os recursos das ativistas, que viram as necessidades, principalmente das mulheres e das crianças em seus territórios, aumentarem, com as medidas de isolamento social e falta de ação eficiente das políticas públicas de retaguarda para as populações mais vulneráveis.

À vista disso, recorda-se da convocação de Butler a pensar sobre as possíveis alianças dos corpos no caos. Volta-se a identificar a necessidade de olhar para o território como um espaço comum de responsabilidade vital, ainda mais em um país de tamanho continental em que as ações locais têm maior dificuldade de acesso ao debate nacional sobre o comum, exigindo-se, da reivindicação do direito ao cuidado, uma prioritária atuação em âmbito local, mas também articulações nacionais e internacionais que, de forma cotidiana, colaborem para a defesa dos defensores de direitos humanos e a garantia de cuidado coletivo.

Nesse sentido, no cenário brasileiro, a importância da entrada das mulheres na política colabora também com a dimensão de ações subjetivas destas na elaboração e ajustes de políticas públicas que podem contribuir para maior publicização de questões ainda não vistas em relação ao cuidado. Questões que podem interferir para diminuir o tempo das mulheres gasto com cuidados de outros e na restrição de sua autonomia para elaboração do seu próprio destino.

Neste caminho, a vivência das mulheres negras brasileiras sobre o cuidado tem particularidades que são melhor identificadas com aproximações ao conceito da interseccionalidade. Entre outras elaborações conceituais importantes, como beel hooks alerta, ao falar sobre o que amor nos revela sobre cuidado.

Apesar de recente, a ampliação do uso do conceito cuidado vem alargando as perspectivas de visibilidade da ação das mulheres na organização social no Brasil e no mundo. O pouco que ainda conseguimos perceber deste processo traz as mulheres negras como estruturantes na organização social brasileira do cuidado, que ainda é permeada por diversas crises de desigualdade e falta de direitos, incluindo a própria crise de cuidados.

Estas mulheres, no Brasil, vêm traçando estratégias e articulações para a ocupação do espaço público, tentando gerar visibilidade a situações que possam garantir mais direitos humanos e trabalhistas a suas atividades e de seus núcleos comunitários. Contudo, a violência de Estado, o racismo estrutural e a concepção patriarcal familiar que forjaram os pilares da sociedade brasileira, deixaram todo o mundo sem resposta após o assassinato da vereadora mais votada de uma das principais cidades do país. Uma mulher negra que lutava pelos direitos humanos das mulheres da periferia, e foi assinada brutalmente por milícias locais.

Por isto, perguntar quem mandou matar Marielle Franco. e por quê, é uma ação que as mulheres brasileiras vêm desenvolvendo, associada ao cuidado das mulheres na política, que também torna visíveis e potentes as ações desenvolvidas nos distintos círculos de cuidado nos territórios. E nesta dimensão da política, os círculos de cuidado podem publicizar sua pluralidade e gerar pontes que extrapolam as dimensões da esfera privada para estratégias micro e macro políticos.

Estratégias que, compartilhadas, são fundamentais para criar possibilidades plurais de saída da crise do cuidado e desenvolver melhorias na qualidade de vida das mulheres, e, por consequência, na de toda sociedade. Neste sentido, as mulheres promovem, para além de ações em seus locais, reflexão e processos de síntese coletiva que colaboram para a produção de conhecimento sobre suas vivências e fortalecimento de redes de cuidado integral.

As conclusões das ativistas em relação à temática transbordam a fragmentação do conceito com relações dicotômicas entre cuidado na saúde, cuidado na educação, cuidado na economia e cuidado com si. Para elas, a centralidade do termo está na costura que cria liga entre as diferentes temáticas,

possibilitando qualificar o cuidado como construtor de pontes para uma ação integral de direitos humanos em realidades complexas.

Tal formulação evidencia o entusiasmo das ativistas em dialogar e produzir mais interlocução para sua própria coesão no que se refere ao cuidado. Por isso, o livro "*Redes de cuidado*: revoluções invisíveis por uma vida vivível", do Coletivo Etinêrancias, foi indicado pelas coordenadoras do Instituto PACS como produção de referência atual delas sobre as relações das ativistas com o cuidado.

Essa obra comprova a formação de consciência sanitária com base na integralidade do cuidado que as ativistas brasileiras vêm construindo em sua militância cotidiana. Como destaca o editorial deste trabalho, permeado pelas redes de lutas das mulheres dos estados brasileiros do Maranhão, Bahia e Minas Gerais:

> Se o cuidado é o centro, a política do invisível é nossa guia. Nos desafia a forjar métodos que sejam suficientemente potentes para a manutenção de nossas vidas e saberes. Através da escuta, convivência, vínculo e apoio à inteligência coletiva, buscamos articulação política em torno do campo do cuidado para o bem viver e para o florescimento de redes e do comum, erguendo metodologias e tecnologias sociais, ancestrais e digitais.
> Pelos mistérios e micélios que nos trouxeram até aqui, habitadas que somos das que vieram antes de nós e das que estão por vir, ao emaranhar nossas raízes, nos mantemos em pé. Nos terrenos mais lodosos, façamos longas raízes. Sejamos entrelaçamento. Respiração. O berço do mundo. A fertilidade de novos tempos. Utopia e Realidade. Semente que guarda o fruto que guarda a semente. Sejamos mangue! (CAPASSO *et al*, 2021, pág. 13)

A fim de responder à terrível crise sanitária e à política reacionária que dominou o cenário nacional, as mulheres, que já estavam agindo na produção de redes de resistências ao governo promotor de grandes retrocessos sociais, consolidaram, com a perspectiva de "ninguém solta a mão de ninguém" as redes de cuidado para além dos vínculos com o SUS. Como descreve o coletivo Etinerâncias:

> Redes de cuidado são como um tecido invisível e subterrâneo, que sustenta a existência, qualifica o caminhar e mantém, historicamente, a vida vivível. Operam sempre em coletivo e são fundamentais à sobrevivência política, porque movem e fazem acontecer a luta. São tecidas nas entrelinhas e despertam nossa história, nosso corpo, nossa luta, nos dizem sobre quem somos, de onde viemos e sobre a força que temos. (CAPASSO *et al*, 2021, pág. 122)

Com isso, as mulheres que estão em luta, muitas vezes, direcionam o cuidado para a coletividade, ao mesmo tempo em que o cuidado realizado no território garante um lugar na sua própria existência. Envoltas nas crises desta situação, agravam-se as relações público-privadas e intensificam-se as tarefas de

reprodução e produção da vida, que afeta o direito humano à vida, o direito de cuidar e ser cuidada das mulheres, que é um direito destas de ser no mundo.

Ao assumir a linha de frente da organização comunitária, elas se desgastam e adoecem. Por isso, suas ações de proteção carregam o cuidado como centro da atuação política, como visto na Cesta *Cuidar-se,* do *Verdejar*. Estratégia que assume as mulheres como centro da política de cuidados, para favorecer e ressoar apoios as quádruplas jornadas que estas assumem, cuidando de familiares, trabalhando nas tarefas domésticas, de sustento (muitas vezes informais e precarizadas) e da militância.

Em conjunto com a conclusão das ativistas, o que esta pesquisa identifica sobre a relação de cuidado e mulheres em ação em seus territórios de luta se alinha aos percorridos pelas ativistas de coletivos atuantes nas regiões mais progressistas do país, como complementa Capasso:

> Como parte dessa lógica perversa, as mulheres só acessam o cuidado quando colocam o próprio corpo no cuidado coletivo. Cuidam de si nas brechas, através do cuidado com a coletividade, porque, ao fortalecer seus territórios, ampliam as possibilidades de suas próprias lutas e abrem caminhos e rotas de fuga para si e para suas companheiras, suas filhas, filhos, netas e netos. Muitas vezes, estão passando fome e, ao mesmo tempo, organizando a luta para combater a fome.
> Qualquer tentativa de desobediência à lógica do cuidado passivo e silencioso, de tornar-se visível, muitas vezes gera duras investidas de apagamento e apropriação. Nos espaços coletivos de debate, as tentativas das mulheres de propor questões importantes para a reprodução da vida são ignoradas, e suas reivindicações raramente aparecem como prioridade.
> A resistência e a reprovação a esse tema no debate político condenam as mulheres, que colocam seus corpos a serviço de outros, a viverem encerradas numa condição subalterna e objetificada no contexto da militância.
> Apagar o cuidado é uma forma de manutenção do jeito de fazer política dos homens brancos. Apagar a forma como as mulheres fazem política é uma tentativa de destruição de saberes e conhecimentos que separa a política da realidade cotidiana, uma situação em que todos perdem.
> (...)
> De modo geral, as organizações e movimentos sociais, as comunidades e os territórios lidam com três desafios básicos: se opor às injustiças protagonizadas pelo Estado, disputar o Estado e construir autonomias nos territórios para além do Estado. (CAPASSO *et al*, 2021, pág. 41)

Neste caminho de costura da política com a realidade cotidiana é que se buscam também inserir as reflexões sobre a formulação do campo da saúde coletiva. O estudo, ao colocar a centralidade da ação da pandemia no caminhar das mulheres em movimento, descobre a atuação invisibilizada destas em um emaranhado de teias que sustentam a vida em seus territórios e produzem projetos de esperança para toda comunidade.

No discurso das mulheres em rede de ativistas, mostra-se a construção de conhecimento circular e constante do que se reflete sobre a pluralidade de ações nos diferentes territórios. No percurso de produção cientifica, a ideia de interpretar o dito pelas ativistas teve seus movimentos de delicadeza e inquietações, principalmente pela dificuldade que os momentos de isolamento social e cuidados com familiares tomaram a pesquisadora desta elaboração.

Por isto, trazer as falas e constatações delas tornou-se um acolhimento, possibilitando que pudesse concluir o mesmo e andar em conjunto para trazer o ponto de vista destas ao campo da saúde. Entendo também, enquanto ativista e pesquisadora, que esta interpretação, tanto pessoal quanto cientifica, seja uma das possibilidades de dialogar sobre uma inclusão de saberes e tecnologias sociais que não estão no arcabouço da participação em saúde do SUS ou na proposta de sistemas integrados de cuidado, os quais requerem que, antes mesmo de decretadas as situações de emergência em saúde pública, seja um dever do Estado fortalecer ações comunitárias das mulheres em seus territórios.

Para além de políticas de visibilidade do trabalho não remunerado que estas exercem, ou de fomento ao empreendedorismo feminino, cabe prever incentivos às atuações que ocorrem para as comunidades terem autonomia de pensamento sobre que tipo de desenvolvimento querem sustentar para si. Nesse fomento, para a articulação destas sair do âmbito social e agir no espaço público, é necessário que o campo da saúde coletiva também abra espaço e dê assentos para diálogos sobre qual soberania sanitária as mulheres que reivindicam cuidado querem.

A aproximação deste campo com a ação política centrada no cuidado, formulada pelas ativistas, possibilita ganhos de intelectualidade orgânica para a defesa da vida das mulheres, para além de ações que digam o que elas devem fazer para ter ambientes saudáveis. E sim, que o poder público abra diálogo com estas sobre quais meios são necessários para avançarem na soberania alimentar e sanitária e por um desenvolvimento que implica na autodeterminação dos povos.

Tendo em vista as medidas aplicadas para contenção da pandemia, é explícito, para as ativistas, que cumprir os protocolos com interdição e isolamento, também funcionou como uma política de morte, seja pela escassez de apoio estatal, como pela dificuldade de articulação e construção de singularidades e desejos de ações políticas dos encontros e do cuidado. Por isto, precisa-se ficar alerta para o

que Valla chama de “culpabilização da vítima” no combate à pandemia. Segundo o autor:

> Um dos efeitos mais perniciosos do mau funcionamento dos serviços públicos no Brasil é o do que se chama a culpabilização da vítima. Quando a equipe de Educação, Saúde e Cidadania realizou sua investigação sobre a classe trabalhadora na Cidade do Rio de Janeiro foi possível detectar uma imagem construída em torno das condições de vida e de trabalho da população trabalhadora. De certa forma, poderíamos dizer que a precariedade dos serviços públicos para essas parcelas da sociedade tem, em parte, sua justificativa a partir dessa imagem construída. Está se falando do que chamamos a culpabilização da vítima, onde a individualização da culpa resulta na explicação de uma prática coletiva. (VALLA, 1993)

Para tanto, se requer que a formulação de políticas públicas seja cada vez mais próxima à atuação das classes populares que necessitam dos serviços e benefícios sociais para estabelecer melhores condições de vida para si, além de desenvolvimento alternativo ao dos megaprojetos para o país.

A produção da tese requer um rigor que estrutura a produção do conhecimento a partir da análise daquele que se debruçou sobre uma determinada teoria e que alimenta um caminho de interpretação sobre os fatos e relatos em análise. A limitação de tempo estabelecido neste percurso, generosamente ofertado pelo Instituto de Medicina Social, que acolhe esta elaboração acadêmica, também colabora para que esta seja apenas uma contribuição como exercício de desenho de estudo que procura ampliar o debate sobre a ação das mulheres ativistas na produção de cuidado para a área de políticas públicas, principalmente na atuação do campo da saúde coletiva.

Portanto, este trabalho aborda também os cenários de disputa de hegemonia, mas não apenas pelas fissuras sociais, mas também por mudar o centro da articulação entre políticas públicas e territórios. A globalização da internet, mesmo com as desigualdades de acesso, possibilita que, na construção de sentidos e subjetividade em redes sociais virtuais, também seja possível colocar, no centro do debate público, a construção do mundo que as ativistas desejam e lutam para viver.

Assimilar as condições concretas, os desejos e desenhos no cotidiano de rotas de fuga para construir novos centros, onde o tempo e desejos não sejam fisgados pelos sujeitos sem afetos, mas sim por aqueles com competência de rearticulação no espaço público, é o desafio que o cuidado, como valor ético-político, encontra hoje entre as ativistas. Ou seja, transmitir os valores políticos do cuidado, tendo

centralidade na qualidade do tempo e das relações que nos habitam, rompe com a transmissão de falta de solidariedade a partir do medo que o modelo de desenvolvimento dos megaeventos e meganegócios, tal como a pandemia, colocam à sociedade brasileira e, principalmente, às mulheres em comunidades mais vulneráveis a tais eventos.

A experiência de escrever esta tese em período pandêmico, atentando aos cuidados de saúde de familiares, ganhou mais força e vitalidade ao mergulhar no campo de pesquisa com as ativistas e percorrer sentidos de resistência, resiliência e esperança no futuro. Estar na roda com estas mulheres, mesmo virtualmente, ou lendo e ouvindo seus relatos, também sustentou esta produção acadêmica e minha atuação profissional, política e familiar no pandemônio. Aprendi com elas que precisamos, às vezes, parar, respirar, levantar da cadeira, sentir o corpo se esticar e movimentar a pelve sempre que necessário. É neste "rebolar" cotidiano de experiências de si, no mundo com o outro, ou melhor, com as outras, que elas também produziram cuidado em mim e comigo, permitindo-me percorrer melhor este caminho de produção acadêmica.

Seguimos, com a constatação de que para enfrentar com solidariedade, amor a si, ao mundo e com o dialogo comum no espaço público, precisamos performar estratégias, principalmente nos espaços de maior vulnerabilidade, que possibilitam às mulheres caminhar sem medo de encontrar a felicidade.

Figura 10: Aspectos das estratégias propostas pelas Mulheres Territórios de Luta na transmissão de valores políticos sobre cuidado.

Fonte: (Elaboração Própria).



REFERÊNCIAS

ACOSTA, A. O Buen Vivir: uma oportunidade de imaginar outro mundo. In: SOUSA, C. M., org.Um convite à utopia [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2016. Um convite à utopia collection, vol. 1, pp. 203-233. ISBN: 978-85-7879-488-0.

ALMEIDA, S.; PINHEIRO, R. A trajetória de mulheres com câncer de mama: uma proposta de estudo sobre prática avaliativa de integralidade no município de Volta Redonda. Por uma sociedade cuidadora / Roseni Pinheiro e Aloísio Gomes da Silva Júnior, organizadores. - 1ed. Rio de Janeiro: CEPESC: IMS/UERJ: ABRASCO, 2010.

ARENDT, H. Responsabilidade e Julgamento. edição Jerome Konh revisão técnica Bethânia Assy e André Duarte; Tradução ROSAURA Eichemberg: São Paulo. Companhia das Letras. 2004.

ARENDT, Hannah. 1906-1975 10ed. A condição humana. Hannah Arendt: tradução de Roberto Raposo, prefácio de Celso Lafer. - 10 ed. - Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

ARGENTINA, Políticas de cuidado frente al COVID-19. Segundo encuentro de la Mesa interministerial de Políticas de Cuidado. Produção Ministerio de las Mujeres, Géneros y Diversidad. Apoio ministerios de Economía, Salud, Trabajo, Desarrollo Social, Educación y las agencias ANSES, AFIP y ANDIS. Marzo, 2020.

ARROYO, M. G. Pedagogias em movimento – o que temos a aprender dos Movimentos Sociais? Currículo sem Fronteiras, v.3, n.1, pp. 28-49, Jan/Jun 2003

AYRES, J. R. C. M; O cuidado e o espaço público da saúde: virtude, vontade e reconhecimento na construção da política da integralidade. Cidadania no cuidado: o universal e o comum na integralidade das ações de saúde / Roseni Pinheiro, Aloísio Gomes da Silva Júnior, organizadores. - Rio de Janeiro: IMS/UERJ – CEPESC, 2011.

BADDINI B., FERNANDES, D. Primeira pessoa é vacinada contra COVID-19 no Brasil. Cable News Network Brasil (CNN BRASIL), 2021 Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/2021/01/17/primeira-pessoa-e-vacinada-contra-COVID-19-no-brasil Acesso: 15 de Maio de 2021

BANGO, J. Cuidados en américa latina y el caribe en tiempos de COVID-19. Hacia sistemas integrales para fortalecer la respuesta y la recuperación .Oficina Regional para las Américas y el Caribe de ONU Mujeres. ONU Mujeres, CEPAL. Julio de 2020.

BANGO, J. COSSANI, P. Hacia la construcción de sistemas integrales de cuidados em américa latina y el caribe. Elementos para su implementación. Estudio elaborado conjuntamente por la Oficina Regional para las Américas y el Caribe de ONU Mujeres y la Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL). ONU Mujeres y CEPAL. Noviembre, 2021

BARRY, Jane; DJORDJEVIC, Jelena. ¿Qué sentido tiene la revolución si no podemos bailar? Fondo de Acción Urgente por los Derechos Humanos de las Mujeres. 2007. Disponível em < https://urgentactionfund.org/wpcontent/uploads/downloads/2012/06/WTPR-in-panish1.pdf > Acesso em 20 de setembro de 2020.

BENGOA, C.C. El cuidado como eje vertebrador de una nueva economia Cuadernos de Relaciones Laborales ISSN: 1131-8635 Vol. 31, Núm. 1 (2013) 39-56

BRASIL, Ministério da Saúde. Assistência integral à saúde da mulher: bases da ação programática. Brasília. 1984.

BRASIL, Portaria nº 1.459, de 24 de Junho de 2011. Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS – a Rede Cegonha**.** Brasília. 2011.

BRASIL. Manual do (a) Gestor (a) Municipal do SUS: “Diálogos no Cotidiano”. CONASEMS COSEMS-RJ, LAPPIS/IMS/UERJ. Rio de Janeiro: CEPESC/IMS/UERJ, 2016, 324p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Política nacional de atenção integral à saúde da mulher: princípios e diretrizes**.** Brasília. 2004.

BRASIL. CONSTITUIÇÃO (1988). CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. BRASÍLIA, DF: SENADO FEDERAL: CENTRO GRÁFICO, 1988.

BUENO, F. T. C., SOUTO, E. P., MATTA, G. C. Parte i – ciências sociais, humanidades e a pandemia de COVID-19, 1. Notas sobre a Trajetória da COVID-19 no Brasil. ORG. MATTA, G.C., REGO, S., SOUTO, E.P., and SEGATA, J., eds. Os impactos sociais da COVID-19 no Brasil: populações vulnerabilizadas e respostas à pandemia [online Informação para ação na COVID-19 series. ISBN: 978-65-5708-032-0. https://doi.org/10.7476/9786557080320.]. Rio de Janeiro: Observatório Covid 19; Editora FIOCRUZ, 2021, 221 p.

BUTLER, J. Judith Butler sobre a COVID-19: O capitalismo tem seus limites. Tradução Artur Renzo. Blog da Boitempo. 2020. Disponível, em: https://blogdaboitempo.com.br/2020/03/20/judith-butler-sobre-o-COVID-19-o-capitalismo-tem-seus-limites/. Acesso: 5 de Maio de 2021

BUTLER, J. Relatar a si mesmo: crítica ada violência ética.Judith Butler ; Tradução Rogério Bettoni. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2017.

BUTLER, Judith. Introdução. Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembléia. Judith Butler; traduação Fernanda Siqueira Miguens; revisão técnica Carla Rodrigues.- 2°ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. 266p.

CAJADO, LCS, MONTEIRO S. Movimento social de mulheres com HIV/AIDS: uma experiência entre cidadãs “posithivas” do Rio de Janeiro**,** Brasil. Ciência & Saúde Coletiva, 23(10):3223-3232, 2018.

CAPASSO, Raissa. Redes de cuidado: revoluções invisíveis por uma vida vivível / Raissa Capasso, Débora Del Guerra, Gabriel Kieling. – 1a. ed. – São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2021. Disponível em: https://rosalux.org.br/wp-content/uploads/2021/10/Redes-de-Cuidado_Coletivo-Etinerancias_12x18cm.pdf

CARVALHO, AV de, MACEDO, JP. As guerreiras do babaçu: Mulheres quebradeiras de coco em movimento. Revispsi. 15 de agosto de 2019;19(2):406–26.

CASANOVA, M. Prefácio. A pandemia e o pandemônio: ensaio sobre a crise da democracia brasileira. / André Duarte. 1.ed. – Rio de Janeiro: Via Verita, 2020.

CFEMEA. Autocuidado e Cuidado entre Ativistas: Uma estratégia para fortalecer as lutas das mulheres. CFEMEA – Centro Feminista de Estudo e Assessoria. Brasília /DF. 2017. Disponível em <https://www.cfemea.org.br/index.php/artigos-e-textos/4666-autocuidado-e-cuidado-entre-ativistas-uma-estrategia-para-fortalecer-as-lutas-das-mulheres> Acesso em 20 de setembro de 2020.

CFEMEA. Os direitos das mulheres na legislação brasileira pós-constituinte / Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA), Almira Rodrigues (Org.), Iáris Cortês (Org.) -- Brasília: Letras Livres, 2006. 128p.

CFEMEA. Saúde Reprodutiva das Mulheres – direitos, políticas públicas e desafios**.** Carmen Hein de Campos e Guacira Cesar de Oliveira. Brasília: Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA): IWHC, Fundação H.Boll, Fundação Ford, 2009. 124p. – (Coleção 20 anos de cidadania e feminismo; 3)

CHAVES, M. Fiocruz apresenta resultados dos recursos repassados pela alerj para combate à covid nas favelas. Notícias.Publicações. ALERJ, Agosto,2022 Disponível em https://www.alerj.rj.gov.br/Visualizar/Noticia/54151

CONASS, Painel CONASS COVID-19. Portal do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS). 2021. Disponível em: https://www.conass.org.br/painelconasscovid19/. Acesso em 30 de maio de 2021.

COSTA, F. Morte de trabalhadora doméstica por coronavírus escancara falta de políticas para proteger a classe. Jornal da Universidade. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Brasil. 26 de março de 2020. Disponível em: https://www.ufrgs.br/jornal/morte-de-trabalhadora-domestica-por-coronavirus-escancara-falta-de-politicaspara-proteger-a-classe/ Acesso: 5 de Maio de 2021

COVAS, F. S. N. Mulheres IGUALDADE DE GÊNERO. Ministério Público do Estado de São Paulo. Sem data. Disponível em: http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/cao_civel/acoes_afirmativas/inc_social_mulheres. Acesso em 23 de outubro de 2020.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero**.** Revista Estudos Feministas, v. 10, n. 1, p. 171–188, jan. 2002.

DAUM, P. Praça Tahrir, sete anos depois. Edição – 128. Le Monde diplomatique Brasil. 2018 Disponível em: https://diplomatique.org.br/praca-tahrir-sete-anos-depois/. Acesso em: 18 Jan 2021

DESLANDES, S.; COUTINHO, T**.** Pesquisa social em ambientes digitais em tempos de COVID-19: notas teórico-metodológicas. Cad. Saúde Pública, V 36, n.11, 2020.

DI LEO P.F.; PINHEIRO R., Vulnerabilidades y reconocimiento: abordaje biográfico de los vínculos entre jóvenes y violencias en barrios marginalizados de Buenos Aires**,** Argentina. Cad. Saúde Pública, 2017.

DIEESE, Brasil a inserção das mulheres no mercado de trabalho. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioconômicos (DIEESE). 2020. Disponível em: https://www.dieese.org.br/outraspublicacoes/2021/graficosMulheresBrasilRegioes2021.html. Acesso em: 5 de Maio de 2021.

DUARTE, A. A pandemia e o pandemônio: ensaio sobre a crise da democracia brasileira**.** André Duarte**.** 1.ed. – Rio de Janeiro: Via Verita,2020.

ENRÍQUEZ, C. R. La organización social del cuidado de niños y niñas : elementos para la construcción de una agenda de cuidados en Argentina / Corina Rodríguez Enríquez y Laura Pautassi. - 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires : Equipo Latinoamericano de Justicia y Género- ELA, 2014. Página 11 e 12

FAYA ROBLES, A. Las agentes comunitarias de salud en el Brasil contemporaneo: la “policia amiga” de las madres pobres. Sexualidad, Salud y Sociedad. Revista Latinoamericana. ISSN 1984--6487 / n.12 -- dec. 2012 -- pp.92--126.

FEDERICI, Silvia El patriarcado del salario / Silvia Federici - 1a ed . - Ciudad Autónoma de Buenos Aires : Tinta Limón, 2018. 128 p. ; 20 x 14 cm. Silvia fredeckch

FEDERICI, SILVIA. NA LUTA PARA MUDAR O MUNDO: MULHERES, REPRODUÇÃO E RESISTÊNCIA NA AMÉRICA LATINA. TRADUÇÃO DE LUCIANA BENETTI MARQUES VALIO. REVISTA ESTUDOS FEMINISTAS, FLORIANÓPOLIS, V. 28, N. 2, E70010, 2020.

GALLO, V.; MARTELOTTE,L. Fondo de las Naciones Unidas para la Infancia (UNICEF)El derecho al cuidado en las propuestas de reforma normativa. Estudio de los proyectos de ley presentados en la Ciudad Autónoma de Buenos Aires y las provincias de Buenos Aires,Misiones, Salta y Tierra del Fuego. Impreso en Argentina Primera edición, octubre de 2017 Pag. 17

GÊNERO & SOF, Pesquisa sem parar o trabalho e a vida das mulheres na pandemia. Parceria institucional Gênero e Número e SOF Sempreviva Organização Feminista. BIANCONI, G. LEÃO, N. FERRARI, M. ZELIC, H. SANTOS, T. Moreno, R. [s.d.].Disponível em < http://mulheresnapandemia.sof.org.br/wp-content/uploads/2020/08/Relatorio_Pesquisa_SemParar.pdf >. Acesso em 20 de setembro de 2020.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUIMARÃES, N. A, Os circuitos do cuidado. Reflexões a partir do caso brasileiro. Panel "El trabajo de cuidado: relaciones, significados, derechos. Miradas

Latinoamericanas". Prepared for delivery at the 2019 Congress of the Latin American Studies Association - LASA Boston, USA, May 24 - May 27, 2019.

GUIMARÃES, N. A., HIRATA, H. S., SUGITA, K. Cuidado e cuidadoras: o trabalho de care no Brasil, França e Japão. Articles • Sociol. Antropol. 1 (1) • Jan-Jun 2011 • https://doi.org/10.1590/2238-38752011v117

IBGE, Notas técnicas. Estatísticas de Gênero Indicadores sociais das mulheres no BRASIL. Estudos e Pesquisas Informação Demográfica e Socioeconômica. Número 38 Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Diretoria de Pesquisas Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro. 2018. Disponível em < https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_notas_tecnicas.pdf> Aces so em 20 de setembro de 2020.

IBGE, Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, ISSN 1516-3296; n. 36. Rio de Janeiro, 2016. 146 p. Disponível em < https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98965.pdf > Acesso em 20 de setembro de 2020.

JUSTIÇA GLOBAL. Guia de Proteção para Defensoras e Defensores de Direitos Humanos. Rio de Janeiro: Justiça Global, 2021.

KALICHMAN, A. O.; AYRES, J.R. C. M. Integralidade e tecnologias de atenção à saúde: Narrativa sobre o princípio da integralidade no SUS. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 32(8):e00183415, ago, 2016.

LAYA, A. ROSSI, F. Aportes para la discusión legislativa sobre reformas necesarias en materia de cuidado. Documentos de Trabajo "Políticas públicas y derecho al cuidado". 2014

LOYOLA, M. A. BASTA! Reflexões em torno da COVID-19. Physis: Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 30(2), e300213, 2020b.

LOYOLA, M. A**.** COVID-19: uma agenda de pesquisa em torno das questões de gênero. Physis: Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 30(3), e300312, 2020a.

LUZ, M. T. Complexidade do Campo da Saúde Coletiva: multidisciplinaridade, interdisciplinaridade, e transdisciplinaridade de saberes e práticas – análise sócio-histórica de uma trajetória paradigmática. Saúde Soc. São Paulo, v.18, n.2, p.304-311, 2009.

MANCE, Euclides André (Org.) Movimento Popular e Subjetividade - A Revolução do Cotidiano Coleção Cadernos de Textos. Movimento Popular e Revolução Molecular (in:) N.10. CEFURIA, Curitiba, 1991. p. 3-19

MARTINS, P. H. Repensando sociologicamente a noção linear de determinantes sociais. in Avaliação em saúde na perspectiva do usuário: abordagem multicêntrica / Roseni Pinheiro, Paulo Henrique Novaes Martins, organizadores. – Rio de Janeiro:

CEPESC / IMS- UERJ; Recife: Editora Universitária UEPE; São Paulo: ABRASCO, 2011.

MARTINS, P. H.; PINHEIRO, R. INTRODUÇÃO Usuários, redes sociais, mediações e integralidade em saúde. In Usuários, redes sociais, mediações e integralidade em saúde. 2011.

MELO, M. L. Primeira vítima do RJ era doméstica e pegou coronavírus da patroa no Leblon. UOL. Rio de Janeiro. 19 de Março de 2020. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/03/19/primeira-vitima-do-rj-era-domestica-e-pegou-coronavirus-da-patroa.htm?cmpid=copiaecola . Acesso: 5 de Maio de 2021

MORENO, T. Cuidado e sustentabilidade da vida: mulheres que não podem parar. Análises feministas. Creative Commons Atribuição-Não Comercial 4.0 Internacional. [s.d.] Disponível em < http://mulheresnapandemia.sof.org.br/cuidado-e-sustentabilidade-da-vida> . Acesso em 20 de setembro de 2020.

OLIVEIRA, G. C.; DORDJEVIC, J. Autocuidado, cuidado entre ativistas. Folder. CFEMEA – Centro Feminista de Estudo e Assessoria. Brasília /DF. 2016. Disponível em <https://br.boell.org/sites/default/files/cuidado_entre_ativistas.pdf > Acesso em 20 de setembro de 2020.

OLIVEIRA, G. C.; DORDJEVIC, J. Cuidado entre ativistas: Tecendo redes para a resistência feminista. CFEMEA – Centro Feminista de Estudo e Assessoria. Brasília /DF. 2015. Disponível em <https://br.boell.org/sites/default/files/cuidado_entre_ativistas.pdf > Acesso em 20 de setembro de 2020.

ONU, DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS EM PARIS. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU).10 DEZEMBRO DE 1948**.**

ONU, Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5. Nações Unidas no Brasil. 2015. Disponível em < https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/5> Acesso em 20 de setembro de 2020.

OPAS, Informe sobre el papel de la mujer em el desarrollo. XXVII Reunión XXXII Reunión. Tema 16 del programa provisional CD27/33 (Esp.). Organização Panamericana Mundial.Washington, D.C. Septiembre-Octubre 1980.

PACS, O Ciclo de Debates #MulheresTerritóriosdeLuta. PACS.org.br. 2020a. Disponível em < http://pacs.org.br/mulheresterritoriosdeluta/ciclo-de-debates/ > Acesso em 20 de setembro de 2021.

PACS, Módulo 04 – Saúde das mulheres. Curso mulheres e economia 2021. Rio de Janeiro – RJ. 2021a

PACS, Módulo 05 – Práticas de autocuidado. Curso mulheres e economia 2021. Rio de Janeiro – RJ. 2021b

PACS, Você conhece o site da campanha Mulheres Territórios de Luta? @PACSInstituto. Instituto Pacs Youtube. 2020b. Disponível em < https://www.youtube.com/watch?v=rvbvbs1REdY&t=2s > Acesso em 20 de setembro de 2021.

PAUTASSI, L Perspectivas actuales en torno al enfoque de derechos y cuidado. La autonomía en tensión. en .Las fronteras del cuidado. 2013. Agenda, derechos_1-5.

PAUTASSI, L. C., Derechos humanos y políticas públicas en materia de cuidados El cuidado: de cuestión problematizada a derecho. Un recorrido estratégico, una agenda en construcción. ONU MUJERES MÉXICO. Ciudad de México, Mayo, 2018. Pág. 184

PAUTASSI, L. C., El cuidado como cuestión social desde un enfoque de derechos. Unidad Mujer y Desarrollo Santiago de Chile, Serie Mujer y desarrollo. No 87. CEPAL.2007.

PERES, A. C. Elas não estão sozinhas. Entrevista. RADIS Comunicação e Saúde. ENSP. FIOCRUZ. Rio de Janeiro. 18 de maio de 2020. Disponível em < https://radis.ensp.fiocruz.br/index.php/home/entrevista/elas-nao-estao-sozinhas> Acesso em 20 de setembro de 2020.

PERISSÉ, Camille; LOSCHI, Marília. Trabalho “de mulher”. Retratos: A revista do IBGE, Rio de Janeiro, p.19-24, jul./ago. 2019. Disponível em < https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/b06abac34a360666981b4b86621776f2.pdf > Acesso em 20 de setembro de 2020.

PINHEIRO, et al. Matriz analítica de experiências de ensino para integralidade: uma proposição observacional **/** Ensinar saúde: a integralidade e o SUS nos cursos de graduação na área da saúde / Roseni Pinheiro Ricardo Burg Ceccim, Ruben Araújo de Mattos, organizadores- Rio de Janeiro: CEPESC / IMS/ UERJ – ABRASCO, 2005.

PINHEIRO, et al. O “estado do conhecimento” sobre os itinerários terapêuticos e suas implicações teóricas e metodológicas na Saúde Coletiva e integralidade do cuidado./ Itinerários terapêuticos: integralidade no cuidado, avaliação e formação em saúde / Tatiana Engel Gerhardt, Roseni Pinheiro, Eliziane Nocolodi Francescato Ruiz , Aluísio Gomes da Silva Junior (organizadores).- Rio de Janeiro: CEPESC / IMS/ UERJ – ABRASCO, 2016.

PINHEIRO, R. ; SILVA-JUNIOR, A. G. A centralidade do usuário na avaliação em saúde: outras abordagens. in Avaliação em saúde na perspectiva do usuário: abordagem multicêntrica / Roseni Pinheiro, Paulo Henrique Novaes Martins, organizadores. – Rio de Janeiro: CEPESC / IMS- UERJ; Recife: Editora Universitária UEPE; São Paulo: ABRASCO, 2011.

PINHEIRO, R. Cuidado como valor: um ensaio sobre o (re)pensar a ação na construção de práticas eficazes de integralidade em saúde. Razões públicas para a integralidade em saúde: o cuidado como valor. Organizadores: Roseni Pinheiro e Ruben Araujo de Mattos. CEPESC – IMS/UERJ – ABRASCO. 2007.

PINHEIRO, R. Cuidado em saúde. Dicionário da Educação Profissional em Saúde. Todos os direitos reservados. Fundação Oswaldo Cruz. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. 2009. Disponível em: http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/cuisau.html. Acesso em: 10/10/2020

PINHEIRO, R. Integralidade. Dicionário da educação profissional em saúde. / Isabel Brasil Pereira e Júlio César França Lima, Org.. 2.ed. rev . ampl. - Rio de Janeiro: EPSJV, 2008.

PRAÇA, M. #MulheresTerritóriosdeLuta: formas de viver e (re)existir. Instituto PACS. Medium, 2020. Disponível em < https://pacsinstituto.medium.com/mulheresterrit%C3%B3riosdeluta-formas-de-viver-e-re-existir-616214d52a28>. Acesso em: 15 de dezembro de 2020.

REALE, M. Teoria Tridimensional do Direito. 5ª ed., Editora Saraiva, São Paulo, 2003.REZZUTTI, P. Mulheres do Brasil: A história não contada**.** LEYA. 2019

SILVA-JUNIOR, A.G. et al. Práticas avaliativas em saúde, mediação e integralidade: outras possibilidades. Cidadania no cuidado: o universal e o comum na integralidade das ações de saúde / Roseni Pinheiro, Aloísio Gomes da Silva Júnior, organizadores. - Rio de Janeiro: IMS/UERJ – CEPESC, 2011.

SOTO, W. H. G. A análise do discurso nas ciências sociais. Redes, Santa Cruz do Sul, V2, n.1, p. 65-92, 1997.

SOUSA, J. T. LIBERDADE REPRODUTIVA DA MULHER UMA ANÁLISE DA LEI Nº 9.263/96. UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. FACULDADE DE DIREITO “PROFESSOR JACY DEASSIS”. UBERLÂNDIA. 2018. DISPONÍVEL EM: HTTPS://REPOSITORIO.UFU.BR/BITSTREAM/123456789/22135/3/LIBERDADEREPRODUTIVAMULHER.PDF . ACESSO EM 20 NOV. 2020.

STELET, B. P. et PINHEIRO, R. Da filosofia moral ao amor ao mundo: contribuições arentidianas por uma ética do cuidado em saúde. Cidadania no cuidado: o universal e o comum na integralidade das ações de saúde / Roseni Pinheiro, Aloísio Gomes da Silva Júnior, organizadores. - Rio de Janeiro: IMS/UERJ – CEPESC, 2011.

TELLES, V. S. Espaço público e espaço privado na constituição do social: notas sobre o pensamento de Hannah Arendt. Tempo Social, vol. 01, n. 01, 1990.

TORTELLA, Aldo. Hegemonia in Vocabulário gramsciano (Vários Autores). 2006. Disponível em: <https://www.acessa.com/gramsci/?page=visualizar&id=127 >. Acesso em: 18 Jan 2021.

VALLA, V. A construção desigual do conhecimento e o controle social dos serviços públicos de educação e saúde no Rio de Janeiro. (1991) Capítulo IV, pg. 87-100, do livro (esgotado e não reeditado) “Participação Popular, Educação e Saúde: Teoria e Prática”. VALLA, V. V. e STOLTZ, E. N. (orgs.). RJ, Relume-Dumará, 1993.

VALLA, V. V. Sobre participação popular: uma questão de perspectiva Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 14(Sup. 2):7-18, 1998

VIEIRA, S. L. et ali. Multimétodos de coleta de dados no Estudo de Caso Único em Educação e Saúde. Atas CIAIQ2019 - Investigação Qualitativa em Educação//Investigación Cualitativa en Educación//Volume 1. 2019.

VUECELLI, L. Projeto quer trazer ‘economia do cuidado’ para dentro do PIB. jornal Folha de S.Paulo. Rio de Janeiro, julho 2022. Disponível em link https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/07/projeto-quer-trazer-economia-do-cuidado-para-dentro-do-pib.shtml. Acesso em 20 setembro de 2022.

YOUNES, L., HOUWELING, T.A.J., AZAD K., et al. The effect of participatory women’s groups on infant feeding and child health knowledge, behaviour and outcomes in rural Bangladesh: a controlled before-and-after study**.** J Epidemiol Community Health. 2015; 69:374–381.

Anexo 1

Informações sobre os vídeos do ciclo de debates da Campanha *Mulheres Territórios de Luta*. A descrição dos vídeos a seguir é disponibilizada pelo site http://pacs.org.br/mulheresterritoriosdeluta/ciclo-de-debates/ (PACS a,2020) e pela página do *Youtube* do Instituto PACS (PACS, 2020b). As informações destas fontes foram agregadas neste anexo a fim de compartilhar o processo inicial de organização de dados realizado para a análise do material da pesquisa.

- **Vídeo 1 - "Megaprojetos e a pandemia no cotidiano de luta das mulheres"**
  Link: https://www.youtube.com/watch?v=30tM9Xchy3E



Duração: 2:26 minutos

> Abordamos os impactos específicos vividos pelas mulheres em territórios com a operação de megaprojetos; o agravamento desses impactos diante da pandemia do COVID-19; e as estratégias de resistência desenvolvidas pelas mulheres nesse momento.
> A live aconteceu no dia 27 de maio e contou com a presença das companheiras Teresa Boedo (Iniciativa Mesoamericana de Defensoras de Direitos Humanos, Guatemala); Larissa Santos (Justiça nos Trilhos, Maranhão); e Silvia Baptista (Coletiva Popular de Mulheres na Zona Oeste e Teia de Mulheres da ZO, Rio de Janeiro). A mediação ficou por conta de Marina Praça, coordenadora do Instituto PACS. (PACS, 2020 a)
>
> A crise socioeconômica e as violações de direitos nos territórios são realidades que antecedem o COVID-19. A atuação de megaprojetos de desenvolvimento e as resistências das mulheres aos impactos socioambientais desse contexto, agravado pela pandemia, foram os principais assuntos abordados no primeiro Ciclo de Debates #MulheresTerritóriosdeLuta, que trouxe o tema "Megaprojetos e a pandemia no cotidiano de luta das mulheres ". (PACS, 2020 b).

- **Vídeo 2 - “Trabalho Reprodutivo e a Repatriarcalização dos Corpos Territórios”**
  Link: https://www.youtube.com/watch?v=BwjyrENnWBY&t=5447s

  Duração: 2:07 minutos



Abordamos os o impacto dos megaprojetos na vida das mulheres, com o foco no trabalho reprodutivo e patriacarlização; como o patriarcado forja o corpo das mulheres a partir da perspectiva de negras e indígenas; e a divisão sexual do trabalho e como essa relação se dá na conjuntura atual.
A live aconteceu no dia 10 de junho e contou com a presença das companheiras Angela Cuenca (Colectivo Casa e Red Latinoamericana de Mujeres Defensoras de Derechos Sociales y Ambientales); Rosimere Nery (Fase e Fórum de Mulheres de Pernambuco); e Ana Santos, (Centro de Integração na Serra da Misericórdia e da Rede Carioca da Agricultura Urbana). A mediação ficou por conta de Ana Luisa Queiroz, do Instituto PACS (PACS, 2020a).

Os megaprojetos e o poder patriarcal nos territórios geram impactos diariamente na vida das mulheres, que além de já conviverem com a sobrecarga em sua rotina, têm sido ainda mais prejudicadas com a intensificação do trabalho reprodutivo durante o período de pandemia. Por esse motivo, esse foi o tema da live “Trabalho Reprodutivo e a Repatriarcalização dos Corpos Territórios”, segundo Ciclo de Debates #MulheresTerritóriosdeLuta (PACS, 2020b).

- **Vídeo 3 - "Cuidado Coletivo e Ancestralidades nas práticas de (re) existência"**
  Link: https://www.youtube.com/watch?v=OqNVszQTjTA&t=117s



Duração: 2:17 minutos

O terceiro Ciclo de Debates #MulheresTerritóriosdeLuta trouxe o tema "Cuidado Coletivo e Ancestralidades nas práticas de (re) existência". Abordamos a forma que os megaprojetos impactam as ancestralidades das mulheres e territórios atingidos, além da relação com a natureza para o fortalecimento das práticas de cuidado, especialmente no contexto da pandemia.
A live aconteceu no dia 24 de junho e contou com a presença das companheiras Ana Barbosa (Movimento Xingu Vivo); Francisca Fernandéz (Agua em Marcha); e Saney Souza, (Coletiva As Caboclas). A mediação ficou por conta de Aline Lima, coordenadora do Instituto PACS (PACS, 2020a).

Em mais uma atividade da campanha #MulheresTerritóriosdeLuta, o terceiro Ciclo de Debates trouxe o tema ”Cuidado Coletivo e Ancestralidades nas práticas de (re) existência”, abordando a forma como os megaprojetos impactam as ancestralidades das mulheres desde os territórios atingidos e trazendo a relação da natureza como meio de fortalecimento das práticas de cuidado, principalmente no contexto da pandemia (PACS, 2020b).

- **Vídeo 4 - "Mulheres em defesa dos direitos humanos e ambientais"**
  Link: https://www.youtube.com/watch?v=zlTCZaFvdtE&t=190s

  Duração: 2:09 minutos



Abordamos a atuação das mulheres na defesa de seus direitos humanos, econômicos, sociais, culturais e ambientais diante das violações provocadas pelos megaprojetos, além das ações possíveis para a responsabilização dos agentes violadores de direitos.
A live aconteceu no dia 8 de julho e contou com a presença das companheiras Flávia Silva (Associação de Moradores de Piquiá de Baixo); Lígia Rocha (Defensoria Pública da União); e Valeira Urbina (Derecho, Ambiente y Recursos Naturales). A mediação ficou por conta de Marina Praça, coordenadora do Instituto PACS (PACS, 2020a).

No 4º Ciclo de Debates #MulheresTerritóriosdeLuta, o Instituto Pacs trouxe o tema “Mulheres em defesa dos direitos humanos e ambientais” com o objetivo de promover o debate sobre como as mulheres vêm atuando nos territórios atingidos pelos megaprojetos e quais são as possíveis ações para a responsabilização dos agentes violadores de direitos (PACS, 2020b).

- **Vídeo 5 - "Militarização da Vida e as resistências das mulheres"**
  Link: https://www.youtube.com/watch?v=AnKXs13rJhk&t=33s



Duração: 2:11 minutos

Abordamos as diferentes formas da militarização da vida como uma das faces dos megaprojetos de desenvolvimento a partir do olhar das mulheres e territórios; os impactos das violências e ações policiais em uma perspectiva local e internacional e as resistências das coletividades em resposta a essa realidade.
A live aconteceu no dia 22 de julho e contou com a presença das companheiras Buba Aguiar (Coletivo Fala Akari); Gizele Martins (Frente de Mobilização da Maré); e Rode Mursia (CONAMINH). A mediação ficou por conta de Isabelle Rodrigues, do Instituto PACS (PACS, 2020a).

Com o tema “Militarização da Vida e as resistências das mulheres”, o 5º Ciclo de Debates #MulheresTerritóriosdeLuta trouxe a pauta da militarização como uma das faces dos megaprojetos de desenvolvimento a partir do olhar das mulheres e territórios (PACS, 2020b).

- **Vídeo 6 - "Racismo Ambiental em contexto de megaprojetos"**
  Link: https://www.youtube.com/watch?v=feQy7sN6Ewc

  Duração: 2:09 minutos



Abordamos como o Racismo Ambiental se expressa, os seus impactos nos corpos-território das mulheres e os principais desafios em combatê-lo.
A live aconteceu no dia 5 de agosto e contou com a presença das companheiras Aline Marins (Coletivo Martha Trindade); Cris Faustino (Instituto Terramar); Isabel Padilla (Pastoral Social Vicariato); e Simone Lourenço (Fórum Suape). A mediação ficou por conta de Rafaela Dornelas, do Instituto PACS. (PACS, 2020a)

Com o tema “Racismo Ambiental em contextos de megaprojetos”, o 6º Ciclo de Debates #MulheresTerritóriosdeLuta trouxe o debate sobre o racismo ambiental, a forma como se expressa e os impactos nos corpos-território das mulheres (PACS, 2020b).

- **Vídeo 7 - "Mulheres e territórios impactados pela Vale S.A."**
  Link: https://www.youtube.com/watch?v=XXdpsz7Q9-M&t=92s

  Duração: 2:11 minutos



Abordamos os mecanismos de violações de direitos humanos, estratégias de cooptação nos territórios e os impactos da atuação da mineradora Vale S.A. a partir do ponto de vista das mulheres, as mais afetadas por esta realidade.
A live aconteceu no dia 19 de agosto e contou com a presença das companheiras Mirtha Villanueva (Grufides); Sandra Vita (MAM); e Zica Pires (Quilombo Santa Rosa dos Pretos). A mediação ficou por conta de Karina Kato, do Instituto Pacs (PACS, 2020a).

Com o tema “Mulheres e territórios impactados pela Vale S.A”, o 7º Ciclo de Debates #MulheresTerritóriosdeLuta trouxe o debate sobre os mecanismos de violações de direitos humanos, estratégias de cooptação nos territórios e os impactos da atuação da mineradora na vida das mulheres (PACS, 2020b).

- **Vídeo 8 - "Mulheres indígenas e os danos da pandemia e dos megaprojetos”**
  Link: https://www.youtube.com/watch?v=QHlj_7F_N3g

  Duração: 2:38 minutos



Abordamos os impactos dos megaprojetos nos territórios e comunidades indígenas e o contexto da pandemia de COVID-19.
A live aconteceu no dia 2 de setembro e contou com a presença das companheiras Blanca Chancoso (CONAIE); Lorena Cabnal (Red de Sanadoras Ancestrales); e Maria Torekureudo (Takiná). A mediação ficou por conta de Ana Luisa Queiroz, do Instituto PACS (PACS, 2020a).

O 8º Ciclo de Debates #MulheresTerritóriosdeLuta trouxe o tema “Mulheres indígenas e os danos da pandemia e megaprojetos”, levantando o debate sobre a forma como os megaprojetos impactam os territórios e comunidades indígenas, em especial as mulheres, e como esses povos têm resistido às transformações e ao contexto da pandemia do coronavírus (PACS, 2020b).

- **Vídeo 9 - "Fundamentalismos religiosos em contextos de megaprojetos"**
  Link: https://www.youtube.com/watch?v=7MuKT8uBFtQ

  Duração: 1:59 minutos



Abordamos como os fundamentalismos religiosos se expressam e afetam as vidas das mulheres e as suas práticas religiosas, além das suas estratégias para combatê-los.
A live aconteceu no dia 16 de setembro e contou com a presença das companheiras Cibele Kuss, Pastora Luterana; Mãe Flávia, Babá de Umbanda; e Shirley Djurkunã, indígena Krenak. A mediação ficou por conta de Aline Lima,, do Instituto PACS (PACS, 2020a).

Em parceria com a campanha “Tire os Fundamentalismos do Caminho”, que tem como objetivo alertar a sociedade sobre os avanços dos fundamentalismos no Brasil e o risco que representam à vida das mulheres, o 9º Ciclo de Debates trouxe o tema “Fundamentalismos religiosos em contextos de megaprojetos” (PACS, 2020b).

- **Vídeo 10 - "Caminhos de resistência para defesa dos corpos-territórios"**
  Link: https://www.youtube.com/watch?v=xIfXUeYBEOw

  Duração: 1:29 minutos



Abordamos o papel das mulheres nas resistências aos megaprojetos, força e poder de criação em meio aos conflitos e os caminhos para a defesa da vida e do corpo-território.
A live aconteceu no dia 30 de setembro e contou com a presença das companheiras Marcelle Felippe (Verdejar); Katherin Cruz (Red Nacional de Defensoras de DH - Honduras); e Vera Domingos (Fórum Suape). A mediação ficou por conta de Yasmin Bitencourt, do Instituto PACS (PACS, 2020b).

Com o objetivo de abordar o papel das mulheres nas resistências aos megaprojetos, a força e o poder de criação em meio aos conflitos e os caminhos para a defesa da vida e do corpo-território, o 10° Ciclo de Debates #MulheresTerritóriosdeLuta trouxe o tema “Caminhos de resistência para defesa de corpos-territórios” (PACS, 2020b).

- **Vídeo 11- "Territórios saqueados pela dívida e a rebeldia das mulheres"**
  Link: https://www.youtube.com/watch?v=9-w0J3xz8_0

  Duração: 2:09 minutos



Abordamos a relação dos megaprojetos com as instituições financeiras nacionais e internacionais, além dos impactos de suas atuações nas vidas e nas lutas das mulheres e seus territórios.
A live aconteceu no dia 14 de outubro e contou com a presença das companheiras Antônia Melo (Xingu Vivo Para Sempre); Magnólia Said (Esplar e Rede Jubileu Sul); e Rosa Rivero (Marcha Mundial de las Mujeres Macronorte). A mediação ficou por conta de Sandra Quintela, do Instituto PACS (PACS, 2020a).

No contexto da Semana de Ação Global pela Anulação da Dívida, o 11º Ciclo de Debates #MulheresTerritóriosdeLuta trouxe o tema “Territórios saqueados pela dívida e a rebeldia das mulheres”. No encontro virtual, foram discutidas questões como a relação dos megaprojetos com as instituições financeiras nacionais e internacionais, além dos impactos de suas atuações nas vidas e nas lutas das mulheres e seus territórios (PACS, 2020b).

- **Vídeo 12 - Encontro de celebração e resgate dos melhores momentos desses 6 meses** de trabalho e 12 edições do Ciclo de debates *Mulheres Territórios de Luta*
  Link: https://www.youtube.com/watch?v=I1FFaWjrFOE

  Duração: 2:01 minutos



A live aconteceu no dia 28 de novembro e contou com a presença das companheiras Francisca Fernandez (Movimiento por el Água y los Territorios e Coordinadora Feminista 8M, Chile); Larissa Santos (Justiça nos Trilhos, Maranhão); Saney Souza (Coletiva As Caboclas, Rio de Janeiro); Vera Domingos (Fórum Suape, Pernambuco); e Rosimere Nery (Fase e Fórum de Mulheres, Pernambuco). O encontro contou ainda com o show de Dona Hellen Andrews, cantora e liderança territorial do Bosque das Caboclas, no Rio de Janeiro. A mediação ficou por conta de Marina Praça, do Instituto PACS (PACS, 2020a).
Para encerrar com chave de ouro, o Encontro Final do Ciclo #MulheresTerritóriosdeLuta foi de celebração e resgate dos melhores momentos desses 6 meses de trabalho e 12 edições, com a participação de 6 companheiras que estiveram nessa caminhada conosco, além de um show de Dona Hellen Andrews, cantora e matriarca do Bosque das Caboclas, em Campo Grande, na zona oeste do Rio de Janeiro (PACS, 2020b).

- **Retrospectiva**

  Vídeo de retrospectiva do ciclo de debates:

  http://pacs.org.br/mulheresterritoriosdeluta/material/retrospectiva-ciclo-de-debates/

  Duração 18:48 min

Compilado das edições anteriores que ocorreram durante o ano de 2020, durante 6 meses consecutivos (PACS, 2020b).

Anexo 2

Vocabulário

Glossário de estratégias comunitárias e verbetes relacionados a cuidados no enfrentamento a megaprojetos em meio à pandemia de COVID-19 pela perspectiva das mulheres da campanha Mulheres Territórios de Luta, do PACS.

SUMÁRIO VOCABULARIO

A

Ação política no meio das mulheres 259
Acordo de escazú 259
Alternativas para o enfrentamento 259
Ampliar a ancestralidade 260
Ancestralidade nossa 260
Artes como experiência transversal e ferramenta 261
Arte como função dentro do grupo coletivo 261
Articulação em rede 261
Atuação do governo Bolsonaro 262
Autocuidado 262
Autocuidado através da escrita das coisas: mulheres em movimento transcrevendo resistência. 263
Autocuidado e o cuidado coletivo 264
Autocuidado que transforma, o conhecimento de si 265
Autogestão 266
Autonomia física das mulheres 266

B .....

Berta Cáceres 266
Botar na cena pública 267

C .....

Caminho em defesa pela vida 267
Campanha “Mulheres Territórios de Luta” 268
Canto como ato político 268
Cartilha da mentira e da destruição 269
Centro da vida 269

Ciclo de debates 270
Ciclos de debates mulheres territórios de luta 270
Cidadão 271
Complexo de favelas da penha 271
Comunidade 272
Consciência sanadora 272
Controle da vida das mulheres e povos 273
Corpo território 274
Comunicações seguras 274
Conhecimento de outros territórios 274
Contextos semelhantes, Brasil e América Latina 275
Criminalização dos nossos corpos 275
Cuidado 276
Cuidado coletivo 276
D .....
Data festiva 277
Defensoras da vida 277
Defensoria pública da união 278
Descolonização 278
Descolonização das tecnologias 278
Desenvolvimento 279
Despatriarcalização 279
Dignidade desses povos 280
Direito as águas 281
Dividas das mulheres 281
Discurso do desenvolvimento 281
Dívida histórica Social e Ambiental 283
E .....
Economia comunitária 284
Empoderar a mulher 284
Empréstimo que o governo fez foi com Banco Mundial 284
Esperança 287
F .....

Faz político o consumo de açúcar 288
Festividade 288
Fortalecer as pessoas 289
Fome coletiva de histórias 289
I .....
Instituições financeiras 290
L .....
Lenço na cabeça 290
Luta 290
Luta antiextrativista 291
Luta pela vida 291
Luta transfronteiriça 292
M .....
Mãe e mulher: porque é difícil você tá nessa nessas lutas 292
Maternidade para mães vulneráveis 292
Monitoramento indígena 293
Meu lugar de fala 293
Mulher aquilombada 294
Mulher ganha voz 294
Mulheres e megaprojetos 295
Mulheres e povos, somos os acredores 295
Mulheres se reconhecerem como pessoas atingidas 295
#MulheresTerritóriosdeLuta 296
Megaprojetos 297
Militarização 298
Militarização na vida 299
Mulheres em territórios de luta 300
Mulheres estão ali segurando ou cuidando de tudo 300
Mulheres lutadoras 300
Mulheres que lutam na favela 301
Mulheres resistimos nos territórios 301
Mexendo seus caldeirões 302
N .....

Não existe maior ato de rebeldia que resgatar a alegria 302
Necessidade dos grandes projetos 303
Neoliberalismo pandêmico 303
Nós somos esse ser político 304
Nossos territórios são territórios pretos 304
Nosso universo 305
Novo ciclo de endividamento 306
O .....
Organização 307
P .....
PACS 307
Pacotes de empréstimos governamental na pandemia 308
Pandemia e autonomia 308
Pandemia no sistema de economia-mundo / sistema político 309
Pandemônio 309
Patriarcado 309
Partagem carioca 310
Plan de derechos humanos 311
Poder 311
Política de cuidado coletivo 311
Potência das mulheres 312
Papeis ocupados pelas mulheres q são invisibilizados 312
Perspectiva da coletividade 312
Práticas ancestrais 313
Projeto “capital humano” banco mundial 313
Q .....
Quem cuida de quem? 314
R .....
Racismo 314
Racismo ambiental 315
Rádios comunitárias 316
Rápido desenvolvimento do “neoliberalismo" 317
Redes de defesa legal 317

Rede mulher 318
Retirada de todo o recurso do sus 318
Rompe com a ideia saudável de ciclo da vida 319
S .....
Seguimos em luta 319
Simultaneidade das nossas estratégias de lutas 319
Sintonia 320
Sistema de proteção às mulheres 320
SUS que é a luta das mulheres por atendimento à saúde 320
T .....
Trabalho do cuidado 321
Trabalho reprodutivo no período quarentena 321
Tecer essa rede de cuidados 322
Tecer juntas e de mãos dadas 322
Território ancestral 323
Território corpo-terra 324
Território é um espaço integral 324
Trabalho das mulheres na pandemia/ enfrentar a pandemia desde a coletividade 325
U .....
Universo que destrói 325
V .....
Vigilante popular em saúde 325
Violência 326
Violência pandêmica 326
Violações de direitos humanos 327
Violações dos direitos das mulheres defensoras 327
“Violência meio ambiental” 327
Ver o todo 328
vírus do capitalismo 328

A

Ação política no meio das mulheres

E a gente sabe que uma grande **ação política no meio das mulheres** tem acontecido. Não tô falando de politicagem, a questão de organização politicamente entre as mulheres. Elas têm trabalhado bastante essa questão delas desde o plantar, o colher, o vender, o lidar com o dia a dia da família. **Ela tem se olhado mais**. E isso a gente vê que é um presente nas mulheres. Elas têm **criado mais estratégias** para não absorver tudo o que tem acontecido no meio. E isso a gente percebe e tem sido **algo coletivo**, **algo está sendo organizado entre nós.**

VERA DOMINGOS (FÓRUM SUAPE). Vídeo 10.

Acordo de Escazú

Vou terminar fazendo um chamado a vocês e a todas as organizações que estão nos escutando. a promover, a incidir, desde nossos espaços, para a assinatura e ratificação do **Acordo de Escazú**. Temos que chegar a 11 países, a ratificação por 11 países para que esse acordo regional entre em vigor. Na verdade, já estamos contra o tempo, Peru é um deles, Brasil é um deles, há vários países na Bacia Amazônica que ainda não ratificaram o acordo. Vale mencionar que esse é o primeiro acordo, a nível regional, que inclui um dispositivo exclusivo para a **defesa de defensores e defensoras ambientais e daí sua relevância.** Então, faço um chamado para que nós, desde nossas organizações, possamos incidir em nossos governos, em nossos parlamentos, para sua assinatura e ratificação.

VALERIA URBINA (DERECHO AMBIENTE Y RECURSOS NATURALES). Vídeo 4.

Alternativas para o enfrentamento

Então, com relação a alternativas para o enfrentamento, eu acho que a receita vem das comunidades básicas, dos povos tradicionais, ribeirinhos, dos povos periféricos, dos povos originários com as experiências de educação contextualizada, experiência de segurança alimentar, com experiência de geração de renda e, fundamentalmente, com essa experiência de solidariedade. Que é o que mais nós temos visto agora nessa pandemia com relação aos movimentos populares.

Agora tudo isso, no meu entendimento, tem que ser combinado, já que vivemos num país que é uma república, combinado com uma representação popular que de fato reflita as necessidades e os desejos das pessoas.

Eu tô falando isso porque nós estamos em um ano eleitoral. E aí eu me lembrei novamente da Dilma. A Dilma, quem assistiu o discurso dela, viu que ela teve o desplante de dizer que Belo Monte tinha sido a obra mais importante do governo dela. Quer dizer importante para fazer isso tudo que a Antônia disse? Então minha gente, não basta ser mulher, não basta ser mulher. Nós temos que votar

em quem tem compromisso histórico com as mulheres, quem tem um projeto de desenvolvimento que atenda os interesses e desejos das populações. Ele já existe, é só recuperar.

MAGNÓLIA SAID (ESPLAR). Vídeo 11.

Ampliar a ancestralidade

Mas queria comentar a respeito da pergunta: como podemos ampliar a ancestralidade? Não podemos. Ela está aqui. A gente busca na nossa memória. Ela não é uma seita ou uma igreja que a gente tem que fazer. Não podemos. É reconhecer e aceitar, porque ela é o nosso berço. tá bom? É que eu penso. E aí, é memória coletiva e não individual; é oralidade; era noite que não tinha energia e que nossos pais, nossos avós íamos nos contar as histórias.

Era indo para roça que nós estamos ouvindo como que se dá. Era indo para o poço, a fonte de água para lavar roupa, lavar as louças ou buscar água, que a gente sabia que ali os seres encantados e qual o momento deles e qual os nossos momentos. E aí a gente ia construindo o nosso código entre nós e eles. Então não se amplia, ela tá dentro do teu ser, porque tu não é filho de qualquer um. Né verdade? Nós temos berço e o nossa ancestralidade. Nossa história de ser Brasil e ser brasileiro é do fascismo, porque todo ser brasileiro, ele tem sua ancestralidade. Até dos brancos que vieram colonizar, porque não foi qualquer branco que veio para cá; não foi a elite branca. não é isso? Esses povos também tinham a ancestralidade. Mas como eu disse, a nossa Amazônia é um território de ancestralidade.

ANA BARBOSA (MOVIMENTO XINGU VIVO).

(...)

Eu sinceramente eu fico muito feliz quando tô numa discussão dessa de memorizar as nossas vidas antepassadas. Isso me ajuda, por exemplo, a enfrentar esse momento de isolamento. A última pergunta que foi feita sobre qual a dica ancestral, se conecta, conecta. Talvez a gente escutar as músicas de autoajuda, as músicas que fazem a gente flutuar, escutar mais a chuva, escutar mais os ventos nas folhas, escutar mais a água, os raios do sol; fazer florescer o que tá dentro da gente como ancestralidade.

Escrever sobre isso e dialogar com esse eu mais próximo. Buscar refletir sobre tudo isso que eu vivo e sobre o que me passaram. Tudo em nós tem uma história. Quem **cuidou** foi nossas mães e elas nunca deixaram de contar uma história pra gente. De viver isso. Não é um conselho e não é uma dica, mas acho que é isso que precisamos para esse momento: nos conectar mais com nossa ancestralidade.

ANA BARBOSA (MOVIMENTO XINGU VIVO). Vídeo 3.

Ancestralidade nossa

E agradeço demais a fala de Ana, que ela dá essa forca ai da periferia. Acho que tem uma coisa aí. Essa coisa da ancestralidade nossa, das mulheres negras, de se bater, de se encontrar e de se respeitar.

ROSIMERE NERY (FASE-PE e FMPE). **Vídeo 2.**

Artes como experiência transversal e ferramenta

Acredito que uma das características dessa relação entre artes, mulheres, território e cuidados coletivos, é também descolonizar as artes. Talvez, uma das coisas importantes que a educação formal impôs é a arte como uma especialidade de uns poucos, como se fosse apenas um campo disciplinar de gente privilegiada. E, justamente, uma visão desde o cuidado coletivo é entender que as artes são algo que pulsam a todas e a todos. São parte de nossos afazeres cotidianos. Nas comunidades se canta, nas comunidades se dança, produzimos, desenhamos, pintamos. Obviamente que certas pessoas terão mais elementos, mais habilidades, que é também parte dos afazeres e ofícios das comunidades. Mas a experiência da arte é uma experiência transversal. Sem dúvida que, além disso, é uma ferramenta fundamental, por onde ir visibilizando reivindicações, demandas. Talvez, não desde o discurso clássico, da fala, ou do discurso político. Mas sim, desde a experiência corporal, de evidenciar essas lutas, essas demandas. Igualmente, não é coincidência que muitas vezes, as formas que tivemos de ilustrar nossas reivindicações, é através de todos esses elementos que acabo de sublinhar.

FRANCISCA FERNANDEZ (MAT E COORDENADORA 8M). Vídeo 3.

Arte como função dentro do grupo coletivo

O papel da arte. Que arte? Ocidental? Porque quando eu fico imaginando a arte de construir uma canoa de pesca à vela, em casquinho, né? E aí a gente vai ver quanto é arte naquilo. Mas qual é a função dessa arte coletiva? Ela é sempre para trazer a vida. Eu acho que a gente tem que avançar um pouco nessa arte e papel da arte para comunidades tradicionais. Qual é o papel da arte? É de dentro para fora ou de fora para dentro? Como Mupache dizia: “A gente tem arte, tem canto, tem o artesanato, tem...”. Mas ele não tá desconectado. Não é só para brilhar os nossos olhos; ele tem uma **função dentro do grupo coletivo**. Eu acho que temos que nos perguntar: Qual é essa arte? Qual é a dança que a gente quer? A dança ancestral? Qual é a culinária que a gente quer? É a partir do nossas comunidades ou a gente tem que trazer chefes de fora para vir ensinar a gente a cozinhar? Que arte? Eu não sei se vocês estão me compreendendo, mas eu acho que ela é muito profunda. Colocar os nossos contos de como prateleira nos vídeos de algumas ONGs, será? Aí tem uma história de vida de um povo que fala do jabuti e agora isso é a vida de um povo, de um grupo indígena? Agora tá aí? Eu posso ir lá na gavetinha e dizer que é assim que o povo vive?... Ficar na memória, no museu ou essa arte? **Porque a arte nossa é uma arte que tá ligada com vida e com a coletividade**, as casas, a beleza das casas é para apreciar. Eu não vou responder. Ao contrário, eu fico é questionando mais sobre a arte...

ANA BARBOSA (MOVIMENTO XINGU VIVO). Vídeo 3.

Articulação em rede

Acredito que necessitamos nos articular, a partir de todos os espaços em que estamos. Se queremos nos fazer escutar, as mulheres, nossas posições, nossas demandas, é importante começar desde o pequeno. Ou seja, desde nosso núcleo familiar, que possamos ter o respaldo daí, mas também desde nossa comunidade e nossas organizações. Melhor ainda se podemos formar redes. Em

nossa experiência, quando as comunidades lutavam sozinhas, não eram escutadas. Mas já quando se forma uma rede, quando se forma algo maior, mais nacional, se você tem respaldo internacional, tem também mais facilidades para poder pressionar, para poder incidir.

ANGELA CUENCA (COLECTIVO CASA). Vídeo 2.

Atuação do governo Bolsonaro

Bom, o governo não tá fazendo. Você quer que eu coloque o que ele está fazendo? Então ele veio com toda a força do inimigo, com uma mente doentia, destruir as nossas árvores centenárias. Ele favoreceu o dia do Fogo. Fogo para nós na Amazônia é morte. É muito triste saber. A gente já vinha de um processo de destruição ambiental de outros governos. Mas esse, ele comemora e faz banquete. Quando a gente fala de banquete, é de passagem. Mas quando se fala desse banquete, é uma passagem para algo melhor. Esse homem, essa besta que tá no poder, ele tem raiva da natureza, ele celebra a destruição, sente prazer nisso; tanto com o meio ambiente, como com os povos comunidades tradicionais. As palavras, as frases que ele falou sobre os quilombolas, sobre os povos indígenas, é muito claro isso. Porém, infelizmente, o Brasil tá com muita gente que apoia esse tipo de raciocínio de ideia, infelizmente. É esse Brasil sem identidade, esse Brasil para mostrar que foi criado uma nação que pode passar por cima de tudo. Não tem nada de agradável com esse homem para nós, ao contrário, precisa tomar um banho de urtiga. Ele precisa tomar um banho de urtiga. É preciso que o nome dele seja colocado no fundo do Rio. Mas enfim, a gente já vem sofrendo isso há muito tempo e vai ser mais uma besta que a gente vai ter que enfrentar.

ANA BARBOSA (MOVIMENTO XINGU VIVO). Vídeo 3

Autocuidado

Porque, nós, mulheres, fomos obrigadas e acostumadas para o papel de **cuidadoras.** Muitas vezes achamos que **cuidar** de nós mesmo é egoísmo. Mas eu acho importante lembrar uma frase de Audre Lorde, que diz que o **autocuidado** é revolucionário, especialmente para nós, mulheres negras.

Eu acho que essa questão, de nós mulheres negras, de pensar esse autocuidado como um elemento importante em nossas vidas, de dar um tempo, de sentar, de ouvir uma boa música, de poder fazer a unha, de poder pintar o nosso cabelo, de poder fazer o que quiser com nossos corpos, porque é o nosso direito.

ROSIMERE NERY (FASE-PE e FMPE). Vídeo 2.

Então, o **chamado é justamente ao autocuidado**, porém entendendo o **autocuidado** como um traço em direção à resistência. Não é um **autocuidado** desde uma perspectiva individual, é um **autocuidado** a partir do carinho a mim, mas que implica um **carinho dirigido à coletividade e ao território.** Temos que fazer nossos pequenos **rituais na casa**. Nossos rituais cotidianos, nossa **limpeza da casa,** nossas **escutas, respeitar nosso ciclo.** Por exemplo, me ocorreu algo muito especial: minha menstruação sempre foi muito irregular. Com a **quarentena**, voltei a ter um ciclo regular pois talvez eu necessitasse descansar. **Necessitasse parar.** Mas que esse descansar, que essa **quarentena** seja entendida como **celeiro de resistência** ao que vem por aí.

Então, eu o veria assim, **nesses fluxos**, seguir oferendando, seguir fazendo esses pequenos gestos que vão alimentando nossa cotidianidade e nossa resistência. E, sem dúvida, o canto, a dança, o desenho e outras expressões são partes desse celeiro que nos permitirá seguir construindo o mundo e os **mundos que queremos habitar.**

FRANCISCA FERNANDEZ (MAT E COORDENADORA 8M). Vídeo 3.

Autocuidado através da escrita das coisas: mulheres em movimento transcrevendo resistência.

Eu era da geração de verso, eu escrevia muito verso e trocava isso. Então até na escola o castigo da escola era uma cópia. “você vai copiar que não devo desrespeitar a tia cem vezes”. Então você tinha isso. Tinha um caderno de caligrafia. Então a gente, de uma coisa da escrita que a gente já perdeu um pouco. Mas a gente tem como sempre voltar, né? E aí, escrevendo, eu entendo como a escrita a gente pode fazer o **autocuidado através da escrita das coisas** que a gente escreve, do nosso dia, da vida em si, como é que foi aquela semana, de um encontro que eu tive com alguém, de uma saudade que eu tenho de um tempo, e como a gente pode também continuar essa nossa resistência e o **autocuidado através das coisas que a gente escreve.** Eu trago **Carolina Maria de Jesus**, que é o que eu tenho lido. **O enfrentamento da pobreza e do racismo veio nessa pessoa e ela traduzia isso.** Ela escrevia sobre o cotidiano e como é duro. A gente se vê em muita coisa que ela escreve. Eu me vejo em vários textos, em várias poesias. E tem um que eu vou ler rapidinho, que fala assim: “ Eu ficava horrorizada quando via as mulheres abraçando os homens. Eu pensava: Por que será que as mulheres abraçam os homens e os homens ficam contentes com os carinhos das mulheres? O que preocupava minha mãe era minha mentalidade. Se alguém perguntava: Sua filha é louca? Ela respondia: A aparência é louca, mas ela não é”. Então eu acho que é isso, da gente se permitir a escrever e não deixar se perder. E aquelas que ainda têm dificuldades na leitura, manda áudio, a gente tá criando um grupo, onde a gente se ouve através de áudio, para aquelas que têm dificuldade para escrever, falar como é que foi o dia através de um áudio de *WhatsApp*. Grava ali como é que foi, né? **Enquanto esse processo da escrita tá chegando aos poucos**. A gente tem nas caboclas a tia Helena, que eu preciso saudar aqui. Ela vem trabalhando com a essa **alfabetização da leitura**, acesso à leitura e à escrita com as mulheres e as crianças. E aí a gente ver várias companheiras já conseguindo escrever. Nós temos essa resistência e essa grande luta que a gente sempre vai **trazer pela escrita**. **Bianca Santana** também é outra escritora que eu vou trazer sempre. E a Aline, a gente passa por aquela **oficina** em conjunto com Bianca sobre a ancestralidade, a escrita, resistência... e eu lembro que ela propôs nesse dia, a gente fazer uma carta para o governador. E eu fiquei assim:” como é que eu vou escrever para o governador? Como assim eu vou **escrever uma carta para o governador**?” E aí cada uma de nós escreveu essa carta e eu me vi colocando várias coisas. E quando eu terminei a carta estava me sentindo um pouco mais leve. Então, eu falei o quanto a escrita tem poder.

E aí vou ler também, abrir aqui aleatoriamente, para poder trazer também um pouco da Bianca para esse momento nosso. E aí ela fala de **mulheres em movimento**: “O movimento de mulheres do Brasil é um dos mais respeitados do mundo e referência fundamental em certos temas de interesse das mulheres no plano internacional. É também um dos movimentos com **melhor performance dentro de movimentos sociais do País.** Quase que ilustra a potência desses

movimentos por encaminhamentos da Constituição de 88, e contemplou cerca de 80% das suas propostas e mudou radicalmente o **status jurídico das mulheres no Brasil.** A Constituição de 88". Então quem puder ler e buscar sempre essas mulheres que a gente **tem na nossa vida, na nossa literatura, as grandes intelectuais, somos nós também. Então vamos escrever,** vamos ter o caderninho. Antes de dormir, em vez de levar o sono para cama, vamos nos sentar um pouquinho na medida do possível e das possibilidades da vida de cada uma. Mas tirar um pouquinho para gente fazer esse debruçamento do que eu posso falar de mim, como é que eu falo de mim, das coisas que estão ao meu redor. **Transcrevendo** o que falaria para o governador nesse momento. Acho que são **exercícios** que a gente pode fazer e que **envolve muito do autocuidado e da nossa resistência.**

SANEY SOUZA (Coletiva *AS CABOCLAS*). Vídeo 3.

Autocuidado e o cuidado coletivo

Bem, com a primeira pergunta, inclusive desde a minha experiência e com o que conheço das minhas companheiras de organização, é que o **autocuidado salva sua vida.** Mas também entender que o **autocuidado não é somente que eu me cuide na minha casa, colocando limites e tratando de descansar, não se restringe a isso, por exemplo, coisas que mencionei a vocês antes, com a espiritualidade, com os rituais isso também é autocuidado.**

São outras formas de nos dar segurança e bem-estar. E que também não é somente individual, mas também, como vamos fazendo de forma coletiva, me cuido com outras e entre nós todas nos cuidamos.

Acredito que algo importante que está relacionado com a pergunta número três, é necessário poder falar e poder posicionar **sobre o caráter político do autocuidado**, que não seja visto somente como tirar um dia de descanso, ou hoje suas pernas doem e você decide não ir à mobilização, por autocuidado.

À medida que estejamos melhores, vamos poder contribuir mais nas lutas, na construção dos nossos movimentos. **Então que não seja visto somente como momentos ou práticas para descansar**, acredito que o principal desafio seja esse.

Vai além disso, são necessários para estar viva, para viver bem e para seguir lutando por todas as conquistas que nos faltam.

Também em relação aos outros desafios, além de posicionar isso**, o autocuidado**, **melhor dizendo o autocuidado e o cuidado coletivo são coisas que vão nos escapando.** Acho que o outro desafio também é estimular **o autocuidado** com as companheiras dos territórios, porque nem sempre existe um espaço de confiança para poder dialogar com mais segurança ou com abertura, em muitos casos são os companheiros das mesmas organizações que as agridem, haverá momentos de tensão ou inclusive dentro das organizações, como não é visto nas coletividades, nas comunidades, nas organizações mistas, não é visto com essa importância, então evitam esses espaços, colocam obstáculos para que as companheiras participem. Acho que são os principais desafios, **buscar estratégias e insistir**, persistir como dizemos, em **que o autocuidado não seja somente fazer nada ou descansar, e sim que é algo que de verdade é para poder continuar vivendo e estar nas lutas.**

KATHERIN CRUZ (REDE NACIONAL DE DEFENSORAS DE DH). Vídeo 10.

Os grandes desafios é ouvir as situações e problemas e ter que incentivar e vontade de permanecer lutando, mostrar pra elas solidariedade e incentivar através de roda de conversas esse autocuidado e esse cuidado que precisamos ter com cada uma. E **o autocuidado** faz toda diferença na parte espiritual, na parte psíquica e psicológica de cada uma. A gente, através de rodas de conversas com algumas, que se permitem, precisamos dizer isso, porque algumas mulheres não se permitem, então a gente tem que estar rondando terreno, tentando trazer aquela mulher para uma conversa. Então são grandes desafios, principalmente quando estamos falando de mulheres em territórios rurais, onde o patriarcado foi fomentado e enraizado e tem que ser extirpado e arrancado. Então a gente começa a fazer essa desconstrução desse patriarcado estrutural.

É um grande desafio dizer para mulher que ela tem que ter o autocuidado com ela, que não é só o físico, mas também o espiritual, sexual e toda história que lida com essa parte do corpo, e que a mulher precisa trabalhar nela. A gente tem tentado que as mulheres entendam que é necessário para ela.

Em relação a outra pergunta, quando a mulher começa a se olhar e ver o que tá ali é além de um corpo, isso **politicamente vai mudar muita coisa terá vários conceitos diferentes do que de fato para que ela veio. Então isso é uma construção e vai de delongar tempo, espaço.**

VERA DOMINGOS (FÓRUM SUAPE). Vídeo 10.

Autocuidado que transforma, o conhecimento de si

Quando a gente começa a desvendar a mulher, a construção política e social que foi patriarcal e que veio no domínio dos nossos corpos. Então quando a gente tem esse começo e começa a tirar esses véus e começa a ver nossa verdadeira história e deixa aflorar cada vez mais nossas intuições, quando fazemos nossas práticas que trazem essa força da nossas ancestralidade e conexão com nossa natureza externa, **eu acho que isso muda politicamente**, porque a gente começa a ver imprecisamente a razão das coisas, porque a gente vê aonde carregamos nossas culpas, onde achamos que devemos estar fazendo tudo. Então é isso que politicamente é a construção em cima das mulheres. Eu mesma ainda não consegui descontruir isso, é uma descoberta constante também. Isso vai dando força e mais conexão com nossa verdadeira história e nossa verdadeira potência feminina. Eu acho que a resposta tá aí para o que a gente tá vendo hoje, a política do dia a dia, onde as mulheres estão de frente com seus projetos, são as lideranças que cativam, sensibilizam e **luta pelo coletivo**. Então eu acho que a resposta do **autocuidado** e do **autoconhecimento vem se mostrando cada vez mais quando a gente vem vendo a mulherada aí tomando as frentes com autonomia das suas escolhas e ações.**

MARCELLE FELIPPE (*VERDEJAR*). Vídeo 10.

E deixar que toda a arte nos cerque, que toda a arte cerque nossas lutas, a dança, o canto, todos os atos, mesmo que seja para extravasar a raiva que levamos dentro, mas que seja através da arte, inclusive me parece como uma forma **de nos cuidar coletivamente.**

KATHERIN CRUZ (REDE NACIONAL DE DEFENSORAS DE DH). Vídeo 10.

Autogestão

A gente já teve o início de obras parado por conta da **pandemia**, que a gente sabe que não tá fácil tudo isso. Mas graças a Deus já está bem adiantado. Nós sofremos muito com tudo isso. Eu já estive em São Luiz, já estive no Rio também, pois eu participo do projeto do PACS de autogestão desde 2018, e isso serve muito para gente estar contando nossas histórias de incidência, porque esse processo de **autogestão** é basicamente o que é feito aqui em Piquiá. Todo nosso processo, desde o início da nossa luta, até hoje é tudo por **autogestão**. Foi tudo os moradores e aliados que a gente conseguiu tudo que a gente tem conquistado. E nesse intervalo que a gente participa desses debates e reuniões é mais para tá falando mesmo do que a gente fez, as pessoas se adaptam em muitas coisas que a gente faz aqui em Piquiá. E eu estive no Peru também, em 2018, eu participei da escola de direitos humanos pela REPAM, Rede Eclesial PanAmazonica, eu e o advogado da associação, o Antônio filho, e foi um meio muito tenso, porque a gente sabe que ficar longe da família não é fácil. Mas foi de muito aprendizado também, porque tudo que a gente faz serve de aprendizado para a gente. E lá a gente também falou muito desse processo de incidência feito sem ficar de baixo, porque é um projeto as pessoas se enxergam muito nele. Então ela se assemelha para poder tá fazendo alguma coisa que nunca foi feito em seus processos e suas comunidades e aldeias.

FLAVIA SILVA (A. M. PIQUIÁ DE BAIXO). Vídeo 4.

Autonomia física das mulheres

Então, basicamente, a nível da **autonomia física das mulheres**, há dois impactos muito grandes que se repetem em todos nossos países. Um deles é a **questão da violência** e o outro é a **questão dos efeitos nos direitos da saúde da mulher, principalmente os direitos da saúde reprodutiva.**

VALERIA URBINA (DERECHO AMBIENTE Y RECURSOS NATURALES). Vídeo 4.

B

Berta Cáceres

A Rode é de Honduras, do território de **Berta Cáceres**. Foi lutadora, feminista e em defesa dos povos indígenas, dos territórios das águas e que foi assassinada brutalmente em 2016, em um contexto de criminalização e violação dos direitos humanos. Então a gente tem uma biblioteca presencial no nosso escritório e uma biblioteca virtual, que se chama **Berta Cárceres**. Não podíamos passar por aqui sem falar isso.

ISABELLE RODRIGUES (INSTITUTO PACS). Vídeo 5.

Uma das ameaças mais graves a que podemos chegar, pois há um colapso de poderes que vem desde o poder legislativo abaixo, adicionalmente a tudo que sucede em Honduras, como defensoras, em Honduras, temos um dos modelos mais radicais, um modelo depredador - cremos nós que foi instalado e é um dos maiores desafios que nós enfrentamos como mulheres, que lutam pelos direitos territoriais e pela justiça ambiental em Honduras. Temos o caso emblemático, como os dizia anteriormente, da companheira Berta Cáceres, que após ter sido judicializada, criminalizada, perseguida, foi finalmente assassinada como resultado de sua oposição à instalação e à construção de megaprojetos da represa e da hidrelétrica de Água Zarca. E que até agora, como dizia, seguimos lutando e exigindo ao Estado de Honduras que cumpra e detenha os autores intelectuais da morte de Berta Cáceres. A tudo isso se soma realmente a situação do país: de perseguição de lideranças do povo garífuna, o povo negro em Honduras. Temos uma perseguição constante contra nossa companheira Miriam Miranda e seu povo. Miriam, como coordenadora da *Organización Fraternal Negra Hondureña* (OFRANEH), se preocupa para que respeitem o direito de bem viver de seu povo. Respeitem a autonomia que existe em cada um dos povos originários em Honduras.

RODE MURSIA (CONAMINH). Vídeo 5.

Botar na cena pública

Queria agradecer ao PACS pela iniciativa e parabenizar também pelos temas e por botar na cena pública um debate tão relevante que precisa ser publicizado, debatido e visibilizado pelos sujeitos que estão diretamente envolvidos nas questões todas.

CRIS FAUSTINO (INSTITUTO TERRAMAR). Vídeo 6.

C

Caminho em defesa pela vida

Uma outra pergunta que eu quero responder e que eu acho que me chamou bastante atenção é como tem traçado esse **caminho em defesa pela vida**. A gente tem traçado o caminho em defesa dos direitos do território da nossa permanência, da nossa mobilidade, do nosso ir e vir. Nós temos construído a nossa luta em cima dos nossos direitos. Aqui no território, as mulheres, tanto da ilha quanto das praias de Ipojuca, têm sempre lutado por essa parte que são os direitos à permanência e nossos direitos.

Então esse é o caminho que nós temos traçado. E o que me faz permanecer lutando é essa vontade de ver essas mulheres bem. Essas pessoas foram arrancadas de seus territórios, não se podendo dizer que estão bem. É ver um sorriso em meio a um caos que a gente teve vivido com a violência do complexo portuário de Suape, que não cessa e são todos os dias.

Outro dia, não tão distante, uma semana atrás, eu vi uma mulher dizer como é que tu encontra a força para estar aí a frente, e eu disse que minha força vem do povo mesmo é deles que eu busco vontade para estar à frente do movimento

para estar lutando por eles. E eu percebo que na maioria deles, existe aquele que está fraquejando, mas existe aquele que mais fortalecido. E são esses que vão buscar os outros e diz que o caminho é aqui, vamos por aqui, então vamos permanecer firmes. E é constante, é uma construção essa luta por nosso território, são todos os dias, são todas as horas. Porque de repente alguém invade nossas casas, invade nossas terras e rouba o que nós temos. Acredito que em todos os lugares onde existem esses megaprojetos, a Vale tá aí para contar e dizer a destruição que fez, as mineradoras, os garimpeiros destruindo nossas matas e matando nossos povos. Então aqui também não é diferente, a violência aqui são todos os dias. Todos os dias a gente busca estar à frente firme nas lutas. Então o que me mantém viva a vontade que eles têm de permanecer no território deles, o que me mantém viva na luta constante é a vontade que eles têm de permanecerem em suas terras e em seus territórios.

Então estamos falando de totalidade e vontade de permanecer na sua terra. Então é isso que me mantém firme e sempre recriando na vontade de permanecer na luta.

VERA DOMINGOS (FÓRUM SUAPE). Vídeo 10.

Campanha *Mulheres Territórios de Luta*

Esse ciclo faz parte de uma campanha que é a campanha *Mulheres Territórios de Luta*. É uma campanha que busca construir um olhar sobre os impactos vividos nos corpos-territórios das mulheres pelos megaprojetos de desenvolvimento.
E quando a gente tá falando do desenvolvimento, a gente tá falando aí de uma gama de projeto de infraestrutura, de mineração, da siderurgia, do agronegócio, da especulação imobiliária, dos complexos industriais, das ferrovias. A gente tá falando de uma gama de projetos que invadem e atravessam diversos territórios, gerando muitos impactos socioambientais, violações de direitos humanos e perda de forma de vida.

(...) a campanha *Mulheres Território de Luta* traz - o ciclo de debate é só uma parte dessa campanha - ela traz entrevistas para mulheres atingidas; ela traz textos, relatórios, cartilha, materiais gráficos; a gente compartilha também muito materiais de parceiros e parceiras, que fazem parte desse processo. Todos esses materiais estão nas redes sociais do PACS: *Facebook, Instagram, Twitter*, no site e no médium, que também é uma plataforma que agrega textos que a gente tem lá alguns materiais. Quem puder entrar, pesquisar, compartilhar e divulgar, porque a perspectiva dessa campanha é que a gente possa dialogar sobre esses atravessamentos, sobre essas formas de destruição, de forma de vida de comunidades inteiras, e como que as resistências conseguem se dar. Então a gente fala dessa potência de material que as mulheres trazem e se fortalecem muito quando elas se encontram para conseguir resistir e construir vida em meio a esses megaprojetos. Então eu convido a todas aí que conheça um pouco mais de todo esse debate e esses materiais, e possam contribuir com essa campanha que é de todas nós.

MARINA PARÇA (INSTITUTO PACS). Vídeo 4.

Canto como ato político

E aí como eu falei, a ave Tincoã, como ela tem vários cantos, ela confunde as pessoas. É ela que tá cantando, aí você acha que é um gato. Então isso tem um nome, isso é **estratégia**. Essa ave é uma ave estratégica. Ao mesmo tempo que você acha que é uma coisa, quando você vai ver, ela não é. E aí Aline, eu acho que vale a pena a gente fazer um canto depois. Se você me permite, agora... É um canto que a gente sempre faz quando a gente tá na zona oeste, que faz companheiras, sobretudo na mulher de Pedra. E aí a Leila sempre puxa esse canto, rememorando do nosso lugar também. E aí quem puder, do seu jeitinho aí, tiver assistindo, pode bater palma, porque a energia nos conecta, a energia do universo. Tem uma música que é assim: “dá licença, dá licença aê. Dá licença as donas da casa. dá licença, dá licença aê. Dá licença, dá licença aê. Peço licença pra jogar as donas da casa. Peço licença pra jogar. Dá licença, dá licença aê. Dá licença, dá licença aê. Peço licença pra jogar”.

É isso. Eu acho que **é importante a gente cantar**, eu acho que é importante a gente trazer sempre o canto e associar o canto à dança. São atos políticos, é a gente e o que nos compõe. As nossas ancestralidades revivem através do nosso canto. Quando a gente traz uma canção do século passado e que até hoje tá entre a gente, e não é por acaso, é porque quando a gente deixa de cantar, a história também para.

A gente tem que dar um jeito de fazer uma roda, de saudar energias, de energia do universo e trazer para o canto, entendendo **o canto como ato político**. Assim como nossa dança também, é um ato político. É importante demarcar esses espaços que a gente se encontra, dessa dimensão, através do canto e da dança.

SANEY SOUZA (Coletiva *AS CABOCLAS*). Vídeo 3.

Cartilha da mentira e da destruição

As famílias pescadoras são ameaçadas e perdem a sua água, perdem seu peixe, o rio e o lago contaminados, a água contaminada e não tem mais peixe. A maioria não tem mais barcos, pois os barcos de madeira não servem mais para andar no rio e lago, porque tem muito varzeiro e se torna um grande perigo. Além disso, mesmo com toda essa desgraceira que esse projeto Belo Monte trouxe, porque foi um projeto com a propaganda linda que iam fazer escola, iam construir hospitais, estradas, iam dar tudo aos índios. Mas a realidade é que tudo isso é uma grande mentira. A cartilha da mentira e da destruição.

O que é mais doido é que eles nos tratam (empresas, bancos, governos) como se fossemos sem memória, sem inteligência, sabe? Porque eles dizem: Vamos construir hospital, tantas escolas, tudo isso para enlouquecer a população. Como se isso não fosse política pública e esse um direito fundamental garantido na nossa constituição. Isso não é moeda de troca.

Então vejam a tragédia desse discurso colonizador desse projeto junto com esse modelo de desenvolvimento.

ANTÔNIA MELO (*MOVIMENTO XINGU VIVO*). Vídeo 11.

Centro da vida

Significa ter apoios comunitários, significa recuperar sementes, significa compartilhar o que temos, significa ter redes de cuidados, significa ter uma medida de **resiliência**. É também dizer que vamos sair disso, contra a narrativa hegemônica de que todos nós vamos morrer. Então essas narrativas que também estão sendo criadas desde os territórios das mulheres, dos povos originários, até a recuperação dos saberes ancestrais, estão criando estratégias tão incríveis como os centros de saúde autônomos, contra sistemas totalmente colapsados. Estamos criando centros de saúde com cuidados positivos para pessoas doentes, mas também estamos tratando com a medicina ancestral. Então aí buscamos uma recuperação com todos aqueles saberes e companheiras das unidades garífunas, com as idosas pertencentes aos grupos de risco, recuperadas com a medicina das plantas. Temos que falar e também estamos falando das cadeias de cuidado não rastreadas em nossas comunidades, das pessoas que apresentam sintomas. (...) Acho importante que o que estamos colocando aqui no centro é tecer redes de cuidado com a vida. E essa é a oportunidade que nos traz para todos vocês, defensoras, verem como estão as coisas no nosso território.

TEREZA BOEDO. Vídeo 1.

Ciclos de debates

Um ciclo que já tratou tantos temas importantes: O trabalho reprodutivo, algo muito sensibilizado; da ancestralidade, que carregamos dos nossos antepassados com toda a força da luta da resistência; a defesa dos Direitos Humanos, os direitos da natureza do direito à vida; a militarização da vida também, o tema aqui em particular, no Brasil, cresceu muito com o ciclo da Copa e das Olimpíadas aqui no Rio de Janeiro; o racismo ambiental; os fundamentalismos religiosos e impactos da Vale.

Então tudo isso é uma perspectiva das mulheres, como tudo isso impacta a vida das mulheres, porque muitas vezes um grande projeto chega saudado “que vai trazer emprego e desenvolvimento, que um dia a gente vai alcançar” e na real, a gente sabe o que acontece: concentra riqueza, destrói o meio ambiente, destrói a vida e o modo de viver das populações tradicionais, impacta de maneira muito direta as mulheres.

Eu acho que outra coisa que a gente tá tentando visibilizar é o impacto sobre as crianças também, que muitas vezes fica completamente invisível nesse debate dos impactos. Então a gente quando tá trazendo uma campanha *Mulheres Territórios de Luta* que está com esse ciclo de debates e muito mais outras atividades, e a gente tá nesse esforço coletivo com muitas organizações, Brasil e América Latina,, trazendo esse tema que é tão caro à vida das mulheres.

E nesse ciclo que nós estamos hoje fazendo a décima primeira edição já passaram mais de 5.000 pessoas que visualizaram, curtiram e participaram. Olha só, não é qualquer coisa não, é muita gente. São mais de seis países. Nós temos a companheira Rosa, do Peru e outros nossos irmãos e irmãs aqui da América Latina e do Caribe, que é muito caro para história do PACS.

SANDRA QUINTELA (PACS/JUBILEU SUL). Vídeo 11.

Ciclos de debates *Mulheres Territórios de Luta*

Os nossos ciclos de debates são compostos por mulheres, o nosso chão e o nosso lugar de mãos dadas parte do trabalho das mulheres, da visibilidade do trabalho das mulheres, na luta da defesa dos territórios contra os megaprojetos, sejam mineração, siderurgia, hidrelétrica ou a militarização dos territórios da vida. Dizer que esse ciclo faz parte da nossa campanha *Mulheres Territórios de Luta* e essa campanha se divide em muitos produtos e também tem a história de muitas mulheres. Mulheres que, com seus corpos territórios, defendem a vida, que insiste em viver e pulsar nos territórios. Então agradecer muito a confiança, muito as mãos dadas, muito olho no olho, e agora nesse tempo virtual a gente fica impossibilitada de fazer.

ALINE LIMA (INSTITUTO PACS). Vídeo 3.

Cidadão

Cidadão e cidadãos completos, integrais e sujeitos de direito/ precarização da vida: essas populações, desses povos, historicamente, eles não foram acolhidos pela democracia brasileira e não são entendidos como **cidadão e cidadãos completos, integrais e sujeitos de direito**. Então os projetos externos e esses grupos brancos acham que têm a força e a palavra para dizer o que os povos querem e precisam, constrói pactos midiáticos, constrói propagandas e vai se mantendo isso e se reproduzido. E existe um discurso que esses projetos trazem desenvolvimento e vão melhorar o território.

Eu conheço muitos projetos, que eu tive a oportunidade de conhecer por essas relações que a gente estabelece com as organizações, em rede, a plataforma, o PACS, eu tive essa oportunidade e agradeço a vida e os mistérios. Conheci vários territórios que foram impactados pela indústria portuária, no caso de Pernambuco, pela indústria de petróleo no Rio de Janeiro, pela mineração no caso do Maranhão, agronegócio e destruição das florestas.

Nesses territórios a gente não consegue verificar como esses projetos melhoram efetivamente a qualidade de vida das pessoas. O que a gente tem é sempre um processo de perda da qualidade de vida, contaminação dos territórios, geração e produção de violência militarizada sobre os corpos, naturalização da violência e do aumento da violência, das mortes por homicídios, formação de conflitos, articulação entre conflitos socioambientais e conflitos armados nos territórios. **CRIS FAUSTINO (INSTITUTO TERRAMAR). Vídeo 6.**

Complexo de favelas da Penha

O complexo de favelas da Penha, que é o lugar onde eu estou agora, nesse exato momento, é reconhecido pelo Instituto Pereira Passos por 11 favelas. Mas para a gente que é morador, é muito mais. Tem a Sacopã, tem a Estradinha, tem a Favelinha, tem a Terra Prometida. São espaços que vão crescendo muito em cada favela, e que o governo não se dá conta de mapear, ou por estratégia, é claro, ou por mais uma vez negligenciar aquele faz parte desse território. Esse território compreende três morros: Penha, Alemão e Juramento. E tem a Serra da Misericórdia. A nossa última área verde, o nosso último respiro de Mata Atlântica, como muitos ambientalistas vêm sinalizando.

ANA SANTOS (CEM E REDE CAU). Vídeo 2.

Comunidade

Primeiro, o que a gente percebe é que as populações quando elas são pequenas ou quando elas são comunidades, elas são muito ligadas realmente ao território e aos espaços que elas vivem. E a vida em comunidade ela ainda é muito privilegiada. Diferente da gente quando tá numa cidade grande que já perdeu muito nessa noção do que um **tato comunitário e vida** nesse contexto coletivo, disputados de forma coletiva e que são muito importantes para a existência das pessoas. Exemplo simples que a gente vê as mulheres nessas pequenas comunidades e elas se reúnem para fazer algumas tarefas, para cozinhar ou se reúnem para fazer artesanato. A **comunidade** é um espaço **muito coletivo** e é um espaço de muito existência e as pessoas se veem muito nesse **contexto de coletividade.** E a gente vivencia muito esse processo, por exemplo, da necessidade de reassentamentos em alguns locais afetados pelo desastre de Mariana. Não é simples assim reassentar comunidades, principalmente quando tem esse vínculo, porque as pessoas tem um vínculo de vizinhança muito próximo. A vida inteira foi vizinho da Dona Maria e se você for reassentado, você quer continuar sendo vizinho da Dona Maria, ela que é a vizinha. É uma perspectiva muito coletiva do todo e que, às vezes, é difícil de ser **compreendida** nesses processos, mas que precisa ser compreendida, porque esses **vínculos** não são apenas afetivos, **são de existência**, são vínculos que formam histórias e precisam ser respeitados a partir destas perspectivas. Tanto esses vínculos são importantes para tentar quebrar as estratégias das empresas, porque qual é uma das primeiras estratégias que as empresas fazem nessas situações? É justamente tentar quebrar esses vínculos. E se você promover um reassentamento de qualquer jeito, você separa as pessoas que estão muito próximas e quando você **desagrega pessoas que são muito próximas**, você vai minando esses processos de resistência. Então, a segunda **estratégia** que a gente viu acontecer foi de querer promover uma relação muito rápida, e então a pessoa não teve nem tempo de entender o que tá acontecendo na vida dela. E aí de repente vem uma oportunidade de ser indenizado e de sair daí. Por quê? Porque as pessoas saem do território e a luta perde a força. A luta tem força quando as pessoas tão no território.

Então essa estratégia de arrancar as pessoas do território é uma estratégia de tentar diminuir a força.

Porque quando as empresas querem atacar justamente essa coesão social, a melhor estratégia de resistência é a coesão social. Então a melhor estratégia é tentar manter esses **vínculos que dão coesão social**, que faz as pessoas se reconhecerem como parte daquela **comunidade**, como **membros integrantes de uma coletividade**, para que você consiga manter a resistência e tentar quebrar essas estratégias de espionagem e de ameaça que vão acontecer.

São as estratégias mais criativas. Não é só ameaça e captação. Às vezes são realmente oportunidades vantajosas, para ver se as pessoas se desagregam daquele território e que elas deixam o território.

LÍGIA ROCHA (DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO). Vídeo 4.

Consciência sanadora

Memória sanadora dos povos e das mulheres: Acredito que algo que foi vital e importante porque algo que foi sustentador emocional e territorialmente, nesses momentos para nós, precisamente, foi fortalecer o cultivo das plantas, das ervas que estão nos acompanhando nos processos de cura. Ensinando a meninas em casa, com as diferentes irmãs, para que as crianças desenvolvam desde sua sabedoria em sociedade desde a juventude, esses espaços para fortalecer a sabedoria sanadora em outras gerações. **E nos aproximamos de avós, avôs e anciãos para que nos contem quais coisas fizeram durante as pestes quando havia muita fome, já que sua memória e sua sabedoria são vitais nesses tempos.**

Acredito que, para nós, fazer nossos momentos de consciência sanadora, o descanso, o comer bem, os banhos de plantas amargas nesse momento, ingestão de plantas cítricas com a fase de lua cheia que estamos, porque a água subiu a copa das árvores as folhas das árvores mais altas, igual à água que está agora no nosso organismo, em nossas veias, nossos corpos estão mais cheios de água, pois então é o momento em que aproveitamos a mover nosso sistema linfático e urinar todo o medo que nos quiseram colocar.

Toda a construção de controle do nosso corpo que nos quiseram submeter e isso fazemos possível através da memória sanadora dos povos e das mulheres. Eu queria dizer, que vale a pena também, trazer a esse diálogo que as formas e as sabedorias plurais de cura nos sustentaram, estão nos sustentando nesses momentos, como caminhos também que convocam em não cair na desesperança, a não cair na angústia que é construída para nós, porque tantas lutas que temos, as mulheres dos povos. Lutamos contra as diferentes formas de machismo, contra a mineração, as mega indústrias, como também na comunidade, na casa, às vezes com os filhos. Estamos em um permanente desgaste político. E nossos corpos como estão? Então acho bonito como voltamos a revitalizar com a sabedoria sanadora que levanta nossos corpos e nossos espíritos. Quero aproveitar, brevemente, para dizer irmãs, companheiras, todos que estejam participando deste diálogo de diferentes lugares, estamos convidando como *Red de Sanadoras Ancestrales del Feminismo Comunitário Territorial* desde Iximulew, Guatemala, para que façamos política a sanação nesse tempo de Covid.

LORENA CABINAL (*RED DE SANADORAS ANCESTRALES*). Vídeo 8.

Controle da vida das mulheres e povos

O chamado crescimento econômico que promovem as IFIS, como os megaprojetos, avança sobre os territórios, controlam e privatizam a terra, utilizam a água e natureza como recursos inesgotáveis, para obter ganhos, contaminam a água, os alimentos, afetam as saúdes das populações.

Contingentes de pessoas são expulsas de seus territórios. Por outro lado, ampliam o desmantelamento dos direitos trabalhistas, o que afunda são os trabalhos precários, muito conhecido pelas mulheres. Nós, mulheres, resistimos ao poder corporativo porque queremos acabar com o poder de mercado em nossas vidas, afirmamos a autonomia das mulheres sobre suas vidas e seus corpos, como parte da centralidade da vida e sustentabilidade da vida em harmonia com a natureza, a liberdade e a igualdade.

É impossível no capitalismo racista e heteropatriarcal. Seguimos lutando para colocar fim a todas essas formas de violência, seguimos lutando pela legalização do aborto e para romper com as estruturas de dominação e racismo que se atualizam com o neoliberalismo e oprimem nossas vidas.

ROSA RIVERO (MMM MACRONORTE) Vídeo 11

Corpo território

Aprendendo muito, quando a gente fala dessas as histórias, desde o pé no chão, desde os lugares que são muito vivos. A gente aprende muito, porque tem muita verdade. Eu acho que é isso que eu agradeço. Como eu já esperava que essa roda ia ser uma roda de muita troca de afeto e de conhecimento. Conhecimento que vem do corpo encarnado. Eu acho que quando a gente fala de corpo território, a gente tá falando disso. De quando um megaprojeto atravessa o território, atravessa um caminho, ele tá atravessando nossos corpos e nossas formas de vida. Então quando a Lari fala do tamanho da ferrovia, de quanto ela gera de atravessamentos, a gente tá falando disso, da quantidade de corpos e vidas que são atravessadas. A gente fala de um lugar que tem muita dor, que tem muita perda. Mas também que tem muita potência de construção quando se encontra. Quando esses corpos se encontram, sentem juntos tudo isso. Então é isso. Eu fico um pouco emocionada.

MARINA PARÇA (INSTITUTO PACS). Vídeo 1.

Comunicações seguras

Compreendê-las melhor e entendê-las. Temos que falar sobre comunicações seguras neste espaço, e isso agora está tomando muita relevância. Antes falávamos um pouco sobre isso. Mas agora é necessário que falemos e que usemos essa plataforma *jitsi*, por exemplo, que eu não me sentiria tão tranquila para falar sobre certas questões, se não tivéssemos estas mídias. Acho que já estamos a abrir caminhos de mudança e acho que já estão acontecendo muitas coisas, que talvez tenhamos mais ansiedade, porque agora também estamos carregados de ansiedade. Porque queremos que as transformações e mudanças acontecem mais. E diante dessa incerteza, o ser humano está tentando controlar as situações. E agora temos que nos entregar e saber que não temos controle. Mas temos todas as oportunidades de criar novos caminhos e nos conectarmos com essa energia criativa. Acho que também vai nos ajudar muito a dissipar e permitir um pouco de fluxo do medo, angústia e cansaço. Acredito que todas estamos um pouco atoladas nessa situação. Quero falar um pouco e rapidamente, caso tenha tempo, sobre as **estratégias que estamos tendo neste contexto**. E a primeira coisa que estamos fazendo é que **ninguém nos diga o que está acontecendo nos territórios**. Nós estamos procuramos fazer mapeamento, criando uma ferramenta, aplicando o telefone com as companheiras para termos acesso o máximo possível às compras, saber como estão, o que precisam, o que está acontecendo, como está acontecendo, como veem e como analisa. E juntos vamos construindo caminhos.

TERESA BOEDO (IM-DEFENSORAS). Vídeo 1.

Conhecimento de outros territórios

Então uma coisa tá muito relacionada a outra. E eu acho que essa estratégia de coesão é necessária. E acho que segunda **estratégia** também é ter esse **conhecimento de outros territórios**, porque eu acho que a partir do momento que uma luta se soma a outra luta, ainda que geograficamente distante, essas histórias de luta elas vão mostrando como esses processos de resistência são importantes. E você aprende muito ouvindo história de luta de outros territórios e sabendo das dificuldades, mas também do que foi feito em cada território. Então essas trocas e intercâmbios entre populações atingidas é muito enriquecedor para essas populações e para a construção das suas **formas de resistência**. E é claro, a presença também de entidades e organizações em que você pode confiar. E que às vezes é muito difícil, porque aparece oportunismo, é muito fácil e o território é tomado por pessoas que estão ali por meros interesses e que são oportunistas. E saber identificar, separar isso de **quem é confiável** e da onde você pode confiar, pode ser um pouco difícil que as pessoas, mas é sempre uma alternativa.

LÍGIA ROCHA (DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO). Vídeo 4.

Contextos semelhantes, Brasil e América Latina

Também quero agradecer ao instituo PACS por essa oportunidade da gente aqui tá aqui debatendo e conhecendo outras mulheres que estão aí nessa luta e que desenvolvem esse importante trabalho também na América Latina. Acho que já tive até a oportunidade de compartilhar com a Marina a minha angústia, de às vezes a gente se sentir tão descolado da América Latina, quando os nossos problemas são tão iguais. E esse contexto das pessoas indígenas, também é uma maneira que a gente atua muito na Defensoria, e a incidência que vocês têm no sistema interamericano de direitos humanos, também, é um espelho muito forte para gente como estratégias de atuação na matéria de direitos humanos. Então também é um exemplo que a gente busca a seguir. E acho que quanto mais a gente conseguir se ver próximo dessa realidade, mais a gente ganha frente a esses megaprojetos que são sempre encabeçados por empresas que estão lá no outro continente ou às vezes na América do Norte, explorando essa mão de obra e esse trabalho das pessoas que vivem nos territórios. Então a gente tem esse contexto semelhante.

LÍGIA ROCHA (DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO). Vídeo 4.

Criminalização dos nossos corpos

A **criminalização dos nossos corpos**, pelo simples fato de ser um jovem negro que está circulando em um território que é criminalizado pelo Estado, ele já é tratado como suspeito, antes mesmo de ser feito alguma espécie de revista e pergunta. Então a gente sabe muito bem como é isso.

A nossa luta não é uma luta por pobre ou uma luta que a gente se indigna com o que acontece. **A nossa luta é uma luta de vida ou de morte.** E muitas vezes entrelaçando e perpassando um do outro. Muitas vezes estamos lutando muito mais por uma morte do que para se manter vivo.

E essa **pandemia** especifica muito bem isso. Quem são as maiores vítimas a nível local, Brasil e Mundo? São as pessoas negras. Quem são as pessoas que estão sendo infectadas e tendo que ir trabalhar? É a classe pobre. Porque o Estado criou todo esse sistema capitalista, racista, machista. Então a gente está sendo atravessado de diversas formas por essas políticas de controle, militarização. **Somos nós que estamos nos presídios, nossas mães, nossas irmãs, amigas que estão sofrendo violências nos hospitais, muitas vezes abuso sexual, violências obstétricas, o abandono, sem esquecer também dos povos originários daqui os quilombolas, que também são negros, os indígenas. Também são negros como os indígenas.**

Então eu vou terminar a minha fala deixando explícito como e qualquer tipo de política que é pensada para população de modo geral, a favela nunca está sendo colocada. Ela nunca está sendo encaixada, porque é parte de um projeto e não é uma coisa que é acidental ou coincidências. A gente não está sendo abarcado nas políticas públicas de saúde, educação e a segurança. É pensada para nos matar e não para nos proteger, mas proteger as outras classes e outra cor. Isso também é um o projeto de militarização e projeto de controle, porque nós somos os povos matáveis e fomos construídos para ser os corpos matáveis.

BUBA AGUIAR (COLETIVO FALA AKARI). Vídeo 5.

Cuidado

Essas iniciativas que as nossas companheiras estão compartilhando aqui, agora, estão todas nas redes delas. E é possível que a gente acompanhe, apoie e compartilhe, porque acho que umas das coisas importantes para esse período também é um ato de **cuidado**, e o **cuidado** nesse **lugar político** que a Mari lembrou muito bem né? Esse lugar em que o afetivo é político, é a gente espalhar também essas iniciativas por aí. Acho que dá visibilidade para o que a gente consegue agir, aonde a gente consegue intervir, onde a gente consegue produzir uma incidência, é muito importante, nessa luta.

ANA LUISA QUEIROZ (INSTITUTO PACS). Vídeo 2.

Cuidado coletivo

Por exemplo, a luta pela proteção da água é também uma relação entre corpo e território. Nós somos corpos de água também. Nós somos parte da natureza. Há uma frase de que gosto muito, falada por um pesquisador Aymara, que diz: "Todos somos comunidades de parentes". Chacras parentes, espíritos parentes, parentes humanos. Então, é outra forma de entender **o cuidado coletivo**, a partir dessa ideia da comunidade de parentes. É por isso que todas as políticas de cuidado do Estado, hoje, são contrárias à lógica pela qual nós, os povos nos cuidamos; pela qual nós, as mulheres, nos cuidamos coletivamente. Porque, por exemplo, uma política de cuidado que nós pensamos, implica uma justiça restaurativa: restaurar os fluxos das águas, restaurar os ciclos da natureza.

Sempre segundo um critério fundamental: a diversidade. A natureza é biodiversidade. Na natureza não há monocultivo, não há monoprodução. É biodiversidade nossa realidade tanto humana, como não-humana. Então, **uma política de cuidados é uma comunidade de parentes**, a partir dessa visão. E que, sem dúvida, os povos indígenas Afro, povos migrantes, setores

campesinos, camponeses, setores urbanos, fomos gerando esses fluxos a partir dos quais (é possível) fazer a base e o cimento de uma **política de cuidado**.

Nossa luta implica, por exemplo, hoje, no *Movimiento por el Agua y el Territorio*, o reconhecimento da gestão comunitária das águas, os usos ancestrais, empregando os fluxos, através, por exemplo, também da reivindicação da agroecologia. É uma política de **cuidado coletivo**, reivindicar o cuidado das sementes, reivindicar as hortas nas ruas dos bairros, tudo isso é também **política dos cuidados**. Então, no fundo, faz tempo que nós falamos dessa visão de **cuidado plurinacional**. Mas também de direitos da natureza. Porque não é somente uma defesa dos territórios, nossos bens comunitários, mas sim uma defesa pela manutenção da vida, mas além da vida humana apenas. Mas sim essa inter-relação de vidas. Essa é a **política dos cuidados** que queremos defender.

E, obviamente, como lógica, está absolutamente contrária aos megaprojetos, que é a política do despejo, a política da espoliação, e que é a política do descarte. Então, obviamente aqui falamos desde um olhar que reconhece o privado, a alimentação, o **cuidado** das plantas, a manutenção da vida, como campos políticos de disputa.

Bom, esses são alguns elementos. Busquei falar devagar para dar algumas ideias. E agora quero escutar as queridas irmãs, nesse espaço, para pensar e seguir aprofundando sobre essas **políticas de cuidado coletivo**. Obrigada, Aline.

FRANCISCA FERNANDEZ (MAT E COORDENADORA 8M). Vídeo 3.

Muito Obrigada, MAPUCHE . É uma delícia ouvir você e a profundidade que você traz. O encontro dos territórios com os nossos corpos e irresponsabilidade dos territórios com nossos corpos.

ALINE LIMA (INSTITUTO PACS). Vídeo 3.

D

Data festiva

Nesse dia também quero contar a Aline, que, claro, em nossos territórios também estamos em uma data festiva. É o solstício de inverno. E os povos indígenas celebram um novo ciclo. O povo mapuche chama de "Wiñol Tripantu" e o povo aymara, quechua, de "Willkakuti". É um novo sol. Acredito que não é causalidade que hoje nos juntemos nesse espaço para refletir sobre um âmbito que considero fundamental: como os megaprojetos, no marco da crise social, psicológica, sanitária, dão conta da necessidade de construir outro mundo fora do capitalismo, outro mundo fora do extrativismo. Aqui, eu sou parte do *Movimento por el Água y los Territorios* (MAT).

FRANCISCA FERNANDEZ (MAT E COORDENADORA 8M). Vídeo 3.

Defensoras da vida

Nós vimos como, ao longo dos meses da **pandemia,** se incrementou também o trabalho político das defensoras da vida. **Eu gosto de falar de defensoras da vida e direito humanos, porque a luta das mulheres indígenas não começa**

com a luta de defesa dos direitos humanos. E antes ser estabelecido uma interpretação dos direitos humanos que veem nossas lutas históricas como mulheres do povoado. Na colonização, nas colonizações... fizemos contribuições impressionantes e não somente nas colonizações, desde antes nos nossos povoados também. Então, acredito é importante visibilizar tudo isso, porque nós reconhecemos que hoje nos cabe seguir acorpando e acompanhando as irmãs que vivem diferentes formas de violência. Assim como dizia a irmã Blanca Chancoso e Maria, precisamente, mudaram as formas de violência.

LORENA CABINAL (*RED DE SANADORAS ANCESTRALES*). Vídeo 8.

Defensoria Pública da União

Também quero agradecer muito as pessoas que estão assistindo até o final e deixar a Defensoria Pública da União à disposição também. As pessoas precisarem, a gente também tem unidade defensoria em cada capital no Brasil. Eu também ressalto que vocês podem ser procurar o auxílio da Defensoria Pública, pra gente poder atuar cada vez mais nessas situações e prestar assistência jurídica para quem necessita, que são as pessoas que realmente estão nesse território.

LÍGIA ROCHA (DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO). Vídeo 4.

Descolonização

A gente sempre tá falando, eu tô sempre falando isso: a gente não precisa de desenvolvimento e, sim, da descolonização. Não é desenvolvimento, é descolonizar. Descolonizar nossa forma de ver a vida dos povos tradicionais, descolonizar a forma como os povos resistiram e lutaram. Estão vivos estão garantindo a floresta e os biomas no Brasil. Foram esses povos que garantiram e que garantem até hoje.

Quando você vem com essa ideia de cima para baixo, de fora para dentro, desse modelo econômico, isso não funciona. Me parece que acarreta destruição e a Antônia aí colocou muito detalhada sobre a juventude sem futuro e sem as praias.

Gente, vocês dizerem as praias do Rio... o norte todo... a praia do Rio é parte da vida e do viver. Faz parte do processo de socialização e diversão de lazer. Destruir uma praia é destruir o modo de vida. Não é só uma praia, é um modo de vida e socialização. E as pessoas caindo no buraco, o buraco no sentido da vida.

Então eu acho que a gente tem que continuar denunciando Belo Monte. Por muitos anos a gente vem denunciando e essas denúncias precisam continuarem vivas assim como o *Movimento Xingu Vivo* para sempre.

Muito obrigado, Antônia. Você nos traz assim realmente o que a gente não deve fazer quando se trata de usar o dinheiro de uma IFIS e banco público para destruir vidas, para destruir toda uma região e produzir as catástrofes estão sendo produzidas em Altamira, na região do complexo madeireiro, em Santarém, Santos e outros lugares. Aqui, na Baía de Sepetiba, tinha lama medicinal, pessoas iam fazer cura. Hoje é lama contaminada pela produção de minério de ferro e aço. Isso não é desenvolvimento, por isso a gente diz que precisamos descolonizar e não desenvolver.

SANDRA QUINTELA (PACS/JUBILEU SUL). Vídeo 11.

Descolonização das tecnologias

Porque o que está acontecendo é que temos que descolonizar a tecnologia também. Ela foi criada com uma visão de mundo e para um tipo de público. Temos que começar a descolonizar, temos que falar sobre a divisão digital. Muitas companheiras não estão tendo acesso à essa virtualidade. E eles estão mostrando diferentes efeitos desta pandemia. Então acho que temos, para realmente dar um tempo, para se adaptar a essa nova forma de virtualidade e criar novos caminhos. Sim, eu acredito. Sim, eu acredito que é possível, porque já está acontecendo ao nível local. Já estamos usando essa tecnologia para nos aproximar das comunidades para trazer alimento para as pessoas, para recolher também as comunidades que economizam grãos e os que agora estão distribuindo para as zonas mais urbanas, digamos. Ou para uma cidade um pouco maior. Já vemos isso no âmbito mais local. E acho que sim, vamos construir. Mas isso acontece através de uma descolonização das tecnologias. Compreendê-las melhor e entendê-las. Temos que falar sobre comunicações seguras neste espaço, e isso agora está tomando muita relevância. Antes falávamos um pouco sobre isso. Mas agora é necessário que falemos e que usemos essa plataforma *Jitsi*, por exemplo, que eu não me sentiria tão tranquila para falar sobre certas questões, se não tivéssemos estas mídias. Acho que já estamos abrir caminhos de mudança e acho que já estão acontecendo muitas coisas, que talvez tenhamos mais ansiedade, porque agora também estamos carregados de ansiedade. Porque queremos que as transformações e mudanças acontecem mais. E diante dessa incerteza, o ser humano está tentando controlar as situações.

TERESA BOEDO (IM-DEFENSORAS). Vídeo 1.

Desenvolvimento

E quando a gente tá falando do desenvolvimento, a gente tá falando aí de uma gama de projeto de infraestrutura, de mineração, da siderurgia, do agronegócio, da especulação imobiliária, dos complexos industriais, das ferrovias. A gente tá falando de uma gama de projetos que invadem e atravessam diversos territórios, gerando muitos impactos socioambientais, violações de direitos humanos e perda de forma de vida.

MARINA PARÇA (INSTITUTO PACS). Vídeo 4.

Despatriarcalização

A centralidade da vida humana propõe estabelecer mudanças profundas, é nisso que se encontra a despatriarcalização. Muda a divisão sexual do trabalho, com a finalidade de desestruturar normas sociais impostas à sociedade como naturais para transformar relações sociais de cuidado da vida. Distribuir o trabalho doméstico que está organizado a partir da divisão sexual do trabalho com base na dominação.

(...)

A pergunta estava centrada se era possível reconhecer os impactos dos projetos implementados pelas IFIS e também dos megaprojetos nos territórios,

os **impactos nos corpos das mulheres**, não? **Os impactos nos corpos das mulheres.** Eu diria que sim, sim é possível, porque sem dúvida dizemos que no Peru houve um crescimento na desigualdade, sem dúvida que esta desigualdade tem marcas específicas nas mulheres.

As receitas do Banco Mundial, das IFIS e do FMI, fizeram com que nós mulheres carreguemos nas costas a crise, desencadeada pelo projeto econômico neoliberal. E essa crise se expressa nas recargas de trabalho, exemplos específicos, temos mulheres que trabalham no agronegócio, trabalham aproximadamente 12 e 14 horas e quando as safras agrícolas são muito intensas, elas não voltam para casa, ficam trancadas trabalhando nas dependências da agroexportadora.

Além de trabalharem em condições de trabalho escravo e de ter todos os direitos cortados, não podem sindicalizar-se, não têm direito a defender-se. E se somamos a isso, todo o contexto de violência que vivem nos seus lares percebemos que existe uma aliança criminosa entre o capitalismo e o patriarcado. E que toda essa crise do modelo neoliberal estamos pagando nós, mulheres.

Essa é nossa primeira constatação. Em segundo lugar, que esta situação esteja tão crítica e lamentável para os povos e para as mulheres, as mulheres não deixaram de denunciar, não deixaram de criar alternativas, não deixaram de mobilizar-se e muitas começaram a entender que quando estabelecem relações com seus governos locais, são relações muito fracas e que somente há uma oferta por parte do Estado de trabalhos precários para elas, alguns direitos são reconhecidos, mas que não é suficiente para garantir a qualidade de vida das mulheres.

Então as apostas nas organizações de mulheres é que mais mulheres estão assumindo o feminismo, o feminismo está entrando no coração das organizações das mulheres. Estão começando a entender o que significa o patriarcado e porque necessitamos trabalhar na **despatriarcalização**.

É aí nossa força, é aí onde está nosso fundamento. Nessa luta que estamos vivendo. Nós estamos convencidas de que vamos construir alternativas, alternativas para a sustentabilidade da vida, [inaudível][01:43:50] porque não é possível que nossas lutas de resistência estejam alheias à **despatriarcalização.**

ROSA RIVERO (MMM MACRONORTE). Vídeo 11.

Dignidade desses povos

É uma situação tremenda. É a dignidade versus a destruição. A **dignidade desses povos** é colocada em xeque pelo modelo terrível de destruição em volta. Mas a dignidade na luta que dessas populações que vivem do seu trabalho. As populações que vivem não necessariamente com a renda, com salário, não são pobres. O que é essa ideia de levar empobrecido ao desenvolvimento e levar emprego? O que é isso de levar emprego? O tanto que se fala que vai melhorar o trabalho. Para quem? Chegou aquelas leva de trabalhadores precarizados e chegam, coitados, e trabalham nessas grandes obras e depois são expulsos para outra grande obra. Muitos ficam morando nas periferias e formando periferias, que às vezes não tinha nas cidades. Em nome de um emprego que... que história é essa? Vamos descolonizar essa forma de ver a sustentação material da vida gente. E dizer e reafirmar que nós, os povos, somos credores. Nós, mulheres somos credoras de uma dívida

histórica, de uma dívida social, de uma dívida ambiental. E reafirmar o convite amanhã da Assembleia dos povos credores, 10 horas da manhã. É uma Assembleia Mundial. Então é só entrar nas redes na página do Jubileu Sul e acompanhar nossa Assembleia amanhã. Antônia você tá convidadíssima. Rosa, Magnólia e eu já estaremos, para tá com a gente lá, para mostrar depoimento. Nós estamos na semana de ação global, contra as IFIS e pelo cancelamento da dívida, porque o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional então se reunindo essa semana para reafirmar essa agenda. **SANDRA QUINTELA (PACS/JUBILEU SUL). Vídeo 11.**

Direito às águas

Eu ouvi há pouco tempo de uma companheira, dizendo que as mulheres são como águas e a gente quando se junta a gente cresce. MAPUCHE traz isso muito forte, da territorialidade, do direito às águas. Ana também vem embalada nessa magia e a gente tá muito emocionada. As águas paradas são um problema, mas as águas livres e nos territórios são a nossa grande solução. **ALINE LIMA (INSTITUTO PACS). Vídeo 3.**

Dívidas das mulheres

Então eu vejo, Magnólia, que é importante fazermos isso. Chamar as embaixadas desses países e verem essas empresas e bancos tocarem nas raízes deles e do que eles estão fazendo. Olha o tanto de empresas que eles colocam para destruir. Eles não escutam as comunidades e os povos.

Sobre as dívidas das mulheres, o que mais a gente vê são os benefícios serem tirados para ajudar em casa, criar os netos e essas coisas todas. Elas não têm dinheiro nem para comprar o remédio delas. É muita queixa e reclamação. E as mulheres nessa pandemia ficaram praticamente sem nada. Aqui nessa região, só dívida, porque grande parte delas estão abaixo da linha da pobreza.

Que dinheiro elas têm? Só dívidas.

Infelizmente a pandemia parou praticamente todas as nossas atividades: a feira da economia solidária que as mulheres vendem seus produtos. Esse ano não vamos fazer porque não tem como fazer. E elas então continuam fazendo seu trabalho e ganham pouquinho. Mas as nossas propostas eram para projetos de renda para as mulheres da cidade e também da roça. A economia delas foram muito afetadas por essa **pandemia**. Aliás, grande parte das mulheres estão doentes. **E a retirada de todo o recurso do SUS, a PEC da morte, afetou muito mais a saúde das mulheres. Câncer de mama e útero estão nas primeiras listas aqui nem Belém do Pará.**

ANTÔNIA MELO (MOVIMENTO XINGU VIVO). Vídeo 11.

Discurso do desenvolvimento

O Belo Monte é um discurso do desenvolvimento. Essa palavra desenvolvimento já começa ser uma palavra colonialista. De colonizador que vem para destruir, invadir e acabar com a vida dos territórios.

Territórios saqueados, dívidas, território militarizado. Belo Monte teve canteiros de obras militarizados e com exército dentro do canteiro. São obras militarizadas.

E logo vou dizer a todas e todos, que esse modelo chamado desenvolvimento, como a colega Rosa falou lá no Peru, em todo o planeta ele é a mesma coisa. Só muda de endereço. Não tem nada de diferente: atrocidade, destruição, saqueamento, violação dos direitos humanos sociais, culturais, ambientais e econômicos são iguais.

Em Belo Monte mais de mil famílias ribeirinhas que moravam há anos, foram expulsas da sua casa e do seu território. Foram expulsas do rio para morar distante 5 ou 6 km, chamados *Hockeys*, os bairros que forma construídos pela empresa. Pense bem nisso.

E quem é que tá na frente dessas angústias e sofrimentos? São as mulheres. Foram e são as mulheres e continua sendo. Esse ataque aos corpos e vidas, às culturas, os modelos de vida das mulheres.

A família dos bairros periféricos que chamam de pobreza não é verdade. As famílias viviam em casas de palafitas, mas nunca nem uma casinha e madeira caiu, nunca nenhuma criança caiu no rio, mas tinha todos os dias a sua alimentação próximo do rio, o rio farto de peixes, próximos aos serviços terciários e hospitais, escolas e igreja. Eles viviam bem. Eu morava em um bairro desses. Mais de 4 mil famílias, encabeçada pelas mulheres que levavam essa angústia e esse sofrimento nas costas, de perder sua casa, água e de ter sua paz expulsa para distante, em bairros distantes que parece desertos.

E com isso ficaram endividados, pois a energia ficou mais cara. Daqui para chegar lá no bairro, na casinha de concreto que racha, dá o maior problema e é muito quente, e tinha que pagar a energia mais cara que a empresa inventava que tinha dívidas para elas.

Tem a insegurança alimentar, porque o rio perdeu os peixes, perdeu os plantios. Tudo isso influenciou, pois eles ficaram sem tudo, com insegurança alimentar e passando fome, adoecer e morrer. Muitas pessoas, e a maioria mulheres de mais idade, morreram de depressão, pressão arterial alta, câncer, eu acho que de tanto estresse de perder sua casa de gritar e chorar. Apareceu muitas mulheres com câncer de mama, câncer de útero. Então tudo isso veio para as famílias, mas principalmente aos corpos. As mulheres ficaram mais empobrecidas.

Hoje, em Altamira, fizemos um levantamento recente sobre os hostis de Belo Monte, ser *full* (sic). Muito dinheiro do que eles usam são das nossas águas e que fizeram essa degradação. E está no cofre da prefeitura, mas não sabemos para onde vai esse dinheiro. Porque não melhora a vida da população em nenhuma vírgula.

Agora no movimento *Xingu Vivo* e parceiros, nós estamos trabalhando para legitimação de uma lei que mostre sobre esse dinheiro, para que a gente possa dizer à sociedade e conselhos possam dizer para onde esse dinheiro vai e ajude os mais atingidos.

Os territórios foram saqueados, as famílias foram expulsas, as casas foram queimadas e hoje o que acontece é que a 100 km do rio Xingu tem

uma barragem chamada Pimental, que barrou o rio e levou para a barragem Belo Monte a 100 km abaixo, a barragem tá secando, não tem mais peixe, pois estão morrendo. Enfim, as situações das comunidades ribeirinhas e indígenas estão ficando muito graves.

Essa é a situação do desenvolvimento. E com isso eles roubam os territórios, expulsam as famílias e geraram um empobrecimento, que estamos vendo através de pesquisas. Moram 184 famílias em Altamira e somos uma população de 114 mil pessoas nessa região, que é um dos maiores municípios. 34% das famílias estão abaixo da linha da pobreza. E isso antes do Belo Monte ainda não tinha acontecido, pois todas as famílias viviam com dignidade e não tinha essa insegurança alimentar e hoje vivem nessa situação.

ANTÔNIA MELO (MOVIMENTO XINGU VIVO). Vídeo 11.

Dívida histórica social e ambiental

Então eu fico muito feliz. Obrigada, equipe que me convidou para tá aqui hoje. É uma grande honra e uma grande satisfação. E também nós estamos nesse processo todo da campanha *Mulher Território de Lutas*, mais dentro de uma ação global e estão dentro da semana global de ação contra as IFES (instituições financeiras de empresas multilaterais) e pelo cancelamento da dívida. E nós, como Jubileu Sul Brasil e América, nós estamos numa semana de milhões de ações.

Convido para acessar as redes sociais, tanto do Instituto PACS quanto do Jubileu Sul América e Brasil para conhecer o programa que estamos desenvolvendo essa semana: debates e ações. Amanhã vai ter um debate muito bom no Ceará. Amanhã, a partir das 10 horas, vai ter uma assembleia latino-americana e caribenha dos povos do Sul credores da dívida, porque a gente fala que nós, os povos do Sul, somos os credores e as mulheres, em particular, as credoras, de uma dívida social e de uma dívida histórica. Se as mulheres fossem cobrar a dívida social que esse estado patriarcal tem conosco, não tem uma que pagasse. Mas a gente precisa pautar essa dívida histórica, social e ambiental. Imagina se os povos do Xingu fossem cobrar dívida ambiental pelo que o mundo provocou? Se os povos ali da Região Norte, do Peru, extremamente impactada por grande mineração para o agronegócio, fosse realmente receber pela dívida histórica social e ambiental que são esses povos credores? Ou, no Brasil, os povos indígenas e povos camponeses que estão contaminados com os agrotóxicos?

Gente, tudo isso são dívidas que vão sendo geradas e que o povo é que tem que cobrar essa dívida. Mais de 50% do orçamento público hoje do Brasil, não só no Brasil, dos países latino-americano, mais de 50% do orçamento vai para o pagamento da dívida financeira, às custas da saúde, educação, agroecologia e etc. e tal.

A gente nesse debate, nesse ciclo, nessa semana, PACS, jubileu e tantas outras organizações quer mudar o jeito que a gente olha sobre esse assunto. Nossa visão, muitas vezes sobre o desenvolvimento, é muito colonizada. A gente, às vezes tem uma visão de desenvolvimento como se muita gente fosse seguir o caminho dos Estados Unidos e Europa. Não é esse o caminho

Então quando a gente tá falando de uma campanha que valoriza os territórios e as mulheres nesses territórios, como a luta de resistência que elas são, a gente

tá descolonizando a visão de mundo, descolonizando a visão de economia, de política que é o nosso trabalho, tanto no PACS, no Jubileu, como na semana das ações globais e que tantas companheiras estão aqui discutindo.

SANDRA QUINTELA (PACS/JUBILEU SUL) Vídeo 11

E

Economia comunitária

E isso é importante porque as mulheres vão demonstrando seu esforço aqui nesse nível, mas nós sabemos que também vão buscando e agora não vamos ter a normalidade de antes agora temos que buscar estratégias da **nova normalidade** com essa segurança, com a máscara… Como compartilhar?

No campo as pessoas estão trabalhando. Não ficaram em casa. Estão trabalhando nas chácaras, estão preparando a terra para o plantio e isso garante, mas também te exige. Como atender este nível?

Então sim, agora se busca nova estratégia. Como podemos incidir frente ao governo com nossas lutas?

Exigir novamente que aumentem o orçamento, justamente responder e impulsionar sobre a agricultura e a produção também.

E logo, estar retomando o que é a **economia comunitária.** A economia comunitária não tem a ver com a questão do preço, da moeda, na realidade é isso de compartilhar, de reciprocidade. E de fato é necessário impulsionar a economia de mercado para poder cobrir certos gastos e gerar certos ingressos (recursos) para outros tipos de necessidades. Então agora não é somente a produção. Para as mulheres, dizíamos trabalho em dobro por exemplo, agora com o "**fique em casa**" e as crianças já não vão à escola. Como responder à educação com as crianças em casa?

BLANCA CHANCOSO (CONAIE). Vídeo 8.

Empoderar a mulher

Acredito que temos que empoderar **a mulher**, e quando falo em empoderar me refiro à participação das mulheres nos processos e tomadas de decisão. Não somente a nível individual, mas também coletivo. Outra coisa que também podemos fazer é obter o poder político, entendendo-o como participação democrática. Ou seja, se não estamos nos organismos de decisão, não nos darão nada. A nós, negros, nunca nos deram nada. O nosso nunca foi grátis, mas fruto de luta. Sempre adveio da exigência, sempre da luta por nossas conquistas. E por isso é importante o poder político para que possamos, de alguma maneira, ter esses postos de decisão onde realmente se possa decidir a vida não só nossas, mas de todo o conjunto.

ISABEL PADILLA (PASTORAL SOCIAL VICARIATO). Vídeo 6.

Empréstimo que o governo fez foi com Banco Mundial

O governo brasileiro, ele começou a se relacionar com essas instituições a partir de 1940. O primeiro empréstimo que o governo fez foi com Banco Mundial para o setor de energia. Aí depois disso vem o de 44, e depois, em 59, veio o BID. Então o brasileiro ele foi o grande incentivador do nascimento do BID, porque era um banco regional e que fazia aquela integração regional. E depois dele o Brasil se associa a outro banco, que tem tido importância ultimamente relevante no cenário brasileiro, que é a Corporação Andina de fomento, hoje chamada de Banco de Desenvolvimento da América Latina.

Então a Caixa, embora tenha nascido nos anos 60, o governo brasileiro se associou a ela e ela tem uma carteira de projetos brasileiro enorme. A partir de 2008, na época, a crise internacional, os empréstimos com esses bancos tiveram grande crescimento. Eu vou citar mais Banco Mundial, Caixa e BID porque eles tiverem uma importância muito maior no financiamento ao desenvolvimento, que é um pouco diferente do FNI, que tá mais voltado para empréstimo, estabilidade financeira e trabalhar as crises econômicas. Mas esses entraram de cabeça no desenvolvimento.

O banco mais importante desses três sempre foi o Banco Mundial, porque ele foi o grande elaborador de políticas para o Brasil. A partir de quê? Dos documentos de estratégia de assistência ao país, o chamado CAS. E com ele também veio o documento de país feito pelo Banco Interamericano (BID). Então esses dois documentos eram os documentos que definiam praticamente a política de assistência que qualquer instituição financeira fosse realizar com o país. E o Banco Mundial, embora eles tenham essa mesma perspectiva, ele se diferencia dos outros, primeiro porque ele é um banco global e tem uma atuação global; segundo, pela capacidade de mobilizar recursos em situação de crise pela capacidade de disseminar conhecimentos, tendo em vista a experiência mundial dele, ele tem esse trunfo, então o que ele propõe é lei. “Se ele propunha a experiência que deu certo, então essa aqui também vai dar; esses conceitos têm que se atualizar e tem que ser renovado”. Então ele pega o nosso conceito de desenvolvimento e ele muda radicalmente. Ele pega o nosso conceito de parceria e muda radicalmente e por aí vai.

Ele constrói os conceitos e definições sobre todos os aspectos que a gente lida no processo de desenvolvimento. Além disso, também, a importância dele é por ele ter um forte envolvimento no financiamento dos bens públicos globais: a nossa biodiversidade climática e a proteção de florestas. Para vocês terem ideia da importância dele, o Banco Mundial foi o gerente do fundo criado para o PPG7, que é o programa de proteção às florestas tropicais. E ele criou esse fundo para gerir o aporte de recurso que entrar aí. O PPG7, porque são 7 países maiores do mundo e mais ricos. Então eles jogaram milhares de euros nesse fundo que foi administrado pelo Banco Mundial.

E das décadas de 60 e 90, esses empréstimos passaram a ter uma diferenciação. Por quê? Porque eles estavam condicionados às estratégias que o banco definir no seu documento de estratégia do país: O CAS. Mas o mais interessante é que, nessa época, o Congresso Nacional não tinha acesso ao documento em português, esse documento era em inglês. E maioria não sabia inglês e não conseguia entender o que tava lendo. Quando foi um belo dia, trabalho na Rede Brasil, eles foram obrigados a traduzir o documento a partir de um deputado (...), que fez o requerimento solicitando se o documento chegava

no Congresso, ele tinha que chegar na língua nacional. E aí que eles foram descobrir o que tava ali dentro.

Então até 1990, era de documento de assistência ao país. Quando foi a partir dos anos 2000, o governo Lula passa a operar sob o conceito de parceria. Então aquele documento que era de assistência passou a ser documento de parceria com Brasil. Por que parceria? Porque parceria não é um nome bonito não, é porque o governo brasileiro incorporou as definições do Banco Mundial e do Banco Iinteramericano em seu processo de desenvolvimento e nas suas políticas. Foi então que se constituiu a partir daí uma parceria. E agora o mais interessante, retomando o que a Antônia disse também, todo documento de estratégia do Banco Mundial... Qual é o objetivo central? Redução da pobreza, luta contra a pobreza e desigualdade. Em todos os documentos. Mais de 70 anos depois isso nunca aconteceu. Faz mais de 70 anos que essas instituições estão aqui.

E aí nesse CAS, que é o documento de estratégia de 95, minha gente, o banco dizia em relação às reformas estruturais que ele propunha, era necessário acelerar as privatizações e reformar a Seguridade Social. Além de fazer reforma do sistema financeiro e reforma administrativa. Que dizer que desde sempre essas reformas estão descritas ali. Aliás, desde o Consenso de Washington em 1980 – não sei se é 80 - que essas reformas todas estão propostas, a partir desses bancos. Fizeram tudo de uma vez? Não. Fizeram porque não tinha condição de fazer de uma vez, pois que tinha uma sociedade civil forte ali o tempo todo e monitorando atuação do governo. Então a agenda já estava lá no consenso de Washington.

E aí o banco passa a focar num apoio às reformas estruturais e no ajuste fiscal, dizendo que isso era para reduzir a pobreza e melhorar a educação básica. E aí ele pega, porque o Banco Mundial que a gente chama, ele faz parte de um grupo é o grupo Banco Mundial que tem outros bancos para dentro. Então eles pegam esse aqui, que é um banco exclusivamente para tratar do setor privado, que a Corporação Financeira Internacional, e ele passa a atuar com a CFI nas atividades realizadas na infraestrutura, no Mercado de capitais e no desenvolvimento regional. Já preparando as ferramentas para entrar de sola na IIRSA, que é a iniciativa de Integração Regional Sul-americana. E aí nos anos 2000, surge essa grande proposta de integração, que Rosa também conhece muito bem, que é a IIRSA, que afetou todos os países com os projetos e megaprojetos financiados pela CAP, pelo Banco Interamericano e pela Corporação Financeira Internacional. E no caso do Brasil, aí só entra com a marca do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) na mesma lógica da IIRSA. Inclusive, para satisfazer as necessidades territoriais da IIRSA.

Então na questão mais de fundo, megaprojetos, sejam públicos ou privados, eles sempre trazem todos esses impactos que nós já falamos aqui, que Rosa e Antônia já falou, interferindo na qualidade de todas as formas da vida das pessoas, projetos de mineração, projeto de extrativismo, de integração portuária, projeto de equipamentos para grandes eventos. Embora todos eles, sem exceção, assinem os protocolos ambientais e sociais para minimizar os impactos, na prática a gente sabe que isso não acontece. Além disso, além dos riscos, aqui as populações ficam sujeitas, como são os casos terríveis de Mariana e Brumadinho, e também os mecanismos que essas populações tinham de geração de renda em função dos deslocamentos, despejos ou então de outros usos que as empresas deram aqueles equipamentos que estavam ali, por exemplo, no caso do Ceará, o prédio portuário de Pecém, as pescadores e os pescadores não puderam mais fazer uso da água do mar que estava disponível para elas para o meio de vida dela. Os pescadores não puderam mais sair à

pesca com seus barcos, porque aquilo já tinha outra – e como diz no Ceará: Passou a ter outra serventia e outro objetivo - para satisfazer a necessidade de um complexo, termelétrico, refinaria e siderurgia e por aí vai.

Então eu entro na lógica dessas instituições, a grande contradição dessas instituições e desses projetos que são financiados, é que eles surgem com a promessa e o discurso da promoção do desenvolvimento, quando na verdade o que eles provocam são impactos inestimáveis e incomensuráveis no desenvolvimento local, afetando toda uma comunidade do entorno, de modo irreparável, muitas vezes. Tudo isso pelos interesses do capital e as estratégias do mercado fala mais alto sempre. A Copa é exemplo disso. E a pandemia é um exemplo claro da necessidade de proteção jurídica no que se refere à moradia. A gente sabe o que acontece hoje nas casas.

Para fechar a existência ou não dessas IFIS ... Em todos os países, desde a década de 60, a gente sabe que as consequências do ajuste cultural foram devastadoras, imposto pelo Banco Mundial e FNI, principalmente porque empréstimos geram dividas, e o Brasil já está na casa dos trilhões em termos de dívidas. Se a gente for ver para 2021, o projeto de lei orçamentária já está previsto para 2 trilhões e 200 bilhões de reais, só com juros e amortização da dívida pública. Você tem dimensão disso? Mais de 50% do orçamento, como a Sandra disse. E ela é a grande responsável pelas chamadas políticas de austeridade, que é eu acho estrutural para o consenso de Washington. E o sistema financeiro, com essa irmandade que ele criou não para de crescer. O governo brasileiro, ele começou a se relacionar com essas instituições a partir de 1940. O primeiro empréstimo que o governo fez foi com Banco Mundial para o setor de energia. Aí depois disso vem o de 44, e depois, 59, veio o BID. Então o brasileiro ele foi o grande incentivador do nascimento do BID, porque era um banco regional e que fazia aquela integração regional. E depois dele, o Brasil se associa a outro banco que tem tido importância ultimamente relevante no cenário brasileiro, que é a Corporação Andina de Fomento, hoje chamada de Banco de Desenvolvimento da América Latina.

MAGNÓLIA SAID (ESPLAR). Vídeo 11.

Esperança

Tem esperança? Tem. Tem esperança: Não. A resposta não depende de mim. Depende do devir, depende das massas dos trabalhadores e oprimidos desse mundo afora, depende dessa escala de internacionalização da luta. Depende disso e depende do meu desejo. Eu sou uma mulher que acorda pra luta. *Eu não preciso de nenhum ansiolítico, pois é a luta que me sustenta.* Mas essa esperança, do verbo esperançar, ela é um trabalho. Ela é um cotidiano. E aí mesmo rompendo esse minutinho... eu queria trazer uma preta, que daqui a pouco você já vão saber o nome. *Ela mandou uma mensagem de ânimo, antes da pandemia.*

“Tempo de nos aquilombar”.
É tempo de caminhar em fingido silêncio,
e buscar o momento certo do grito,
aparentar fechar um olho evitando o cisco
e abrir escancaradamente o outro.

É tempo de fazer os ouvidos moucos
para os vazios lero-leros,
e cuidar dos passos assuntando as vias.
É tempo de ninguém se soltar de ninguém,
mas olhar fundo na palma aberta
a alma de quem lhe oferece o gesto.
O laçar de mãos não pode ser algema
e sim acertada tática, necessário esquema.
É tempo de formar novos quilombos,
em qualquer lugar que estejamos,
e que venham os dias futuros, salve 2020.

A mística quilombola persiste afirmando: “A liberdade é uma luta constante”. A preta: Conceição Evaristo. E eu me calo diante da sabedoria.

SILVA BATISTA (CPMZO). Vídeo 1.

F

Faz político o consumo de açúcar

Faz político o consumo de açúcar, nossos povos ancestrais não consumiam açúcares. O açúcar é um dos inventos mais perversos que os colonialistas meteram aos povos para depender de forma viciosa ao açúcar, quanto mais branco, mais refinado. Afeta nosso fígado, nosso pâncreas, se torna gordura má no nosso corpo. E as pessoas imunologicamente mais comprometidas são aquelas que vão ter obesidade por consumo de açúcares e de ingestão de comidas que não são saudáveis. O açúcar, então, quando nós o fazemos, o fazemos político, que é relembrar de onde vem os engenhos de açúcar. Aqui são proprietários que têm milhões de territórios indígenas usurpados, onde esses engenhos não só violentam os direitos laborais de quem trabalha, como também nunca vai encontrar que a Coca-Cola tenha criado um mega hospital para os enfermos renais, tampouco que tenha uma fundação para pessoas que sofrem diferentes tipos de diabetes.

Se nos encontramos com uma lista do consumo e naturalizamos esse consumo nas comunidades indígenas mais afastadas de muitos lugares em muitos territórios, parece impossível, mas há garrafas de Coca-Cola.

Façamos a luta possível e política, irmãs, irmãos e irmanes de territórios e comunidades para limpar de nossos organismos e das práticas de consumo, por exemplo, a Coca-Cola. Diminuamos o açúcar, voltemos ao mel, às frutas com seus açúcares naturais, voltemos se querem à rapadura. Existem outras formas não industrializadas. Voltemos a beber nossas plantas como nossos ancestrais nos ensinaram com toda sua natureza de sabores para que nosso organismo desenvolva duas imunidades, de força e de potência nesse tempo de **COVID-19. LORENA CABINAL (*RED DE SANADORAS ANCESTRALES*). Vídeo 8.**

Festividade

Eu queria colocar um ponto sobre a **festividade**. Eu demorei muito tempo para entender que **festividade também é luta**. Eu tava tão enrijecida e tão dura, que eu não entendia esse negócio de festa, de reunir, que a gente tem que pegar o microfone e fazer um discurso; enfrentar o sistema, derrubar o racismo, ir à luta mesmo. As companheiras me ensinaram o quanto é importante a gente juntar para **fazer festa**. A nossa festa e da forma que a gente entende de festa, né? E aí, assim, surgiu o Dia da Consciência Negra, que a gente reúne aqui nas caboclas. É uma festa que a gente faz na rua, que a gente se reúne e as pessoas vêm. Vem muita gente que também não é daqui, do endereço, CEP. E a gente faz um dia lindo.

Hoje eu entendo o quanto é importante a gente juntar para fazer festa, porque a gente carrega muita dor, muito ódio e muita raiva. E tem que ter um momento que a gente vai fazer uma outra coisa. Não que não tenha que ter ódio, como a **Silva Batista** fala que a gente tem que **organizar o nosso ódio**. Não que não tenha que ter. Mas enquanto isso acumule maltratada, a gente se derruba. Acho que a festividade é uma forma que a gente de trazer um pouco de **ressignificação para a própria luta em si.**

SANEY SOUZA (Coletiva *AS CABOCLAS*). Vídeo 3.

Fortalecer as pessoas

Tem uma questão que eu acho importante demais, que é que precisamos **fortalecer as pessoas no seu individual, da escuta, do acolher, das práticas e vivências para assim, puder fortalecer o coletivo.** Queria contar que as ações de solidariedade é a forma de garantir que essas mulheres, esses jovens negros continuem vivos. E isso, a incidência política e fazer com que os estados aguentem nós. Eles precisam aguentar esse povo preto vivendo.

Então para mim, essa solidariedade tem que continuar existindo, independente da **pandemia**, como uma forma de resistência. Porque essa política de extermínio da juventude, eles dizem para nós que esses jovens foram assassinados por causa do envolvimento com drogas. Eles fazem as pessoas acreditarem que a culpa são deles e não dessa sociedade racista. Então essas dores e mães que pegam esses jovens, tem que ser dores de todo mundo. Convido a todos e todas a lutarem contra esse modelo de desenvolvimento. A luta é grande, mas vamos conseguir juntos e juntas a lutar contra isso.

ROSIMERE NERY (FASE-PE e FMPE). Vídeo 2.

Fome coletiva de histórias

É um momento danado de sentido na nossa vida e luta cotidiana, nos nossos trabalhos, poder contar e se virar com companheiras tão urgentes e maravilhosas. Eu vou começar com duas frases que hoje apareceram para mim como um sopro. Uma delas é do Ailton Krenak, que ele diz: “ é preciso adiar o fim do mundo para contar mais histórias”. E uma frase da Grada Kilomba, que é uma companheira que tem suas raízes em Angola, mas é portuguesa. Uma companheira negra, artista, escritora, é uma grande militante pela luta antirracista, e ela diz: “existe uma fome coletiva pelas nossas histórias”. Então para encher o nosso caldeirão, para preencher o nosso Caldeirão, e ajudar no

nosso banquete e para matar um pouco dessa fome coletiva de histórias, vou pedir para Plant começar.

ALINE LIMA (INSTITUTO PACS). Vídeo 3.

I

Instituições financeiras

As instituições financeiras nessa situação elas servem só para aplaudir, são coniventes. Elas não combatem a pobreza e, sim, combatem os pobres da poluição, expulsam. E todos esses climas se tornam legais para essas empresas nesses projetos.

E olha que nós denunciamos e dizemos que tudo isso era uma grande destruição, que era muita violação dos direitos humanos, tudo que foi possível de denúncias nós fizemos a nível nacional e internacional.

A verdade é que as **instituições financeiras** só tem lucro e ganham sempre mais, e não para melhorar a situação de uma região. Porque esses projetos servem para eles. Desde já dizendo: Desterritorialização, Destruir. E para nós hoje, dentro das nossas resistências, a nossa proposta e que damos visibilidade é de envolvimento das comunidades tradicionais, indígenas, famílias do campo e cidade, que sabem fazer. Porém nunca são escutadas. E para nós, quem escuta respeita os direitos à vida, culturas e modos de vida e tudo que elas já vivem e fazem há anos. E as instituições financeiras não fazem investimento nenhum. E esse é um desafio para nós.

ANTÔNIA MELO (MOVIMENTO XINGU VIVO). Vídeo 11.

L

Lenço na cabeça

Como eu falei, eu sou filha de Dona Ellen e Badu. A minha avó tinha o nome de Sabina. Sabina também era o nome da mãe de Zumbi. Minha avó era uma mulher extremamente vaidosa. Ela usava um lenço e ela tinha muito lenços e sempre tava toda arrumadinha. Eu cresci vendo minha avó usar esses lenços. E eu tenho esses lenços. Eu trouxe para cá para o nosso encontro de hoje. Esse lenço era de minha avó e eu guardei. Eu venho guardando comigo e tem tudo a ver com a roupa. Eu acho que combinou. Eu nem pensei nisso quando eu me arrumei não. Mas combinou os tons.

E eu tenho essa grande referência na minha identificação, por conta do turbante. Eu tô sempre com lenço na cabeça e sempre com alguma coisa. Eu cresci vendo minha avó com os lenços, então parte da minha identidade, obviamente, que vem pela minha avó. Um dos traços da minha identidade também é os lenços na cabeça, que a gente traz uma história que a nossa família tem.

SANEY SOUZA (Coletiva *AS CABOCLAS*). Vídeo 3.

Luta

Sim, continuaremos na luta. A luta é a forma de ressignificar o luto que o pandemônio, genocida e a necropolítica nos impõem a cada dia. Cada luto se transforma em luta. Como dizem o MST: “nenhum minuto de silêncio. Toda uma vida lutas”.

SILVIA BAPTISTA (CPMZO). Vídeo 1.

Luta antiextrativista

Aqui, eu sou parte do *Movimento por el Agua y los Territorios* (MAT). Somos mais de cem organizações territoriais e nossa luta é pela desprivatização da água. Na ditadura civil-militar de Pinochet, a água foi privatizada. Ou seja, no Chile, se pode comprar vender, alugar e até hipotecar direitos de água. Então, nossa luta é justamente pela desprivatização da água. Mas, sobretudo, uma luta antiextrativista. Nesse sentido, dizemos que o extrativismo é o modelo colonial que o capitalismo teve de arrasar nossos territórios, de maneira intensiva, extraindo nós chamamos de "bens comuns": matéria primas, recursos naturais. Mas gostamos de falar em "bens comuns". Contaminando, espoliando os territórios, gerando lucros nos mercados. É por isso que, no Chile, falamos que o extrativismo não está em quarentena. E mais: se intensificou!

No Chile, vimos uma série de projetos extrativos que serão avaliados para ingressar ao sistema de avaliação de impacto ambiental para ser aprovado. É assim, por exemplo, que a mineração hoje levantou um discurso que a megamineração será a forma de salvar a crise econômica que se avizinha. Então, aqui, a luta em que nós, mulheres, estamos em nossos territórios, tem uma forte perspectiva crítica a esse extrativismo, que no Norte de nosso país se vincula à megamineração; no âmbito em que vivo (Centro), está vinculado ao agronegócio, aos pesticidas, à agroindústria; no Sul, com o modelo das indústrias florestais. E, aqui, gostaria dizer algo que me parece muito importante: O extrativismo, a espoliação de nossos territórios se dão através da consolidação de economias e territórios masculinizados. E, quando falamos de economias e territórios masculinizados, é sinalizar que a forma que historicamente se explorou a natureza, desde esse mundo Ocidental, hegemônico, foi a mesma forma como foram explorados os corpos das mulheres, meninas e as dissidências sexuais e de gênero. Isso é muito importante de ser dito. Então, pela mesma razão também dissemos, desde os feminismos territoriais, comunitário, que o primeiro território de resistência é o corpo. A primeira soberania territorial são nossos corpos. Porque, justamente, nossos corpos foram os violentados. No Chile, existe uma categoria para falar desse extrativismo que se chama "zonas de sacrifício", lugares com saturação de emissão de gases e de contaminação. E nós (mulheres e homens) falamos de "territórios em sacrifício", onde as mulheres novamente são as mais afetadas. Por quê? Porque nossos trabalhos são mais precarizados, porque há uma invisibilização absoluta da importância do **cuidado**. E, aqui, quero falar algo ao qual fomos convidadas: essa ideia das **práticas de cuidado coletivo**. Uma

coisa importante é que o extrativismo é todo o **contrário do cuidado. O neoliberalismo é todo oposto ao cuidado.**

FRANCISCA FERNANDEZ (MAT E COORDENADORA 8M). Vídeo 3.

Luta pela vida

Boa tarde a todo mundo. Eu sou Gizele Martins. Sou jornalista e comunicadora comunitária. Moro aqui desde que nasci. Estou completando hoje 35 anos de uma luta que é contínua contra a partagem e o racismo. **Uma luta pela vida.** Eu costumo dizer que essa experiência de morar na favela nos mostra que a gente ainda não tem **direito à vida**, que nossa luta é ainda por esse direito. Mas eu tenho certeza, que hoje, eu faço 35 anos porque é outros e outras vieram antes de mim, nesse **território chamado favela**, nesse lugar que eu hoje **estou viva**, porque tinha outros antes.

Já tem 20 anos que eu atuo nas favelas enquanto **comunicadora**. Mas antes de falar sobre tudo isso, digo minha solidariedade ao povo de Honduras e de todos os outros países e povo que lutam hoje contra a **militarização**, contra o **racismo** e **partagem**, contra as empresas capitalistas que querem tirar tudo da gente e todos os dias.

GIZELE MARTINS (FRENTE DE MOBILIZAÇÃO DA MARÉ). Vídeo 5.

Luta transfronteiriça

Realmente, aqui nos damos conta da importância da luta transfronteiriça. Nossas realidades estão cruzadas por múltiplas opressões, mas também por múltiplas construções lindas, belas, potentes, de mulheres como vocês duas. Muita grata pelo espaço e os convido - bom, o *Movimiento por el Água y los Territorios* (MAT), temos distintas redes sociais, e o que me encheu mais o coração nesse tempo é que fizemos uma proposta de um decálogo da gestão comunitária da água.

FRANCISCA FERNANDEZ (MAT E COORDENADORA 8M). Vídeo 3.

M

Mãe e mulher: porque é difícil você tá nessa nessas lutas

É tudo muito difícil e são muitos impactos que a gente sente. A poluição, poluição sonora e poluição do ar são os que mais devastam a gente. E eu como **mãe e mulher**, eu vejo isso muito dificultoso, ainda mais quando você se torna mãe. Porque eu luto não é por mim, eu luto pelos meus filhos. Eu sempre falo isso para eles, porque na viagem que eu fui para o Peru, eu passei um mês fora, e é muito difícil ser mãe, tá com filho pequeno e tem que deixar o seu filho para passar. Mas eu sempre digo isso: “eu tô indo por eles e eles vão entender”. E quando eu chego, a minha filha pergunta: “Mãe, por que a senhora viaja tanto?”. E eu digo: “Eu viajo por vocês”. E quando eu vejo os olhos dela brilhando para mim, eu vejo que isso tá me satisfazendo, isso tá me dando mais vontade de ir à frente. Porque é difícil você tá nessa nessas lutas. É muito difícil. Ainda mais

batendo de frente com empresas tão grandiosas. Mas quando você sabe que você tá lutando por pessoas tão pequenas e não entendem isso, porque eu já era grande e não entendia, só quando eu estava ali diretamente. Mas quando você tá lutando por essas pessoas, você tem mais força e ela não acaba de jeito nenhum.

FLAVIA SILVA (A. M. PIQUIÁ DE BAIXO). Vídeo 4.

Maternidade para mães vulneráveis

A maternidade para a mãe pobre, preta e favelada, para mãe solo.
Já parou para pensar que precisamos dar conta e estar sempre pronta?
Criar nossas crias, cuidar do nosso lar
Sem amparo e sem estrutura
E quem cuida de mim?
Cuido da Madame, cuido dos seus filhos
Lavo, passo, aspiro, refaço.
Sobe-desce, limpa, passa.
Seca.
Seco.
E vivo sonhando voltar a plantar.
Cozinho os melhores pratos. Mas sempre fico de lado.
Mas as sobras que me restam, que por um triz nesse trem cheio não azeda.
Arrumo bonito no prato, como se fosse o primeiro pedaço
para deixar meu rebento feliz.

ANA SANTOS (CEM E REDE CAU). Vídeo 2.

Monitoramento indígena

Um deles que é muito forte é a questão do **monitoramento indígena**, que tanto defensoras como defensores da terra fazem no âmbito de seus territórios na Amazônia. Seja com equipamentos, com o apoio da cooperação internacional, está se implementando equipamentos de GPS, equipamentos de drones, outras tecnologias e isso vai de mãos dadas com a implementação de **sistemas de alerta precoce**. Nas próprias organizações sabemos, por exemplo, que IDESP, a organização nacional no Peru, já conta com um sistema de alerta precoce. Então, isso permite monitorar todo o âmbito dos territórios, identificar rapidamente se está havendo **violações aos direitos**, se está havendo casos de contaminação. Então, esse é um dos mecanismos que as populações indígenas e mulheres indígenas estão utilizando.

VALERIA URBINA (DERECHO AMBIENTE Y RECURSOS NATURALES). Vídeo 4.

Meu lugar de fala

E é através das águas que inicio contando a minha experiência. Essa mesma água que nos une enquanto mulheres, é essa mesma água no colo uterino que unais. Gratidão à minha mãe, Rosângela; à minha bisavó, Mariana; e à minha avó, Guaraciaba. Gratidão a todas as mulheres, principalmente às negras, que me permitem hoje ter voz e tá aqui ocupando esse espaço, que é meu de direito.

Agradeço ao PACS e à mulherada. A vocês, mulheres, pela inspiração da fala. É muito difícil falar depois de vocês, principalmente depois de Mere, que eu conheço. E Mere me deixou um ensinamento, que foi em um encontro de mulheres sobre o megaprojeto, que ela disse: Eu sou do PACS, mas eu vou falar aqui quem eu sou. Eu sou a Mere, filha de tal. E é esse meu lugar de fala a partir desse momento. Não da minha instituição, na qual eu participo. Mas de mim quanto mulher e do coletivo de mulheres das quais que estão fazendo comigo essa caminhada. As fragilidades a gente já sabe e vocês teceram muito bem. Qual é o papel da mulher negra, pobre, favelada aqui dentro? Temos lugar? Ocupamos algum lugar? Temos voz? Quem somos nós? Essas reflexões perpassam a **pandemia,** quando a dona Zé e dona Maria vira para mim e fala: É, Ana, agora se deram conta que a gente tá sobrecarregada e que a gente passa fome. Mas desde então, essa é a nossa realidade. Agora se deram conta que a gente lava, passa, como bem diz a minha poesia, e que, com a **pandemia,** a gente ficou sobrecarregada. O papel dessa mulher aqui da favela, da Baixada Fluminense, onde é meu berço, é de luta, de resistência. E ela que **cuida** da família, é ela que põe o pão dentro de casa. Mesmo tendo um macho dentro de casa.

ANA SANTOS (CEM E REDE CAU). Vídeo 2.

Mulher aquilombada

Eu não me apresentei, porque Marina inicialmente já tinha dito meu nome. Ela falou que eu sou quilombola. Mas eu penso que eu não posso fazer jus a esse nome, quilombola. Eu sou herdeira, nascida de avós de um território que, desde 2014, é considerado quilombo. E eu não moro dentro dos limites geográficos do que a fundação Palmares definiu como quilombo. Então eu posso melhor dizer que eu sou uma mulher aquilombada. E que herdei esse sangue nas veias das minhas ancestrais, dos meus ancestrais. No sentido de que a proteção à vida, da luta política que se faz com o aquilombamento. Eu já participei, desde muitos anos, de organizações políticas. E mais recentemente, essa minha organização, que se chama *Coletiva Popular de Mulheres na Zona Oeste*. Esta se torna coletiva mais recentemente. Mas que nasceu como comitê popular de mulheres Rio de Janeiro, e aos poucos foi se configurando em torno dessas localidades que nós chamamos de Zona Oeste do Rio de Janeiro. São em torno de 2 milhões de moradores, 4 áreas de planejamento e tem, por incrível que pareça, uma das maiores áreas de floresta urbana do mundo. Embora ele parece um lugar comum, falar desse jeito, mas para mim é importante a referência de falar desse lugar, porque ele abriga 3 quilombos. E um desses, meus antepassados foram cofundadores. Nós temos também o quilombo do Camurinho, que o nome é Bilina. Os 3 nessa parte alta da cidade, onde tem fragmento importante da Mata Atlântica, que realmente foi chamada de Castelo das Águas. Então eu vivo em torno desse chamado de Maciço da Pedra Branca, em torno desse quilombo Cafundá Astrogilda que fica aqui pertinho de onde estou. Quando eu olho pela janela, eu vejo essa cordilheira de montes suaves que também está culminante nesse ponto da cidade Rio de Janeiro.

SILVIA BAPTISTA (CPMZO). Vídeo 1.

Mulher ganha voz

Mas aqui, a voz é de quem é armado, é do macho, é do homem. E essa mulher ganha voz quando ela passa ser mulher de um deles: “Eu sou mulher do fulano”. E aí começa todo desafio de falar como eu consigo influenciar nos modos de vida dessa mulher, que não seja pelo autoritarismo ou pela negação de que tudo que ela tá envolvida não é pra ela. Ou como a Mere diz: é um trabalho muito honesto ser empregada doméstica. Meu pão vem de lá. Mas é só isso que me resta? E provocar essa mulher, tem sido uma tarefa diária e vai me perseguir o resto da minha vida. Eu consegui tirar minha mãe da faxina, e ainda, daqui a 10 anos, eu vou falar para vocês que eu consegui tirar centenas. Não porque eu tiro ninguém. Mas por quê? Quem é que nos acolhe, quem é que nos dar um braço e mostra os caminhos que não seja esse de subalterno? Que não seja esse de negatividade ou de falta de afirmação do que nós fazemos de melhor? Que é de administrar e de **cuida**. Mas de **cuidar** para que possamos sem mais cuidadas.

ANA SANTOS (CEM E REDE CAU). Vídeo 2.

Mulheres e megaprojetos

Esse é um campo que vai falar tanto dos impactos específicos voltados para essas experimentações do sentir e pensar dos corpos femininos, mas também vai falar das possibilidades, de ação administrativa, de resistência e do que as mulheres também têm mobilizado nesses territórios em defesa da vida e dos territórios. Esse ciclo de debates faz parte de uma iniciativa maior. Ele é uma ação da nossa campanha *Mulheres Territórios de Luta*.

ANA LUISA QUEIROZ (INSTITUTO PACS). Vídeo 2.

Mulheres e povos, somos os acredores

As mulheres e os povos, somos os acredores. Atualmente estamos enfrentando um contexto de ataque neoliberal, uma ofensiva extremamente violenta que ameaça a democracia e incrementa a criminalização das lutas, impulsiona a flexibilidade laboral e desestrutura as conquistas alcançadas.

Esse ataque neoliberal reforça a privatização, o livre comércio, o extrativismo e, de maneira intensa, a redução dos gastos públicos, o que provoca a retirada dos pobres dos orçamentos nacionais.

Temos que recuperar nossa soberania e decidir sobre nosso futuro. Impulsionar uma economia para a vida, para a sustentabilidade da vida, a harmonia entre humanos e humanas com a natureza.

Diante desses desafios, é muito importante a relação das lutas dos trabalhadores e trabalhadoras, assalariados ou não, avançar a classe trabalhadora em sua diversidade como prévia de uma ação coletiva de uma ação comum para a construção de outro modelo no qual seja possível a vida.

ROSA RIVERO (MMM MACRONORTE). Vídeo 11.

Mulheres se reconhecerem como pessoas atingidas

Considerando que eu não conseguiria, por mais que eu queira, reproduzir com tamanha emoção o que é participar de uma trajetória de luta e de resistência

contra megaprojetos que violam de maneira muito intensa os direitos humanos. E outras pequenas ações que a gente vê. Primeiro que eu acho que tem um passo anterior que é as **mulheres se reconhecerem como pessoas atingidas**, mas também se reconhecerem como mulheres, porque muitas vezes essa visão de se verem como mulheres, nessa perspectiva de gênero, você tem muitas vezes mais violações, ela vem com o tempo nesse processo de luta. Então é também um passo nessas histórias das mulheres começarem a se sentir atingidas. E se sentir atingidas especialmente nessa perspectiva de gênero. Acho que só da quantidade de movimento das mulheres nos processos e não só nas participações de reuniões ou em audiências públicas quando a gente faz, mas também de estarem presentes com participação e voz ativa. As condições de atingidas, por exemplo, a gente tem mais envolvimento na participação de mulheres a longo prazo. E isso é muito evidente. As mulheres são aquelas que persistem na luta. Dificilmente você vê uma mulher que começa a luta e deixa no meio do caminho. As mulheres persistem na luta e vão buscando somar e ter seus direitos. O caminho é difícil, toma-se muita pancada. Não vê resposta, não vê ação. As articulações das empresas tão num nível desigual nessa balança. Então é difícil e é um percurso longo. Mas geralmente as mulheres estão lá.

LÍGIA ROCHA (DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO). Vídeo 4.

#MulheresTerritóriosdeLuta

É com muita alegria que a gente tá aqui pelo Instituto PACS (Políticas Alternativas para o Cone Sul). Iniciando esse ciclo de debate chamado *Mulheres Territórios de Luta*. É um ciclo de debate que faz parte de uma campanha. Uma campanha que a gente tá lançando hoje também e todas as nossas redes sociais. Então quem quiser saber um pouquinho mais da campanha, vale a pena entrar no site, entrar na nossa página no *Facebook* e no *Instagram* e dar uma pesquisada lá. É uma campanha que traz a experiência de trabalho muito potente e de um tempo histórico mesmo, de um período que junto aí muita caminhada do trabalho do PACS. O PACS é uma organização de 33 anos e já caminhou aí por muitos lugares, né. Nasce para fazer a crítica desse modelo de desenvolvimento capitalista racista, patriarcal e vai se renovando e inovando seus caminhos nessa linha. E essa campanha é parte disso, e é uma campanha que une um pouco a crítica ao nosso ao modelo de desenvolvimento e esse modelo parado em mega empreendimentos e mega projetos. E também o olhar de tudo isso a partir dos corpos e das vidas das mulheres, da economia política feminista, das práticas de cuidado e autocuidado que vem das mulheres e das coletividades, né? A gente pensa tudo a partir das coletividades. Então, essa caminhada e campanha são partes de coletividades que se encontram. Algumas delas estão as companheiras mulheres maravilhosas que estão presentes aqui. Mas são muito outras também. Então essa campanha é lançada hoje com esse ciclo. E esse ciclo de debates é o início e traz um pouco o panorama que é “Megaprojeto e a pandemia no cotidiano de luta das mulheres”. A gente traz o debate da pandemia, porque a gente sabe que é a realidade que a gente tá vivendo hoje, e é o que intensifica a realidade de luta e de resistência presente no território.

MARINA PRAÇA (INSTITUTO PACS). Vídeo 1.

Quando a gente fala de mulheres em territórios de luta, a gente tá falando de caminhos que estão encarnados nas mulheres e que são processos de resistência que estão nos corpos e estão nas vidas. E quando a gente fala desses megaprojetos, a gente tá falando de grandes empresas, de grandes

empreendimentos que atravessam as realidades vividas presentes nos territórios. Então é um pouco isso. Esse ciclo de debates é tudo um pouco novo para gente do PACS, esse lugar aqui de estar ao, vivo compartilhando esses debates virtuais. A gente sempre teve uma ação muito no território, muito olho a olho, muito encontro, corpos e afetividade. Então, para a gente, isso é novo e eu tô aqui nervosa, puxando isso, mas sabendo que de um jeito ou de outro vai dar certo. E eu acho que principalmente vai dar certo porquê a gente tá aqui entre amigas e entre companheiras. E eu sinto que de alguma forma é um grande encontro. Mas, queria fazer uma saudação e dizer que a campanha é uma campanha latino-americana (...). É muito, muito importante para nós assinar essa realidade e essa luta em uma perspectiva latino-americana.

MARINA PRAÇA (INSTITUTO PACS). Vídeo 1.

Mulheres em territórios e lutas traz histórias, reflexões, sentimentos, expropriações e reapropriação, ates, sonhos, encontros, coletividades, natureza, violências, lutos, indignação, encantamentos e muitas formas de viver e reexistir. É desde as mulheres, seus corpos, suas terras e suas potências que queremos falar com corpos atravessados por esses megaprojetos que queremos falar. São corpos atravessados por esses megaprojetos, e que perdem seus lugares, morada, suas comunidades, seus meios de produção e reprodução da vida, suas formas tradicionais de viver. Corpos e territórios impactados e que veem sua saúde e cultura ameaçadas. Atingem mulheres, jovens e comunidades inteiras. Afeta também rios, matas, montanhas, mangues e paisagens. Mas as mulheres territórios resistem.

MARINA PRAÇA (INSTITUTO PACS). Vídeo 1.

Essa live está salva. Você vai rever e se emocionar de novo e várias vezes. E dizer que a campanha Mulheres Territórios de Luta é uma campanha ampla e que a gente vai estar trazendo muitos materiais. Essa live faz parte dessa campanha, mas a gente tem textos, cartilhas, imagens, fotos ilustrações, sonhos, cheiros, sabores, trocas, palavras, entrevistas, vídeos. E ela vai ser uma campanha que vai estar viva nas nossas redes sociais e nas redes sociais das nossas parceiras e parceiros. A ideia é que a gente reviva também muitas coisas que estão nas nossas memórias e de nossos trabalhos que já foram feitos. Muita coisa pode ser recriada e visitada. Então essa também é uma proposta dessa campanha. Que as nossas parceiras se sintam totalmente parte dessa campanha e que tragam materiais também para dentro dela. É só um meio, não é um fim e não é só do PACS, é de todos nós. Então é isso. Quero agradecer muito as nossas companheiras e agradecer muito as coletividades de vocês. Eu sei que a fala de cada uma de vocês é composta por muitas outras mulheres e muitas outras pessoas.

MARINA PRAÇA (INSTITUTO PACS). Vídeo 1.

Megaprojetos

Ela vai falar um pouco sobre a caminhada da justiça nos trilhos e como ela vê essa relação dos megaprojetos de desenvolvimento, seja mineradora, siderúrgica ou complexo industrial, a monocultura, o agronegócio. A gente tem

muito contra a quem lutar. E vamos falar um pouco desse contexto e um pouco de como estão sendo as lutas aí no Maranhão, as lutas da *Justiça nos Trilhos* e essa realidade a partir dos corpos territórios de mulheres.

MARINA PRAÇA (INSTITUTO PACS). Vídeo 1.

Esse nome é relativamente novo, mas a estratégia, pode-se dizer, a estratégia que fundou esse país que recebe esse nome, que é algo que já foi vítima de racismo no Brasil. E até me lembro de uma conversa onde se falou de símbolos nacionais, e perguntaram o que significa pau-brasil para nós brasileiros. E pau-brasil significa expurgo, despossessão, desmatamento, espoliação, expulsão dos povos dos seus territórios de vida. E o extrativismo no Brasil foi um megaprojeto. E então essa recorrência do colonialismo que nos afeta até hoje, pode receber esse nome de megaprojeto. Que na cidade do Rio de Janeiro, uma parte da cidade do Rio de Janeiro, continua investindo na despossessão das comunidades tradicionais, das comunidades que aqui nasceram, aqui reproduz seu modo de vida. Então muito recentemente vocês assistiram jogos globais, que partes das nossas comunidades desapareceram através esse processo de remoção, que eu imagino que a Tereza chamaria de desplacamento, posso estar equivocada. E o processo de ameaça de remoção atingiu a própria agricultura, que é a principalmente herança da minha parentela quilombola da cidade do Rio de Janeiro. E ao atiçar essa agricultura, também atiçou essa resistência. E esse Quilombo onde meus antepassados nasceram, ele surge. Esse momento de autodeterminação quilombola, surge com a luta contra a remoção derivada do avanço dos megaprojetos. Uma luta onde fomos vitoriosos e modificamos algumas questões. Mas não o suficiente para garantir acesso à água, segurança alimentar para as famílias que residem nesse canto da cidade. E continua essa ameaça através da construção civil, da estruturação imobiliária, da necessidade de aumentar o número de moradias para uma classe social que não precisa delas. Já está provado estatisticamente que a cidade do Rio de Janeiro, que ela não tem mais necessidade de imóveis acima de 5 salários mínimos. E que o déficit habitacional é daquelas pessoas que são de 0 a 3 salários mínimos. E não há nenhum programa de investimento para esse tipo de moradia. A moradia que está querendo ser construída nessa parte da cidade, é morada para as pessoas mais bem pagas, pessoas que podem pagar por esses imóveis, pessoas podem contrair com bancos internacionais. Nesse sentido, a gente chama essa indústria de construção civil de um megaprojeto. Um projeto de impermeabilização do solo e da secretaria do Estado do Rio de Janeiro que está impactando as fontes das águas e da própria floresta, este fragmento de Mata Atlântica. Então, uma de nossas estratégias aqui nesta região da cidade é uma luta constante de se contrapor a este modelo de desenvolvimento de impermeabilização do solo e acabar com as fontes das águas. Agora bem recentemente, buscaram fazer uma audiência pública, por esse meio virtual, através do YouTube. Nessa conferência eles justificaram que precisavam destinar, modificar o uso solo nessa parte da cidade, para que a prefeitura tivesse dinheiro para contrapor as mazelas da COVID 19. Então a gente pode perceber que a desfaçatez estatal não tem limites. E nesse conjunto de estratégias que a gente tem tecido... Então são estratégias locais que a gente tem feito para se contrapor a esses grandes projetos. Os megaprojetos que nos atingem.

SILVIA BAPTISTA (CPMZO). Vídeo 1.

Militarização

Falar de militarização e isolamento social nesse contexto da pandemia é cada vez mais essencial. Então nós entendemos a **militarização** como uma das fases, uma das realidades dos megaprojetos e vem muito pautada nesse discurso da segurança pública, mas que impacta diretamente no cotidiano das favelas, periferias, comunidades de povos tradicionais que são afetados diretamente por esse modelo de projeto de necropolítica. Então não tem como a gente falar disso aqui hoje sem citar casos recentes vemos na mídia, que são muitos dolorosos, de operações policiais, de assassinatos de crianças e adolescentes. Então é um pouco sobre essa realidade que a gente vem trazendo hoje. A **militarização** é um braço do megaprojeto e a gente vai trazer com as falas das companheiras, um pouco da perspectiva desse braço armado, que é a militarização e do controle territorial que é realizada por essas forças. Também por territórios que são impactos por mineração, por siderurgias, indústrias e empreendimentos, cidades que são vistas pelos modelos das mercadorias, como o Rio de Janeiro. Então a gente entende a necessidade de falar sobre isso, a partir do ponto de vista das mulheres, porque são elas as mais impactadas. São as mulheres, mulheres jovens, população negra. Então a gente trazer um pouco de como é ser um corpo negro e como uma mulher vivencia a realidade da militarização em uma sociedade patriarcal e racista como essa. Especialmente, essa semana sábado, dia 5 de julho, é o Dia da Mulher Negra Latino-americana e Caribenha. Então pra gente é muito importante estar aqui e trazer essas falas e espaços para vocês.

ISABELLE RODRIGUES (INSTITUTO PACS). Vídeo 5.

Para mim, é uma verdadeira honra estar aqui, representando nosso povo, um país em que os povos ancestrais estão sendo despojados de nossos territórios; onde historicamente nós, mulheres, temos defendido cada uma de nossas trincheiras. Onde o governo, para pisotear, está outorgando a essas empresas de megaprojetos - podemos falar de mineração, de concessões de rios, de grandes redes hoteleiras, de exploração da floresta - está dando a essas empresas o próprio exército, para que as proteja. Estão **militarizando** nossos territórios e estão assassinando nossos líderes, nossas lideranças. Honduras, a partir do golpe de Estado para cá, ampliou a **militarização** dos territórios indígenas. Se incrementou e avançou um genocídio contra os mais vulneráveis. **Agora é um delito grave defender os bens naturais, é um delito grave defender os direitos humanos em Honduras.** Mas não é um delito grave desfalcar os cofres do Estado, e muito menos matar qualquer dirigente. Esse caso emblemático, como você dizia, o assassinato de nossa companheira, **Berta Cáceres**. Até hoje seguimos exigindo justiça com relação aos autores intelectuais do assassinato de Berta Cáceres. Se conhece nome e sobrenome dos que foram, mas como são protegidos pelo atual governo, essa justiça não foi cumprida. Então, vamos, nesse transcurso, ir investigando um pouquinho a situação que atualmente estamos vivendo, como bem se pode ver ontem por diferentes mídias, os companheiros garífunas estão fazendo seus plantões para exigir a devolução dos companheiros com vida e íntegros. E até o dia de hoje, o exército os tem reprimido em cada uma das tomadas (de terra) feitas. Não há dinheiro para medicamento, nos hospitais, nem nada, porém há dinheiro para dar ao exército e aos militares para que reprimam o povo que exige justiça.

(...)Vou contá-los um pouco sobre o sistema de militarização que o atual governo tem em Honduras. Esse sistema utilizado pelo governo busca despojar nossos povos dos territórios. Elevou o índice de migração de nossos territórios. Aumentou a pobreza e as mulheres indígenas somos afetadas diretamente com essa situação. Pois, historicamente, somos quem na maioria dos territórios exerce o papel de protetoras e defensoras dos bens comuns e nossos territórios ancestrais. Somos quem estão dispostas a dar nossas vidas para que nossas

futuras gerações tenham um **futuro melhor**. E isso nos levou a ser vítimas de perseguição, assédio, segundo um sistema misógino que se recrudesce no marco do golpe de Estado. E que, além disso, se articula com as violências que já existem dentro de nossas comunidades, como seria o patriarcado.

RODE MURSIA (CONAMINH). Vídeo 5.

Militarização da vida

E falar dessa **militarização na vida**, na vida da mulher, a gente quase não lida com esse tema, sendo que são as mulheres que estão sempre na linha de frente. Por exemplo, a gente está vivendo um problema mundial e vemos grande impactos na falta de água, saneamento, falta de testes, leitos, também com operações policiais, e vem a luta da favela de novo. De novo, quem tá na frente dessa luta são as mulheres da favela. A Buba tá aí para provar isso, tem a Marcelle, Renata, da Cidade de Deus e as mulheres aqui da Maré. Enfim, sempre nessa disputa. E a gente sempre escuta de Segurança Pública a nível global, né? Fico muito bolada, quando eu vejo o debate e não tem mulher falando de segurança pública, falando sobre **militarização**. Porque a nossa narrativa é diferente e mulher também sabe falar de segurança pública. E aí falar que a Maré, eu moro na Maré com 140 mil moradores. A gente enxerga a Maré como um grande laboratório militarizada, racista, que é uma política que vem sendo treinada na região.

Eu digo que nós somos um laboratório para o Rio de Janeiro e para o mundo, porque aqui, durante os últimos 10 anos, teve grandes impactos aí de uma militarização. A gente teve força nacional dentro da favela, que resultou na (inaudível)[00:18:13] em 2013, época de grandes eventos no Brasil e grandes empresas de vindo para cá. Em 2014, teve a invasão do exército brasileiro nas nossas favelas, raptando nossas vidas, criminalizando as nossas vidas. E a gente viveu em Garantia de Lei e Ordem, utilizadas na época da ditadura militar. Tem gente que questiona, teve uma ditadura militar dentro de uma democracia, e foi o que a gente vivenciou na Maré em 2014. Os últimos anos também tivemos em 44 favelas no Rio de Janeiro, as Unidades de Polícia Pacificadora (...). E a gente questiona o porquê que a favela, esse lugar, território, empobrecido, negro, ele tem a militarização e o afasto da segurança pública? A gente não vê a polícia lá fora atirando e invadindo os condomínios da Gávea, revistando mulheres da Zona Sul do Rio. A não ser, de novo, o corpo negro atravessando ou tentando atravessar a cidade.

GIZELE MARTINS (FRENTE DE MOBILIZAÇÃO DA MARÉ). Vídeo 5.

Mulheres em territórios de luta

Quando a gente fala de mulheres em territórios de luta, a gente tá falando de caminhos que estão encarnados nas mulheres e que são processos de resistência que estão nos corpos e estão nas vidas.
MARINA PRAÇA (INSTITUTO PACS). Vídeo 1.

Mulheres estão ali segurando ou cuidando de tudo

Eu acho que a gente conclui aqui esse debate maravilhoso “Dívida e a rebeldia das mulheres”. Essa campanha incrível que o PACS que tá levando à frente e mostrando essa resistência das mulheres. Não existe luta que não tem as mulheres ali e não existe luta sem as mulheres. **As mulheres estão ali**

segurando ou cuidando de tudo, porque a estrutura da vida e sustentação material da vida é das mulheres. Infelizmente, porque podia ser de todos para despatriarcalizar.

Então eu acho que a gente viu aqui que o exame de colonizar e não devolver. Descolonizar é olhar para território de resistência e luta como território de muita riqueza. E que a vida ela se põe em frente esse modelo de morte, porque é o modelo de morte. O que tá fazendo hoje é um modelo de destruição.

SANDRA QUINTELA (PACS/JUBILEU SUL). Vídeo 11.

Mulheres lutadoras

Aí de onde vem essas forças, esse poder e essa vontade de criar de se recriar? Eu acho que está na natureza da mulher. A gente percebe que a mulher é tida como algo muito frágil e muito e impossibilitada de fazer várias coisas. Mas não. Nós mulheres, como disse a que me antecedeu, nós estamos lutando, somos **mulheres lutadoras**, mulheres que estamos à frente de determinadas situações, porque estamos mesmo ali para fazer a diferença diante de tudo que a gente tem vivido.

Eu acredito que muitas mulheres como eu, estamos à frente de tudo isso, porque de fato tem mesmo essa força, essa vontade de vencer, porque senão muitas já teriam sucumbido e teriam desistido.

VERA DOMINGOS (FÓRUM SUAPE). Vídeo 10.

Mulheres que lutam na favela

Eu to bem impactada mesmo com essa fala. É o racismo mesmo. E bem como a Gizele colocou, muitas vezes na linha de frente, não só da luta, mas as histórias, a gente sempre vê o homem. O homem é o forte e ele o principal corpo atravessado, porque ele é colocado nessa construção de inimigo público da sociedade, dos projetos políticos, seja a nível social ou institucional. Mas ali do lado, não é atrás, é do lado, estamos nós, mulheres. Nós estamos atravessadas de várias formas desse projeto de militarização das nossas vidas. São as mulheres que lotam os presídios; são as mulheres que vão aos hospitais e vão às delegacias fazer os registros dos seus companheiros, irmãos, os pais; somos nós, mulheres, que estamos sempre lavando as calçadas, porque elas estão banhadas com o sangue dos nossos; ou carregamos o sangue dos nossos em nossos braços, seja para socorrer ou atrás de justiça. E muitas vezes quem é atravessado com repreensão em relação às **mulheres que lutam**, somos nós. A gente perdeu os nossos e temos que dar o ombro para que toda a comunidade consiga ainda se manter de pé e viva. A gente vai à luta para que a nossa comunidade tenha que sobreviver, pois essa é a nossa a luta, principalmente nessa **pandemia**. Se a gente for ver, maioria das pessoas que estão aí são mulheres, né? E aí falando realmente em nível de favela do Rio de Janeiro, é uma coisa que a gente conversa muito internamente, e muitas vezes os homens aparecem em um lugar de destaque, mas nada é conseguido sem o **aval das mulheres** que lutam dentro das favelas, seja para uma coisa prática, para alguma ação pontual, para a doação de **cesta básica**, para contabilidade, tudo passa pelo nosso aval. Nada acontece sem que a gente dê o Ok. Mas até isso tem essa **invisibilidade**. Saúdo as mulheres que estão lá como nosso povo. Porém, ao mesmo tempo, no outro dia é uma data triste, também simbólica, e uma das mães, que foi uma das lideranças, **Ediméia Euzébio** – vou falar o nome da dela, porque é uma mulher que merece ser lembrada como uma

mulher de luta – porque ela foi uma das mais aguerridas aí nessa corrida atrás de resposta. Ela cobrava, era da linha de frente, colocava a cara, não só em nome do filho dela, mas em nome dos dez jovens que foram executados e tiveram seus corpos desaparecidos, de forma forçada, obviamente, junto com o filho dela.

E a Ediméia tempo depois foi executada. Tinha tempo que ela sofria ameaças e em seguida, ela é executada dentro da cidade, se eu não me engano, justamente por conta dessa luta que ela travou. Ela não se tornou apenas **uma mãe que queria resposta sobre o desaparecimento de seu filho.** Ela se tornou uma **militante defensora do direito do povo favelado, uma guerreira**, para além que uma mulher negra e favelada já é se, pela fortaleza. Ela tomou essa luta pra si, pelo o que ocorreu com ela e família dela, que deveria ficar calada. Mas ela foi à luta e por isso tentaram calar. Só que em 2020 a gente vê aí, infelizmente, outras mães tendo que levantar suas vozes para pedir justiça por seus filhos que continuam sendo assassinados e continuam sendo muitas vezes também desaparecidos pelas forças do Estado.

BUBA AGUIAR (COLETIVO FALA AKARI). Vídeo 5.

Mulheres resistimos nos territórios

Acredito que uma das coisas importantes que une as três, e creio que também vincula todas as respostas é que nossa resistência se dá em visibilizar que há outras formas de habitar o mundo, que há outra forma de habitar nossos corpos. Me parece tão relevante, ademais, essa articulação entre dança, música, resistência, porque, é assim como muitas vezes as mulheres resistimos nos territórios. Então, sempre digo: é muito importante nos pensar para além do capitalismo, para além do patriarcado e para além do colonialismo. Muitas vezes até o imaginário, o colonizaram. Muitas vezes somos impossibilitados de ver que podemos construir mais além. Então, a ancestralidade, sem dúvida, é um referente de memória, identidade e história, a partir de onde (é possível) se construir.

FRANCISCA FERNANDEZ (MAT E COORDENADORA 8M). Vídeo 3.

Mexendo seus caldeirões

E aqui eu estou com um desses prêmios de autocuidado. Que é simplesmente uma sinergia feito pela Dani, que é uma companheira de mulher da Pedra, que traz um toque, nos fornecendo escalda-pés. Quero lembrar das mulheres que estão mexendo as ervas, (inaudível)[02:07:26]. Eu sei que na Guatemala, no Maranhão... as mulheres estão mexendo seus caldeirões. E quero deixar essa expressão **"mexendo seus caldeirões**", trazendo um pouco a origem da **fofoca e do cochicho**, de uma palavra que me lembra muito a Aline. Para mim, a origem da palavra fofoca é mexer o caldeirão. Sempre lembro da Aline quando penso nessa palavra. É a respeito da construção oral das nossas inovações. Então a gente constrói um cochicho e transmite midiativas, transmite pelas redes o necessário, o estratégico e o prático.

SILVA BATISTA (CPMZO). Vídeo 1.

N

Não existe maior ato de rebeldia que resgatar a alegria

A solidariedade também é muito importante. Eu acredito que vocês conhecem Berta Cáceres e toda a sua luta, e no PACS tem uma biblioteca que se chama Berta Cáceres também, e ela dizia que **não existe maior ato de rebeldia que resgatar a alegria**, pois para mim essa é uma das maiores aprendizagens, lição de vida e chamado, que nos faz ver a alegria nas nossas lutas e nas nossas vidas. Por isso estamos lutando, para poder viver bem, para poder viver em uma sociedade melhor, de construir melhores relações também.

E deixar que toda a arte nos cerque, que toda a arte cerque nossas lutas, a dança, o canto, todos os atos mesmo que seja para extravasar a raiva que levamos dentro, mas que seja através da arte, inclusive me parece como uma forma **de nos cuidar coletivamente.**

Já havia comentado algo que acredito que seja importante nas nossas lutas, construir **relações mais solidárias** não somente através do material, que às vezes vemos assim, contribuir com coisas físicas, mas também através de uma ligação, de uma palavra, desde o afeto que podemos dar entre todas nós, me parece fundamental.

KATHERIN CRUZ (REDE NACIONAL DE DEFENSORAS DE DH). Vídeo 10.

Necessidade dos grandes projetos

Enfim, elas são cadeias articuladas, são cadeias. Inclusive são permeadas por relações de trabalho extremamente predatórias e exploradoras dos trabalhadores e das trabalhadoras, como é o caso da mineração e da siderurgia aqui no Ceará, na carcinicultura da energia eólica. Enfim, tem relações desiguais do ponto de vista ambiental ou socioambiental, quanto no ponto de vista das próprias relações e da inclusão ‘trabalhista”.

São muitas demandas, uso intensivo de água e produção intensiva de energia. O que a gente pode dizer nesse ponto de vista, esses projetos demandam inclusive os danos ambientais e socioambientais, porque eles não têm possibilidade de serem implementados sem gerar danos. Então a geração de danos e degradação e riscos ambientais, ele faz parte dessa demanda, faz parte dessa **necessidade dos grandes projetos**. Daí precisa ter acordo, garantias jurídicas, acordos institucionais, e relacionar com a legislação, se relacionar com os políticos e a política, precisa se relacionar com toda uma institucionalidade branca para a construção dos acordos. E no final das contas, os grandes conflitos são da natureza desses projetos, que fazem parte da natureza desses projetos.

Sua implementação exige a construção de acordos e quem vai estar são as institucionalidades brancas, são as pessoas brancas, são as empresas que são de pertencimento branco, são os políticos - é uma realidade muito do nosso país e deve ter muitas semelhanças com o Equador - o poder político é o poder político de decidir estar sob domínio dos brancos. Assim como o poder de incidência sobre o pensamento das populações está muito fortemente com os brancos, o sistema de Justiça, poderes legislativos, poderes executivos. No meu

entender... no meu entender não, acho que isso é muito explícito, ainda é de uma predominância branca. Então você vai ter aí o poder econômico branco, o poder político e o poder jurídico branco, e que precisa fazer esse acordo, que são feitos, obviamente, à revelia e sem a devida participação das populações afetadas, na grande maioria das vezes nesse país, tanto no campo e na cidade, são populações negras, populações indígenas ou originárias desses povos que tenha ou não tenha essa identidade.

Então você tem aí tremendas desigualdades. Então uma vez firmados esses acordos, ele precisa ter uma propaganda, ele precisa ter uma construção de um senso comum que enaltece e torna essa ideia e esse processo de exploração econômica como uma coisa esperada e desejada pela maioria das pessoas. Então vai gerar muitos conflitos internos nas comunidades e vai ter um pacto na construção da vida pacífica, e também na produção das subjetividades da juventude, do que se quer e não se quer, porque dentro do próprio dano ambiental estão a distribuição dos espaços de trabalho, espaços de convivência, o processo de contaminação. E isso, obviamente, é fator que vai afastando parte da população local desses modos de vida e diminuindo a esperança para uma continuidade de reprodução e de manutenção dos territórios. Então tem impactos também nesse nível da produção da subjetividade e na produção dos desejos e dos interesses.

CRIS FAUSTINO (INSTITUTO TERRAMAR). Vídeo 6.

Neoliberalismo pandêmico

Para nós, neste momento, estamos falando que a pandemia COVID-19 é interpretada como um efeito. Não surge por surgir. Trata-se de um efeito do neoliberalismo e esse neoliberalismo é um efeito do capitalismo. Esse capitalismo se reforça com algo que vem de muito antes que é a colonização com seu racismo, mas tudo isso tem a ver com algo mais antigo, que é o sistema patriarcal. O sistema patriarcal arrasta então essa colonialidade, as colonizações, o racismo, o capitalismo, os roubos, os genocídios, a violência sexual.

As milhares e milhares de nossas ancestrais avós que habitaram esses territórios e foi ocorrendo cada etapa desde o capitalismo até chegar ao neoliberalismo, mas que agora é um **neoliberalismo pandêmico** que afeta o território terra e o território corpo.

LORENA CABINAL (RED DE SANADORAS ANCESTRALES). Vídeo 8.

Nós somos esse ser político

Nós somos esse ser político, que através das relações, das relações que a gente faz na comunidade, é que a gente se coloca. E aí a gente vê que a resistência acontece a partir daí, dessa pessoa, de ter essa referência, de buscar suas trajetórias e buscar essas memórias pra se fortalecer e enfrentar o sistema que não quer que a gente vença; e quer que a gente fique sozinha, que quer que a gente se mate. Quantas mortes a gente já tá vendo acontecer dentro da própria casa e que deveria ser o lugar mais seguro da nossa vida. Eu cresci vendo minha mãe dizer: “entra, fica em casa. Eu vou fazer isso, isso... e você fica dentro de casa”, porque é para ser o lugar mais seguro.

O patriarcado, o racismo dentro de sistema capitalista, ele está entrando dentro da nossa casa e levando a vida dos nossos jovens, das nossas crianças de

dentro de casa. Então a gente tem esse entendimento. E esse coletivo de estarmos juntas com todas as nossas diferenças, acho que nenhuma outra organização é 100% de boa, a gente tem um monte de divergência, tem coisas que a gente demora a entender e passa o tempo, mas a natureza, como eu falei, ela permeia tanto, que a gente aprende a respirar e a entender o tempo das pessoas. Eu acho que é um pouco disso que a gente veio trazer, para a gente estar pensando e refletindo.

A nossa luta não é dentro de uma caixinha de um partido político, é muito mais amplo do que isso. Quando a gente fala do ser político, é de uma pessoa, ela tá ali dentro de uma localidade, o que pode se fazer quando as pessoas começam a se juntar, né? Acho que é um pouco disso, Aline.

Eu não sei se eu passei da hora, por causa do tempo também. Não quero atropelar as companheiras que cumpriram seu tempo. Mas é pensando nisso, nas estratégias, no corpo, dança. Nosso ato político é relações humanas, no lugar que a gente se encontra, e a nossa consciência como esse ser político, com essa mulher que tem uma trajetória enorme de histórias, e é a nossa força e a nossa riqueza.

SANEY SOUZA (Coletiva *AS CABOCLAS*). Vídeo 3.

Nossos territórios são territórios pretos

Eu sempre falo que as respostas já estão aí. **A gente já tem plano para a sociedade**, como **Almeida** falou esses dias no Roda Viva: “A gente já tem tudo pronto. O que falta é a gente ter espaço pra gente apresentar”. E é isso que a gente quer. A gente tá brigando por isso. Eu acho que a luta antirracista agora tá com muito mais força, e agradecemos por isso. Mas os mínimos detalhes a gente precisa garantir, sabe? O que significa isso? **Nossos territórios são territórios pretos.** A Zona Oeste é um quilombo com inúmeros outros quilombos dentro. São lugares de territórios que mulheres negras estão com enfrentamento cotidiano, as periferias e favelas têm mulheres que estão à frente de toda a organização que você possa imaginar lá dentro.

Por isso que eu falo que a gente tem que acreditar que a gente vai derrubar esse modelo de mundo, e está vindo uma outra coisa já; a gente já tá fazendo. Porque eu acho que não vem de outro lugar, sabe, Aline? Não vem de outro lugar, vem de nós. A gente já fazendo e **é reconhecer e potencializar isso**, sabe? A mudança não vai vir por um tipo de governo, que vai vir olhar para esse lugar de forma diferente. **A mudança vem, a partir do que a gente tá fazendo agora nessa pandemia, o quanto de coisas que a gente revolucionou, rompeu barreiras com todo cuidado que a gente precisa ter.** Mas o tanto de coisa que a gente conseguiu atingir, o tanto de família que a gente **conseguiu atingir na pandemia,** que o governo jamais chegou e até hoje não chegou. Acho que ele gosta de controlar isso.

SANEY SOUZA (Coletiva *AS CABOCLAS*). Vídeo 3.

Nosso universo

Estamos ainda podendo usufruir o que herdamos dos nossos antepassados, dos povos indígenas e dos povos afrodescendentes.

E sou privilegiada de ter essas duas casas como o meu lar e como o meu chão. E a gente nesse processo aprendeu a viver com vários mundos, com vários mundos. Não só com um, como quer o mundo ocidental, machista, patriarcal. E

o nosso universo, nosso chão amazônico, ele gesta vida, e é possível fazer com que a gente tem a ética e valores morais de saber reconhecer que tá na hora de parar, tá na hora de parar com a nossa ganância, de parar com o nosso individualismo. Os nossos valores são outros, os nossos valores são outros. Os nossos valores não têm nada a ver com o mundo ocidental e são muitos de nossos valores. Imagina você, que tá aqui nos ouvindo, quantos povos indígenas foram massacrados? Quantas línguas indígenas a gente perdeu na nossa América? É um fardo muito grande a gente conviver hoje com o desmatamento, com os rios sendo enforcados para gerar energia que não é para o ser humano, não é para qualidade de vida; mas é para criar mais um garimpo ilegal, para dar para trazer uma empresa para envenenar e destruir o nosso meio. É para isso que serve as usinas hidrelétricas aqui na Amazônia. Não é para trazer a qualidade de vida, não é para ir para ajudar a gente a construir o nosso mundo, os nossos mundos, o nosso **bem viver**. Não é. É esse outro mundo, moderno, ocidental, que é um território estéril, sem valor, sem ética e que só vem para nos roubar, para nos arrancar a nossa identidade e fazer com que a gente sucumba.

E aí é que vem a grande vitória dos povos e comunidades tradicionais, pescadores, agricultores as mulheres, jovens, os indígenas, os quilombolas, porque eles não conseguem. Nós somos uma mina de água. Quando eles matam aqui, nasce outro. Então ele não consegue destruir tanta gente. Eles até tentam. E agora nós estamos passando por um momento muito difícil, eles estão nesse processo que tá nosso país, que caiu na mão de um administrador que é ligado a esse centro moderno e ocidental, que não consegue ter nenhuma ética, que não consegue entender os valores dos povos da floresta, das águas. E ele está hoje usando o poder que deram a ele para acabar com tudo.

E aí a gente começa a perceber que precisamos clamar para todas as forças, do mundo material, do mundo imaterial e daqueles que nos cercam, para que a gente possa fazer um grande banquete de conciliação entre nós e que a gente possa expulsar desse nosso mundo. Não é aqui o mundo deles. Mas quem dá força para a gente nesse momento? Eu costumo dizer que tem um universo de encantamento que nos acompanha. E há um momento que a gente precisa e eles também estão precisando da gente. Assim como nós sentimos agonia quando uma árvore cai, quando o rio é barrado, quando as petrolíferas começam a invadir nosso território de pesca, é a mesma dor que cai uma árvore, é a mesma dor que a gente sente, porque parte da gente está sendo destruída. E aí a gente tem que se **cuidar** para manter os territórios sagrados e que também é o nosso território, é o nosso corpo. Muito obrigada.

ANA BARBOSA (MOVIMENTO XINGU VIVO). Vídeo 3.

Novo ciclo de endividamento

Com relação ao novo ciclo de endividamento, se a gente olhar o projeto de lei orçamentária para dormir 2021, a gente vai ver que esse governo vai ter que se endividar muito para pagar os dois trilhões e 200 bilhões só de juros e amortização da dívida. Isso é a primeira coisa. A segunda coisa que tá diretamente vinculado a isso é que, em 2019, o Banco Mundial fez relatório sobre gestão de pessoas e pagamento de setor público. E ele propõe descaradamente o seguinte: enxugamento do quadro de professores. Tem professor demais dando aula e tem que ter menos professores na sala de aula; **com relação à saúde,** ele disse que o **SUS** tá gastando muito dinheiro com operações, com tratamento sofisticados, que tinha que prestar atenção no dinheiro que ele tá gastando e que não pode desconsiderar o valor desse

tratamento e que ele tem que gastar apenas tratamentos baratos. Então é acabar o resto do **SUS**.

E ele diz que essa forma como o **SUS** age mostra a ineficiência do sistema de saúde brasileiro. O outro relatório que eu tive acesso foi sobre emprego e crescimento que foi divulgado agora em março de 2020. O que é que o banco propõe? Maior abertura comercial. Ele condena os bancos públicos, diz que eles são ineficientes e morosos, e valoriza adoção de taxas de juros semelhantes às do setor privado e ainda tem o desplante de criticar o valor do salário-mínimo. Ele disse que é muito alto o salário mínimo. O Banco Mundial diz isso. Então aquela proposta que nós poderemos fazer em um outro contexto, de crédito de bancos públicos para atender famílias de baixa renda, nem pensar minha gente. Agora qual é a diferença, no meu entendimento desse novo ciclo de endividamento? O endividamento vai ter e de fato vai ser do novo ciclo. Inclusive com todos esses projetos agora e esse empréstimo de **pandemia**. É que agora as pessoas e as famílias vão se endividar mais ainda. Então esse ciclo de endividamento ele vem combinado com os empréstimos institucionais e os empréstimos individuais.

Então as pessoas, elas além de estarem pagando esse juro da dívida, elas vão pagar os juros de agiota, elas vão vender tudo que elas têm dentro de casa para poder ter pelo menos dinheiro para comer.

Então ou a gente barra isso ou nós vamos [inaudível][01:37:15]. Não tenho nenhuma coisa boa para dizer de perspectiva para esse país. Nenhuma. A não ser que isso seja a partir das **lutas e multidão.**

MAGNÓLIA SAID (ESPLAR). Vídeo 11.

O

Organização

Aí tocando aqui para o Engenho Ilha, aonde eu resido, no meu território, nós, mulheres, conversamos bastante sobre o que é importante para nós, de que forma a gente pode resistir a toda essa investida. Então a gente forma aqui um coletivo, uma organização. Falando de organização mesmo, por política coletiva, onde as mulheres se doam, participam uma na vida da outra. E a gente tem tentado aqui a todo modo não deixar que esse controle dos nossos corpos, esse adestramento e castramento, que a gente percebe que aconteceu em outras comunidades. Quando você tira a mobilidade do outro, dele ir e vir, você tira muita coisa dessa mulher e dessa pessoa que tá ali a frente de sua família e dos seus afazeres.

VERA DOMINGOS (FÓRUM SUAPE). Vídeo 10.

P

PACS

O PACS é o Instituto de Políticas Alternativas para o CONE SUL. É uma organização de mais de 30 anos e fica aqui no Rio de Janeiro. A gente é bem pequenininha de tamanho, mas muito grande de vontade de fazer. O PACS ele nasce a partir da crítica ao endividamento, nasce na produção crítica à dívida pública. Ele promove muitos debates nesse sentido de que maneira esse mecanismo do endividamento empobrece as nações e os países. Hoje a gente amplia um pouco essa pauta. Então além de bater nesse ponto, a gente está fazendo uma crítica mais ampla, pelo modelo de desenvolvimento capitalista, patriarcal e racista. E também sempre tentando fortalecer as frentes de alternativas e de resistências a esse modelo.

ANA LUISA QUEIROZ (INSTITUTO PACS). Vídeo 2.

O PACS trabalha com a gente em tempo de luta, de formação, cuidado... a gente tem uma caminhada histórica, linda, que fortalece mais. E acho que esse momento que a gente tá enfrentando ressignifica muita coisa, dá sentido.

SANEY SOUZA (Coletiva AS CABOCLAS). Vídeo 3.

É tem uma organização que tá 33 anos aí na luta pelos direitos humanos, pela democracia, para uma participação política pelo fortalecimento dos territórios e por outras formas de vida que vai ao contrário desse modelo de desenvolvimento capitalista, racista, patriarcal e se constrói a base de muitas vidas.

MARINA PARÇA (INSTITUTO PACS). Vídeo 4.

O PACS nasce como Instituto de Políticas Alternativas para o CONE SUL. Ele já nasce latino-americano e mantém essa tradição dos seus 34 anos de vida, que é um valor muito caro ao Instituto PACS, que trabalha o tema dos impactos sobre o modelo do desenvolvimento e também as alternativas. Ele tem essa história e sempre pensa na crítica e alternativa. E essa crítica e essa alternativa no macro, no nível meso e no micro, ou seja, as coisas acontecem local e global ao mesmo tempo dentro da metodologia de trabalho.

SANDRA QUINTELA (PACS/JUBILEU SUL). Vídeo 11

Pacotes de empréstimos governamentais na pandemia

Por exemplo, agora na pandemia as IFIS disponibilizaram pacotes de empréstimos tanto para combate a COVID quanto ao setor privado. Então IIRSA sendo feito com um país já endividado. O Brasil fechou agora em julho 4,01 bilhões de dólares com 6 bancos no setor privado para COVID, dizendo ele que é para COVID. Dentro deles está a CAC, Banco Interamericano, o Banco Mundial, etc.

Minha gente, eu acho que é questão de pensar da lógica: vocês acham que bancos como esse, que defendem uma política de morte, eles devem continuar no país? É difícil, mas nem o relator da ONU conseguiu responsabilizar o Banco Mundial pelas falcatruas que as empresas financiadas fazem. Nem ele conseguiu. Ele nem mencionou esses bancos internacionais. Ele não mencionou que é o Banco Mundial que mudou toda a legislação ambiental e flexibilizou o licenciamento ambiental nesse país. Ele nem mencionou isso. É difícil, mas não

é impossível. E aí, no nosso caso, para além do que nós já fazemos, a comunicação com o povo é fundamental.

MAGNÓLIA SAID (ESPLAR). Vídeo 11.

Pandemia e autonomia

Na pandemia em que estamos, os povos indígenas em Honduras estamos abandonados. Há um sistema de saúde completamente colapsado. As comunidades garífunas, assim como algumas comunidades indígenas, tiveram a necessidade de retomar e estar com suas próprias autonomias, dentro de suas comunidades. Essas comunidades têm postos de controle nas entradas das comunidades, porque não deixarão que qualquer pessoa de fora pudesse entrar e contaminá-los. Não sabem se irão ser contaminados por esse vírus. Temos que nos proteger com nossa autonomia.

Como resultado disso, essas comunidades receberam ameaças. Não faz nem um mês, outro companheiro, de outra comunidade, que também tem uma decisão judicial da Corte a seu favor, contra o Estado de Honduras, também foi assassinado. E era um dirigente, outro companheiro garífuna assassinado. Com esse segundo, já cremos realmente que há uma perseguição direta do Estado hondurenho contra o povo garífuna. Querem exterminar o povo garífuna. Porque é a pedrinha que os obstaculiza no desenvolvimento da Zona Litorânea Atlântica de Honduras. Porque eles estão dispostos a dar suas vidas para proteger suas terras.

Para proteger suas comunidades. Eles têm autonomia própria. Toda essa situação, para nós, como organizações de base, como organizações que fomos nos irmanando na luta, nos ajudou a buscar alternativas; a nos somar, a unir nossos esforços. Porque a luta do povo garífuna é a luta do povo *Maya Chorti*. Porque a luta do meu povo é a luta do povo garífuna. Somos um só. E ao Estado de Honduras dizemos: se mexe com eles, mexe com a gente também.

(...)

Estado que ao invés de destinar dinheiro aos hospitais, à educação, prefere dar todo o financiamento ao exército.

Com balas não vão curar o povo. Com balas não darão o que comer ao povo. Com balas não darão educação a um povo. Exigimos às organizações internacionais que apoiam esse governo que deixem de juntar-se ao Estado de Honduras, em todas as aberrações que fazem contra um povo que não tem como defender-se.

RODE MURSIA (CONAMINH). Vídeo 5.

Pandemia no sistema de economia-mundo / sistema político

Uma coisa importante, eu acredito que a **pandemia** nos faz rememorar esse desequilíbrio sistemático que esse sistema de economia-mundo estabelece, esse sistema político. A **pandemia** tem uma origem, por exemplo, no sistema agroindustrial de alimentação, com o uso de transgênicos, com a contaminação que geram as práticas extrativistas, o uso indevido de antibióticos, o confinamento animal da agroindústria, por exemplo. Então, se olhamos assim, a ordem da luta também é uma ordem espiritual, por **reequilibrar os elementos**. Por exemplo, aqui vieram uma série de festividades do calendário dos povos indígenas, que de igual modo, embora festividades grandes, comunitárias, hoje

as celebramos em nossas casas, pois **entendemos que a casa, hoje, é também um campo de disputa política.** Para reequilibrarmos, para ter uma energia vital de resistência, é preciso entender que hoje nos cabe **fazê-lo a partir das casas.** E atenção, muitas vezes entendendo, ademais, que somos privilegiadas porque **temos casa.** Assim de dramático um mundo tão injusto e tão neoliberal. É algo que deveria ser um direito coletivo em si, o de ter moradia, hoje em países como Chile, Brasil e resto da América Latina é um privilégio.

FRANCISCA FERNANDEZ (MAT E COORDENADORA 8M). Vídeo 3.

Pandemônio

Nós estamos lutando contra essa pandemia, como diz uma conhecida de muita gente que tá aqui, esse “pandemônio”.

SILVIA BAPTISTA (CPMZO). Vídeo 1.

Patriarcado

Quero começar sinalizando que o patriarcado é esse sistema que gera opressão, imposição, exploração, e foi construído com base nos corpos das mulheres. No caso boliviano, em Bolívia, vivemos uma história de despojo patriarcal, representada pela exploração mineira. Somos um país no qual os minérios foram explorados desde a época da colônia com a invasão dos espanhóis e, dessa forma, foi se conformando a acumulação de capital. Mas isso também gerou um domínio tanto do território, como gerou, sobretudo, múltiplas violências.

Desde a época colonial, já falando da divisão sexual do trabalho, as mulheres indígenas foram desprovidas da força que representavam para sua comunidade. Elas foram reduzidas ao serviço doméstico e também “coisificadas” para satisfazer o apetite sexual dos espanhóis. Estamos falando de um domínio baseado na superioridade racial e também étnica. Por quê? Porque eram os espanhóis, homens, conquistadores e também homens brancos. Então, toda essa história mineira deixou também fortes impactos ambientais.

(...)

Então, são as empresas que se beneficiam dos recursos naturais. E não é somente isso. Não só se gera um impacto no território, mas também um impacto no corpo das mulheres. Vimos que, desde o ingresso das empresas mineiras, que chegam com trabalhadores forâneos, são produzidos uma série de abusos sexuais contra as mulheres. E isso se mantém impune. Até agora não houve nenhum processo feito contra as empresas e mais: na própria comunidade se oculta a informação.

Outro problema é a sobrecarga de trabalho. Imagine se não há terrenos em que possam produzir, que estão acidificados, não têm água, as mulheres devem percorrer longas distâncias para conseguir água para consumo humano, para a limpeza, para a alimentação, para a própria produção. Ou então devem alugar terrenos distantes para poder produzir. Isso implica uma sobrecarga de trabalho, porque as mulheres devem investir mais tempo para buscar a água, cultivar ou colher.

Também há outros problemas, como os efeitos na saúde. Há companheiras que devem cruzar o rio contaminado para chegar a suas casas, para chegar a suas chácaras, etc. Há preocupação quanto à alimentação, preocupações quanto à saúde da família também, porque se não há produção, não há alimentação.

Também vimos que, a nível de impactos nas mulheres, há um isolamento na tomada de decisão. Dentro das comunidades, as mulheres quase não são tomadas em conta. Mas, uma vez que essas mulheres começam a exercer essa liderança e a ressaltar dentro da comunidade, é gerado outro tipo de violência: há desprestígio, há deslegitimação contra elas. E há também criminalização.

Então é bem complexo, não? Bem complexo o papel das mulheres indígenas dentro de suas comunidades e também para exercer esse papel de defesa da Mãe terra, de defesa dos recursos naturais.

ANGELA CUENCA (COLECTIVO CASA). Vídeo 2.

Partagem carioca

A gente fala dos jovens negros que precisam andar com sua identidade e carteira de trabalho em qualquer lugar: na favela, em casa ou no asfalto. A gente fala de outras não circulações na cidade, aí a gente chama de **partagem carioca**. Não assumimos esse termo, mas ele é perceptível quando a gente vê controle dentro da favela, militarização na favela, política racista na favela e a gente vê o asfalto vivendo de boa e tranquilo.
Para terminar minha fala, quero colocar que isso faz parte de uma política internacional de racismo e militarização. Eu percebo ainda mais isso quando eu vou a países como Palestina, Equador, África do Sul, Colômbia e outros países tive a oportunidade, pelo movimento de favelas, de estar nesses países. E eu percebi que a militarização, e que na Favela da Maré é igual na Palestina. Mas é óbvio, que lá, tem muros atravessando e dificultando que os palestinos não circulem na cidade. É o seu local. Assim como não é revelado. E lá tem caveirões; tem drones, assim como aqui também tem; lá tem o muro da vergonha, assim como aqui também tem; prisões de crianças palestinas, assim como o sistema socioeducativo; a gente tem uma das populações mais encarcerados do mundo, que é de novo a população da favela, população periférica e a população negra. Enfim, são muito parecidos e organizados por estados terroristas e por grandes empresas que fazem da nossa vida grande laboratórios. A vida palestina é um laboratório, a vida negra, favelário, periférica no Brasil, ela é laboratório, a lei indígena da América Latina é laboratório.

GIZELE MARTINS (FRENTE DE MOBILIZAÇÃO DA MARÉ). Vídeo 5.

Plan de derechos humanos

Uma das coisas que as organizações fazem, por exemplo, são **planos de proteção e de defesa dentro das comunidades**, nas assembleias, para tomar medidas, ações e protocolos de ação ante potenciais ataques. Creio que esse é um mecanismo interessante que poderia começar a ser **aplicado em outros cenários**. Finalmente, se não me equivoco, mencionaram o **Plan de *Derechos Humanos*** como um instrumento que tem sido realizado. Gostaria apenas de comentar que, atualmente, o Ministério de Justiça - que é o encarregado de formular esse plano - está considerando um protocolo nacional em Peru, para assegurar a **proteção de pessoas defensoras de direitos humanos.** Acredito que é muito importante incidir para a implementação, primeiro para a elaboração e, depois, para a implementação efetiva do *Plan Nacional de Derechos Humanos*, no marco do trabalho de defensoras ambientais.

VALERIA URBINA (*DERECHO AMBIENTE Y RECURSOS NATURALES*). Vídeo 4.

Poder

Onde está o poder? Eu acho que o poder está em muitos. Ele está nas mulheres, está nas pessoas, na população negra, nas crianças, nos homens, na periferia, na favela. Mas a gente precisa fazer com que essas pessoas construam esse poder, porque o poder da sociedade, o nosso poder é muito grande. E a gente pode mudar esse jogo. Mas para isso a gente precisa estar junto, coletivo, lutando para melhores condições de vida e para acabar com essa desigualdade.

A minha expectativa para pós pandemia, é um momento ainda muito sem muita definição na minha cabeça. Mas eu acho que a gente vai continuar essa luta contra a desigualdade, contra o racismo, contra o patriarcado, contra o capitalismo, porque aproveitar, inclusive, que ela está mais escancarada.

ROSIMERE NERY (FASE-PE e FMPE). **Vídeo 2.**

Política de cuidado coletivo

O neoliberalismo é todo oposto ao cuidado. O neoliberalismo e, hoje, as medidas, por exemplo, de **quarentena,** no Chile, parecem mais uma opressão ditatorial que uma **política de cuidado**. Então, o que vemos é que historicamente, houve uma sorte de política de espoliação e de descarte, ao corpo "descartável, território "descartável". E novamente ocorre o mesmo. A princípio, no Chile, houve uma **quarentena**, no marco da **pandemia**, protegendo as classes endinheiradas. Então aí vemos um território, pensando em sacrifício ou, enquanto ocorria a **pandemia**, destroem glaciares, se instalam projetos mineiros. É complexo. Então, aqui, o que é importante entre o que falamos? O reconhecimento de uma **política de cuidado coletivo que implica muitas coisas**.

Nós falamos aqui, como feministas... como feministas, falamos de reconhecer um **cuidado plurinacional**. Entendendo que somos muitos povos, comunidades e territórios, desde uma grande diversidade, que **gestamos políticas de cuidado.** Mas, além disso, algo que considero super importante, é que **o cuidado** é tanto sustentar a vida em nossos lares, na casa, mas é também sustentar a vida nos territórios e na natureza. Então, nossas hortas, nossas chácaras também são parte da **política dos cuidados**. Infelizmente, também houve uma **neoliberalização do cuidado**, como se o **cuidado** fosse exclusivamente das mulheres, exclusivamente da casa, vinculado **ao cuidado** à infância e não essa visão tão ampla que é o convite ao **cuidado coletivo**, comunitário, extensivo a nossa rede de carinho, família, filhas, filhos, avôs, avós, mas também do **cuidado do território**. O bairro, o lugar onde estou, o campo, a cidade, para entender que a **política do cuidado** é também cuidar da natureza. Então, **assumir um olhar antiextrativista é uma política de cuidado**.

FRANCISCA FERNANDEZ (MAT E COORDENADORA 8M). Vídeo 3.

Potência das mulheres

Muito do que vemos trazendo nessa campanha é como se constrói vida em meio a territórios de controle, de morte e devastação de todo tipo de humanidade. Então é pouco dessa potência das mulheres de construir vida nesses lugares. Que a gente de forma nenhuma que tornar uma coisa simples, mas é de mostrar essa potência mesmo e que isso só se dá através das coletividades. Então a gente tem visto na pandemia, e eu acho que a Silvia

também vai falar um pouco, da força que a gente vai criando da capacidade de autonomia, de solidariedade, de potência mesmo, que quando a gente sabe que o mundo, o estado, a estrutura pública vão dar muito pouco. É claro que a gente vai continuar lutando por isso, porque fazem parte dos nossos direitos. Mas que a gente sabe que temos que ir muito além.

MARINA PRAÇA (INSTITUTO PACS). Vídeo 1.

Papeis ocupados pelas mulheres e que são invisibilizados

Por exemplo, chega uma empresa mineira e são as mulheres que identificam os danos no território, os danos na água ou os danos na saúde das crianças. São as primeiras a identificar os danos. Também sensibilizam a família, fazem que as comunidades conheçam os riscos, o que poderia ocorrer. Estão sempre pensando no futuro da família e no futuro dos filhos. Elas mobilizam, organizam a comunidade, preparam os cartazes, estão à frente das mobilizações. Inclusive, se colocam à frente das marchas, para que a repressão não chegue à toda comunidade, tratando de impedi-la. Estão cumprindo esses papéis logísticos, estão marchando com seus filhos. E tudo isso é tão importante.

Contudo, muitas vezes nem sequer é levado em conta. E, ao fim, quem vai fazer a negociação? Só companheiros e todo o trabalho realizado pelas companheiras fica de lado. Então, por isso dizemos que a defesa do território é realmente importante, porque se está defendendo a vida, se está defendendo os recursos naturais, mas também o futuro dos filhos, das pessoas que habitam a comunidade.

ANGELA CUENCA (COLECTIVO CASA). Vídeo 2.

Perspectiva da coletividade

Então são iniciativas próprias dessas comunidades que a gente tenta se fortalecer. E volta a ela também, para reaprender o processo de caminhar para tornar nossa humanidade mais humana. De pisar no chão e saber que a nossa casa é a terra. E é muito mais que a estrutura física de tijolos, concreto e de ferro da nossa casa. Falando concretamente, o nosso lar é a terra, e a Terra é um lar comum. Então o enfrentamento à pandemia e o enfrentamento aos impactos da mineração da siderurgia do monocultivo dos megaprojetos, eles só são possíveis se a gente trabalhar nessa perspectiva da coletividade, que a Teresa trouxe da articulação nacional latino-americana e internacional também. E as comunidades com as quais a gente atua aqui, nos ensinam muito isso. Então o que eu falo é muito resultado dos aprendizados que eu escuto com cada mulher desses territórios, que estão à frente dessas lutas e com cada mulher da *Justiça nos Trilhos* também.

LARISSA SANTOS (JUSTIÇA NOS TRILHOS). Vídeo 1.

Práticas ancestrais

E Aline, eu acredito na importância dessas práticas ancestrais, inclusive, como instrumentos políticos da nossa situação. De estar retomando até para entender as mulheres desses territórios, como atores políticos que têm os seus espaços,

que têm o seu poder. Por conta da lógica desses megaprojetos que chegaram, eles foram silenciados, eles foram deixados à margem. E nessa história elas foram sendo atravessadas por esses silenciamentos. Então é muito importante que a gente retome essas práticas, justamente para que cada uma de nós possamos nos colocar nos territórios como atores políticos cada vez mais fortes. Penso que esse é o caminho.

LARISSA SANTOS (JUSTIÇA NOS TRILHOS). Vídeo 1.

Projeto “capital humano”: Banco Mundial

Agora com relação, mais especificamente às instituições financeiras, vocês não sabem e noção da capacidade laborativa desses bancos quando é para acabar com as mulheres. O Banco Mundial lançou no fim de 2008, projetos de contribuição ao desenvolvimento, eles têm tempo para existência. Ele criou o projeto que chama “capital humano”, esse projeto é todo pautado na eliminação das barreiras ao fortalecimento do setor privado. E para as mulheres ele tem um presente: todos os programas do banco para investir na igualdade de gênero estão pautados no empreendedorismo. Pense no que é isso? Mais trabalho precário, mas trabalho sem remuneração para as mulheres. E o que é que significa empreendedorismo na vida das mulheres? Eu não consegui vencer sozinha. Eu entro em depressão e acabo me suicidando. Eu tenho que vencer sozinha porque eu sou empreendedora. Eu tenho que me lascar para arrumar um jeito de ser empreendedora, porque o Banco Mundial diz que isso é fundamental para o desenvolvimento.

Para mim, esse é o ponto fundamental, pois estamos voltando ao colonialismo brasileiro articulado com resquícios de tempo medieval. A caça às Bruxas voltou. A gente tem que ficar mais atenta a isso: as mulheres estão sendo vistas como entraves ao desenvolvimento da família e da Pátria Amada. Então depois que aquela estrategista – ela não é uma louca - aquela mulher que eu não preciso nem dizer depois o nome, ela assumiu esse Ministério, ela criou uma verdadeira estratégia de poder e ela disse isso e agora nós vamos assumir o poder. E assumir o poder é tornar as mulheres criminalizadas por qualquer coisa que tem de libertação, seja do corpo, território, seja da relação familiar, da sociabilidade e da ação política.

MAGNÓLIA SAID (ESPLAR). Vídeo 11.

Q

Quem cuida de quem?

Quem cuida de quem? A pergunta me parece bem linda. E também Mere já nos falava disso, da importância do autocuidado, do cuidado coletivo e do acompanhamento psicossocial. Cremos que, se não nos cuidarmos, quem defenderá o território? Somos nós. O cuidado tem que partir de nós. Se nós estamos bem, se somos parte desse território, poderemos defender e ajudar outras companheiras. E o cuidado coletivo, cuidar de nossa organização, de nossas companheiras, porque quando fazemos uma luta tão importante, como é a defesa de nossos direitos, dos direitos das mulheres, sempre haverá repressão, sempre haverá criminalização. Mas, à medida que estivermos unidas, articuladas, tudo é possível.

ANGELA CUENCA (COLECTIVO CASA). Vídeo 2.

R

Racismo

E para falar sobre a questão do racismo ambiental temos primeiramente que saber e ter claro o que é o racismo. E o racismo é a superioridade que uns exercem sobre outros, muitas vezes de forma aberta ou dissimulada.

Falar de racismo é sempre desagradável, porque ninguém quer assumir que o racismo existe ou que se vive em um país racista. Racismo é quando você é atacado, humilhado, visto como um suspeito ou suspeita, e muitas vezes até morto só por causa da cor de sua pele, como ocorreu com George Floyd e outros milhares que morreram de formas mais “invisíveis”.

ISABEL PADILLA (PASTORAL SOCIAL VICARIATO). Vídeo 6.

Havia uma pergunta sobre como mulheres de luta enfrentam o racismo. Acredito que a pandemia, o COVID-19, pôs em evidência as desigualdades em que vivem os negros. Sobretudo as mulheres, por serem pobres, negras, por falta de educação, de saúde, que é o principal e vimos ser o mais descuidado. Então, creio que todo esse racismo nos fortalece, porque no mundo todo,

Sobretudo na América Latina, os negros fomos os mais desfavorecidos nessa pandemia. E isso é **racismo**. Isso é racismo pois não contamos com os meios necessários e adequados para subsistir. Nos dizem: "fique em casa", mas que casa? Que casa tem a maioria dos afrodescendentes do mundo inteiro? Então, acredito que essas oportunidades para irmos desvelando essa realidade e tomando força, impulso para continuar e avançar.

ISABEL PADILLA (PASTORAL SOCIAL VICARIATO). Vídeo 6.

Mas no meu entender ainda falta avançar mais e ter um salto, para compreender o racismo e o que é o racismo e as desigualdades para além dos dados estatísticos, compreender além de uma abstração teórica, compreender como uma prática que é vivida no cotidiano e que é geradora de intensas violências. Então você não consegue compreender a questão ambiental como o racismo se você não consegue compreender o quanto esse racismo ele é efetivo e não é uma abstração, senão a gente não lutava por políticas. A luta por políticas antirracismo é baseada na realidade do racismo. Então e aí o que eu disse que nós temos uma dificuldade de saltar do pensamento para construção metodológica do enfrentamento.

Então isso é uma coisa importante de compreender, de a gente ter esse olhar atento e compreender como essa dimensão das desigualdades raciais, da discriminação racial, opressão e violência se apresenta na vida real para além dos temas comumente explicitados, como o extermínio da juventude negra, genocídio dos povos indígenas precisam ainda mais ser explicitados, até para a gente ter uma possibilidade de diálogo maior com o senso comum, principalmente da maior parte da população do Brasil, que é uma população que mais da metade da população brasileira já se declaram como negra.

Eu acredito que para a gente pensar essa coisa dos grandes projetos de desenvolvimento e entrelaçar com esse tema do racismo, um bom caminho a gente se perguntar: “Quais são os territórios que são demandados por esses grandes projetos? Quais são esses territórios? Onde é que eles estão? Quem são as populações que habitam essas localidades e que são demandadas pelos grandes projetos? E qual é a história dessas populações?” E aí a gente precisa lembrar que a maior parte do processo de ocupação do território brasileiro, especialmente os territórios mais conservados, eles foram ocupados por uma população negra e indígena no processo de construção da sociedade brasileira, no processo pós-colonial, que não garantiu nada, por exemplo, para a população negra e para os povos indígenas. São populações que construíram a ocupação dos territórios na dinâmica colonial e estratégias de sobrevivência. (...) E onde esses povos estão, eles são territórios especialmente conservados e são territórios que têm o que o povo chama de recursos naturais, que são os produtos que vão ser explorados no extrativismo e exportados, e com ele toda a destruição dos modos de vida, destruição cultural, destruição do trabalho e também a destruição do corpo, da ancestralidade e da subjetividade. Então é preciso a gente ter essa leitura sobre a história dos territórios demandados pelos grandes projetos, da população, populações que habitam e como ela e se formaram, ocuparam pararam nesses territórios.

CRIS FAUSTINO (INSTITUTO TERRAMAR). Vídeo 6.

Racismo ambiental

Acho que conseguiu trazer um pouco de tudo e conseguiu trazer o que é essa complexidade quando a gente tá lutando contra esses megaprojetos. Ainda mais quando esses megaprojetos são acumulados, né? E o que a gente sabe, quando a gente fala desses territórios que a gente vive, trabalha, luta, é que são lugares no quais eles são acumulados mesmo. Porque a gente tá falando de território de sacrifício, a gente tá falando do debate do racismo ambiental, que é para onde esses territórios vão. Que são para lugares onde as comunidades têm menos condições de resistência, onde tem um nível de preconceito e racismo impossíveis da gente até mencionar, porque só quando a gente sente. É só quem tá ali que pode falar mesmo.

MARINA PRAÇA (INSTITUTO PACS). Vídeo 1.

Ao falar de racismo ambiental temos que fazer referência ao conceito cunhado nas lutas ambientais dos anos 1980 nos Estados Unidos, que falava sobre a desigual exposição a riscos e impactos ambientais, e como isso afetava negativamente as comunidades negras. O racismo ambiental se reflete no extrativismo, que é um modelo econômico, político, baseado na mercantilização e exploração desenfreada da natureza. Quando falamos desenfreada, nos referimos ao fato de que esse modelo produz danos irreversíveis, e esses danos contaminam o ar, contaminam o solo, as fontes hídricas, ou seja, que todos os seres humanos, o coletivo e as comunidades são afetados e têm, sobretudo, destruídos suas formas de vida e economias tradicionais, tornando-nos, pouco a pouco, dependentes de outros mercados e mercados externos.Temos, sobretudo, que comprar da China, dos Estados Unidos, Japão, e muitas vezes não produzimos o que temos, nós próprios, em Equador. Um exemplo claro do que acontece nas comunidades afrodescendentes do norte da província de Esmeraldas, no Equador, que possuem riqueza e recursos naturais como florestas, rios, madeira, ouro, e vivem sendo monopolizados pelas empresas transnacionais com a permissão do Estado e estão despojando a população de seu território ancestral. Tudo isso gerou poluição, impactos na saúde,

desintegração da família, e ao mesmo tempo violência. Isso obrigou as populações a viverem em condições de exclusão e extrema pobreza.

ISABEL PADILLA (PASTORAL SOCIAL VICARIATO). Vídeo 6.

Eu tenho pensado bastante sobre esse tema, a rede brasileira tem pensado bastante, o PACS, a Rede Brasileira de Justiça ambiental, a minha organização, *Terramar,* e outras organizações socioambientalistas também. Isso tem sido uma conquista, no meu entender da atuação da militância antirracista, da fala das mulheres negras que tem retorno nisso. As falas das mulheres negras são bastante representativas, vivas e cheia de intelectualidade, conhecimentos e ancestralidade. Então não tem reversão, é um processo irreversível. Acredito que uma das primeiras coisas cuja ausência dificulta esse debate, é uma compreensão aprofundada é sobre o racismo estrutural, sobre a forma como o racismo ele é fundante aqui no Brasil, fundante da nossa história. O Brasil começa com uma expropriação territorial e todos os ciclos econômicos do período colonial e pós-colonial são baseados na exploração de matérias-primas, ciclo da cana, do gado e também na exploração ambiental. A história da degradação ambiental ela remonta esse tempo de colonização, e também é a história de quem domina e de quem tem sido prejudicado nesse processo histórico. Então é preciso compreender isso como fundante. Parece uma coisa fácil, porque a intelectualidade dos povos negros e indígenas têm colocado isso na roda e tenha tido um avanço na compreensão.

CRIS FAUSTINO (INSTITUTO TERRAMAR). Vídeo 6.

Rádios comunitárias

Outro também que nos comentaram é o uso cotidiano das **rádios comunitárias**. Defensoras do Equador vêm visibilizando o que está ocorrendo em seus territórios, problemáticas diversas com indústrias extrativas, utilizando as **rádios comunitárias** e isso lhes permite compartilhar rapidamente sucessos, atos de violação de direitos, sucessos de contaminação, com múltiplas comunidades para receber apoio.

De igual forma, entre as organizações indígenas se promove uma articulação sólida entre a base regional e a base nacional e local. E essa estrutura lhes permite rapidamente realizar denúncias de casos ou organizar ações de protesto se for necessário. Esse é outro mecanismo que está sendo usado. Depois, concernente ao que se pode fazer, a partir das organizações, com relação aos ataques recebidos por parte dos megaprojetos ou de agentes agressores formais ou informais.

VALERIA URBINA (DERECHO AMBIENTE Y RECURSOS NATURALES). Vídeo 4.

Rápido desenvolvimento do “neoliberalismo"

Enquanto que na verdade a realidade é outra. A presença das IFIS através das associações público-privado e de outros mecanismos, estão envolvidos em projetos de carbono, destruição da Amazônia para implementação de projetos óleo de palma, cacau, entre outros. Suporte técnico dos planos de desenvolvimento em todos os níveis para implementar os corredores econômicos, o agronegócio e, claro, todas as extrativas. Estão presente na reforma do Estado, desenvolvimento de infraestrutura de risco, mineração,

hidrocarbonetos, educação, saúde, segurança, até os desastres são para o Banco Mundial, o IF e o FMI uma oportunidade de negócios.

Dado esse rápido desenvolvimento "do neoliberalismo" através do agronegócio e da mineração, os pequenos e pequenas produtores são os mais afetados. Se converteram em jornaleiros, já não produzem para seu consumo, suas terras foram alugadas, abandonadas e outros foram expropriados pelos empréstimos dos bancos, outros, simplesmente foram invadidos e, com violência, foram expropriados de seus territórios. O agronegócio, quando se trata de territórios, muda a vida da população e sobretudo das mulheres ao estabelecer como norma geral o trabalho escravo agrícola.

A produção para consumo local diminui radicalmente, modificando hábitos de consumo, impactando diretamente o estado nutricional da população, de forma negativa, claro. A possibilidade dos trabalhadores e trabalhadoras de poder sindicalizar-se é mínima, apenas se organizam demissões. Recentemente se negociou a presença de crianças nos campos de cultivo da agroexportação.

Geralmente, os projetos de mineração se instalam em locais onde o Estado nunca esteve presente, agora se faz presente para defender o projeto de mineração em prol do desenvolvimento. Mobilizam a todas as instituições públicas para pressionar e aparecem grandes projetos de rodovias e infraestrutura, que inicialmente eram demandas da população, mas agora aparecem para favorecer as minerações, estradas para que possam retirar os minerais. Destruindo assim os territórios. A criminalização dos protestos e a militarização são normais gerais em todos os projetos e megaprojetos nesses territórios.

ROSA RIVERO (MMM MACRONORTE). Vídeo 11.

Redes de defesa legal

Primeiro, a questão de fortalecer o sistema de registro e denúncias de casos. DAR, atualmente, vem trabalhando com a COICA, que é *a Coordinadora de las Organizaciones Indígenas de la Cuenca Amazónica*, para fortalecer um sistema de registro de casos, para documentar todos os casos de violações de direitos que, atualmente, estão correndo. E de fortalecer também sistemas de alerta precoce. Isso nos parece chave porque estão ocorrendo muitas violações de direitos, mas realmente não há uma sistematização e documentação adequadas. Outra coisa que estamos realizando em conjunto com a COICA é fortalecer suas **redes de defesa legal**, porque muitas vezes ocorre que as pessoas não têm apoio legal, nem assessoria legal, para poder fazer as denúncias adequadas. E termino mencionando que há mecanismos, a nível internacional, que são muito importantes. A participação em audiências públicas com a CIDH (Comissão Interamericana de Direitos Humanos), por exemplo. O informe de casos, de denúncias, fazer petições, fazer esses "informes sombra" são mecanismos chave, sobretudo em um contexto em que os sistemas judiciais em nossos países não funcionam adequadamente. Por último, somente ressaltar que, a partir da DAR, temos trabalhado na assinatura e ratificação do Acordo de Escazú por parte de nossos países na região. O Acordo de Escazú é o primeiro acordo regional que incorpora em seus dispositivos a defesa necessária e obrigatória, por parte dos governos, aos defensores de direitos humanos, particularmente aqueles em matéria ambiental, no artigo 9. E, então, nós acreditamos que é um acordo chave que deve ser ratificado por todos os países da Bacia Amazônica, incluindo Brasil e Peru. Então nós, atualmente, estamos trabalhando em sua

ratificação por parte de nosso Congresso, e também exortamos que, a partir de nossas organizações, se promova a ratificação do acordo por parte do Brasil.

VALERIA URBINA (*DERECHO AMBIENTE Y RECURSOS NATURALES*). Vídeo 4.

Rede mulher

Eu tava falando de onde vem nossa força. Nossa força vem da organização, da forma política como as mulheres se organizam, vem dessa coletividade, vem na solidariedade entre elas e entre nós. Sabemos que existe isso e é um elo muito forte nas mulheres e essa solidariedade. E essa força de criação, como a nossa companheira disse: não é uma mulher, são todas as mulheres. São mulheres de todos os lugares que estão interligadas, que estão sempre intercâmbios e isso é importante para essa **rede mulher**.

Nós não estamos falando do nosso corpo físico simplesmente, estamos falando do nosso corpo orgânico, a nossa totalidade, a mulher no seu total e na sua essência, poderosa, é forte por natureza. Quem diz que a mulher é frágil é quem não conhece a força que nós temos.

VERA DOMINGOS (FÓRUM SUAPE). Vídeo 10.

Retirada de todo o recurso do SUS

E a retirada de todo o recurso do SUS, a PEC da morte, afetou muito mais a saúde das mulheres. Câncer de mama e útero estão nas primeiras listas aqui em Belém do Pará.

Mas aqui na região tem muita gente que acompanha e luta. Então são questões que nos deixaram muito mais vulneráveis. A **saúde básica** nos municípios não está a contento, pois os recursos foram tirados. É por isso que esse país tá em primeira escala, praticamente, pela **morte da COVID**. Porque a retirada dos **recursos da saúde influencia diretamente nos municípios e nos estados**. Vocês tão vendo como tá essa **roubalheira dos recursos para COVID.**

Então é isso gente, a situação é difícil. Mas não é impossível dar a volta por cima e fazer valer os direitos. Eu quero agradecer imensamente ao PACS, Rosa, Magnólia, lá do Ceará, a situação tá complicada aí. Aqui em Altamira também. Já temos 119 mortos aqui. E tudo isso é **porque a prevenção não é feita em praticamente em canto nenhum.** Nenhum governo se interessa por isso.

ANTÔNIA MELO (MOVIMENTO XINGU VIVO). Vídeo 11.

Rompe com a ideia saudável de ciclo da vida

Eu queria dizer que a gente entrou em uma lógica, que, na verdade, é uma lógica que rompe com a ideia saudável de ciclo da vida que a gente tem, e que, principalmente, já ligando com a pergunta da Aline, a gente consegue aprender se a gente olhar para a história dos nossos ancestrais e trazer práticas construídas por eles para o momento que a gente tá vivendo. (...) Sou realista, mas sou otimista de que esse ciclo da vida ele pode também dar uma renovada.

Mas é preciso dar uma volta e um regresso para olhar coisas e práticas que foram construídas no nosso passado, e que elas ficaram nessa lacuna onde se rompeu esse ciclo, e aí a gente se desliga de algumas raízes. Então fica difícil de crescer com algumas raízes que foram desligadas da terra. A gente precisa retomar, fazer um esforço de conectar novamente essas raízes que se romperam, que se quebraram, e que fizeram a gente entrar na lógica do consumismo e de tudo que a gente tá vivendo agora. E eu acho que contexto da pandemia nos traz para um lugar íntimo com nós mesmos, para gente refletir nesse sentido de como é que a gente pode renovar e como é que a gente pode estar construindo novas lutas.

LARISSA SANTOS (JUSTIÇA NOS TRILHOS). Vídeo 1.

S

Seguimos em luta

E que nós seguimos em luta, seguimos em marcha para transformar esse mundo e dizer que a nossa forma de lutar e resistir são nossos territórios e nossos corpos que continuam firmes e constantes de vida e de dignidade. Muito obrigada e seguimos aí. A vida acima da minha dívida. Somos povos credores.

SANDRA QUINTELA (PACS/JUBILEU SUL). Vídeo 11.

Simultaneidade das nossas estratégias de lutas

Isso aqui é uma estratégia, uma possibilidade de dar escala à luta. E sem essa múltipla escala de luta, não vai ter vitória, não vai ter transformação, não vai ter ruptura desse sistema genocida e não vai ter ruptura da necropolítica se a gente não tiver escala. E eu quero saudar a expressão da Teresa, dessa internacional solidariedade entre estar com as pessoas, estar com os trabalhadores e os corpos que existem a partir dos seus lugares. Um detalhe na escala, talvez seja a simultaneidade das nossas estratégias de lutas. Isso é bem interessante aqui. A gente vai ter essa sequência, ouvindo o instituo PACS, a nos ajudar a pensar em simultaneidade, em coisas que a gente possa fazer ao mesmo tempo e em várias cidades do mundo, nós mulheres, nós pessoas em processo de aquilombamento.

SILVA BATISTA (CPMZO). Vídeo 1.

Sintonia

Saúdo as companheiras que vieram antes de mim. Eu não precisava nem falar, na verdade, porque elas já falaram praticamente tudo. A gente tem muita sintonia em tudo que a gente faz, independente da região, até mesmo para o

país. É porque a opressão é a mesma, através de um estado e de uma economia. Então as nossas resistências se comunicam muito.

SANEY SOUZA (Coletiva *AS CABOCLAS*). Vídeo 3.

Sistema de proteção às mulheres

Como o tempo tá apertado, eu gostaria de trazer só um impacto que eu considero fundamental em termos específicos na vida das mulheres com relação... aliás dois, com relação ao endividamento. Primeiro são os aportes no **sistema de proteção às mulheres**, as políticas de proteção às mulheres. As mulheres estão sofrendo muito mais violência doméstica, porque o sistema de proteção está quase desfacelado e em vários sentidos. E o outro é o aumento da carga de trabalho pela falta de recursos para a educação. As mulheres têm que se desdobrar agora para ensinar os filhos e as filhas, porque o ensino que está sendo efetivado está defasado e prejudicado por falta de financiamento para requalificação, para reciclagem, para o professor e para material escolar. É uma loucura isso.

MAGNÓLIA SAID (ESPLAR). Vídeo 11.

SUS que é a luta das mulheres por atendimento à saúde

A frente de comunicação foi importante, porque todo mundo sabe que bicho é esse. Como alternativas denunciamos no mundo todo e não conseguiram botar debaixo dos tapetes. A resistência foi muito importante e tá sendo. As famílias ribeirinhas abandonadas e sem água e peixe no rio, nós estamos trabalhando com elas. É muito difícil o acesso, é muito caro. Mas quem estão trabalhando com elas estão se tornando o grupo guardiões. E junto a 4 ou 5 famílias conversam e fazem com que aquela comunidade lute pelo seu direito e denunciem, para que elas mesmo sejam protagonistas de sua história e da busca de seus direitos. Isso está sendo uma alternativa muito importante. Junto com a agroecologia e pequenos agricultores que também trabalhamos com guardiões. Abaixo e acima do lado de Belo Monte tem mais de 30 guardiões que se comunicam, veem os problemas, levam para as autoridades e denunciam e buscam a garantia de seus direitos. Não é nada fácil, mas está sendo esse trabalho. As famílias da cidade, a formação e grupos de jovens, o desenvolvimento com o Conselho das Crianças e dos Adolescentes sobre as políticas públicas, as mulheres sobre as questões com a saúde, o SUS que foi totalmente roubado com mandato desses bancos, eles pedem para tirar as políticas públicas e sociais e os governos são obedientes e tiram.

O SUS, que é a luta das mulheres por atendimento à saúde, também a agroecologia, remédios caseiros, plantas, tudo isso são questões que estamos trabalhando com os grupos de mulheres e as organizações. O enfrentamento a políticas públicas na cidade: a água, o combate à violência e questão da educação. Então tem varias frentes de lutas e resistências para que as coisas não fiquem piores. Cobranças mesmo das autoridades e instituições públicas, é um trabalho constante do dia a dia. A gente não para.

ANTÔNIA MELO (MOVIMENTO XINGU VIVO). Vídeo 11.

T

Trabalho do cuidado

É gente, é muito importante isso que você traz do cuidado, e ainda mais autocuidado em relação às mulheres negras. Até porque nesse momento da pandemia, às vezes eu fico pensando, que talvez esse negacionismo da pandemia ganhe tanta adesão, também pelas dificuldades das pessoas de encararem esse momento desafiador. E um dos principais trabalhos para superar esse momento, é um trabalho legado, um trabalho invisibilizado, que é o trabalho reprodutivo. E esse trabalho do cuidado, que cuida da família que é que cuida das pessoas... enfim, é muito bom você ter colocado isso.

ANA LUISA QUEIROZ (INSTITUTO PACS). Vídeo 2.

Trabalho reprodutivo no período quarentenado

Seja porquê, surpreendentemente, para algumas pessoas, foi necessário entrar numa quarentena para entender o quanto o trabalho reprodutivo é fundamental para a vida, seja pelo fato que até agora é um trabalho constantemente invisibilizado, e que tem sido colocado muito como uma responsabilidade das mulheres, e também pela tristeza da gente, que constantemente, ainda, ter que denunciar as consequências da precarização desse trabalho. Sobretudo pelas mulheres negras, que são a maior parte dos corpos que desempenham esse trabalho doméstico ou profissional na casa de outras pessoas.
Acho que não tem como falar desse tema nesse momento, sem lembrar do crime que aconteceu em Recife. Foi a morte de Miguel. Foi muito triste e revoltante para gente, pois neste momento ainda existem pessoas que não se sensibilizem e não sentem provocadas com a ação desse crime.
“Miguel presente”, nesse momento, é uma necessidade não só agora, mas historicamente. E nesse momento não teria como a gente abrir esse debate sem falar sobre esse crime horrível. Os megaprojetos quando chegam nos territórios, eles vêm formados por uma narrativa de ampliação dos trabalhos. E aí uma das coisas que a gente se pergunta, quando a gente olha para o resultado da operação nesses megaprojetos, os diferentes tipos de empresas, diferentes tipos de projeto, nos perguntamos: Que empregos são esses? Para quem são esses empregos? Acho que isso é uma das questões centrais para gente nesse debate sobre trabalho reprodutivo.

ANA LUISA QUEIROZ (INSTITUTO PACS). Vídeo 2.

Tecer essa rede de cuidados

Essas vozes também estão permitindo que fiquemos claros quais são as necessidades mais prioritárias agora. E temos que sair da precariedade. **E vamos fazer isso através do compartilhamento, para cuidar de nós, saber quem está e quem não está doente. Temos que tecer essa rede de**

cuidados. Temos todos esses elementos básicos que precisamos poder estar na luta. E obviamente queremos comentar e mapear a situação para continuar fazendo denúncias. Não podemos esquecer de continuar fazendo as denúncias de tudo que está acontecendo, e evitar que a narrativa hegemônica de que a pandemia resulta em tudo que está acontecendo nas comunidades. E evitar o endividamento que estão tendo os estados massivos da América Central.
TERESA BOEDO (IM-DEFENSORAS). Vídeo 1.

(...) Mas, mesmo com todas as dificuldades, nós, mulheres seguimos resistindo, com as nossas famílias, comunidade, organizações, capitalismo, individualismo, capitalismo, extrativismo e **tecendo redes de cuidado.** Enfrentando esses medos e estamos tecendo e cultivando a resiliência. Nós estamos cultivando palmeiras muito fortes e estamos criando redes de cuidado coletivo, de autonomia e bem-estar. Isso é importante para o mundo. Nós, mulheres, estamos proporcionando uma visão de mundo sobre o coletivo e que a vida significa. E nessa luta somos muitas, com territórios, espaços rurais e território urbanos. Nossos corpos e nossa arte estão lutando.

TERESA BOEDO (IM-DEFENSORAS). Vídeo 1.

Tecer juntas e de mãos dadas

E quanto ao otimismo, acho que muitos estão falando de reciprocidade, do que somos ou do que estamos recebendo. Só em estar aqui, já é otimista. Estamos compartilhando, inspirando, tecendo. Continue tecendo um sonho emancipatório que não mudou. Temos que entender que há muito para entender, que há muitos princípios que vão continuar a nos inspirar e nos mostrar o caminho, mas temos que fazer juntas. Já não é mais um caminho individual, já não é mais um caminho do consumo, do individualismo. É um caminho que nós temos que tecer juntas e de mãos dadas. Então para mim, todo o otimismo para isso, nos conecta com toda a energia criativa. Compartilhar os recursos que já temos e acho que todos estamos fazendo um forte esforço para continuar a criar espaços para pensar coletivamente e para propor novos caminhos. O que aprendo com você, você aprendeu com ela e assim vai. Assim, vamos nos nutrindo. Acho que o caminho é bom. Como disse a Lolita Chávez: “vamos sair dessa e vamos sair saudável e forte”. Então temos que ir um pouco contra tudo isso, dessa narrativa que tem nos oprimidos e afogado, e não necessariamente pelo vírus. Eu acredito e creio que estamos em momento de criação e com todas as oportunidades de mudança.

TERESA BOEDO (IM-DEFENSORAS). Vídeo 1.

Seguimos aqui emocionadas e nunca esquecendo dessa utopia comum.

MARINA PARÇA (INSTITUTO PACS). Vídeo 1.

Eu vejo essa realidade, a partir de uma perspectiva otimista. Acredito no poder da nossa luta. E é por isso que eu tô aqui. Acredito na transformação e eu me vejo como uma pessoa em transformação. E vejo a partir disso, a possibilidade de outros atores e de outros sujeitos se transformarem nisso. E a partir das transformações de uns e de outros, a gente consegue transformar grupos, transformar comunidades e transformar o mundo.

LARISSA SANTOS (JUSTIÇA NOS TRILHOS), Vídeo 1,

Território ancestral

Eu queria começar essa conversa com vocês, a gira, como diz a Aline, dizendo que para nós, que a Amazônia, ela é um território ancestral. E aí nesse espaço, nesse território ancestral, a gente tem vários elementos que compõem esse nosso território há muitos anos. E aí eu queria trazer os elementos: a questão da memória, a questão do conhecimento local, o conhecimento da medicina caseira, o conhecimento de saber lidar com a nossa natureza, e aí inclui as águas, floresta; o manejo que nós viemos a aprender desde o início, com os nossos antepassados, de lidar com a natureza. Eu queria tentar sintetizar essa relação nossa, nesse território dizendo assim: ‘Antes da invasão dos portugueses no Brasil, na nossa região, nós tínhamos nossos próprios códigos. A gente sabia lidar com a nossa transmissão de conhecimento, através da oralidade, que os nossos pais nos repassavam, de como viver sempre para o futuro e em busca do futuro. Nunca foi uma sociedade mesquinha, de não transmitir o conhecimento. Isso é um **cuidado**. Como que você vai **cuidar** se você não ensina para os que estão vindo, como lidar com os perigos que existem? É o que eu já tô dizendo, que essa relação com a ancestralidade, nosso antepassado, foi justamente de nos preparar para coisas que viriam no futuro, mas que a gente pudesse ter a sabedoria, conhecimento e o manejo de como lidar com tudo isso. Por isso eu já tô dizendo que não dá para dissociar a questão da ancestralidade, da nossa relação com a natureza, com os nossos mais velhos, os nossos encantados, sem falar do cuidado. Porque tudo vem de forma gradativa, nos trazendo para essa relação de cuidado. Então o nosso chão Amazônico é permeado de todos esses elementos. Aqui nós temos os nossos encantados que nos dizem as regras de como a gente lidar com a natureza. E nos permite ir até onde possamos ir, se alimentar e preparar a natureza para os próximos que vêm, sem exagero, sem o extrativismo exagerado, como a gente vê, de um outro universo. E depois eu vou mencionar o universo da modernidade ocidental.

Nós fomos preparados. Eu sempre digo: “Eu estar aqui, eu não estou por mim ou porque simplesmente eu fui gestada por minha mãe. Não. Eu venho de uma sequência de ancestralidade, dos povos originários, povos indígenas, povos afrodescendentes que são o berço das comunidades tradicionais. Eu carrego no meu sangue, no meu ser povos indígenas, povos afrodescendentes”.

Então veja que a ancestralidade não se curvou diante do massacre dos colonizadores, ao contrário, gestor as comunidades tradicionais. Isso para mim é muito forte, é o meu berço. E nesse berço eu fui acalentada pela mãe d´água, pelo boto, pelo Curupira e por todos os encantados da nossa região, que vieram, gestaram e que foram se desenvolvendo com os outros povos que chegaram, a partir da invasão dos portugueses no nosso chão. Esse chão ele é muito fértil, veja que riqueza. Ele traz o berço ancestral dos povos indígenas e são vários, são muitos, aqui tem vários. Aqui é uma diversidade e a gente já vai olhar a diversidade linguística, diversidade culinária, diversidade de sabedoria, de

conhecimentos tradicionais, de manejar as águas, de manejar a floresta. Muitas florestas que a gente acha, árvores frutíferas que a gente acha que só existe na Amazônia, ou que são nativas, os indígenas eles fizeram manejo dessas árvores. Isso foi durante muitos anos. Veja a tecnologia que a gente já traz no berço de tudo isso.

ANA BARBOSA (MOVIMENTO XINGU VIVO). Vídeo 3.

Território corpo-terra

Compartilhar com vocês que eu venho da história das mulheres que tecem algo que hoje se conhece como **território corpo-terra**. Se você já ouviu isso por aí, se leu em algum livro ou então ouviu de uma teórica, o território corpo-terra veio da luta organizada contra a mineração e contra as violências que as mulheres indígenas vivem sem ter passado pela academia, sem ter passado por outras formas mais complexas para trazer a abordagem que na língua Xinca dizemos (fala realizada em Xinca) isso quer dizer defesa e recuperação do território corpo-terra.

LORENA CABINAL (*RED DE SANADORAS ANCESTRALES*). Vídeo 8.

Território é um espaço integral

A mulher é a peça fundamental na criação, manutenção e preservação da vida. Mas, por outro lado, constatamos uma das maiores contribuições das mulheres é a luta pela defesa da *Madre Tierra*. A presença das mulheres nas atividades socioambientais, esse protagonismo, permitiu - com valentia, pois são mulheres valentes - denunciar a destruição da natureza, e ao mesmo tempo defender outras mulheres vítimas de exploração. Nos ensina a resistência e a compreender que o **território é um espaço integral** que garante a reprodução da vida, tanto no plano material quanto simbólico. Porque **defender o território é defender todas as formas de vida** que nele habitam e nele se expressam. Por meio dessas ações, há muita mobilização social e, a partir de práticas cotidianas, elas têm resistido ao extrativismo e a todas formas de violência contra elas, para estar à frente dessa realidade que oprime. Porque é preciso interpor os corpos para impedir a destruição dessa casa comum, que é de todos e para todos. Por isso é que sempre exigimos ao Estado que garanta vida digna tanto às mulheres quanto aos homens e a toda sociedade.

ISABEL PADILLA (PASTORAL SOCIAL VICARIATO). Vídeo 6.

Trabalho das mulheres na pandemia/ enfrentar a pandemia desde a coletividade

Sobre a importância do **trabalho das mulheres na pandemia**, acho que tem sido fundamental, todos os anos de experiência que têm as redes de mulheres, por exemplo, aqui em Honduras, as redes municipais de mulheres e muitas outras organizações principalmente indígenas e dos povos garífunas, nos ensinaram muitas alternativas e de como **enfrentar a pandemia desde a coletividade.**

Acredito que todo o trabalho que tivemos de acompanhar outras mulheres por parte da rede de mulheres e de muitas organizações fez com que possamos impulsionar de uma forma mais fácil alternativas como as **hortas comunitárias**, os **restaurantes comunitários**, **centro de informação às comunidades**, também todo o resgate da **medicina natural e ancestral**, que nos transmitiram desde nossas avós, nossas mães, de nossas tias. Isso tudo tem sido fundamental para seguir estando vivas nesse contexto tão difícil.

KATHERIN CRUZ (REDE NACIONAL DE DEFENSORAS DE DH). Vídeo 10.

U

Universo que destrói

Essas pesquisas que são feitas e foram produzidas, que hoje a gente traz os nossos antepassados, elas estão dentro da gente. E nós nos servimos dela para o bem, sempre pensando se poderíamos deixar uma tapera para as próximas gerações, em frutas, com rio cheio de peixe, com igarapés, com muitas fontes de água. Mas nossa diversidade tá sendo destruída por um outro poder que não nasceu do nosso chão. Ele não nasce do nosso chão, ele não nasce de nossos ancestrais. Eu não sei dizer qual é o berço desse universo que destrói; ou talvez saiba dizer. Mas o que interessa para nós nesse momento é entender o que nós temos hoje.

ANA BARBOSA (MOVIMENTO XINGU VIVO). Vídeo 3.

V

Vigilante popular em saúde

Eu já participei de muitas ações, muitos projetos também que envolve Piquiá. Em 2016 participei do grupo de **Vigilante Popular em Saúde**, foi um grupo juntamente com jovens de Santa Cruz, que começaram a fazer o monitoramento da poluição do ar, para a gente contestar todos aqueles dados que as empresas estavam colocando em seus relatórios. E a gente fez tudo escondido, porque se a empresa soubesse, a gente ia ser contestado. Mas enfim, graças a Deus deu tudo certo e em 2017, após receber esse relatório com seis meses de medição com o aparelho, após receber esse relatório, a gente foi premiado com o prêmio da FAPENA em São Luís, por conta desse relatório desses jovens daqui. E isso já era já era muito gratificante para gente de acordo com tudo que a gente já conquistou. E aí, em 2017, também, eu participei do seminário do balanço de 2 anos da barragem de Fundão lá em Vitória, que foi de 6 a 8 de novembro. Tive um momento de fala também no dia 8, onde estava um representante do governo federal, e tudo isso a gente usa de apoio para gente conseguir aliados, para a gente conseguir as coisas que a gente está querendo para que o nosso reassentamento seja concretizado.

FLAVIA SILVA (A. M. PIQUIÁ DE BAIXO). Vídeo 4.

Violência

A violência aumentou na cidade e muitas mães perderam filhos. Eu conheço 2 famílias: uma tinha 4 filhos e perderam os quatro filhos no crime, pois foram assassinados. A outra tinha 3 filhos e perdeu os três filhos assassinados. E são muitas histórias aqui. O projeto trouxe para a juventude a violência, as drogas, o crime e a morte. E além disso, a juventude totalmente desamparada sem política pública e nada, as praias foram destruídas e os lares também.

No final do ano passado, 2019 para 2020, nós tivemos 22 suicídios de jovens. E violência contra as mulheres, violência doméstica, sexual contra crianças e adolescentes. Então isso é o que eu posso falar para vocês do que o Belo Monte, o grande projeto trouxe para a população de Altamira e região. Alguns territórios ameaçados, lideranças ameaçadas de morte. Tem liderança a 1.100 km que tá no território e ameaçada de morte, o reassentamento ameaçado, já queimaram carro e invadiram.

Em outro município teve invasão de grileiros nos TDS. Os TDS foram criados pela Dorot e ela foi assassinada, por conta dessa luta pela Amazônia. Lideranças de agricultores que estão ameaçados de morte, casa queimada de uma agricultora na semana passada. Assim, tudo isso com a coroa da impunidade aos grileiros e ameaçadores e tudo que fazem de maldades.

ANTÔNIA MELO (MOVIMENTO XINGU VIVO.) Vídeo 11

Violência pandêmica

Esta **violência pandêmica** é uma violência que se soma a outras formas de violência que existem contra as mulheres. Morar com o agressor em casa, viver com o agressor de violência sexual, contra meninas e mulheres.

A quantidade de gravidezes que aumentaram, não só na Guatemala como em todo o mundo. Os casos de violência sexual contra crianças que aumentaram em todo o mundo e os feminicídios. Eu acredito que temos que ver que a vida para as mulheres tem sido muito mais complexa o que nós estamos fazendo, aumentamos o acorpamento a distância, digo que estamos acompanhando as irmãs que são defensoras de território, que estão em situação de risco político e que já estavam sob resguardo nas suas comunidades ou em casas de cultivo, porque sofrem risco de ameaça de morte, de ordem e captura. E assim que as estamos acorpando-as, estamos acorpando também todas a complexidades do COVID, várias delas positivas ou suas famílias, filhos, filhas, parceiros positivos de COVID.

Para nós, foi impressionante ver como se junta outra luta a mais e desgasta e cansa, serve também para as mulheres despertar as formas de imunologia ancestral, de imunidade ancestral, de despertar memória sanadora ancestral para acorpar esses momentos. Nós dissemos para nós mesmas sobre os impressionantes casos que acompanhamos, não só na Guatemala, mas em diferentes territórios e comunidades, diferentes países, foi impressionante para nós a carga e dissemos que não podemos esquecer a curandeira e a cura.

LORENA CABINAL (*RED DE SANADORAS ANCESTRALES*). Vídeo 8.

Violações de direitos humanos

E essas categorizações de violações de direitos humanos, dizem respeito ao direito à alimentação adequada, direito à água, ao saneamento básico, direito à

saúde, à subsistência, direito de participar da vida cultural, direito de participar dos assuntos públicos, direito à liberdade, enfim, uma série de violações de direitos que cometidas no âmbito dos grandes projetos aqui no Maranhão. E eu gostaria de destacar um específico e tentar fazer uma relação com contexto de pandemia do coronavírus, que é o direito de acesso à água de qualidade. Então em Mutum, que é a perda da autonomia econômica das mulheres, ela é totalmente afetada quando as suas rendas diminuem, por causa do desmatamento que tirou todas as palmeiras do coco babaçu, e que faziam com que elas produzissem as amêndoas, o azeite e várias práticas que elas construíram e que isso gerava para elas uma certa autonomia, gerava dignidade, gerava soberania alimentar. Então todos esses direitos são violados quando uma estrada de ferro Carajás, por exemplo, passa pelo território e devasta uma área imensa de floresta com várias palmeiras de coco babaçu. E aí uma prática comum, é o entupimento e as afetações em rios, riachos e igarapés. Que é uma fonte de vida para as comunidades e também, fonte de vida principalmente para as mulheres que se utilizam dos igarapés e dos rios para pesca, para lavar roupas e para o lazer com os filhos. Então todos os modos de vida, quando um grande projeto desse chega em uma comunidade, são rompidos. Rompe-se com o fluxo de um rio, rompe-se com a dinâmica de toda uma vida da comunidade. E aí a gente fala de estruturas e logísticas que foram implementadas para o escoamento de minérios e que passam por dentro desses riachos, rios e igarapés.

LARISSA SANTOS (JUSTIÇA NOS TRILHOS). Vídeo 1.

Violações dos direitos das mulheres defensoras

Acredito que é o mais importante a sublinhar é que o que vem ocorrendo em nossos territórios é algo comum, como já disse Lígia. Os atropelos e **violações dos direitos das mulheres defensoras** é algo que se repete e, daí, a importância de ter esses espaços de encontro para **compartilhar nossas vivências** e também das pessoas com quem trabalhamos.

VALERIA URBINA (*DERECHO AMBIENTE Y RECURSOS NATURALES*). Vídeo 4.

“Violência meio ambiental”

Significa que o fato de que haja um impacto ambiental no território, que esteja causando danos à terra, que haja contaminação, também está afetando as condições de vida das mulheres. Está afetando seus direitos. Que direitos? O direito à água, o direito à saúde, o direito à alimentação, o direito ao trabalho, o direito a viver uma vida livre de violência. O direito à vida. E também essa violência, todas essas características, se entrelaçam a outras formas de violência, como a violência física, sexual, a violência psicológica. Então, isso é bem complexo, não?

Mas ao mesmo tempo nos mostra a invisibilização dos trabalhos das mulheres. As mulheres que defendem a Mãe Terra estão também sustentando a vida, estão cultivando, cuidando da família e isso é bem importante, porque elas não pensam só nelas mesmas, em defender seus direitos, estão buscando o bem coletivo, estão buscando que haja água para toda a comunidade. Elas estão lutando para que todos tenham uma boa produção, estão lutando para que se possa participar de forma que todas sejam escutadas.

ANGELA CUENCA (*COLECTIVO CASA*). Vídeo 2.

Ver o todo

Quero agradecer ao GT Mulheres e ao instituto PACS, porque quando a gente passa e trabalha muito no nosso território, é muito difícil **ver o todo.** Então é partir dos intercâmbios, desses encontros que nos dão uma visão e uma força ampliada. Ao GT, por isso, e porque a gente consegue com o PACS o acesso à América Latina. A Angela, foi gostoso demais te ouvir, sentir a Colômbia aqui perto. De sentir que mesmo longe estamos unidas. É muito forte isso e muito bom. Eu me sinto muito forte ao lado de vocês, mulheres. Gratidão por essa caminhada, por essa visão ampliada que cada vez mais construímos no mundo.

E essa escuta de narrativa é muito forte. E queria deixar aqui pra gente construir nossos instrumentos de comunicação, porque um dos nossos maiores desafios, a gente acabou não falando da comunicação, é de escutar. Um lado, *fake news* e do outro, o Bostonauro. E aí, o quê que chega aqui? A mulher é sufocada pela televisão. Mulheres em pandemia, por exemplo, tem um material bem bacana. Continuar nos fortalecendo.

ANA SANTOS (CEM E REDE CAU). Vídeo 2.

Vírus do capitalismo

Queremos dizer que o vírus maior que a gente tem que enfrentar é o vírus do capitalismo. Esse vírus é letal e ele não tem consideração pela vida e pela dignidade da vida, porque ele não sabe o que é dignidade e não conhece. Eles têm preços e se vendem por qualquer moeda furada. Então a gente fala de um lugar da dignidade e isso eles não sabem o que é, porque ele simplesmente desconhece o que é ser digno, digno da vida, da abundância, digno da benção de Deus. Eles não conhecem isso e não conhece os encantados, as encantarias e a forma, o carinho e o amor que a gente lida e trata da vida e da Luta. Então enfim, a gente luta contra tudo isso.

SANDRA QUINTELA (PACS/JUBILEU SUL). Vídeo 11